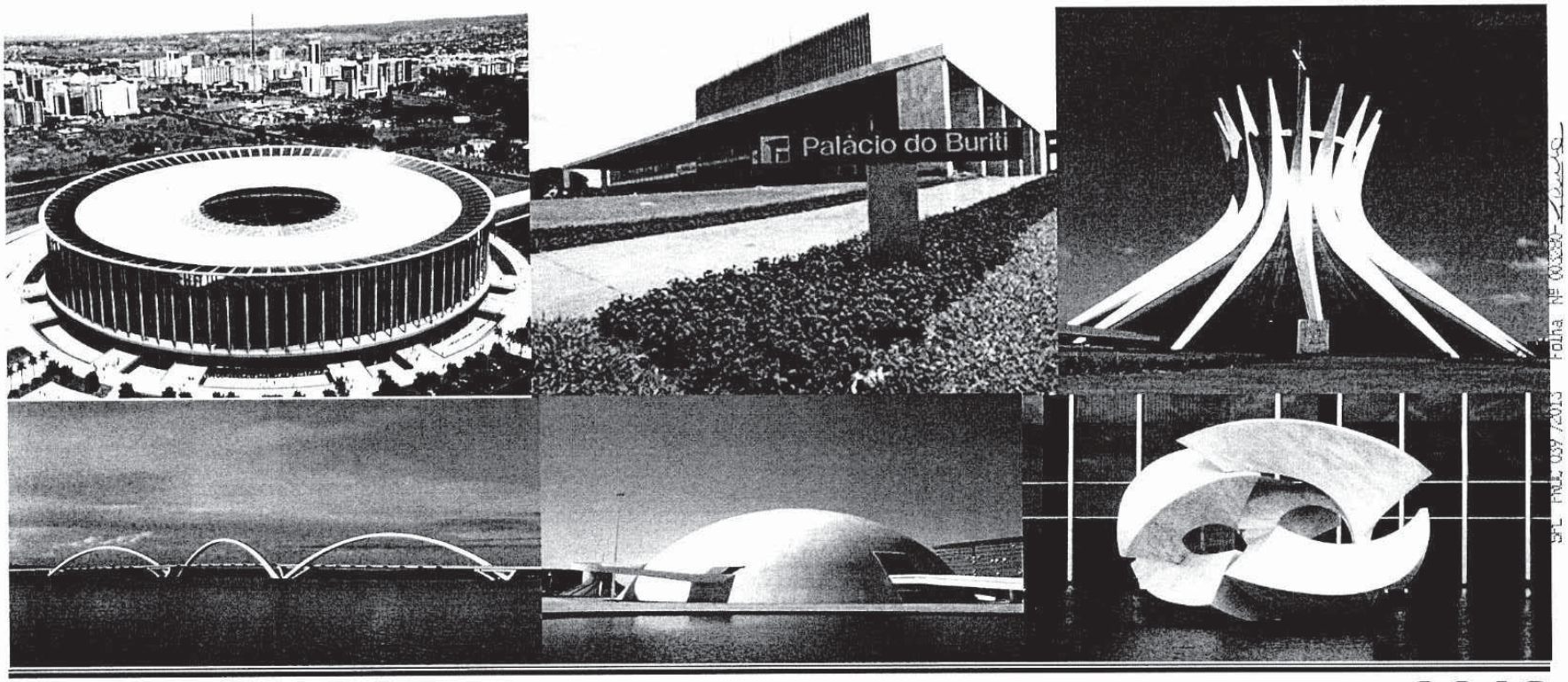
Governo do Distrito Federal

Secretaria de Estado de Transparência e Controle

Controladoria-Geral

Diretoria de Fiscalização dos Programas de Governo



Anexo VI Volume I B 2012

Relatório sobre o cumprimento de diretrizes, objetivos e metas do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos, com avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão governamental, por programa.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transparência e Controle
Controladoria-Geral

GDF
Juntos por um novo DF

RELATÓRIO SOBRE O CUMPRIMENTO DE DIRETRIZES OBJETIVOS E METAS DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DOS ORÇAMENTOS, COM AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO GOVERNAMENTAL POR PROGRAMA DE GOVERNO

ARTIGO 138, XIV DO REGIMENTO INTERNO DO TCDF

EXERCÍCIO 2012

SFL PROC 039 /2013 Folha Nº 003293

PARTE B

BRASÍLIA – MARÇO DE 2013
CONTROLADORIA-GERAL

Controladoria-Geral – CONT
Ed. Anexo do Palácio do Buriti, 14º andar, sala 1401 – CEP 70075-900 – Brasília/DF
Fone: (61) 2108-3301 – Fax: (61) 2108-3302

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transparência e Controle
Controladoria-Geral

GDF
Juntos por um novo DF

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DO GOVERNADOR
EXERCÍCIO 2012

RELATÓRIO SOBRE O CUMPRIMENTO DE DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DOS ORÇAMENTOS, COM AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO GOVERNAMENTAL, POR PROGRAMA DE GOVERNO

PARTE B

PROGRAMA TEMÁTICO 6216 – TRANSPORTE INTEGRADO E MOBILIDADE	**219**
RESUMO	219
I – CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PROGRAMA TEMÁTICO	220
II – OBJETIVOS ESPECÍFICOS SELECIONADOS	221
II.1 – CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 001	222
II.2 – CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 002	224
II.3 – CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 004	226
II.4 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS SELECIONADOS	228
II.5 – EXECUÇÃO FÍSICA DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS 001,002 E 004	231
III – ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA	232
IV – RESULTADOS E ANÁLISES	233
IV.1 – ANÁLISE DA EFICÁCIA	246
IV.2 – ANÁLISE DA EFICIÊNCIA	249
V – CONCLUSÃO	249
PROGRAMA TEMÁTICO 6217 – SEGURANÇA PÚBLICA	**250**
RESUMO	250
I – CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PROGRAMA TEMÁTICO	250
II – OBJETIVOS ESPECÍFICOS SELECIONADOS	252
II.1 – CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 001	253
II.2 – CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 002	254
II.3 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS 001 E 002	256
II.4 – EXECUÇÃO FÍSICA DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS 001 E 002	257
III – ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA	258
IV – RESULTADOS E ANÁLISES	260
IV.1 – ANÁLISE DA EFICÁCIA	260
IV.2 – ANÁLISE DA EFICIÊNCIA	261
IV.3 – ANÁLISE DA EFETIVIDADE	284
V – CONCLUSÃO	287

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003282

Controladoria-Geral – CONT
Ed. Anexo do Palácio do Buriti, 14º andar, sala 1401 – CEP 70075-900 – Brasília/DF
Fone: (61) 2108-3301 – Fax: (61) 2108-3302

PROGRAMA TEMÁTICO 6221 – EDUCAÇÃO BÁSICA **288**
RESUMO 288
I – CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PROGRAMA TEMÁTICO 288
I.1 – CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 001 291
I.2 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DO OBJETIVO ESPECÍFICOS 001 293
I.3 – EXECUÇÃO FÍSICA DO OBJETIVO ESPECÍFICO 001 294
II – ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA 295
III – RESULTADOS E ANÁLISES 302
III.1 – ANÁLISE DA EFICÁCIA 302
III.2 – ANÁLISE DA EFICIÊNCIA 304
III.3 – ANÁLISE DA EFETIVIDADE 326
IV – CONCLUSÃO 327

PROGRAMA TEMÁTICO 6223 – DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA E ATENÇÃO À JUVENTUDE **328**
RESUMO 328
I – CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PROGRAMA TEMÁTICO 328
II – OBJETIVOS ESPECÍFICOS SELECIONADOS 330
II.1 – CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 002 331
II.2 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DO OBJETIVO ESPECÍFICO 002 335
II.3 – EXECUÇÃO FÍSICA DO OBJETIVO ESPECÍFICO 002 337
III – ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA 339
IV – RESULTADOS E ANÁLISES 340
IV.2 – ANÁLISE DA EFICÁCIA 395
IV.3 – ANÁLISE DA EFICIÊNCIA 398
V – CONCLUSÃO 398

PROGRAMA TEMÁTICO 6228 – TRANSFERÊNCIA DE RENDA **399**
RESUMO 399
I – CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PROGRAMA TEMÁTICO 399
I.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DO PROGRAMA TEMÁTICO 404
I.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DO PROGRAMA TEMÁTICO 405
II – ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA 406
III – RESULTADOS E ANÁLISES 407
III.1 – ANÁLISE DA EFICÁCIA 415
III.2 – ANÁLISE DA EFICIÊNCIA 419
III.3 – ANÁLISE DA EFETIVIDADE 422
IV – CONCLUSÃO 423

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003282-Verso

PROGRAMA TEMÁTICO 6230 – TURISMO **424**
RESUMO 424
I – CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PROGRAMA TEMÁTICO 424
I.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DO PROGRAMA TEMÁTICO 428
I.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DO PROGRAMA TEMÁTICO 429
II – ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA 430
III – RESULTADOS E ANÁLISES 431
III.1 – ANÁLISE DA EFICÁCIA 431
III.2 – ANÁLISE DA EFICIÊNCIA 432
IV – CONCLUSÃO 465

PARTE III – MONITORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES CONT/STC – EXERCÍCIO 2011 **466**
III.1 – MONITORAMENTO: ANÁLISES DAS RECOMENDAÇÕES, POR AMOSTRA 473

PARTE IV – CONCLUSÕES **480**
IV.1 – MONITORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES – PCA GOV 2011 480
IV.2 – AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICIÊNCIA E EFICÁCIA, POR PROGRAMA DE GOVERNO 480
IV.3 – CUMPRIMENTO DAS DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS DO PLANO PLURIANUAL, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DOS ORÇAMENTOS 482

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003283-

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO GOVERNAMENTAL, POR PROGRAMA EXERCÍCIO 2012

PROGRAMA TEMÁTICO 6216 – TRANSPORTE INTEGRADO E MOBILIDADE

RESUMO

O Programa Temático 6216 – TRANSPORTE INTEGRADO E MOBILIDADE tem como objetivo geral melhorar as condições de mobilidade e de acessibilidade da população do Distrito Federal a partir da implantação de um sistema de transportes moderno e eficiente. Tendo em vista a relevância do Programa para a sociedade, o montante dos recursos previstos para esse Programa no PPA e sua quantidade de Objetivos Específicos – OEs , decidiu-se por distribuir a avaliação do Programa ao longo de dois anos, ficando alocados para 2012 três OEs. Os três objetivos selecionados somaram um montante de Despesa Autorizada de R$992,7 milhões e valor empenhado de R$447,4 milhões. Devido ao grande quantitativo de Ações Orçamentárias que compõem os três objetivos, fez-se necessário auditar uma amostra do total das Ações, sendo selecionadas 19 Ações pelo critério da materialidade. Do total de 52 Ações componentes dos três objetivos específicos selecionados, 21 delas, ou seja, 40,4% apresentaram a relação de despesa empenhada/autorizada como 0%, o que faz com que o programa auditado seja contribuinte de um grande desperdício orçamentário. Na avaliação da eficácia, conclui-se que o Programa de Governo auditado teve uma avaliação de eficácia muito abaixo da prevista, com o indicativo de 39,4%. Porém, sob o aspecto da eficiência, percebe-se mais detalhadamente que a ineficiência do Programa deveu-se principalmente a atrasos devidos a problemas técnicos e de gestões, acarretando assim determinações do TCDF, bem como expressivos cortes no orçamento devido a contingenciamentos. Conclui-se que o conjunto dos Objetivos Específico selecionados foi considerado ineficiente e ineficaz no exercício de 2012.

SFL PROC 09 /2013 Folha Nº 00329

I – CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PROGRAMA TEMÁTICO

O Programa Temático 6216 – TRANSPORTE INTEGRADO E MOBILIDADE está relacionado ao Macrodesafio AUMENTAR A QUALIDADE DE VIDA PROMOVENDO A MOBILIDADE COM QUALIDADE, GARANTINDO MORADIA DIGNA, ORDENAMENTO TERRITORIAL E O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS de acordo com o que preconiza o Anexo XX da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2012, aprovada pela Lei nº 4.744/2011.

O Objetivo Geral deste Programa Temático é melhorar as condições de mobilidade e de acessibilidade da população do Distrito Federal a partir da implantação de um sistema de transportes moderno e eficiente.

Na Tabela 1 são apresentadas as dotações iniciais e as despesas autorizadas do Programa Temático, por Unidade Orçamentária.

SEL. PROC. 039 /2013 Folha Nº 000594

TABELA 1 – DOTAÇÃO INICIAL E DESPESA AUTORIZADA DO PROGRAMA TEMÁTICO, POR UO R$1,00

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A)
CÓD.	DESCRIÇÃO	VALOR	%*	VALOR	%*	%
11103	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRASÍLIA	0	0,0	0	0,0	0,0
11105	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE TAGUATINGA	800.000	0,1	150.000	0,0	18,7
11106	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA	550.000	0,1	0	0,0	0,0
11107	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	30.000	0,0	0	0,0	0,0
11114	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAMAMBAIA	500.000	0,1	499.999	0,0	100,0
11115	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA	0	0,0	150.000	0,0	0,0
11122	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE ÁGUAS CLARAS	80.000	0,0	0	0,0	0,0
11126	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO PARK WAY	450.000	0,1	450.000	0,0	100,0
22101	SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL	5.020.000	0,6	3.883.001	0,4	77,4
22201	COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP	4.100.000	0,5	4.567.208	0,4	111,4
24101	SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANCA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL	5.000	0,0	0	0,0	0,0
26101	SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES DO DISTRITO FEDERAL	267.151.962	32,3	381.168.503	36,2	142,7
26201	SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA - TCB	6.321.200	0,8	9.100.866	0,9	144,0
26204	TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS	17.178.830	2,1	22.928.830	2,2	133,5
26205	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER	88.532.396	10,7	145.041.884	13,8	163,8
26206	COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL - METRÔ- DF	412.098.963	49,8	411.071.312	39,0	99,7
26905	FUNDO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DO DISTRITO FEDERAL	493.000	0,1	53.506.721	5,1	10853,3
32101	SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DO DISTRITO FEDERAL	200.000	0,0	0	0,0	0,0
28201	COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP	24.200.000	2,9	21.367.001	2,0	88,3
TOTAL		**827.711.351**		**1.053.885.325**		**127,3**

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – 21/01/2013

* Percentual de cada Unidade Orçamentária em relação ao Total do Programa Temático

De acordo com o Anexo II do PPA 2012/2015, este Programa Temático é dividido em sete Objetivos Específicos – OEs, apresentados na tabela a seguir:

TABELA 2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PROGRAMA TEMÁTICO

	OBJETIVO ESPECÍFICO
001	IMPLANTAR E MANTER A INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO, VISANDO SOLUÇÕES QUE PRIORIZEM O TRANSPORTE COLETIVO E A MELHORIA DA MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE DA POPULAÇÃO, ALÉM DA EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE APOIO.
002	IMPLANTAR E MANTER A INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO.
003	DESENVOLVER E ESTIMULAR O USO DE MODOS NÃO MOTORIZADOS DE TRANSPORTE, A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA ADEQUADA E COM ACESSIBILIDADE UNIVERSAL.
004	GARANTIR O DESLOCAMENTO, A FLUIDEZ DO TRÁFEGO E A SEGURANÇA VIÁRIA MEDIANTE A MODERNIZAÇÃO E A MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO SISTEMA RODOVIÁRIO DO DISTRITO FEDERAL.
005	PROPORCIONAR À POPULAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL UM SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO COM QUALIDADE, EFICIÊNCIA E RACIONALIZADO, MEDIANTE A IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA INTELIGENTE DE TRANSPORTE – ITS, A MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE BILHETAGEM AUTOMÁTICA – SBA, A MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE, A INTEGRAÇÃO TARIFÁRIA E O APRIMORAMENTO CONTÍNUO DA GESTÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO.
006	MODERNIZAR O TRANSPORTE PÚBLICO INDIVIDUAL E DE PEQUENAS CARGAS, VISANDO PROPORCIONAR À POPULAÇÃO USUÁRIA SERVIÇOS EFICAZES, EFICIENTES, SEGUROS E DE QUALIDADE.
007	APRIMORAR A GESTÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE VISANDO PROPORCIONAR À POPULAÇÃO USUÁRIA UM SERVIÇO SEGURO INTEGRADO E DE QUALIDADE.

FONTE: ANEXO II DO PPA 2012/2015 E LOA 2012

Tendo em vista a relevância do Programa Temático para a sociedade, o montante dos recursos previstos no PPA e sua quantidade de Objetivos Específicos, decidiu-se por distribuir sua avaliação ao longo de dois anos, da seguinte maneira:

TABELA 3 – AVALIAÇÃO DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PROGRAMA TEMÁTICO – DE 2012 A 2013

EXERCÍCIO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS A SEREM AVALIADOS
2012	001, 002 E 004
2013	003, 005, 006 (NÃO CONSTAM NA LOA 2012) E 007

II – OBJETIVOS ESPECÍFICOS SELECIONADOS

Conforme demonstrado na Tabela 3, os Objetivos Específicos 001, 002 e 004 foram avaliados em 2012. Todavia, não houve como examiná-los em separado, pelos seguintes motivos:

1. O Sistema Integrado de Gestão Governamental do DF – SIGGo não foi alterado para recepcionar os Objetivos Específicos, tendo sido mantida a estrutura funcional e programática constituída por função, subfunção, programa, ação, subtítulo;

SEI - PRODF 039 /2013 Folha Nº 0032/85 -

2. As Ações, 1968, 2316 e 4039 perpassam os Objetivos Específicos 001, 003, 004 e 007, não sendo possível separar a execução física e orçamentário-financeira dessas Ações entre esses Objetivos Específicos.

A seguir, encontram-se detalhamentos de cada um desses Objetivos Específicos e, posteriormente, os dados orçamentário-financeiro e físico em conjunto.

II.1 – CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 001

De acordo com o que dispõe o Anexo II do PPA 2012/2015, o Objetivo Específico 001 visa "*Implantar e manter a infraestrutura de transporte rodoviário, visando soluções que priorizem o transporte coletivo e a melhoria da mobilidade e acessibilidade da população, além da expansão e modernização dos equipamentos de apoio*" e é de responsabilidade da Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal – ST.

SEL PROC 039/2013 Folha Nº 003265 - Verso

Infelizmente, há no Distrito Federal sérias deficiências no seu sistema de transporte público coletivo. Incluem-se entre os problemas, a gestão do sistema, o modelo operacional, a qualidade dos serviços prestados e a regularidade dos contratos dos operadores. Essas situações apontam para a necessidade de reestruturação do sistema de transportes públicos. O maior desafio nessa reestruturação é que este sistema deverá atender a padrões elevados de eficiência e qualidade, de modo a constituir uma alternativa para o usuário do transporte individual.

Diante dessas deficiências, faz-se necessário dar andamento ao processo de reestruturação do sistema de transporte público por meio da implantação física dos corredores de transporte. Para que isto aconteça, algumas medidas terão que necessariamente serem tomadas, tais como:

- Ampliação da capacidade e expansão do atendimento, da integração operacional e tarifária;
- Construção, reforma e qualificação dos terminais, estações e pontos de parada;
- Renovação e adequação da frota; e implantação de sistemas de informação e controle.

Conforme o Anexo II do PPA 2012/2015, os indicadores cadastrados no SIGGo para o Programa auditado referentes ao OE 001 são os seguintes:

TABELA 4 – INDICADORES E ÍNDICES DESEJADOS DO OE 001

INDICADOR		UNIDADE DE MEDIDA	INFORMAÇÃO MAIS RECENTE		DESEJADO EM				FONTE DA INFORMAÇÃO
CÓD.	DESCRIÇÃO		ÍNDICE	APURADO EM	2012	2013	2014	2015	
896	IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR LINHA VERDE	PERCENTUAL	29%	--	38%	64%	89%	100%	SO/ST
898	IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR SUL	PERCENTUAL		--	47%	100%	100%	100%	ST/DER
899	IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR NORTE	PERCENTUAL		--	-	0%	40%	100%	DER
900	IMPLANTAÇÃO DE CORREDOR NA ÁREA CENTRAL	PERCENTUAL		--	38%	76%	100%	100%	ST

FONTE: PPA/SIGGO – INDICADORES DE DESEMPENHO POR PROGRAMA DE GOVERNO

No mesmo Anexo, estão previstas as seguintes Ações Orçamentárias:

TABELA 5 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE INTEGRAM O OE 001

AÇÃO	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO
1142	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS
1223	RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS – PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS
1226	COMPENSAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS DE INTERESSE DO TRANSPORTE
1230	RECUPERAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS DE INTERESSE DO TRANSPORTE
1284	CONSTRUÇÃO DE TERMINAL DE ÔNIBUS URBANO
1506	CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS
1794	IMPLANTAÇÃO DE VEÍCULO LEVE SOBRE PNEUS – VLP EIXO SUL
2316	MANUTENÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS – PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS
2319	MANUTENÇÃO DE OBRAS DE ARTES CORRENTES – BUEIROS E CALHAS
2725	MANUTENÇÃO DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO
3054	CONSTRUÇÃO DE TÚNEL
3119	IMPLANTAÇÃO DE CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO OESTE (LINHA VERDE)
3125	IMPLANTAÇÃO DE CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO SUDOESTE – ST E DER
3126	IMPLANTAÇÃO DE CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO NORTE (LINHA LARANJA)
3127	IMPLANTAÇÃO DE CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DA ÁREA CENTRAL
3128	IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE URBANO
3157	CONSTRUÇÃO DE VIADUTO W4/W5 SUL/NORTE
3179	CONSTRUÇÃO DE BAIAS PARA ÔNIBUS
3181	REFORMA DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS
3182	REFORMA DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS
3207	AMPLIAÇÃO DA DF-047 – EPAR (COPA 2014)
3361	CONSTRUÇÃO DE PONTES
3467	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS
3711	REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS

SCL PROC 039 /2013 Folha Nº 002206

TABELA 5 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE INTEGRAM O OE 001

AÇÃO	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO
4002	MANUTENÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS
4039	MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS
5071	CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTOS
5902	CONSTRUÇÃO DE VIADUTO
7028	REFORMA DAS PLATAFORMAS DA RODOVIÁRIA DO PLANO PILOTO
7220	CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS

FONTE: ANEXO II DO PPA 2012/2015 – LEI Nº 4.742/2011 SEM ALTERAÇÕES

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003396 - Verso

II.2 – CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 002

O Objetivo Específico 002 visa "*Implantar e manter a infraestrutura de transporte ferroviário*" e é de responsabilidade da Companhia do Metropolitano do Distrito Federal – METRÔ-DF, conforme o que dispõe o Anexo II do PPA 2012/2015.

O Distrito Federal tem hoje quase 1,5 milhão de veículos. O tráfego diário intenso nas vias distritais que interligam Brasília às demais Regiões Administrativas mais populosas torna essas vias totalmente saturadas, causando grandes congestionamentos e comprometendo significativamente a qualidade de vida da população distrital.

Diante desta realidade, o transporte de passageiros sobre trilhos vem sendo a principal alternativa para o transporte coletivo, à medida que, dentre do possível, proporciona conforto e rapidez de locomoção.

Atualmente, com 24 estações distribuídas ao longo de 42 km de linhas, o METRÔ liga a Região Administrativa de Brasília às do Guará, Águas Claras, Taguatinga Sul, Ceilândia e Samambaia.

A meta até 2015 é a ampliação da linha, incrementando o trecho de Ceilândia com duas estações e o de Samambaia com mais duas. Além disso, também está previsto que o METRÔ chegará à Asa Norte, onde sua primeira estação será localizada nas proximidades do Setor Comercial Norte. Além dessa ampliação, serão complementadas as estações Onoyama, 104 Sul, 106 Sul e 110 Sul.

Além das novas estações, haverá também o aumento do número de trens, uma vez que o aumento no volume diário de usuários revelou a necessidade de expandir a frota

atual de 20 trens. Dessa forma, o METRÔ-DF comprou 12 novos trens, com quatro carros cada, para melhorar o serviço metroviário por meio de maior conforto, rapidez e segurança.

Em princípio, concluída a expansão dos trilhos e aumentado o quantitativo de trens, a capacidade de transporte de passageiros por dia será praticamente triplicada, chegando aos 300 mil usuários/dia.

Conforme o que dispõe o Anexo II do PPA 2012/2015, os indicadores cadastrados no SIGGo para o Programa auditado referentes ao OE 002 são os seguintes:

TABELA 6 – INDICADORES E ÍNDICES DESEJADOS DO OE 002

INDICADOR		UNIDADE DE MEDIDA	INFORMAÇÃO MAIS RECENTE		DESEJADO EM				FONTE DA INFORMAÇÃO
CÓD.	DESCRIÇÃO		ÍNDICE	APURADO EM	2012	2013	2014	2015	
1119	PASSAGEIROS TRANSPORTADOS/MÊS (X 1000)	PESSOAS	3.380	06/2011	4.420	4.940	5.720	6.240	METRÔ/DF
906	INTERVALO MÉDIO ENTRE TRENS	SEGUNDOS/ PICO	240	06/2011	180	180	162	162	METRÔ/DF
907	SATISFAÇÃO DO USUÁRIO	PERCENTUAL	75,5	11/2010	80	80	80	80	METRÔ/DF

FONTE: PPA/SIGGO – INDICADORES DE DESEMPENHO POR PROGRAMA DE GOVERNO

No mesmo Anexo, estão previstas as seguintes Ações Orçamentárias:

TABELA 7 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE INTEGRAM O OE 002

AÇÃO	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO
1144	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA FERROVIÁRIO DE INTEGRAÇÃO
1816	IMPLEMENTAÇÃO DA LINHA 1 DO METRÔ
2756	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SISTEMA FERROVIÁRIO
3007	AMPLIAÇÃO DA LINHA 1 DO METRÔ (ASA NORTE / CEILÂNDIA / SAMAMBAIA)
3014	IMPLANTAÇÃO DO METRÔ-LEVE – VLT (AEROPORTO/W3)
3087	EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE
3133	IMPLANTAÇÃO DO METRÔ-LEVE SUBTERRÂNEO – VLT ESPLANADA
3134	AQUISIÇÃO DE TRENS
3467	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS
4125	MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA METROVIÁRIO
5002	REFORMA DAS EDIFICAÇÕES DO SISTEMA METROVIÁRIO
5071	CONSTRUÇÃO DE ESTACIONAMENTOS

FONTE: ANEXO II DO PPA 2012/2015

Observa-se que o transporte ferroviário, destacado no OE, não tem o significado amplo, pois os indicadores e Ações estão retratando o transporte ferroviário

SFL PROC 039 /2013 Folha Nº 00207

urbano de passageiros no Distrito Federal, condizente com o Programa Temático quando retrata a proposta de melhorar as condições de mobilidade e de acessibilidade da população do Distrito Federal a partir da implantação de um sistema de transportes moderno e eficiente.

II.3 – CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 004

O Objetivo Específico 004 visa "*Garantir o deslocamento, a fluidez do tráfego e a segurança viária mediante a modernização e a manutenção da infraestrutura do Sistema Rodoviário do Distrito Federal*" e é de responsabilidade do Departamento de Estradas e Rodagens do DER-DF.

Diante de um quadro de congestionamentos, de altos índices de acidentes de trânsito com vítimas, da degradação do meio ambiente e do crescimento acentuado do volume de veículos, identifica-se a necessidade de preservar o funcionamento do sistema viário arterial em condições viáveis, com uma estrutura de transportes satisfatória em face de um crescente movimento de pessoas e bens.

Segundo o PPA 2012/2015, atualmente o Distrito Federal possui 1815 km de rodovias, das quais 900 km são pavimentadas e 915 km não pavimentadas.

O mesmo documento de planejamento conclui que para a melhoria da infraestrutura viária estão previstas:

- Obras de duplicação, terceiras faixas, contornos e pontes;
- Viadutos e outras que conduzam ao aumento de capacidade das rodovias;
- Construção de novas ligações rodoviárias;
- Pavimentação de algumas rodovias vicinais;
- Conservação e manutenção do patrimônio já existente; e
- Sinalização, controle de tráfego e fiscalização eletrônica.

De acordo com o Anexo II do PPA 2012/2015, os indicadores cadastrados no SIGGo para o Programa auditado referente ao OE 004 são os seguintes:

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003287 Verso

TABELA 8 – INDICADORES E ÍNDICES DESEJADOS DO OE 004

INDICADOR		UNIDADE DE MEDIDA	INFORMAÇÃO MAIS RECENTE		DESEJADO EM				FONTE DA INFORMAÇÃO
CÓD.	DESCRIÇÃO		ÍNDICE	APURADO EM	2012	2013	2014	2015	
920	ÍNDICE DE ACIDENTES FATAIS EM RODOVIAS /10.000 VEÍCULOS	COEFICIENTE /10.000	1,69	12/2010	1,65	1,60	1,55	1,50	DER/DF
921	EXPANSÃO DAS FAIXAS DE ROLAMENTO PAVIMENTADAS	KM	2084	12/2010	2104	2134	2164	2194	DER/DF
923	ÍNDICE DE MALHA RODOVIÁRIA PAVIMENTADA EM ESTADO ÓTIMO OU BOM/TOTAL DA MALHA PAVIMENTADA	PERCENTUAL	48	12/2010	53	58	63	68	DER/DF
924	ÍNDICE DE MALHA VIÁRIA SINALIZADA EM BOM OU ÓTIMO ESTADO/TOTAL DA MALHA VIÁRIA PAVIMENTADA	PERCENTUAL	48	12/2010	53	58	63	68	DER/DF

FONTE: ANEXO II DO PPA 2012/2015

Para este Objetivo selecionado estão previstas as seguintes Ações Orçamentárias:

TABELA 9 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE INTEGRAM O OE 004

AÇÃO	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO
1142	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS
1223	RECUPERAÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS – PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS
1226	COMPENSAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS DE INTERESSE DO TRANSPORTE
1230	RECUPERAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS DE INTERESSE DO TRANSPORTE
1347	CONSTRUÇÃO DE PASSARELA
1458	IMPLANTAÇÃO DE CORREDORES EXCLUSIVOS PARA MOTOCICLETAS
1460	IMPLANTAÇÃO DE RODOVIAS
1475	RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS
1689	CONSTRUÇÃO DO ANEL VIÁRIO
1968	ELABORAÇÃO DE PROJETOS
2316	MANUTENÇÃO DE OBRAS DE ARTES ESPECIAIS – PONTES, PASSARELAS E VIADUTOS
2319	MANUTENÇÃO DE OBRAS DE ARTES CORRENTES – BUEIROS E CALHAS
2329	DESAPROPRIAÇÃO EM ÁREAS DE INTERESSE DO DER-DF
2885	MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
2886	CONSERVAÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS EM RODOVIAS
3054	CONSTRUÇÃO DE TÚNEL
3056	CONSTRUÇÃO DO TREVO DE TRIAGEM NORTE
3125	IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO DO EIXO SUDOESTE
3197	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DO DER
3205	REMANEJAMENTO DE REDE
3207	AMPLIAÇÃO DA DF-047 – EPAR (COPA 2014)

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003289

TABELA 9 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE INTEGRAM O OE 004

AÇÃO	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO
3361	CONSTRUÇÃO DE PONTES
3711	REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS
3983	CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIAS E AUDITORIAS
4039	MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS
4195	MANUTENÇÃO DAS RODOVIAS DO DISTRITO FEDERAL
4233	SUPERVISÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA EM RODOVIAS
4993	LICENCIAMENTO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RODOVIÁRIAS
5902	CONSTRUÇÃO DE VIADUTO
8505	PUBLICIDADE E PROPAGANDA
3060	CONSTRUÇÃO DE GARAGENS E ZONAS DE ESTACIONAMENTO EM ÁREAS PÚBLICAS – PPP

FONTE: ANEXO II DO PPA 2012/2015 – LEI Nº 4.742/2011 SEM ALTERAÇÕES

Destaca-se que algumas Ações são as mesmas do OE 001, porém deve-se ressaltar que a jurisdição do DER é sobre as rodovias estaduais, no que lhe compete.

II.4 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS SELECIONADOS

Na Tabela 10, apresenta-se a execução orçamentário-financeira dos Objetivos Específicos selecionados, por Unidades Orçamentárias que os executam. Ressalte-se que as descrições das UOs encontram-se na Tabela 1.

TABELA 10 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DOS OES 001, 002 E 004, POR UO R$1,00

UO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A) %	EMPENHADO (C)		(C/B) %	LIQUIDADO (D)		(D/C) %	(D/B) %
	VALOR	%*	VALOR	%*		VALOR	%*		VALOR	%*		
11103	0	0,0	0	0,0	-	0	0,0	0,0	0	0,0	-	-
11106	550.000	0,1	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	-	-
11107	30.000	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	-	-
11114	500.000	0,1	499.999	0,1	100,0	434.686	0,1	86,9	222.959	0,1	51,3	44,6
11115	0	0,0	150.000	0,0	-	0	0,0	0,0	0	0,0	-	0,0
11122	80.000	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	-	-
22101	4.770.000	0,6	3.883.001	0,4	81,4	1.452.998	0,3	37,4	98.198	0,0	6,8	2,5
22201	4.100.000	0,5	4.407.208	0,4	107,5	307.208	0,1	7,0	0	0,0	0,0	0,0
24101	5.000	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	-	-
26101	241.227.169	31,8	359.243.710	36,2	148,9	123.561.514	27,6	34,4	98.028.008	25,1	79,3	27,3

SEI/GDF 0397203 Folha nº 0000000 Visto

TABELA 10 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DOS OES 001, 002 E 004, POR UO R$1,00

UO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A) %	EMPENHADO (C)		(C/B) %	LIQUIDADO (D)		(D/C) %	(D/B) %
	VALOR	%*	VALOR	%*		VALOR	%*		VALOR	%*		
26201	6.321.200	0,8	9.100.866	0,9	144,0	5.608.625	1,3	61,6	5.608.625	1,4	100,0	61,6
26204	178.830	0,0	6.418.912	0,6	3589,4	6.249.134	1,4	97,4	2.115.413	0,5	33,9	33,0
26205	88.152.396	11,6	145.041.884	14,6	164,5	76.159.722	17,0	52,5	73.382.978	18,8	96,4	50,6
26206	411.681.896	54,3	410.454.245	41,3	99,7	194.450.696	43,5	47,4	176.937.227	45,3	91,0	43,1
26905	230.000	0,0	53.506.721	5,4	23263,8	39.224.660	8,8	73,3	34.228.578	8,8	87,3	64,0
32101	200.000	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	-	-
TOTAL	**758.026.491**		**992.706.546**		**131,0**	**447.449.243**		**45,1**	**390.621.986**		**87,3**	**39,3**

FONTE: SIGGo/DISCOVERER – 09/01/2013

* Percentual do valor de cada UO em relação ao total dos Objetivos Específicos 001,002 e 004

Observa-se que o baixo valor de execução financeira (39,3%) se deve essencialmente a três unidades orçamentárias que tiveram grandes montantes de Despesas Autorizadas a gastar no âmbito dos objetivos específicos selecionados, a TCB (UO 26101), o METRÔ/DF (UO 26206) e o DER (UO 26205), mas que liquidaram (relações D/B) respectivamente apenas 27,3%, 43,1% e 50,6%.

Na Tabela 11 é demonstrada a execução orçamentário-financeira dos Objetivos Específicos selecionados, por ações orçamentárias que os integram. Ressalte-se que as descrições dessas Ações encontram-se nas Tabelas 5, 7 e 9.

TABELA 11 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DOS OES 001, 002 E 004, POR AÇÃO R$1,00

AÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A) %	EMPENHADO (C)		(C/B) %	LIQUIDADO (D)		(D/C) %	(D/B) %
	VALOR	%*	VALOR	%*		VALOR	%*		VALOR	%*		
1142	1.957.000	0,3	7.623.466	0,8	389,5	3.542.873	0,8	46,5	3.542.873	0,9	100,0	46,5
1144	2.430.000	0,3	2.430.000	0,2	100,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
1223	1.350.899	0,2	0	0,0	0,0	0	0,0	-	0	0,0	0,0	-
1226	400.000	0,1	252.250	0,0	63,1	221.740	0,0	87,9	221.740	0,1	100,0	87,9
1230	200.000	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	-	0	0,0	0,0	-
1347	2.500.000	0,3	8.205.987	0,8	328,2	3.820.774	0,9	46,6	2.745.370	0,7	71,9	33,5
1460	11.850.000	1,6	9.536.847	1,0	80,5	9.212.348	2,1	96,6	8.905.140	2,3	96,7	93,4
1475	40.200.000	5,3	70.577.846	7,1	175,6	42.222.681	9,4	59,8	41.489.381	10,6	98,3	58,8
1506	230.000	0,0	6.250.000	0,6	2717,4	6.249.134	1,4	100,0	2.115.413	0,5	33,9	33,8
1689	4.836.387	0,6	15.235.566	1,5	315,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
1794	189.500.000	25,0	305.500.466	30,8	161,2	134.790.066	30,1	44,1	110.930.592	28,4	82,3	36,3
1816	1.000.000	0,1	4.613.487	0,5	461,3	4.606.193	1,0	99,8	1.562.645	0,4	33,9	33,9

SFL PROC 009 /2013 Folha nº 002659

TABELA 11 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DOS OES 001, 002 E 004, POR AÇÃO R$1,00

AÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A) %	EMPENHADO (C)		(C/B) %	LIQUIDADO (D)		(D/C) %	(D/B) %
	VALOR	%*	VALOR	%*		VALOR	%*		VALOR	%*		
1968	3.331.622	0,4	5.774.682	0,6	173,3	3.564.116	0,8	61,7	3.564.116	0,9	100,0	61,7
2316	4.200.000	0,6	4.100.000	0,4	97,6	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
2319	50.000	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	-	0	0,0	0,0	-
2329	100.000	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	-	0	0,0	0,0	-
2725	1.247.426	0,2	7.269.292	0,7	582,7	7.237.158	1,6	99,6	6.135.593	1,6	84,8	84,4
2756	144.863.446	19,1	180.862.247	18,2	124,9	175.497.790	39,2	97,0	162.691.508	41,6	92,7	90,0
2885	2.117.800	0,3	542.268	0,1	25,6	531.022	0,1	97,9	531.022	0,1	100,0	97,9
2886	100.000	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	-	0	0,0	0,0	-
3007	11.300.000	1,5	7.453.954	0,8	66,0	2.491.394	0,6	33,4	1.227.614	0,3	49,3	16,5
3014	239.471.359	31,6	179.591.359	18,1	75,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
3054	100.000	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	-	0	0,0	0,0	-
3056	1.100.000	0,1	105.000	0,0	9,5	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
3060	200.000	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	-	0	0,0	0,0	-
3087	2.740.000	0,4	991.050	0,1	36,2	351.049	0,1	35,4	98.189	0,0	28,0	9,9
3119	10.200.000	1,3	25.840.000	2,6	253,3	3.509.488	0,8	13,6	3.151.418	0,8	89,8	12,2
3126	0	0,0	1.000.000	0,1	-	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
3128	5.665.730	0,7	8.886.074	0,9	156,8	6.437.569	1,4	72,4	6.437.569	1,6	100,0	72,4
3133	1.400.000	0,2	0	0,0	0,0	0	0,0	-	0	0,0	0,0	-
3134	1.500.000	0,2	34.800.000	3,5	2320,0	10.655.744	2,4	30,6	10.655.744	2,7	100,0	30,6
3179	570.000	0,1	499.999	0,1	87,7	434.686	0,1	86,9	222.959	0,1	51,3	44,6
3181	15.000	0,0	90.082	0,0	600,5	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
3182	9.397.101	1,2	22.467.002	2,3	239,1	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
3197	200.000	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	-	0	0,0	0,0	-
3205	250.000	0,0	851.946	0,1	340,8	851.945	0,2	100,0	851.945	0,2	100,0	100,0
3207	1.500.000	0,2	5.000.000	0,5	333,3	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
3361	1.810.000	0,2	143.564	0,0	7,9	143.563	0,0	100,0	9	0,0	0,0	0,0
3467	3.000.000	0,4	8.497.634	0,9	283,3	5.708.896	1,3	67,2	4.043.196	1,0	70,8	47,6
3711	1.210.000	0,2	1.612.465	0,2	133,3	480.489	0,1	29,8	219.762	0,1	45,7	13,6
4002	550.000	0,1	1.548.570	0,2	281,6	998.560	0,2	64,5	997.591	0,3	99,9	64,4
4039	8.931.200	1,2	9.428.459	0,9	105,6	6.139.707	1,4	65,1	6.139.707	1,6	100,0	65,1
4125	8.667.091	1,1	2.199.575	0,2	25,4	1.199.575	0,3	54,5	799.716	0,2	66,7	36,4
4195	3.805.310	0,5	4.948.532	0,5	130,0	4.922.457	1,1	99,5	4.922.457	1,3	100,0	99,5
4233	200.000	0,0	44.981	0,0	22,5	44.980	0,0	100,0	44.980	0,0	100,0	100,0
4993	100.000	0,0	125.038	0,0	125,0	100.948	0,0	80,7	100.948	0,0	100,0	80,7
5002	1.000.000	0,1	93.623	0,0	9,4	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
5071	150.000	0,0	150.000	0,0	100,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0

TABELA 11 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DOS OES 001, 002 E 004, POR AÇÃO R$1,00

AÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A) %	EMPENHADO (C)		(C/B) %	LIQUIDADO (D)		(D/C) %	(D/B) %
	VALOR	%*	VALOR	%*		VALOR	%*		VALOR	%*		
5902	4.650.000	0,6	7.485.378	0,8	161,0	1.573.737	0,4	21,0	1.573.737	0,4	100,0	21,0
7028	100.000	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	-	0	0,0	0,0	-
7220	24.940.290	3,3	39.239.027	4,0	157,3	9.813.332	2,2	25,0	4.603.823	1,2	46,9	11,7
8505	838.830	0,1	838.830	0,1	100,0	95.226	0,0	11,4	95.226	0,0	100,0	11,4
TOTAL	758.026.491		992.706.546		131,0	447.449.243		45,1	390.621.986		87,3	39,3

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – 09/01/2013

* Percentual do valor de cada Ação em relação ao total dos Objetivos Específicos 001,002 e 004

Observa-se que, das 42 Ações que terminaram o exercício com Despesa Autorizada não nula, 11, ou seja, 26,2%, não tiveram valores empenhados.

A Tabela 12 traz a execução das Ações vinculadas aos Objetivos Específicos selecionados, presentes no Orçamento de Investimento. Ressalta-se que a Unidade Orçamentária das três Ações apresentadas foi a TERRACAP.

Observa-se que as Ações 3361 – CONSTRUÇÕES DE PONTES e 5902 – CONSTRUÇÕES DE VIADUTOS tiveram suas dotações iniciais canceladas e finalizaram o exercício sem Despesa Autorizada. A Ação 1475 – RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS apresentou um acréscimo de 60,6% na sua Dotação Inicial e executou quase que a totalidade dos recursos autorizados.

TABELA 12 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO R$1,00

AÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A) %	EXECUTADO (C)		(C/B) %
	VALOR	%*	VALOR	%*		VALOR	%*	
1475	12.000.000	54,5	19.267.000	100,0	160,6	17.714.157	100,0	91,9
3361	5.000.000	22,7	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
5902	5.000.000	22,7	1	0,0	0,0	0	0,0	0,0
TOTAL	22.000.000		19.267.001		87,6	17.714.157		91,9

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – 21/01/2013

* Percentual do valor de cada Ação em relação ao total dos Objetivos Específicos 001,002 e 004

II.5 – EXECUÇÃO FÍSICA DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS 001,002 E 004

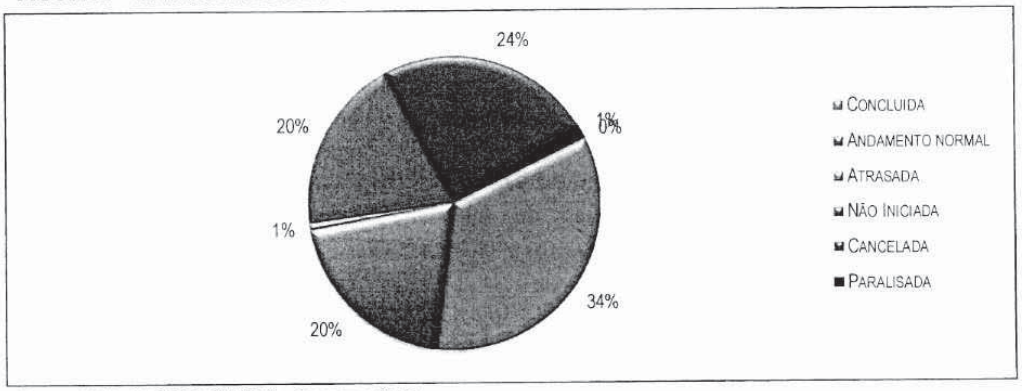
O acompanhamento da realização física da ação governamental é realizado por meio do Sistema de Acompanhamento Governamental – SAG. No referido sistema devem ser

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 000290

cadastradas etapas para todo Subtítulo com despesa autorizada não nula. As etapas possuem metas e datas previstas de início e fim, sendo que, as atualizações quanto às informações de realização física e/ou possíveis causas de desvio em relação ao previsto são feitas bimestralmente. Os Objetivos Específicos selecionados para o Programa 6216 apresentaram, em 2012, um total de 149 etapas cadastradas.

Na Figura 1, demonstra-se, estatisticamente, o estágio de execução das etapas cadastradas nos Objetivos Específicos 001, 002 e 004 ao final do exercício.

FIGURA 1 – ESTÁGIO DAS ETAPAS CADASTRADAS NO SAG AO FINAL DO EXERCÍCIO



FONTE: SIGGO/SAG/DISCOVERER – 6°BIMESTRE/2012

Conforme figura, percebe-se que, do total de 149 etapas cadastradas nos três Objetivos Específicos, apenas 51 foram "concluídas" e 30 estavam em "andamento normal", perfazendo assim 54,3% em andamento considerado regular.

III – ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA

Os trabalhos de auditoria foram realizados no período de maio de 2012 a fevereiro de 2013 e foram utilizados os seguintes procedimentos: análise de processos, pesquisa no Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGo, emissão de Solicitações de Auditoria e reuniões com os responsáveis pela execução das Ações do Objetivos Específicos 001, 002 e 004 do Programa Temático 6216.

Devido ao grande quantitativo de Ações Orçamentárias que compõem os três Objetivos Específicos selecionados, fez-se necessário auditar uma amostra do total das Ações. A seleção encontra-se na tabela a seguir.

TABELA 13 – AMOSTRA DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS AUDITADAS

Ação		
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÃO	DESCRIÇÃO
001	1794	IMPLANTAÇÃO DO VLP – EIXO SUL
001	3119	IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO (LINHA VERDE)- EIXO OESTE
001	3182	REFORMAS DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS
001	7220	CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS
001 E 002	3467	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS
001 E 004	2316	MANUTENÇÃO DE OBRAS DE ARTES ESPECIAIS
001 E 004	4039	MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS
001 E 004	5902	CONSTRUÇÃO DE VIADUTO
002	1144	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA FERROVIÁRIO DE INTEGRAÇÃO
002	2756	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SISTEMA FERROVIÁRIO
002	3007	AMPLIAÇÃO DA LINHA 1 DO METRÔ
002	3014	IMPLANTAÇÃO DO VLT
002	4125	MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA METROVIÁRIO
004	1347	CONSTRUÇÃO DE PASSARELAS
004	1460	IMPLANTAÇÃO DE RODOVIAS
004	1475	RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS
004	1689	CONSTRUÇÃO DO ANEL VIÁRIO
004	4195	MANUTENÇÃO DAS RODOVIAS DO DF
004	1968	ELABORAÇÃO DE PROJETOS

As avaliações da eficácia e eficiência foram realizadas conforme as metodologias descritas a seguir:

a) Eficácia: foi utilizada a metodologia padronizada de cálculo do Indicativo de Eficácia do Conjunto das Ações – IE, considerando-se a realização das etapas cadastradas no SAG e os valores de dotação inicial e de despesa autorizada;

b) Eficiência: verificaram-se os produtos e a relação destes com o programa, a qualidade dos mesmos, o custo efetivamente realizado em relação ao valor inicialmente contratado, bem como o prazo de execução.

IV – RESULTADOS E ANÁLISES

Para fins de organização e melhor visualização dos resultados, dividiu-se esse item por Ação.

SPL PROC 009 /2013 Folha Nº 003291 - Paula

AÇÃO 1144 – IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA FERROVIÁRIO DE INTEGRAÇÃO

Segundo a Secretaria de Obras do DF, unidade responsável pela Ação, a inclusão desta na LOA 2012 foi proposta num cenário da existência de necessidade de alocação de recursos para os estudos de implantação de transporte ferroviário de passageiros no trecho Luziânia-Brasília.

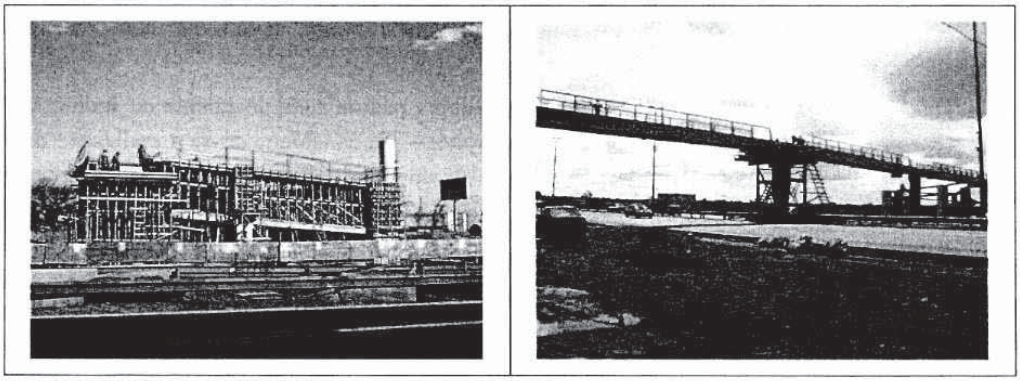
Posteriormente, foi firmado um Acordo de Cooperação entre a União, o Distrito Federal, o Estado de Goiás e outros órgãos que, dentre outras coisas, definiu a participação do Governo do Distrito Federal apenas como colaborador, sem inicialmente ter que assumir obrigações financeiras.

AÇÃO 1347– CONSTRUÇÃO DE PASSARELAS

Conforme o previsto para 2012 no Plano Plurianual, a meta a ser alcançada era de uma passarela construída. Já no SAG, a previsão era de quatro passarelas de estrutura mista (concreto e ferro), mas apenas duas foram efetivamente construídas.

Uma delas se encontra na DF-095 (EPCL) próximo ao CEASA e em dezembro de 2012 estava totalmente construída. Na Figura 2 são apresentados registros fotográficos de dois momentos da construção, em agosto e novembro de 2012.

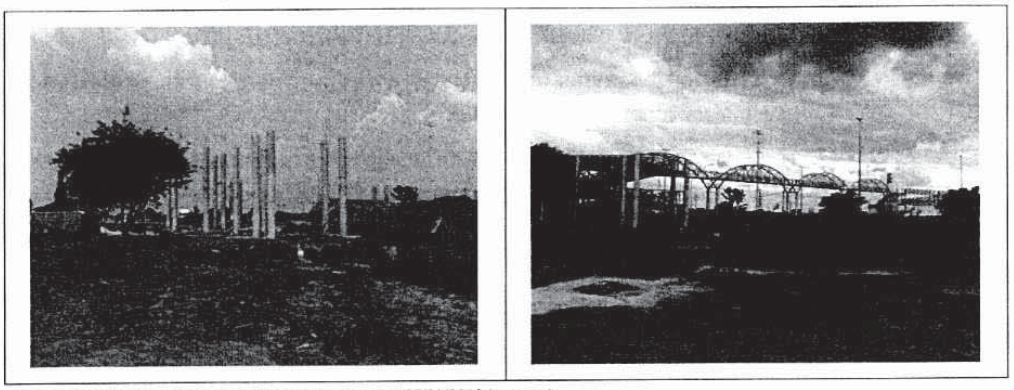
FIGURA 2 – CONSTRUÇÃO DE PASSARELA NA DF-095



REGISTRO FOTOGRÁFICO EM 14/08/2012 (ESQUERDA) E 20/11/2012 (DIREITA)

A outra passarela encontra-se na DF-001, trecho BR-060 e a DF- 075, próximo à primeira Avenida da Samambaia. Em janeiro a construção estava praticamente finalizada, conforme figuras a seguir.

FIGURA 3 – CONSTRUÇÃO DE PASSARELA NA DF-001



REGISTRO FOTOGRÁFICO EM 16/08/2012 (ESQUERDA) E 07/01/2013 (DIREITA)

AÇÃO 1460 – IMPLANTAÇÃO DE RODOVIAS

Esta Ação é de responsabilidade do DER-DF e foi bastante comprometida no aspecto do atingimento das metas, pois havia, segundo o SAG, uma previsão de sete implantações de rodovias em 2012, sendo que apenas duas foram implantadas.

Uma delas foi o trecho entre a DF-190 e o Núcleo Rural Boa Esperança, e a outra foi a implantação e pavimentação da DF- 459, uma via de ligação entre Ceilândia e Samambaia, perfazendo assim 5,44 km implantados do total de 10 km previstos no SAG.

O principal motivo do não atingimento das metas foi, sem dúvida, a limitação orçamentária da Ação no início do exercício, pois o recurso previsto na dotação inicial, R$11,8 milhões, foi reduzido para R$ 9,5 milhões, os quais tiveram liquidação de 93,4%.

AÇÃO 1475 – RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS

Também de responsabilidade do DER-DF, esta Ação tinha inicialmente a previsão de 41 obras, ou seja, 41 rodovias a serem recuperadas de alguma forma no Distrito Federal. Dessas, apenas 15 foram totalmente concluídas, conforme itens abaixo:

a) Adequação da curva de acesso na interseção da DF-025 (Lago Sul);

b) Recuperação da rodovia DF-280 trecho BR-060 a divisa DF/GO (Santo Antônio do Descoberto - GO);

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003292

c) Construção dos viadutos e contenção dos taludes no acesso ao bairro Grande Colorado na DF-150, trecho entre seu entroncamento com as BR-010/BR-020/ BR-030/DF-003 – BR-450 (EPIA) e DF-001;

d) Construção dos muros de contenção e viadutos na DF-150, no trecho do seu entroncamento com a DF-425;

e) Duplicar e recuperar a DF-150, no trecho entre o entroncamento do acesso a Sobradinho II e o entroncamento com a DF-205;

f) Duplicar e recuperar a DF-150, no trecho entre o entroncamento das DF-003/BR-450/DF-001 e o entroncamento com a avenida 425;

g) Duplicar e recuperar a DF-150, no trecho entre o entroncamento da avenida 425 e o entroncamento com acesso a Sobradinho II;

h) Duplicar e recuperar a DF-079, trecho viaduto do Metrô até a DF-075 (Águas Claras);

i) Instalação de abrigo de ônibus em rodovias do Distrito Federal (BR-020, BR-060 e Estrada fazendinha)

j) Pavimentar a DF-125, trecho entre o entroncamento com a marginal da BR-251 e restauração da via de ligação entre a DF-125 e a BR-251;

k) Implantação e sinalização de ciclovia e restauração da DF-001, trecho entre o entroncamento da DF-025 na Barragem do Paranoá;

l) Duplicar a BR-060, trecho DF-001 a divisa DF/GO;

m) Duplicar e recuperar a BR-020, trecho entre Planaltina e a divisa DF/GO;

n) Pavimentação de trecho entre a DF-0190 e o Núcleo Rural Boa Esperança;

o) Implantação de via de ligação entre Ceilândia e Samambaia (DF-459);

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 000392 Visto

Em análise às obras que foram efetivamente realizadas em 2012, percebe-se que algumas não guardam relação com a descrição da Ação, como, por exemplo:

- "c" (construção dos viadutos e contenção dos taludes);
- "d" (construção dos muros de contenção);
- "i" (instalação de abrigo de ônibus em rodovias) e
- "k" (implantação e sinalização de ciclovia).

Tais obras deveriam ter sido alocadas em outras Ações dentro do mesmo programa, tais como 5902 – CONSTRUÇÃO DE VIADUTOS, 1506 – CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS PARA PASSAGEIROS DE ÔNIBUS e 3090 – IMPLANTAÇÃO DE CICLOVIAS. A explicação do DER

para tais alocações é que esses itens foram licitados em conjunto com a recuperação propriamente dita das rodovias, não podendo assim, separá-los.

A TERRACAP também participou da execução dessa Ação por meio orçamento de investimento, conforme Tabela 12, com execução de R$17,7 milhões. Somando-se com o valor liquidado de R$41,5 milhões proveniente do orçamento fiscal, teve-se para essa importante Ação a execução financeira de R$59,2 milhões.

Tem-se como concluída em 2012 a manutenção de vias e logradouros para recuperação asfáltica e drenagem pluvial em diversas cidades satélites, tais como: Cruzeiro, Sudoeste, Octogonal, SIA, SCIA, São Sebastião, Jardim Botânico, Varjão, Sobradinho I e II, Paranoá, Planaltina, dentre outras.

No que tange ao cumprimento da meta prevista para essa Ação, mesmo que 15 obras das 41 inicialmente previstas tenham sido totalmente concluídas, conseguiu-se ultrapassar a meta de 82 km, alcançando 118 km. Esse fato indica que o planejamento da Ação foi mal formulado.

AÇÃO 1689 – CONSTRUÇÃO DO ANEL VIÁRIO

Essa importante Ação do PPA encontra-se paralisada devido à falta de recursos orçamentários para elaboração do projeto básico referente à construção e adequação das rodovias que o integram.

O Anel Viário integrará diversos trechos de rodovias dos estados vizinhos ao DF e rodovias Distritais perfazendo pouco mais de 300 quilômetros de extensão.

No PPA vigente, havia a previsão de construção de 25 quilômetros do anel viário, no entanto as obras não foram realizadas, resultando em desperdício orçamentário R$15,3 milhões.

AÇÃO 1794 – IMPLANTAÇÃO DO VLP – EIXO SUL

As obras e serviços referentes ao Veículo Leve sobre Pneus – VLP estão em andamento, conforme a Figura 4, e fazem parte da implantação do Sistema de Transporte de Passageiros entre as cidades do Gama, Santa Maria e Plano Piloto, objeto do Contrato nº 015/2009-METRÔ/DF, denominado Expresso – DF/BRT-Sul.

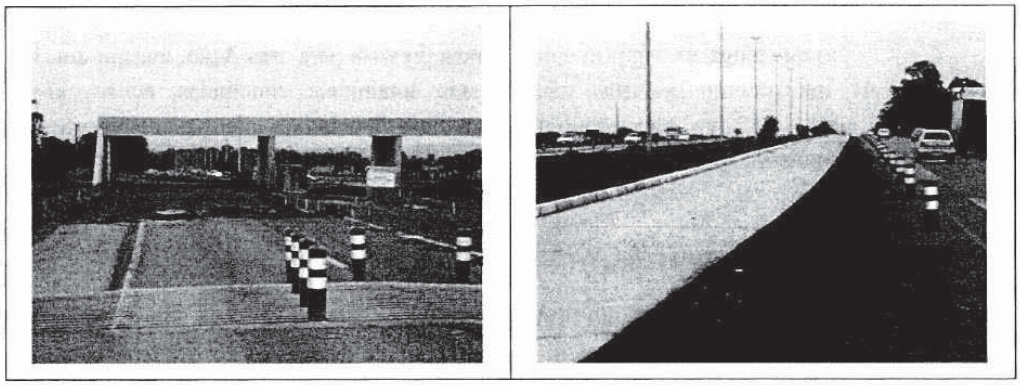
SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003293-

O Expresso – DF/BRT-Sul permite conexão direta entre as cidades acima citadas com a rodoviária do Plano Piloto e com o terminal da Asa Sul, passando pelas rodovias DF-480, DF-065, DF-003, DF-025 e DF-047 de modo a serem implantados cerca de 35 km de via exclusiva para o transporte público coletivo, em sistema BRT (Bus Rapid Tansit).

Considerando a medição feita na primeira quinzena de janeiro de 2013, conforme informado no SAG, há cerca de 6,5% da obra executada. A Secretaria de Transportes, órgão responsável pelas obras e serviços, estima o seu término para o final de 2013.

SFL PROC 039 /2013 Folha nº 000293 - Verso

FIGURA 4 – OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DO VLP NA BR 040



REGISTRO FOTOGRÁFICO EM 08/01/2013

AÇÃO 1968 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS

A referida Ação está inserida no Objetivo Específico 004 e tinha como meta prevista para o exercício 2012, conforme PPA vigente, a elaboração de cinco projetos.

Houve a elaboração de quatro projetos (básico/executivo), conforme exposto a seguir:

- Reforço da ponte do Braghetto: segundo dados do SAG encontra-se totalmente concluído;
- Pavimentação da rodovia DF-131: previsão de entrega para o final de fevereiro de 2013;

- Implantação do sistema de transporte coletivo de passageiros entre as cidades de Planaltina, Sobradinho e Plano Piloto (corredor Eixo Norte) com previsão de término para abril de 2014;
- Construção e adequação das rodovias integrantes do anel viário do DF e que, segundo o DER, se encontra paralisado por falta de recursos orçamentários.

AÇÃO 2316 - MANUTENÇÃO DE OBRAS DE ARTES ESPECIAIS

A Ação contou com dois Subtítulos, no entanto, nenhum deles apresentou execução.

O Subtítulo 0001 – MANUTENÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS-PONTES/PASSARELAS/VIADUTOS EM RODOVIAS DO DISTRITO FEDERAL tinha como Unidade Gestora o DER e finalizou o exercício com Despesa Autorizada nula, motivo pelo qual sua única etapa cadastrada no SAG foi cancelada.

O Subtítulo 0006 – MANUTENÇÃO DE OBRAS DE ARTE ESPECIAIS – PONTES PASSARELAS E VIADUTOS – PONTE JK – LAGO SUL tinha como Unidade Gestora a NOVACAP. Os recursos tinham como fonte o Convênio nº 072/2011 firmado com a TERRACAP. Apesar de terminar o ano com R$4,1 milhões de Despesa Autorizada, não foi incluída etapa no SAG e nem houve execução orçamentário-financeira para o Programa de Trabalho.

AÇÃO 2756 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO SISTEMA FERROVIÁRIO

Esta Ação é certamente, pelo seu objeto, uma das principais Ações sob a responsabilidade do METRÔ/DF, bem como uma das mais expressivas, orçamentariamente, que compõem o Programa de Governo auditado.

Observando o SAG, relativamente a esta Ação, observa-se que houve cerca de 111.045 viagens realizadas. Confrontando com a meta prevista para 2012 no PPA vigente (117.800 viagens) fica demonstrado um quantitativo menor de viagens em cerca de 6.755.

Em 06/08/2012 foi publicado o edital de Concorrência Pública nº 001/2012 – METRÔ-DF, tipo técnica e preço, para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, aferida por índices e indicadores de desempenho, incluindo o fornecimento de materiais, com abertura prevista para 24/09/2012.

SEI/PROC 039 /2013 Folha Nº 003294

Em 14/09/2012 a referida concorrência foi suspensa para análise e ajustes do edital e do projeto básico, tendo em vista dificuldade das proponentes em encontrarem peças sobressalentes no mercado, devido à obsolescência de componentes do sistema.

Em função disso, o Contrato nº 016/2007 entre o METRÔ/DF e o Consórcio Metromam (Simens e Serven) foi renovado em setembro de 2012 com novo prazo de término para 30/09/2013 e com uma cláusula que assegura ao METRÔ/DF rescindir o contrato quando da conclusão do procedimento licitatório.

Com o intuito de manter um nível seguro de estoques de peças sobressalentes, técnicos do METRÔ/DF efetuaram uma visita técnica ao Metrô-SP a fim de inspecionar o estoque peças, analisar suas compatibilidades, solicitar algumas delas em caráter de teste e fechar o quantitativo de peças a serem adquiridas.

Observa-se pela Tabela 11 que 90% da Despesa Autorizada para a Ação foi liquidada.

SFL PROC 039 /2013 Folha Nº 003294-Verso

AÇÃO 3007 - AMPLIAÇÃO DA LINHA 1 DO METRÔ

A meta prioritária para o período que o PPA abrange é a ampliação e complementação do traço inicial da linha, incrementando o trecho de Ceilândia com duas novas estações, bem como o de Samambaia com também mais duas. Além disso, os trens chegarão à Asa Norte onde sua primeira estação será construída nas proximidades do setor Comercial Norte.

Segundo o METRÔ, a previsão para entrega dos projetos básico e executivo são respectivamente abril e dezembro de 2013. Esses novos prazos previstos pela Companhia, resultaram em uma baixa execução orçamentária, pois dos quase R$7,5 milhões autorizados a gastar em 2012, pouco mais de R$1,2 milhão foi efetivamente liquidado no referido exercício.

AÇÃO 3014 - IMPLANTAÇÃO DO VLT

Pode-se dizer que o Veículo Leve sobre Trilhos – VLT é uma espécie de "bonde moderno". Sua finalidade é fazer a distribuição da demanda nas Asas Sul e Norte e ainda complementar os demais sistemas de transporte hoje em implantação no Distrito Federal.

A implantação da linha 1 do VLT, ligando o aeroporto Internacional de Brasília até o terminal Asa Norte, passando pela W3, num percurso de 22,5 Km, será subdividida em três trechos:

- Trecho 1: liga o aeroporto ao terminal Asa sul;
- Trecho 2: liga o terminal Asa sul ao Setor Comercial norte;
- Trecho 3: liga o Setor Comercial norte ao terminal Asa Norte.

O VLT estava inserido inicialmente nas obras de mobilidade urbana destinadas à Copa do Mundo de 2014 e à copa das Confederações de 2013, mas, devido a atrasos nas gestões do governo em virtude de diversos projetos relacionados ao PAC, só em julho de 2012 o METRÔ recebeu determinação para agilizar os procedimentos licitatórios, acarretando assim, prejuízos no cronograma para a implantação do VLT.

Diante dos fatos que geraram atrasos, o Comitê Gestor do PAC decidiu, em outubro de 2012, realocar as obras do VLT incluindo-as na carteira de empreendimentos do PAC 2 (PAC Mobilidade) e estimando o início do processo licitatório para o primeiro semestre de 2013.

AÇÃO 3119 - IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR DE TRANSPORTE COLETIVO (LINHA VERDE)

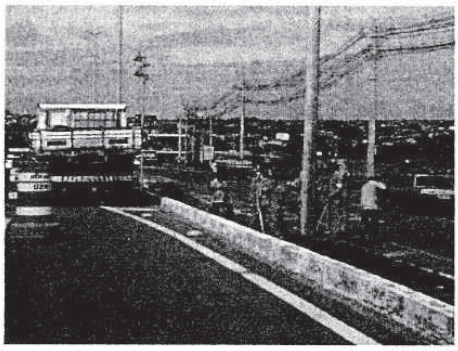
No PPA vigente, está previsto implantar 38% (19 km) do total de obras e serviços no exercício de 2012 referentes à implantação do Corredor (Linha Verde) – Eixo Oeste como um todo que perfaz cerca de 50 km.

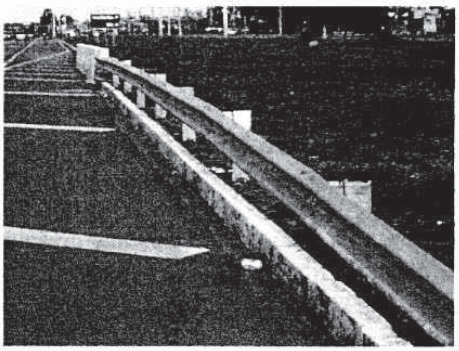
A Estrada Parque Taguatinga – EPTG é a principal via rodoviária que compõe a Linha Verde, representando 25% do Eixo Oeste. Sobre as demais vias que virão a compor o Corredor Oeste, a execução das respectivas obras está sob a responsabilidade da Secretaria de Obras, desde a contratação até a execução e sua implantação definitiva, no âmbito do "PAC da Mobilidade – Grandes Cidades".

Segundo a Secretaria de Transportes, especificamente para 2012, estavam previstas, além da conclusão das obras da EPTG (12,5 quilômetros); a execução de 50% (3,75 quilômetros) das obras projetadas para a Av. Hélio Prates (Taguatinga/Ceilândia), com aproximadamente 7,5 km, e 50% (2,75 quilômetros) das obras para a Estrada Parque Indústrias Gráficas – EPIG com aproximadamente 5,5 quilômetros.

Quanto à EPTG, observa-se que a meta encontra-se praticamente alcançada, à exceção dos serviços complementares de implantação das defensas metálicas, dos quais ainda restam 25% a serem instalados. De acordo com o SAG, no começo de janeiro de 2013, os serviços de implantação de grama, passeios e taludes, drenagem pluvial e sinalização viária estavam totalmente concluídos.

FIGURA 5 – IMPLANTAÇÃO DO CORREDOR LINHA VERDE (EIXO OESTE)





REGISTRO FOTOGRÁFICO EM 13/11/2012

Diante de uma análise orçamentária baseada na Tabela 11, percebe-se que houve uma baixíssima execução, pois a relação entre o montante liquidado e autorizado foi de apenas 12,2%. O motivo dessa baixa execução se deve principalmente ao não-atingimento das metas das obras previstas em relação às obras na Av. Hélio Prates e EPIG, que nada foi feito, por exemplo.

AÇÃO 3182 - REFORMA DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS

As unidades orçamentárias responsáveis pela execução da Ação são a Secretaria de Transportes e o Fundo de Transporte Público Coletivo do DF.

Inicialmente, havia uma previsão para começo das reformas de terminais rodoviários para setembro de 2012, mas devido aos atrasos diante da necessidade de atendimento às determinações da Decisão nº 3.650/2012 do TCDF, o início das reformas ficou previsto para o começo de 2013.

Os terminais que estão na iminência de serem reformados são Guará I e II, Paranoá, Planaltina, Cruzeiro Novo, Núcleo Bandeirante e Taguatinga Norte e Sul.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003295-Verso

Como consequência dos já mencionados atrasos, não houve execução orçamentária no exercício de 2012, resultando em um desperdício orçamentário de R$ 22,5 milhões, conforme Tabela 11.

AÇÃO 3467 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS

Esta Ação está contemplada nos Objetivos Específicos 001 e 002, sendo que para o Objetivo 001 a unidade orçamentária responsável é a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília –TCB e para o Objetivo 002, o DER -DF.

A TCB adquiriu, nessa rubrica, três propulsoras e dois baldes para despejo de óleo. Já o DER adquiriu uma máquina de demarcação a frio para pintura de faixa de pedestres, uma escavadeira hidráulica sobre esteiras, uma roçadeira rebocável, um compactador vibratório autopropelido, uma motoniveladora, uma pá carregadeira, dentre outras.

Baseado nos trabalhos em campo e do acompanhamento orçamentário-financeiro, conclui-se que houve uma regular realização da Ação no decorrer do exercício de 2012.

AÇÃO 4039 - MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS

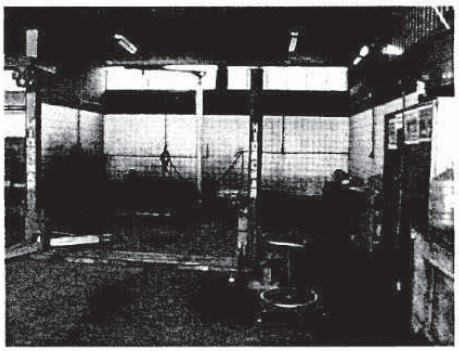
A Unidade Orçamentária desta Ação é a TCB que a dividiu em duas Etapas:

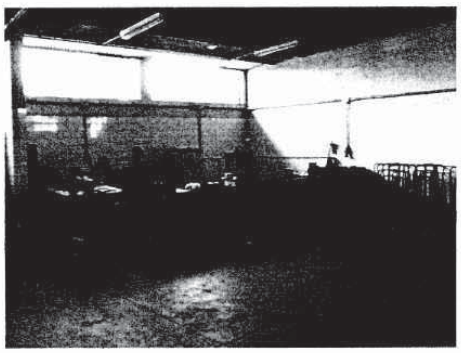
- Pagamento de Encargos Financeiros: durante o período auditado por esta equipe, observou-se um andamento normal desta etapa orçamentária com pagamentos de IPVA e seguros obrigatórios dos veículos da TCB.
- Manter veículos da TCB: por meio do acompanhamento, pelo SIGGO, da emissão de notas de empenho nesta etapa, constatou-se que foram adquiridas peças para os veículos da frota operacional, aquisição de combustíveis e acessórios em geral para a manutenção propriamente dita.

Somando-se o acompanhamento ao longo do exercício com a regular execução orçamentária (65% liquidado do montante autorizado), conclui-se por uma realização satisfatória da Ação.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003096 - Paulo

FIGURA 6 – MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS





REGISTRO FOTOGRÁFICO EM 19/10/2012

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003296-Verso

AÇÃO 4125 - MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA METROVIÁRIO

Ação realizada com pouca expressividade no exercício de 2012, pois houve compra de seis inversores no primeiro bimestre do ano. O montante previsto inicialmente era de R$ 8,7 milhões, tendo sido autorizado cerca de R$ 2,2 milhões. Destes, foram liquidados apenas 36,4%, contribuindo para aumentar o desperdício orçamentário no exercício.

No Plano Plurianual, o produto da Ação é "sistema melhorado" o que não permite clareza sobre os planos da unidade responsável pela Ação, que no caso é o METRÔ.

AÇÃO 4195 - MANUTENÇÃO DAS RODOVIAS DO DF

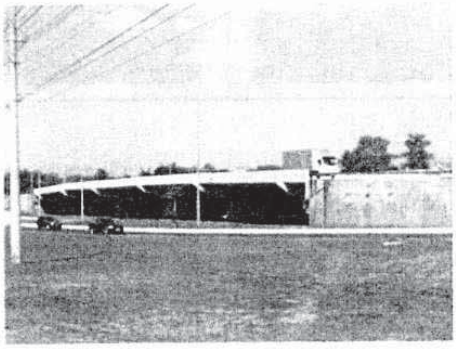
Segundo o PPA, havia previsão de 325 quilômetros de rodovias a serem recuperadas em 2012. No SAG, não foi lançado quantos quilômetros efetivamente foram mantidos, foram lançados os materiais que foram usados na referida manutenção, o que comprometeu, primeiramente, a possibilidade de medir o atingimento da meta dessa Ação. As unidades que quantificam o alcance das metas são divergentes entre os instrumentos de planejamento, o que compromete a transparência das informações de alcance público. Questionado sobre a extensão da manutenção, o DER informou que executou a manutenção em cerca de 1800 km de rodovias no DF.

AÇÃO 5902 – CONSTRUÇÃO DE VIADUTOS

Esta Ação se insere nos Objetivos Específicos 001 e 004 e tem como unidade responsável o DER-DF.

Conforme o SAG, a quantidade inicial de viadutos a serem construídos era de seis, mas houve apenas a construção do viaduto na DF-075(EPNB) que teve sua obra encerrada em agosto de 2012, conforme foto em seguida.

FIGURA 7 – CONSTRUÇÃO DE VIADUTOS



REGISTRO FOTOGRÁFICO EM 10/10/2012

A execução física de um sexto da meta prevista resultou em um desperdício orçamentário na ordem de R$ 5,9 milhões.

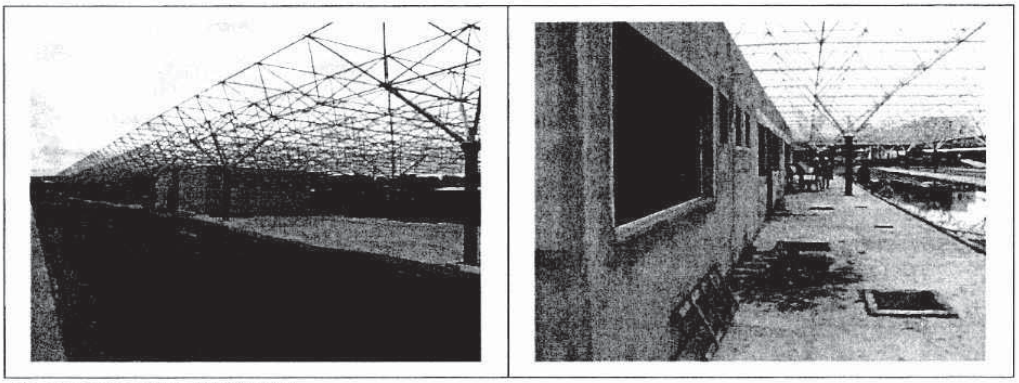
AÇÃO 7220 - CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS

Inicialmente, sua conclusão estava prevista no SAG para abril de 2012, mas tal prazo não se cumpriu devido a suspensões, pelo Tribunal de Contas no DF, do procedimento licitatório, conforme Decisões nº 3.958/2012 e nº 4.095/2012.

Diante deste cenário, o início das obras dos novos terminais foi alterado para o início de 2013. Apenas o terminal do Setor O, na Ceilândia, teve início das obras, com previsão para término em dezembro de 2012, conforme o SAG, mas a Secretaria de Transportes atualizou a previsão de término para janeiro de 2013 (Figura 8).

SP_ PREC 039 /2013 Folha Nº 003397

FIGURA 8 – CONSTRUÇÃO DE TERMINAL RODOVIÁRIO



REGISTRO FOTOGRÁFICO EM 05/11/2012

As cidades a serem contempladas serão: Gama Leste, Sobradinho II, Recanto das Emas I e II, Samambaia Norte e Sul e Riacho Fundo II.

Como apenas as obras na Ceilândia foram iniciadas, houve também baixa execução orçamentária e, consequentemente, desperdício orçamentário em torno de R$29,4 milhões, conforme Tabela 11.

IV.1 – ANÁLISE DA EFICÁCIA

Para avaliação da eficácia dos Programas de Governo foi estabelecida uma metodologia de cálculo do Indicativo de Eficácia do Conjunto das Ações – IE, que representa o grau de alcance das metas pretendidas para os Objetivos Específicos selecionados.

Na Tabela 14 é apresentada a última etapa de cálculo para se chegar ao Indicativo de Eficácia do Conjunto de Ações – IE dos Objetivos Específicos selecionados para o Programa 6216.

TABELA 14 – CÁLCULO DO INDICATIVO DE EFICÁCIA DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS 001, 002 E 004

AÇÃO	REALIZAÇÃO SAG	REALIZAÇÃO CONSIDERADA (A)	DOTAÇÃO INICIAL (DI)	DESPESA AUTORIZADA (DA)	VALOR ACUMULADO (VA = DI+DA)	PESO(1) (P)	CONTRIBUIÇÃO DE CADA AÇÃO PARA O IE (P*A)
1142	55,8%	55,8%	1.957.000	7.623.466	9.580.466	0,5%	0,3%
1144	0,0%	0,0%	2.430.000	2.430.000	4.860.000	0,3%	0,0%
1223	0,0%	0,0%	1.350.899	0	1.350.899	0,1%	0,0%
1226	16,9%	16,9%	400.000	252.250	652.250	0,0%	0,0%

TABELA 14 – CÁLCULO DO INDICATIVO DE EFICÁCIA DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS 001, 002 E 004

AÇÃO	REALIZAÇÃO SAG	REALIZAÇÃO CONSIDERADA (A)	DOTAÇÃO INICIAL (DI)	DESPESA AUTORIZADA (DA)	VALOR ACUMULADO (VA = DI+DA)	PESO[1] (P)	CONTRIBUIÇÃO DE CADA AÇÃO PARA O IE (P*A)
1230	0,0%	0,0%	200.000	0	200.000	0,0%	0,0%
1347	42,3%	42,3%	2.500.000	8.205.987	10.705.987	0,6%	0,3%
1460	12,6%	12,6%	11.850.000	9.536.847	21.386.847	1,2%	0,1%
1475	65,7%	65,7%	52.200.000	89.844.846	142.044.846	7,9%	5,2%
1506	30,9%	30,9%	230.000	6.250.000	6.480.000	0,4%	0,1%
1689	0,0%	0,0%	4.836.387	15.235.566	20.071.953	1,1%	0,0%
1794	10,7%	10,7%	189.500.000	305.500.466	495.000.466	27,6%	3,0%
1816	0,0%	0,0%	1.000.000	4.613.487	5.613.487	0,3%	0,0%
1968	77,8%	77,8%	3.331.622	5.774.682	9.106.304	0,5%	0,4%
2316	0,0%	0,0%	4.200.000	4.100.000	8.300.000	0,5%	0,0%
2319	0,0%	0,0%	50.000	0	50.000	0,0%	0,0%
2329	0,0%	0,0%	100.000	0	100.000	0,0%	0,0%
2725	100,0%	100,0%	1.247.426	7.269.292	8.516.718	0,5%	0,5%
2756	100,0%	100,0%	144.863.446	180.862.247	325.725.693	18,2%	18,2%
2885	100,0%	100,0%	2.117.800	542.268	2.660.068	0,1%	0,1%
2886	0,0%	0,0%	100.000	0	100.000	0,0%	0,0%
3007	100,0%	100,0%	11.300.000	7.453.954	18.753.954	1,0%	1,0%
3014	0,0%	0,0%	239.471.359	179.591.359	419.062.718	23,4%	0,0%
3054	0,0%	0,0%	100.000	0	100.000	0,0%	0,0%
3056	0,0%	0,0%	1.100.000	105.000	1.205.000	0,1%	0,0%
3060	0,0%	0,0%	200.000	0	200.000	0,0%	0,0%
3087	83,3%	83,3%	2.740.000	991.050	3.731.050	0,2%	0,2%
3119	0,0%	0,0%	10.200.000	25.840.000	36.040.000	2,0%	0,0%
3126	0,0%	0,0%	0	1.000.000	1.000.000	0,1%	0,0%
3128	100,0%	100,0%	5.665.730	8.886.074	14.551.804	0,8%	0,8%
3133	0,0%	0,0%	1.400.000	0	1.400.000	0,1%	0,0%
3134	100,0%	100,0%	1.500.000	34.800.000	36.300.000	2,0%	2,0%
3179	12,4%	12,4%	570.000	499.999	1.069.999	0,1%	0,0%
3181	0,0%	0,0%	15.000	90.082	105.082	0,0%	0,0%
3182	0,0%	0,0%	9.397.101	22.467.002	31.864.103	1,8%	0,0%
3197	0,0%	0,0%	200.000	0	200.000	0,0%	0,0%
3205	100,0%	100,0%	250.000	851.946	1.101.946	0,1%	0,1%
3207	100,0%	100,0%	1.500.000	5.000.000	6.500.000	0,4%	0,4%
3361	4,4%	4,4%	6.810.000	143.564	6.953.564	0,4%	0,0%
3467	90,3%	90,3%	3.000.000	8.497.634	11.497.634	0,6%	0,6%
3711	31,1%	31,1%	1.210.000	1.612.465	2.822.465	0,2%	0,0%

EP_ PREC 039 /2013 Folha Nº 003298

TABELA 14 – CÁLCULO DO INDICATIVO DE EFICÁCIA DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS 001, 002 E 004

AÇÃO	REALIZAÇÃO SAG	REALIZAÇÃO CONSIDERADA (A)	DOTAÇÃO INICIAL (DI)	DESPESA AUTORIZADA (DA)	VALOR ACUMULADO (VA = DI+DA)	PESO[1] (P)	CONTRIBUIÇÃO DE CADA AÇÃO PARA O IE (P*A)
4002	100,0%	100,0%	550.000	1.548.570	2.098.570	0,1%	0,1%
4039	100,0%	100,0%	8.931.200	9.428.459	18.359.659	1,0%	1,0%
4125	100,0%	100,0%	8.667.091	2.199.575	10.866.666	0,6%	0,6%
4195	99,9%	99,9%	3.805.310	4.948.532	8.753.842	0,5%	0,5%
4233	100,0%	100,0%	200.000	44.981	244.981	0,0%	0,0%
4993	100,0%	100,0%	100.000	125.038	225.038	0,0%	0,0%
5002	100,0%	100,0%	1.000.000	93.623	1.093.623	0,1%	0,1%
5071	0,0%	0,0%	150.000	150.000	300.000	0,0%	0,0%
5902	11,2%	11,2%	9.650.000	7.485.379	17.135.379	1,0%	0,1%
7028	0,0%	0,0%	100.000	0	100.000	0,0%	0,0%
7220	99,4%	99,4%	24.940.290	39.239.027	64.179.317	3,6%	3,6%
8505	90,6%	90,6%	838.830	838.830	1.677.660	0,1%	0,1%
TOTAL			780.026.491	1.011.973.547	1.792.000.038[2]		39,4%[3]

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – 21/01/2013

[1] P= VA / VA_T [2] VA_T – Valor Acumulado Total [3] IE – Indicativo de Eficácia do Conjunto das Ações

De acordo com a tabela de atribuição de conceitos qualitativos ao IE, presente na Parte II do Relatório Geral, o valor de 39,4% obtido para o IE aponta para uma eficácia muito abaixo do previsto referente aos Objetivos Específicos selecionados em 2012.

Destacam-se alguns pontos que contribuíram para o resultado obtido:

- Das 52 Ações listadas, 21(40,4%) tiveram execução física nula;
- As duas Ações com maior peso no cálculo do IE, 1794 e 3014, tiveram respectivamente, 10,7% e 0% de execução física;
- No orçamento Fiscal, 52% da Despesa Autorizada foram provenientes de fontes de Convênios ou Operações de Crédito. Esses recursos, apesar de serem contabilizados como "Despesa Autorizada" quando da assinatura dos acordos, muitas vezes não ficam disponíveis no exercício previsto, impedindo assim a sua utilização pelos gestores;
- Conforme Figura 1, 46% das etapas cadastradas no SAG finalizaram o exercício com estágios "cancelada", "não iniciada", "atrasada" ou "paralisada".

IV.2 – ANÁLISE DA EFICIÊNCIA

Verifica-se que existe uma forte correlação entre o percentual da Despesa Autorizada liquidada (40,4%) e o Indicativo de Eficácia encontrado (39,4%). Caso a referida Despesa fosse considerada como o custo previsto para consecução das metas previstas, ter-se-ia uma primeira indicação de que os Objetivos Específicos selecionados foram executados de forma eficiente. No entanto, para concluir a avaliação de eficiência ainda ficaria faltando a análise quanto ao cumprimento dos prazos estabelecidos e quanto à qualidade dos produtos gerados. Observou-se que há recorrência de atrasos devidos a problemas técnicos e de gestão, acarretando assim determinações do TCDF no sentido de revisar os editais de licitações.

Logo, avalia-se que os Objetivos Específicos selecionados foram executados com eficiência abaixo do desejado.

V – CONCLUSÃO

Avalia-se que os Objetivos Específicos selecionados do Programa Temático 6216 – TRANSPORTE INTEGRADO E MOBILIDADE apresentaram eficácia muito abaixo da prevista e eficiência abaixo da desejada.

A avaliação final quanto à eficácia foi decorrente de três fatores:

- A execução financeira dos OEs selecionados correspondeu a 40,4% da Despesa Autorizada para os orçamentos Fiscal e de Investimento;
- O cálculo do Indicativo de Eficácia resultou em um valor de 39,4%;
- 46% das etapas cadastradas no SAG finalizaram o exercício em estágio de desvio (cancelada, não iniciada, atrasada ou cancelada).

SEI/GDF 039 /2013 Folha nº 003599

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO GOVERNAMENTAL, POR PROGRAMA
EXERCÍCIO 2012
PROGRAMA TEMÁTICO 6217 – SEGURANÇA PÚBLICA

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003299 - Verso

RESUMO

O Programa Temático 6217 – SEGURANÇA PÚBLICA, relacionado ao Macrodesafio – GARANTIR A SEGURANÇA PÚBLICA POR MEIO DO USO INTELIGENTE DE RECURSOS HUMANOS E TECNOLÓGICOS, visa preservar os direitos e garantias individuais por meio de ações destinadas ao aprimoramento da segurança pública, do Sistema Penitenciário e do atendimento à comunidade. Considerando a relevância do Programa Temático SEGURANÇA PÚBLICA para a sociedade, o montante dos recursos previstos no Plano Plurianual – PPA para esse Programa e a quantidade de Objetivos Específicos – OEs, nove no total, decidiu-se por distribuir a avaliação desses OEs ao longo dos quatro anos do PPA 2012/2015, sendo auditados em 2012 os Objetivos 001 e 002. O OE 001 visa "*promover a integração e modernização dos segmentos de segurança pública, reduzindo os níveis de violência de forma imediata e permanente*", enquanto que o OE 002 tem por objetivo "*preparar e coordenar ações de segurança pública, visando à recepção de grandes eventos no Distrito Federal*". Os referidos OEs são de responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública do DF e apresentaram Despesa Autorizada de R$56 milhões e Despesa Liquidada de R$3 milhões no ano de 2012. Os Objetivos Específicos 001 e 002 foram avaliados como ineficientes e com eficácia muito abaixo da prevista. Por fim, os resultados alcançados pelo Indicador 1050 – REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE demostram a efetividade das políticas públicas locais de segurança pública no ano de 2012.

I – CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PROGRAMA TEMÁTICO

O Programa Temático 6217 – SEGURANÇA PÚBLICA está relacionado ao Macrodesafio – GARANTIR A SEGURANÇA PÚBLICA POR MEIO DO USO INTELIGENTE DE

RECURSOS HUMANOS E TECNOLÓGICOS, de acordo com o que preconiza o Anexo II do Plano Plurianual – PPA 2012/2015.

O Objetivo Geral deste Programa Temático é preservar os direitos e garantias individuais por meio de ações destinadas ao aprimoramento da segurança pública, do Sistema Penitenciário e do atendimento à comunidade.

Na Tabela 1 são apresentadas as dotações iniciais e despesas autorizadas deste Programa Temático, por Unidade Orçamentária.

TABELA 1 – DOTAÇÃO INICIAL E DESPESA AUTORIZADA DO PROGRAMA TEMÁTICO, POR UO R$1,00

Unidade Orçamentária		Dotação Inicial (A)		Despesa Autorizada (B)		(B/A)
		Valor	% *	Valor	% *	%
11105	Administração Regional de Taguatinga (RA III)	300.000	0,2	140.050	0,1	46,7
11125	Administração Regional do Varjão (RA XXIII)	0	0,0	126.000	0,1	-
11131	Administração Regional do Setor de Indústria e Abastecimento (RA XXIX)	150.000	0,1	0	0,0	0,0
22101	Secretaria de Obras do Distrito Federal – SO	197.000	0,1	1.283.228	0,6	651,4
24101	Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal – SSP	85.915.450	67,5	108.771.856	54,4	126,6
24103	Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF	7.454.233	5,8	32.558.560	16,3	436,8
24104	Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF	6.315.627	4,9	13.845.191	6,9	219,2
24105	Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF	1.140.000	0,9	450.000	0,2	39,5
24202	Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP	13.760.795	10,8	16.451.278	8,2	119,6
24904	Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento da PMDF	883.542	0,6	5.059.763	2,5	572,7
24905	Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento do CBMDF	642.169	0,5	4.847.398	2,4	754,8
24906	Fundo de Modernização, Manutenção e Reequipamento da PCDF	6.400.000	5,0	7.344.965	3,7	114,8
24908	Fundo Penitenciário do Distrito Federal – FUNPDF	4.000.000	3,1	9.213.156	4,6	230,3
Total		**127.158.816**		**200.091.445**		**157,4**

Fonte: SIAC/SIGGo (Discoverer), em 30/01/2013
* Percentual de cada Unidade Orçamentária em relação ao Total do Programa Temático

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003300

De acordo com o Anexo II do PPA 2012/2015, este Programa Temático é dividido em nove Objetivos Específicos – OEs, apresentados na tabela a seguir:

TABELA 2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PROGRAMA TEMÁTICO

	Objetivo Específico
001	Promover a integração e modernização dos segmentos de segurança pública, reduzindo os níveis de violência de forma imediata e permanente
002	Preparar e coordenar ações de segurança pública, visando à recepção de grandes eventos no Distrito Federal
003	Aprimorar o Sistema Penitenciário do Distrito Federal com ações que visam garantir custódia segura e digna aos encarcerados, sua reintegração e ressocialização, bem como reduzir a reincidência criminal e o déficit de vagas nas unidades prisionais
004	Aumentar a segurança no Distrito Federal, utilizando-se de tecnologia de ponta, modernos equipamentos e do trabalho desenvolvido por Policiais Militares altamente capacitados

TABELA 2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PROGRAMA TEMÁTICO

	OBJETIVO ESPECÍFICO
005	PROPORCIONAR SEGURANÇA ADEQUADA A GRANDES EVENTOS, POR MEIO DA UTILIZAÇÃO DE MODERNAS TÉCNICAS OPERACIONAIS, EMPREGO DO POLICIAMENTO OSTENSIVO E DE TECNOLOGIA DE PONTA, ESTANDO EM CONDIÇÕES DE FAZER FRENTE A POSSÍVEIS ATOS TERRORISTAS
006	AMPLIAR O ATENDIMENTO À COMUNIDADE BRASILIENSE, POR MEIO DOS PROJETOS SOCIAIS DESENVOLVIDOS PELA POLÍCIA MILITAR, BUSCANDO MELHORIA NO INTER-RELACIONAMENTO ENTRE POLÍCIA E COMUNIDADE
007	PROMOVER ATENDIMENTO DIUTURNO NAS EMERGÊNCIAS ATINENTES ÀS ATIVIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERA, VISANDO A PROTEÇÃO DA VIDA, DO PATRIMÔNIO E DO MEIO AMBIENTE
008	PROMOVER A SEGURANÇA PÚBLICA, REALIZANDO COM PROFICIÊNCIA AS ATIVIDADES DE POLÍCIA JUDICIÁRIA E ELEVAR OS ÍNDICES DE RESOLUÇÃO DE CRIMES POR MEIO DA ELABORAÇÃO DE PROCEDIMENTOS FORMAIS
009	RESSOCIALIZAR, ASSISTIR E DESENVOLVER A QUALIFICAÇÃO EDUCACIONAL E PROFISSIONAL DO SENTENCIADO, GERANDO OPORTUNIDADES DE EMPREGO PARA PROMOVER SUA REINTEGRAÇÃO À SOCIEDADE, BEM COMO REDUZIR A REINCIDÊNCIA CRIMINAL

FONTE: ANEXO II DO PPA 2012/2015 E LOA 2012

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003300-Verso

Tendo em vista a relevância do Programa Temático Segurança Pública para a sociedade, o montante dos recursos previstos no PPA para esse Programa e a quantidade de Objetivos Específicos, decidiu-se por distribuir a avaliação desses OEs ao longo dos quatro anos do PPA 2012/2015, da seguinte forma:

TABELA 3 – AVALIAÇÃO DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PROGRAMA TEMÁTICO – DE 2012 A 2015

EXERCÍCIO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS A SEREM AVALIADOS
2012	001 E 002
2013	004 E 005
2014	003 E 009
2015	006, 007 E 008

II – OBJETIVOS ESPECÍFICOS SELECIONADOS

Conforme demonstrado na Tabela 3, os Objetivos Específicos 001 e 002 serão avaliados em 2012. Todavia, não há como examiná-los em separado, pelos seguintes motivos:

1. O Sistema Integrado de Gestão Governamental do DF – SIGGo não foi alterado para recepcionar os Objetivos Específicos, tendo sido mantida a estrutura funcional e programática constituída por função, subfunção, programa, ação, subtítulo;
2. As Ações 3419, 3678, 4088 perpassam os Objetivos Específicos 001 e 002, não sendo possível separar a execução física e orçamentário-financeira dessas Ações entre esses Objetivos Específicos.

A seguir, encontram-se detalhamentos de cada um desses Objetivos Específicos e, posteriormente, os dados orçamentário-financeiro e físico em conjunto.

II.1 – CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 001

De acordo com o que dispõe o Anexo II do PPA 2012/2015, o Objetivo Específico 001 visa "*promover a integração e modernização dos segmentos de segurança pública, reduzindo os níveis de violência de forma imediata e permanente*" e é de responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública – SSP.

Ainda segundo o referido Anexo, o Objetivo Específico 001 pretende reduzir a criminalidade de forma global, com foco nos crimes violentos, letais e internacionais, por meio de:

- ações integradas entre os diversos segmentos da Segurança Pública do Distrito Federal: Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar;
- sistema de monitoramento por câmera de vídeo;
- capacitação de servidores;
- modernização da SSP com novos equipamentos e aparelhos.

O indicador previsto no Anexo II do PPA 2012/2015 é o seguinte:

TABELA 4 – INDICADORES E ÍNDICES DESEJADOS DO OE 001

INDICADOR		UNIDADE DE MEDIDA	INFORMAÇÃO MAIS RECENTE		DESEJADO EM				FONTE DA INFORMAÇÃO
CÓD.	DESCRIÇÃO		ÍNDICE	APURADO EM	2012	2013	2014	2015	
1050	REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE	%	6,1	12/2010	8	8	8	8	SOSP/SSP

FONTE: ANEXO II DO PPA 2012 – 2015 (SUPLEMENTO A AO DODF Nº 250, DE 30/12/2011, PÁGINA 79)

Segundo o Anexo II do PPA 2012/2015, estão previstas as seguintes Ações Orçamentárias para o alcance do Objetivo Específico 001:

TABELA 5 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE INTEGRAM O OE 001

AÇÃO	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO
1471	MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO
1569	DESENVOLVIMENTO DOS PROGRAMAS NACIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA
1984	CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS
2947	CENTRAL DO DISQUE SEGURANÇA
3023	PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC
3419	REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA
3678	REALIZAÇÃO DE EVENTOS
3711	REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS
3903	REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS
4031	MONITORAMENTO POR CÂMERA DE VÍDEO
4088	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003301-

TABELA 5 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE INTEGRAM O OE 001

AÇÃO	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO
6204	MANUTENÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE OPERAÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA
7037	CONSTRUÇÃO DE POSTOS DA POLÍCIA RODOVIÁRIA (DER)

FONTE: ANEXO II DO PPA 2012/2015 – LEI Nº 4.742/2011 (SEM ALTERAÇÕES)

Ressalte-se que a Ação 7037 não foi incluída na LOA 2012. Questionada, a Secretaria de Segurança Pública esclareceu que, em que pese ser relevante para o Objetivo Específico 001, essa Ação não está ligada diretamente a essa Secretaria, não havendo subtítulo desta Ação na LOA/2012 para a SSP.

SEI/GDF 039/2013 Folha Nº 000301 – Verso

II.2 – CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 002

O Objetivo Específico 002 visa "*preparar e coordenar ações de segurança pública, visando à recepção de grandes eventos no Distrito Federal*" e também é de responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública, de acordo com o que dispõe o Anexo II do PPA 2012/2015.

Ainda segundo esse Anexo, o Objetivo Específico 002 pretende garantir a segurança da Copa das Confederações de 2013, da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e de outros grandes eventos internacionais que estão previstos para ocorrer no Distrito Federal até 2015, por meio de:

- cursos de aperfeiçoamento de técnicas de abordagem;
- reciclagens de cursos de tiro;
- cursos de língua estrangeira;
- treinamentos voltados à prevenção e repressão de ataques terroristas;
- monitoramento dos principais trajetos turísticos do Distrito Federal;
- aquisição de equipamentos de tecnologia de ponta;
- aumento dos efetivos policiais;
- ações integradas entre os diversos segmentos da Segurança Pública do Distrito Federal: Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar.

As metas deste Objetivo Específico 002, definidas para 2012/2015, são:

- coordenar e preparar os órgãos do Sistema de Segurança Pública para atuação em grandes eventos;

- reequipar e reaparelhar o Sistema de Segurança Pública com aquisição de 1.850 equipamentos;
- capacitar 4.200 servidores por ano até dezembro de 2015 a fim de garantir a segurança em grandes eventos.

Inicialmente foram previstos os seguintes indicadores e índices para o Objetivo Específico 002:

TABELA 6 – INDICADORES E ÍNDICES DESEJADOS DO OE 002

INDICADOR		UNIDADE DE MEDIDA	INFORMAÇÃO MAIS RECENTE		DESEJADO EM				FONTE DA INFORMAÇÃO
CÓD.	DESCRIÇÃO		ÍNDICE	APURADO EM	2012	2013	2014	2015	
1179	SERVIDOR CAPACITADO	PESSOA	10	12/2010	1500	1500	1000	200	SSP
1300	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UNIDADE	30	12/2010	500	1000	250	100	SSP

FONTE: ANEXO II DO PPA 2012 – 2015 (SUPLEMENTO A AO DODF Nº 250, DE 30/12/2011, PAGINA 79)

Posteriormente, por meio do Decreto nº 34.148, de 13/02/2013, houve alteração dos índices desejados.

TABELA 7 – INDICADORES E ÍNDICES DESEJADOS DO OE 002 APÓS REVISÃO DO PPA

INDICADOR		UNIDADE DE MEDIDA	INFORMAÇÃO MAIS RECENTE		DESEJADO EM				FONTE DA INFORMAÇÃO
CÓD.	DESCRIÇÃO		ÍNDICE	APURADO EM	2012	2013	2014	2015	
1179	SERVIDOR CAPACITADO	PESSOA	10	12/2010	1500	300	200	100	SSP
1300	EQUIPAMENTO ADQUIRIDO	UNIDADE	30	12/2010	500	500	100	100	SSP

FONTE: ANEXO I DO DECRETO Nº 34.148/2013

Ressalta-se que os códigos e a descrição atualizada dos indicadores foram retirados do relatório "Indicadores de Desempenho por Programa de Governo", presente no módulo do PPA do SIGGo.

De acordo com o Anexo II do PPA 2012/2015, são necessárias as seguintes Ações Orçamentárias para o alcance do Objetivo Específico 002:

TABELA 8 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE INTEGRAM O OE 002

AÇÃO	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO
3419	REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA
3678	REALIZAÇÃO DE EVENTOS
4031	MONITORAMENTO POR CÂMERA DE VÍDEO
4088	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

FONTE: ANEXO II DO PPA 2012/2015 – LEI Nº 4.742/2011 (SEM ALTERAÇÕES)

SEL FMSC 039 /2013 Folha Nº 003302

A Ação 3467 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS foi incluída como ação necessária ao Objetivo Específico 002, por meio da Lei nº 5.023, de 04/02/2013, publicada no DODF nº 28, de 05/02/2013, após a conclusão dos trabalhos de campo.

II.3 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS 001 E 002

Na Tabela 9 apresenta-se a execução orçamentário-financeira dos Objetivos Específicos 001 e 002, por Unidades Orçamentárias que os executam. Ressalta-se que as descrições das UOs encontram-se na Tabela 1.

TABELA 9 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DOS OES 001 E 002, POR UO R$1,00

UO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A) %	EMPENHADO (C)		(C/B) %	LIQUIDADO (D)		(D/C) %	(D/B) %
	VALOR	%*	VALOR	%*		VALOR	%*		VALOR	%*		
11125	0	0,0	126.000	0,2	-	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
22101	172.000	0,4	358.839	0,6	208,6	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
24101	46.563.648	97,3	54.350.054	97,0	116,7	11.682.268	100,0	21,5	3.612.988	100,0	30,9	6,6
24105	1.140.000	2,4	450.000	0,8	39,5	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
24908	0	0,0	750.000	1,3	-	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	47.875.648		56.034.893		117,0	11.682.268		20,8	3.612.988		30,9	6,4

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – 09/01/2013

* Percentual do valor de cada UO em relação ao total dos Objetivos Específicos 001 e 002

A Tabela 10 demonstra a execução orçamentário-financeira dos Objetivos Específicos 001 e 002, por Ações Orçamentárias que os integram. Ressalte-se que as descrições dessas Ações encontram-se na Tabela 5 e na Tabela 8.

TABELA 10 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DOS OES 001 E 002, POR AÇÃO R$1,00

AÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A) %	EMPENHADO (C)		(C/B) %	LIQUIDADO (D)		(D/C) %	(D/B) %
	VALOR	%*	VALOR	%*		VALOR	%*		VALOR	%*		
1471	505.000	1,1	1.590.627	2,8	315,0	1.526.076	13,1	95,9	1.196.888	33,1	78,4	75,2
1569	38.855.263	81,2	49.944.829	89,1	128,5	7.480.908	64,0	15,0	202.559	5,6	2,7	0,4
1984	1.500.000	3,1	1.004.529	1,8	67,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
2947	2.900.000	6,1	513.231	0,9	17,7	513.230	4,4	100,0	513.230	14,2	100,0	100,0
3023	172.000	0,4	358.839	0,6	208,6	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
3419	383.385	0,8	952.638	1,7	248,5	952.638	8,2	100,0	562.238	15,6	59,0	59,0
3678	390.000	0,8	289.000	0,5	74,1	229.000	2,0	79,2	229.000	6,3	100,0	79,2
3711	650.000	1,4	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
3903	640.000	1,3	260.000	0,5	40,6	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0

SEI/GDF - 0033026 - Versão Final

TABELA 10 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DOS OES 001 E 002, POR AÇÃO R$1,00

AÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A) %	EMPENHADO (C)		(C/B) %	LIQUIDADO (D)		(D/C) %	(D/B) %
	VALOR	%*	VALOR	%*		VALOR	%*		VALOR	%*		
4031	5.000	0,0	126.000	0,2	2519,9	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
4088	275.000	0,6	160.808	0,3	58,5	146.026	1,2	90,8	146.026	4,0	100,0	90,8
6204	1.600.000	3,3	834.392	1,5	52,1	834.391	7,1	100,0	763.048	21,1	91,4	91,4
TOTAL	47.875.648		56.034.893		117,0	11.682.268		20,8	3.612.988		30,9	6,4

FONTE: SIGGo/DISCOVERER – 09/01/2013

* Percentual do valor de cada Ação em relação ao total dos Objetivos Específicos 001 e 002

II.4 – EXECUÇÃO FÍSICA DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS 001 E 002

O acompanhamento da realização física da ação governamental é realizado por meio do Sistema de Acompanhamento Governamental – SAG. No referido Sistema devem ser cadastradas etapas para todo Subtítulo com despesa autorizada não nula. As etapas possuem metas e datas previstas de início e fim, sendo que as atualizações quanto às informações de realização física e/ou possíveis causas de desvio em relação ao previsto são feitas bimestralmente.

A Tabela 11 apresenta os quantitativos de Subtítulos e Etapas cadastradas nas Ações referentes aos Objetivos Específicos 001 e 002.

TABELA 11 – QUANTIDADE DE SUBTÍTULOS E ETAPAS DOS OES 001 E 002 CADASTRADAS NO SAG, POR AÇÃO

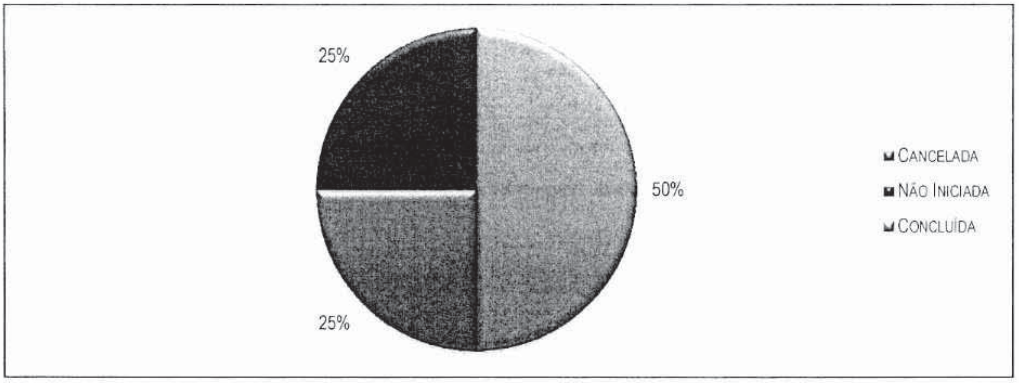
AÇÃO		QUANTIDADE	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	SUBTÍTULOS	ETAPAS
1471	MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	01	01
1569	DESENVOLVIMENTO DOS PROGRAMAS NACIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	01	04
1984	CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	04	04
2947	CENTRAL DO DISQUE SEGURANÇA	01	01
3023	PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC	0	0
3419	REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA	01	01
3678	REALIZAÇÃO DE EVENTOS	01	01
3711	REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	01	01
3903	REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	03	03
4031	MONITORAMENTO POR CÂMERA DE VÍDEO	02	02
4088	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	01	01
6204	MANUTENÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE OPERAÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA	01	01
TOTAL		17	20

FONTE: SAG/SIGGo (DISCOVERER) – 6º BIMESTRE/2012

SFL PROC 039 /2013 Folha Nº 00303

Na Figura 1 é apresentada a estatística do estágio das Etapas cadastradas no SAG para os OEs 001 e 002 ao final do exercício de 2012.

FIGURA 1 – ESTÁGIO DAS ETAPAS DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS 001 E 002 CADASTRADAS NO SAG



FONTE: SIGGO/SAG/DISCOVERER – 6ºBIMESTRE/2012

Observa-se que 50% das etapas relativas aos Objetivos Específicos 001 e 002 cadastradas no SAG/SIGGo foram concluídas.

III – ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA

Os trabalhos de auditoria foram realizados no período de maio de 2012 a janeiro de 2013.

Para a definição da categorização das ações que integram os Objetivos Específicos selecionados, levaram-se em consideração os critérios de materialidade, criticidade e relevância operacional.

Dessa forma, optou-se por avaliar as seguintes Ações:

- 1569 – DESENVOLVIMENTO DOS PROGRAMAS NACIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA;
- 6204 – MANUTENÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE OPERAÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA;
- 2947 – CENTRAL DO DISQUE SEGURANÇA;
- 4031 – MONITORAMENTO POR CÂMERA DE VÍDEO;
- 3419 – REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES DA SEGURANÇA PÚBLICA.

Para a avaliação da eficácia utilizou-se a metodologia padronizada de cálculo do Indicativo de Eficácia do Conjunto das Ações – IE.

Sobre a eficiência, adotaram-se critérios de avaliação distintos para cada Ação, de acordo com a peculiaridade das despesas realizadas em cada uma.

Especificamente em relação às Ações 1569 e 3419, optou-se pela verificação da documentação instrutiva e comprobatória quanto à propriedade dos gastos realizados, inclusive quanto ao exame da pertinência dessas despesas com o objetivo dessas Ações.

A respeito das Ações 6204 e 2947, optou-se pela análise dos demonstrativos e dos relatórios de acompanhamento produzidos com vistas à avaliação dos resultados alcançados, pela verificação da qualidade do produto ofertado ao público-alvo e pelo exame da gestão dos recursos organizacionais (humanos, materiais, informacionais etc).

Por fim, quanto à Ação 4031, utilizaram-se todos os critérios descritos anteriormente.

Assim, como suporte inicial para a avaliação da eficiência, consultou-se o documento "Mapeamento de Ações Orçamentárias" da Subsecretaria de Planejamento Governamental/SEPLAN; verificou-se a legislação pertinente a cada uma das Ações; acompanhou-se a divulgação de notícias nos meios de comunicação social (internet, televisão e jornal) sobre assuntos pertinentes ou correlatos às Ações em exame e extrairam-se do SIAC/SIGGo, por meio do extrator de dados próprios Discoverer, as despesas realizadas em cada uma dessas Ações.

A partir dessas informações foram realizados questionamentos por meio de documento formal, selecionados e examinados processos, produzidos questionários de avaliação, realizadas visitas técnicas e aferidos os níveis de pressão sonora (grandeza que representa razoavelmente bem a sensação auditiva de volume sonoro) da Central Integrada de Atendimento e Despacho da SSP.

Para a aferição da efetividade das ações governamentais distritais na área de segurança pública, adotou-se o uso do indicador 1050 – REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE, cadastrado no PPA para o Objetivo Específico 001.

SEI PRODF 039 /2013 Folha Nº 003304

IV – RESULTADOS E ANÁLISES

Os itens a seguir apresentam as análises da eficácia, eficiência e efetividade das ações selecionadas nesse Programa Temático.

IV.1 – ANÁLISE DA EFICÁCIA

Na Tabela 12 é apresentada a última etapa de cálculo do Indicativo de Eficácia do Conjunto das Ações – IE, conforme metodologia padronizada.

TABELA 12 – CÁLCULO DO INDICATIVO DE EFICÁCIA DOS OBJETIVOS ESPECÍFICO 001 E 002

AÇÃO	REALIZAÇÃO SAG	REALIZAÇÃO CONSIDERADA (A)	DOTAÇÃO INICIAL (DI)	DESPESA AUTORIZADA (DA)	VALOR ACUMULADO (VA = DI+DA)	PESO[1] (P)	CONTRIBUIÇÃO DE CADA AÇÃO PARA O IE (P*A)
1471	100,0%	100,0%	505.000	1.590.627	2.095.627	2,0%	2,0%
1569	28,5%	28,5%	38.855.263	49.944.829	88.800.092	85,5%	24,4%
1984	0,0%	0,0%	1.500.000	1.004.529	2.504.529	2,4%	0,0%
2947	100,0%	100,0%	2.900.000	513.231	3.413.231	3,3%	3,3%
3023	0,0%	0,0%	172.000	358.839	530.839	0,5%	0,0%
3419	92,0%	92,0%	383.385	952.638	1.336.023	1,3%	1,2%
3678	7,3%	7,3%	390.000	289.000	679.000	0,7%	0,0%
3711	0,0%	0,0%	650.000	0	650.000	0,6%	0,0%
3903	0,0%	0,0%	640.000	260.000	900.000	0,9%	0,0%
4031	0,0%	0,0%	5.000	126.000	131.000	0,1%	0,0%
4088	8,0%	8,0%	275.000	160.808	435.808	0,4%	0,0%
6204	100,0%	100,0%	1.600.000	834.392	2.434.392	2,3%	2,3%
TOTAL			47.875.648	56.034.893	103.910.541 [2]		33,3% [3]

[1] $P = VA / VA_T$ [2] VA_T – Valor Acumulado Total [3] IE – Indicativo de Eficácia do Conjunto das Ações

O valor de 33,3% obtido para o IE evidencia que os Objetivos Específicos 001 e 002 apresentaram eficácia muito abaixo da prevista.

No entanto, a execução da Ação 1569 – DESENVOLVIMENTO DOS PROGRAMAS NACIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA foi comprometida pela demora no repasse dos recursos originários de convênios celebrados com a União, conforme Relatório de Atividades da SSP. Se as metas inerentes a esses convênios fossem consideradas realizadas no exercício de 2012, o IE passaria a ser de 85,2%, indicando eficácia dentro da prevista.

Isto porque observou-se que aproximadamente 20,7% das despesas empenhadas na Ação 1569 foram destinadas ao custeio de cursos de pós-graduação e de conversação em língua inglesa. Todavia, em relação à citada Ação, não foram cadastradas

etapas no SAG/SIGGo para esse tipo de despesa, prejudicando seu acompanhamento físico-financeiro e a consequente avaliação da sua eficácia.

Logo, considerando a metodologia padronizada de cálculo do IE, avalia-se a eficácia dos Objetivos Específicos 001 e 002 como muito abaixo da prevista, com as ressalvas concernentes ao atraso no repasse das verbas de convênio e ao não cadastramento de etapas no SAG/SIGGo relativas aos cursos de capacitação executados na Ação 1569.

IV.2 – ANÁLISE DA EFICIÊNCIA

Apresenta-se, a seguir, a análise das Ações selecionadas para medir a eficiência do Programa Temático SEGURANÇA PÚBLICA, conforme disposto no Item III – ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA.

AÇÃO 1569 – DESENVOLVIMENTO DOS PROGRAMAS NACIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Essa Ação objetiva promover a captação de recursos por meio de convênios com a União, de forma a custear os projetos de segurança pública. Especificamente sobre os projetos de captação de recursos mediante convênios com órgãos federais no ano específico de 2012, a Diretoria de Orçamento e Finanças/UAG/SSP apresentou o seguinte quadro demonstrativo:

TABELA 13 – PROJETOS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS MEDIANTE CONVÊNIOS R$1,00

PROPOSTA	OBJETO/METAS	ESTÁGIO	CONCEDENTE	CONTRA PARTIDA GDF	RECURSOS FEDERAIS	TOTAL
33754	PROJETO DE PRÁTICA MEDITATIVA E IOGA NA PENITENCIÁRIA FEMININA DO DF – PFDF PARA REDUÇÃO DE DANOS À SAÚDE DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE PRISÃO E OFICINAS DE NARRATIVAS E ESTUDOS DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES PRESAS, PROCESSOS QUE CONTRIBUEM PARA A REINSERÇÃO SOCIAL – PROJETO ODARA. 180 MULHERES EM SITUAÇÃO DE PRISÃO E 20 SERVIDORES DA PFDF CAPACITADOS NO PROGRAMA DE REDUÇÃO DE ESTRESSE – PRE, TÉCNICA DA MEDITAÇÃO VIPASSANA. 60 MULHERES EM SITUAÇÃO DE PRISÃO FORMADAS NAS OFICINAS DE NARRATIVAS.	ANÁLISE E AJUSTES DA CONCEDENTE.	DEPEN/MJ	15.360	131.058	146.418
33032	APARELHAMENTO DE CENTRO DE REFERÊNCIA À SAÚDE MATERNO-INFANTIL NO SISTEMA PRISIONAL DO DF. 703 CUSTODIADAS E 17 CRIANÇAS QUE ATUALMENTE SE ENCONTRAM NA UNIDADE PRISIONAL.	ANÁLISE E AJUSTES DA CONCEDENTE.	DEPEN/MJ	26.977	164.932	191.909
33754	PROJETO DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL E IMPLANTAÇÃO DE OFICINAS PERMANENTES – PROCAP. CAPACITAR PROFISSIONALMENTE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE NO DF NAS ÁREAS DE CORTE E COSTURA INDUSTRIAL E CONFECÇÃO DE TIJOLOS ECOLÓGICOS, POR INTERMÉDIO DO APARELHAMENTO DE OFICINAS PERMANENTES E CURSOS DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL.	ANÁLISE E AJUSTES DA CONCEDENTE.	DEPEN/MJ	24.940	299.414	324.354

SEI 0060-039703/2013 Folha nº

34051	PROGRAMA DE ENFRENTAMENTO E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA ESCOLAR: "MUITA CALMA NESTA ESCOLA". REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIOS VISANDO A INTEGRAÇÃO DO BATALHÃO ESCOLAR COM A COMUNIDADE DO DF, VISANDO A CAPACITAÇÃO DOS OPERADORES DE SEGURANÇA ESCOLAR, BEM COMO DOS EDUCADORES, COM O OBJETIVO DE REDUZIR A VIOLÊNCIA EM AMBIENTES ESCOLARES, PROMOVENDO A PAZ NAS ESCOLAS. PRETENDE-SE ATENDER 800 PESSOAS ENTRE POLICIAIS MILITARES, PROFISSIONAIS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO E COMUNIDADE DO DF.	ANÁLISE E AJUSTES DA CONCEDENTE.	SENASP/MJ	4.640	459.372	464.012

FONTE: GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS/DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS/SUAG/SSP – 25/10/2012;

Conforme a Tabela 13, os projetos apresentados no ano de 2012 estão em fase de análise e ajustes pelas concedentes.

A Tabela 14 lista os convênios com recursos empenhados até 25/10/2012.

TABELA 14 – CONVÊNIOS: TOTAL EMPENHADO POR PROCESSO E FONTE DE RECURSOS ATÉ 25/10/2012

PROCESSO	FONTE DE RECURSOS	TOTAL EMPENHADO (R$)
050.000.545/2011	ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	2.719,99
	CONVÊNIO 751022/2010-SENASP	13.599,95
	SUBTOTAL	**16.319,94**
050.000.546/2011	ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	533,40
	CONVÊNIO 751022/2010-SENASP	117.998,32
	SUBTOTAL	**118.531,72**
410.002.541/2008	CONVÊNIO 004549/07 – GDF/SESP/MCT	9.251,64
	SUBTOTAL	**9.251,64**
050.000.331/2012	CONVÊNIO 759577/2011-SENASP/SSP	369.400,00
	SUBTOTAL	**369.400,00**
050.000.523/2012	ORDINÁRIO NÃO VINCULADO	314.205,86
	CONVÊNIO. 000118/07 – GDF/SESP/MJ	2.827.852,70
	SUBTOTAL	**3.142.058,56**
TOTAL		**3.657.375,74**

FONTE: GERÊNCIA DE CONTRATOS E CONVÊNIOS/DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS/SUAG/SSP - 25/10/2012

Quando do exame dos processos relacionados na Tabela 14, verificou-se a ocorrência de irregularidades no Processo nº 050.000.331/2012, conforme descrito a seguir.

Por meio desse Processo foi efetuada a contratação da Fundação Universa, com objetivo de ministrar curso aberto MBA em nível de especialização de "Executivo Gestão de Pessoas" para 40 servidores da área de segurança pública do DF.

Observou-se que não está devidamente comprovada nos referidos autos a compatibilidade do valor proposto por essa Fundação com o valor de mercado, por meio de

comparativo com outras instituições de ensino similares, em desacordo com o item 2.6 do Parecer Normativo nº 726/2008–PROCAD/PGDF, publicado no DODF nº 73, de 16/04/2009.

Segundo a SSP, a compatibilidade do valor proposto por essa Fundação para a realização do citado curso foi devidamente comprovada, haja vista que o valor estabelecido pela referida instituição de ensino no ano de 2012 foi inferior aos valores praticados em 2010 e 2011 para a realização do mesmo curso, conforme se depreende da análise do teor dos contratos firmados entre a Fundação Universa e pessoas físicas, acostadas às fls. 112/129 do Processo nº 050.000.331/2012. Esclarece ainda que, à época da pesquisa realizada em 2012, verificou-se a indisponibilidade no mercado desse curso por outras instituições de ensino. Por esse motivo, não foi elaborada planilha de custos que comprovasse a compatibilidade do valor proposto por essa Fundação com aqueles praticados no mercado.

Porém, essa Secretaria não demonstrou formalmente a indisponibilidade no mercado desse curso por outras instituições de ensino, o que demonstraria a impossibilidade da comprovação da compatibilidade do valor proposto por essa Fundação com o valor de mercado, por meio de comparativo com outras instituições de ensino similares.

Além disso, especificamente sobre os aludidos contratos firmados entre a Fundação Universa e pessoas físicas nos anos de 2010 e 2011, observou se que os cursos concernentes a esses contratos possuem nomenclatura idêntica aos contratados pela Secretaria de Segurança Pública do DF para o ano de 2012. Todavia não está evidenciado no Processo nº 050.000.331/2012 que cursos de pós-graduação nos anos de 2010 e 2011 possuíam disciplinas, carga horária e número de alunos idênticos aos do curso MBA – Executivo em Gestão de Pessoas – 2012.

Logo, considerando que as despesas empenhadas relativas ao Processo nº 050.000.331/2012 representam aproximadamente 10% do total empenhado na Ação 1569, segundo a Tabela 14, avalia-se como ineficiente essa Ação, em razão da ausência de comprovação da compatibilidade do valor proposto pela Fundação Universa, relativa à realização do Curso de Pós – Graduação MBA "Executivo Gestão de Pessoas", com o valor de mercado, por meio de comparativo com outras instituições de ensino similares.

SEL PROC 030 /2013 Folha Nº 000306

AÇÃO 6204 – MANUTENÇÃO DO CENTRO INTEGRADO DE OPERAÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA

A Ação tem por objeto prestar serviço de atendimento integrado e rápido à população nas solicitações de emergência, socorro e segurança.

A respeito dos contratos de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas em uso no Centro Integrado de Operações de Segurança Pública – Ciade, a Subsecretaria de Modernização e Tecnologia – SMT/SSP informou que os seguintes sistemas são mantidos por suas equipes técnicas:

- Sistema de SGO (Sistema de Gestão de Ocorrências);
- Sistema de Telefonia Emergencial (*Call Center* 190);
- Sistema de Telefonia Administrativa;
- Sistema de Rádios de Comunicação;
- Serviço de Internet;
- Serviço de Comunicação de sistemas de outros órgãos (PCDF, DETRAN, INFOSEG, Subsecretaria do Sistema Penitenciário – SESIPE, etc);
- Rede de computadores;
- Portal de Intranet e Internet;
- Atendimento ao Usuário.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003306 - Verso

Complementando essa informação, a Subsecretaria de Integração e Operações de Segurança Pública – SIOSP/SSP informou que a manutenção do sistema de rádio de comunicação da Polícia Militar do DF – PMDF é realizada pela empresa Lig-Móbile Telecomunicações Ltda, com recursos dessa Corporação.

Segundo a Diretoria de Orçamento e Finanças/SUAG/SSP, os gastos referentes à energia elétrica, telefonia, água e esgoto são mantidos por essa Secretaria, tendo em vista não ser possível individualizar a cota correspondente ao Ciade, que divide um prédio com a SIOSP e com o Departamento de Trânsito do Distrito Federal – Detran, não havendo medidores específicos para cada um desses órgãos.

Especificamente sobre o sistema de telefonia emergencial, a SMT/SSP informou que, visando à operabilidade do sistema em tempo integral, adota como medida de redundância a implementação de 30 linhas analógicas. Assim, caso ocorra interrupção do sistema, as ligações serão automaticamente transferidas pela operadora do sistema atual para os ramais analógicos instalados no atendimento emergencial.

Além disso, a SMT/SSP informou que possuía servidores especializados com competência para sanar todas as demandas de manutenção corretiva e preventiva, porém em número reduzido para uma operacionalização "ideal" dos meios existentes. Esclareceu também que não há estoque de material para todos os reparos a serem executados, por ser

inviável, e, em relação aos equipamentos em uso, que existe uma solicitação de aquisição por meio de licitação ou de parceira público-privada.

Corroborando a fragilidade da manutenção realizada por essa Subsecretaria, verificou-se, em 11 e 27/08/2012, ocorrência de panes no Ciade, conforme matérias publicadas na imprensa local. Consoante reportagem do Jornal de Brasília, de 11/08/2012, a SSP informou que metade das linhas de atendimento da Polícia Militar (190) e do Corpo de Bombeiros (193) estava com problema. Das 30 linhas disponíveis, somente 15 estavam funcionando desde o início da madrugada dessa data. Ainda de acordo com a SSP, o problema teria sido ocasionado por pane elétrica no sistema central. Outra reportagem desse jornal, publicada em 14/08/2012, informava que aproximadamente 4,9mil atendimentos foram prejudicados por essa falha, pois quem tentava ligar não conseguia completar a chamada ou ocorria atraso no atendimento.

A respeito da pane ocorrida em 27/08/2012, o Correio Braziliense publicou matéria informando que uma falha na rede de internet do Ciade prejudicava o atendimento nesse dia, obrigando os atendentes a escreverem os pedidos de socorro em papel, pois o sistema estava inoperante. Ainda segundo essa reportagem, os telefones de emergência da Polícia Militar (190) e do Corpo de Bombeiros (193) funcionaram normalmente durante todo o dia, no entanto, a população teve dificuldades de ser atendida, pois o tempo gasto para o encaminhamento da ocorrência estava acima do considerado normal.

A referida fragilidade também foi confirmada pelos servidores que atuam como atendentes e despachantes nesse Centro. Segundo questionário aplicado a 221 servidores, no período de 23 a 27/07/2012, 64% informaram que o sistema de comunicação desse teleatendimento apresenta falhas frequentemente. Analogamente, 60% dos servidores entrevistados responderam que o sistema de informática também apresenta problemas frequentes no seu funcionamento. Ainda segundo esse questionário, 42,1% responderam que as ações de correção para os defeitos no sistema de comunicação são implementadas imediatamente. No caso do sistema de informática, esse percentual sobe para 45,7%.

A SMT/SSP informou que, com o intuito de sanar todas as possíveis panes do sistema, está realizando atualização da central telefônica emergencial, visando melhor processamento e desempenho da solução atual. Acrescentou ainda que, em conjunto com a atualização, encontra-se em andamento processo de aquisição de solução de *call center*, incluindo os serviços de manutenção e garantia por um período de, no mínimo, 36 meses.

SFL PROC 039 /2013 Folha Nº 000307

Portanto, até que o processo de aquisição seja efetivado, a manutenção da central telefônica continuará a ser executada pela própria SSP, possibilitando a ocorrência de panes no Ciade, com prejuízos ao atendimento à população, em razão do número reduzido de servidores para uma operacionalização "ideal" dos meios existentes e da inexistência de estoque de material para todos os reparos a serem executados.

As falhas apontadas nesse item demonstram as deficiências da manutenção do Ciade, que comprometem a qualidade do atendimento dessa central. Assim, avalia-se como ineficiente essa Ação, em razão dos problemas relacionados à manutenção desse Centro.

SEL PROC 039 /2013 Folha nº 003307 - Verso

AÇÃO 2947 – CENTRAL DO DISQUE SEGURANÇA

A Ação possui como objetivo atender à população do Distrito Federal, por meio de teleatendimento, nas solicitações de serviços emergenciais relativas aos segmentos de segurança pública (Polícia Civil do DF, Polícia Militar do DF, Corpo de Bombeiros Militar do DF, Departamento de Trânsito do DF).

A Diretoria de Orçamento e Finanças/SUAG/SSP informou que a Ação 2947 – CENTRAL DO DISQUE SEGURANÇA foi criada com o intuito de atender apenas as despesas do Grupo de Pessoal, tendo em vista que, à época de sua implementação, as atividades do Disque Segurança eram desenvolvidas por trabalhadores terceirizados, necessitando de ação própria para o Grupo 1 – Pessoal.

Também esclareceu que esse serviço foi interrompido em razão da rescisão do contrato de terceirização firmado com a empresa Fiança Serviços Gerais, que prestava serviços de teleatendimento à Central de Disque-Segurança da SSP (Ciade). Ainda segundo essa Diretoria, os recursos destinados àquele contrato específico seriam alocados oportunamente na Ação 8502 – ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL da SSP, por se tratar de recursos do Grupo 1.

A Diretoria de Orçamento e Finanças/SUAG/SSP esclareceu ainda que as atribuições anteriormente realizadas pelos atendentes terceirizados passaram a ser executadas por servidores integrantes do Sistema de Segurança Pública do DF, tais como: policiais militares e civis, bombeiros e servidores do DETRAN/DF.

Em razão dessa substituição, foi realizado treinamento a 145 servidores dessa Central, no período de 29/02 a 04/03/2012, em caráter emergencial, segundo a Subsecretaria de Planejamento e Capacitação – SUSPLAC/SSP.

A respeito da qualificação dos servidores atuantes no Ciade, 72% dos atendentes e 76% dos despachantes responderam que não participaram de curso de capacitação acerca dos trabalhos desenvolvidos nesse Centro, conforme questionário aplicado no período de 23 a 27/07/2012.

Além disso, essa Subsecretaria informou que o percentual de substituição entre os servidores lotados na mencionada central, até agosto de 2012, em relação ao quadro de pessoal dos atendentes que iniciaram os trabalhos do "teleatendimento de emergência", após o encerramento do contrato com a empresa Fiança, foi de 16,26%. Segundo a referida Subsecretaria, os principais motivos para essa rotatividade são a carência de gratificação remuneratória e o retorno às corporações militares para realização de cursos inerentes à carreira.

A indisponibilidade de cursos de capacitação, treinamento e reciclagem fará, possivelmente, com que atendentes e despachantes possuam conhecimento precário do sistema de comunicação e de informática em uso no Ciade e não adquiram habilidades para o trato com o cidadão, o que poderá implicar em um atendimento incorreto, lento e pouco cordial.

A Tabela 15 demonstra que essa central está funcionando com um número de servidores aquém do necessário:

TABELA 15 – QUADRO DE PESSOAL DA CENTRAL DO DISQUE SEGURANÇA – EXISTENTE X IDEAL

PMDF		CBMDF		PCDF	
EXISTENTE	IDEAL	EXISTENTE	IDEAL	EXISTENTE	IDEAL
76	90	36	45	14	15

FONTE: OFICIO Nº 401/12 - SIOSP

As condições de trabalho na Central do Disque Segurança (Ciade) foram avaliadas por meio do já citado questionário. Os principais resultados obtidos foram os seguintes:

- 54,3% avaliaram como bom ou regular o mobiliário e o espaço disponível para a execução dos seus trabalhos;
- 67% reconheceram que o ambiente possui iluminação adequada;
- 74,7% responderam que os materiais de expediente não são disponibilizados em quantidade e qualidade adequadas ao trabalho;
- 56,1% informaram que os equipamentos (monitores, mouse, telefones, etc.) não são substituídos prontamente em caso de necessidade;

SEI PROC 039 /2013 Folha nº 003308

- 79,6% responderam que os aparelhos de telefone não possuem níveis de intensidade sonora adequados para permitir boa inteligibilidade, livres de ruídos e interferência na comunicação;
- 95,5% responderam que o ambiente de atendimento não é dotado de condições acústicas adequadas à comunicação telefônica.

Objetivando avaliar o nível de intensidade sonora da Central do Disque Segurança, foram adotados os seguintes procedimentos:

- "download" do aplicativo "Decibelimetro – Sound Meter", disponibilizado pela "Android Market", em um aparelho de telefonia móvel contendo o sistema operacional Android. Esse aplicativo utiliza o microfone do celular para medir o ruído ambiental em decibéis (dB);
- realização do teste "in loco" na referida central, em 01 e 03/08/2012, às 11h05, com duração de cinco minutos na área destinada aos atendentes e outros cinco minutos na específica dos despachantes.

A Tabela 16 contém os resultados obtidos por meio desse teste:

TABELA 16 – NÍVEIS DE RUÍDO CAPTADOS NOS AMBIENTES DO CIADE

DATA	AMBIENTE	NÍVEL DE RUÍDO MÍNIMO	NÍVEL DE RUÍDO MÁXIMO	MÉDIA
01/08	ATENDENTES	62	85	74
	DESPACHANTES	65	85	78
03/08	ATENDENTES	62	81	71
	DESPACHANTES	63	81	75

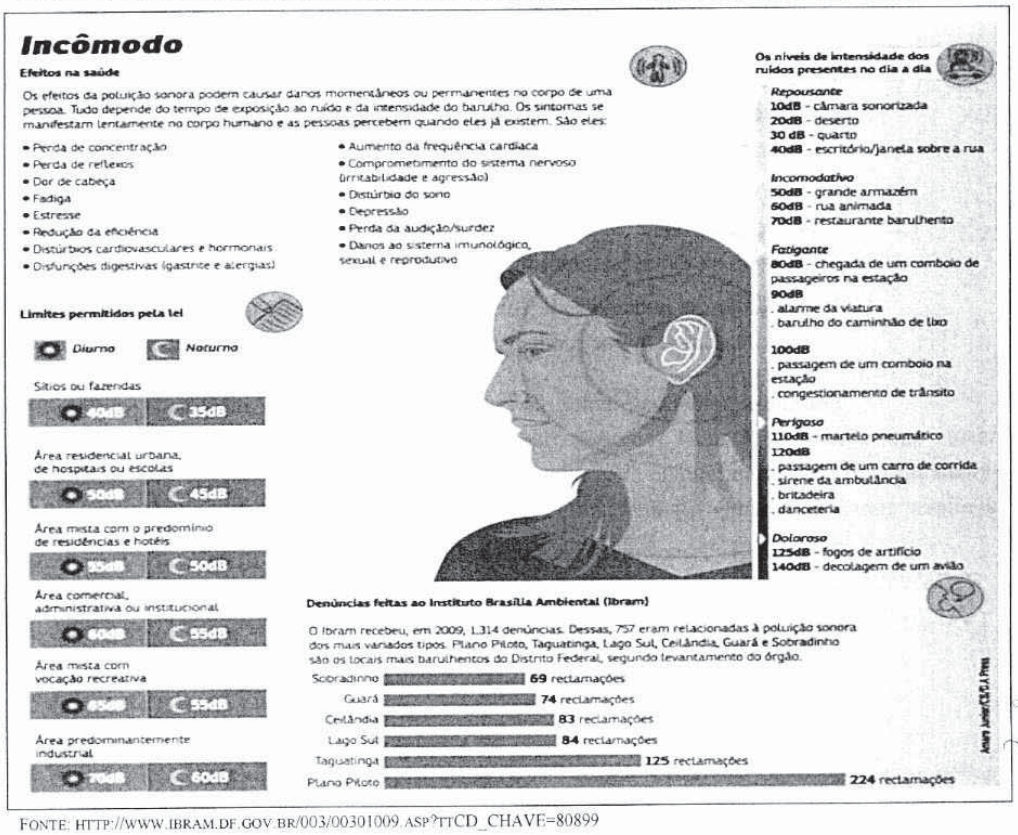
Segundo artigo da *Revista Meio Ambiente Industrial – Maio/Junho 2001* (http://ambientes.ambientebrasil.com.br/urbano/poluicao/poluicao_sonora.html):

> [...] a poluição sonora se dá através do ruído, que é o som indesejado, sendo considerada uma das formas mais graves de agressão ao homem e ao meio ambiente. Segundo a OMS – Organização Mundial da Saúde, o limite tolerável ao ouvido humano é de 65 dB (A). Acima disso, nosso organismo sofre estresse, o qual aumenta o risco de doenças. Com ruídos acima de 85 dB (A) aumenta o risco de comprometimento auditivo. Dois fatores são determinantes para mensurar a amplitude da poluição sonora: o tempo de exposição e o nível do barulho a que se expõe a pessoa.

A Figura 2 relaciona os possíveis efeitos da poluição sonora sobre a saúde das pessoas.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003308-Verso

FIGURA 2 – EFEITOS SOBRE A SAÚDE DAS PESSOAS EXPOSTAS À POLUIÇÃO SONORA



FONTE: HTTP://WWW.IBRAM.DF.GOV.BR/003/00301009.ASP?TTCD_CHAVE=80899

Há que se salientar que os níveis de ruídos não foram medidos por um aparelho homologado pelo INMETRO. Porém, os resultados obtidos servem como alerta aos gestores sobre a precariedade das condições acústicas dos ambientes que compõem essa Central sobre a saúde dos servidores que ali desempenham as suas funções, podendo, por seus efeitos nocivos, ter impacto negativo no atendimento à população do DF.

Observou-se ainda que a Central do Disque Segurança não dispõe de indicadores que possibilitem a avalição ou o monitoramento das atividades inerentes às solicitações de serviços emergenciais por parte da população do DF, conforme exemplificado a seguir:

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003369

- "tempo de transmissão", ou seja, o tempo gasto entre o recebimento da demanda e o acionamento de unidade específica dos segmentos de segurança pública (PMDF, CBMDF, PCDF, Defesa Civil, Detran);
- "tempo de espera", ou seja, o intervalo de tempo entre o recebimento da ocorrência até a chegada da primeira unidade específica dos segmentos de segurança pública ao local de emergência;
- "tempo de empenho"; ou seja, o intervalo de tempo entre a chegada da primeira unidade específica dos segmentos de segurança pública ao local de emergência e o encerramento da ocorrência;
- qualidade da prestação de serviço do pessoal empregado (observância dos procedimentos operacionais padrões, faltas justificadas e injustificadas, etc.)

Portanto, conceitualmente, não haveria como avaliar a eficiência dessa Ação, visto que foram utilizados recursos de outras ações para o funcionamento desse teleatendimento de emergência. No entanto, considerando somente o processo produtivo, avalia-se como ineficiente essa Ação, em razão:

- das deficiências na capacitação dos servidores desse Centro;
- do número reduzido de atendentes e despachantes;
- da qualidade insatisfatória do mobiliário;
- do nível de intensidade sonora do ambiente acima do ideal.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003309-Verso

AÇÃO 4031 – MONITORAMENTO POR CÂMERA DE VÍDEO

Tem por finalidade instalar câmeras em pontos estratégicos do Distrito Federal para melhorar a segurança pública oferecida à sociedade.

A SSP informou que a Ação MONITORAMENTO POR CÂMERA DE VÍDEO bem como outras ações, por serem consideradas prioridades de governo, foram incluídas na elaboração da Proposta do Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2012 – PLOA/2012. Porém, ainda segundo a Secretaria, não foram incluídas na Lei Orçamentária Anual de 2012 – LOA/2012.

De fato, constatou-se que não constam da LOA/2012 recursos destinados à Ação 4031 na Unidade Orçamentária 24.101 – Secretaria de Segurança Pública, tendo sido contemplada apenas a UO 24.103 – Polícia Militar, por meio do Programa de Trabalho 06.181.6217.4031.9499 – MONITORAMENTO POR CÂMERA DE VÍDEO – IMPLANTAR

SISTEMÁTICA DE ATENDIMENTO AO TURISTA – DISTRITO FEDERAL, no montante de R$500.000, vinculado ao Objetivo Específico 005.

Verificou-se ainda que foi incluído na LOA/2012, por meio de emenda parlamentar, para a Unidade Orçamentária 24.101 – Secretaria de Segurança, o Programa de Trabalho 06.122.6217.4031.2377 – MONITORAMENTO DE MATERNIDADE, BERÇÁRIOS E UTI NEONATAL POR CÂMARAS DE ÁUDIO E VÍDEO, com dotação inicial no valor de R$5.000,00.

A SSP avaliou que que o mencionado Programa de Trabalho não terá colaboração direta para o alcance dos Objetivos Específicos 001 e 002 e que os recursos disponibilizados são insuficientes para a sua execução.

Assim, no exercício de 2012, as despesas com aquisição das câmeras de monitoramento e de demais equipamentos destinados a essa Ação foram realizadas na Ação 1471 – MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO da SSP, que integram o OE 001.

A SMT/SSP informou que até julho de 2012 estavam instaladas 66 câmeras de vídeo no Distrito Federal, sendo 37 localizadas nos Setores Hoteleiros Sul e Norte e de Diversões e outras 29 na cidade de Itapoã. Acrescentou ainda que há previsão de aquisição de um Projeto de Monitoramento Urbano de até 1600 câmeras, visando cobertura de todo o Distrito Federal.

Apenas o sistema de monitoramento urbano por câmeras localizado na área central de Brasília se encontra em fase de garantia, ficando assim a empresa contratada responsável pela manutenção desse sistema. Em relação ao sistema instalado na cidade de Itapoã, está sendo elaborado projeto básico com o intuito de contratar empresa especializada para o serviço de manutenção, instalação e aquisição de câmeras e acessórios.

Essa Subsecretaria também informou que a central do sistema de monitoramento urbano de vídeo localizado no Itapoã está instalada no 20º Batalhão de Polícia Militar do Paranoá, unidade responsável pela escala dos militares destinados ao monitoramento das imagens geradas. Informou ainda que essa central é composta por três estações de observação com dois monitores de 21 polegadas, duas TVs LCD de 42 polegadas e os respectivos equipamentos ativos (servidores).

A SMT/SSP apresentou a localização com a latitude e longitude das 37 câmeras instaladas nos setores hoteleiros sul e norte e de diversões, com suas respectivas descrições. Esclareceu que os critérios de seleção dos locais foram baseados no levantamento de pontos estratégicos, realizado pela Subsecretaria de Inteligência/SSP, conforme Relatório

SRL PROC 039 /2013 Folha Nº 003310

de Informação nº 200/2011–SI/SSP, obedecendo aos limites tecnológicos de comunicação via rádio.

A central de monitoramento dessas câmeras está instalada no Ciade, contendo três estações de observação com dois monitores de 21 polegadas.

A aquisição do sistema de monitoramento inerente a essas 37 câmeras foi efetuada por meio de adesão a diversas atas de registro de preços, com custo total de R$785.583,19 (Processo nº 050.000.902/2011), conforme demonstrado suscintamente a seguir.

TABELA 17 – DEMONSTRATIVO DAS ADESÕES ÀS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS RELATIVAS AO SISTEMA DE MONITORAMENTO POR CÂMERA DE VÍDEO DA ÁREA CENTRAL DE BRASÍLIA **R$1,00**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	EQUIPAMENTOS	SERVIÇOS	TOTAL
120/ADCO – 4/SBBRS/2010 – INFRAERO	524.360,64	164.082,55	688.443,19
08/2011 – INSTITUTO DE PESQUISAS DE ESTUDOS DA MÍDIA ALTERNATIVA – IPEIA	38.640,00	-	38.640,00
02/2006 – EMPRESA MUNICIPAL DE INFORMÁTICA DE RECIFE/PE – EMPREL	58.500,00	-	58.500,00
TOTAL	**621.500,64**	**164.082,55**	**785.583,19**

FONTE: PROCESSO Nº 050.000.902/2011

SEI/GDF 039 /2013 Folha Nº 00310-Verso

A respeito dessas adesões, observou-se que o projeto básico anexado às fls. 3 a 31 não detalha adequadamente o objeto da despesa a ser realizado, visto que não foi apresentado o estudo que definiu a quantidade, a localização e o melhor sistema de monitoramento a ser utilizado. Consta como justificativa para a implantação desse sistema, que a SSP identificou a região central de Brasília como a área que mais sofre com a concentração de traficantes e usuários de substâncias entorpecentes.

Por outro lado, em relação às disposições do Parecer Normativo nº 1.191/2009–PROCAD/PGDF sobre os itens obrigatórios a serem observados para adesão a ata de registro de preços, verificou-se a não indicação prévia da adequação da demanda às especificações constantes do edital e do respectivo termo de referência a que estão atreladas as referidas ARPs, uma vez que, no exame dos documentos que instruem o Processo nº 050.000.902/2011, constatou-se que a SSP definiu os produtos pretendidos a partir da ata já existente, conforme demonstrado a seguir:

- **Curto espaço de tempo entre a aprovação do projeto e a solicitação de adesão às mencionadas atas de registro de preços**. O projeto básico foi aprovado pelo Chefe substituto da Unidade de Administração Geral/SSP em 19/11/2011, fl. 31, e em 25/11/2011, por meio do Memorando nº 436/2011–SMT/SSP, fl. 105, foi solicitado pelo Subsecretário de Modernização de Tecnologia/SSP a adesão às citadas atas, devido à necessidade urgente de

resposta ao monitoramento em áreas críticas determinadas pelo Governo do Distrito Federal no programa denominado "Enfrentamento ao Crack", iniciado em setembro de 2012 na área Central de Brasília com o objetivo de erradicar o tráfico e consumo de substâncias entorpecentes;

- **As especificações do projeto básico são idênticas às das atas aderidas e, em muitos casos, coincidindo até a pontuação**. Por exemplo: o item 3.1 da especificação técnica do projeto básico às fls. 5 a 7 dos autos coincide com a especificação da proposta da empresa Redisul, fls. 204 a 206. De igual modo, as especificações dos itens 3.4, 3.5, 3.6, 3.7, 3.8, 3.9 e 3.10 do projeto básico coincidem com as especificações constantes das propostas das empresas contratadas, fls. 307, 309, 312, 313, 314, 382 e 382;
- **Inclusão de serviços sem demanda ou necessidade pela SSP**. Segundo o item 3.1 do projeto básico, o software do sistema a ser adquirido deveria redimensionar automaticamente as câmeras para um gravador alternativo quando o principal não estivesse disponível, sem a necessidade de intervenção humana. Tal exigência também consta do item 8.1, subitem b.8 da Ata de Registro de Preços nº 120/ADCO-4/SBBRS/2010–Infraero. Todavia, essa exigência não vem sendo cumprida, pois não foi adquirido um gravador alternativo. Segundo a Gerência Operacional/DINFO/SMT/SSP:

  > [...] devido a questões técnicas, onde de acordo com os itens da referida Ata de Registro de preço, a aquisição de um gravador alternativo, não se aplica apenas a aquisição de um novo hardware e sim de todo um novo sistema (software e hardware), tornando o valor da aquisição superior pelo menos 15%, e conforme o conhecimento técnico desta pasta o principal problema de um sistema de monitoramento não está no servidor em si, e sim no modo de comunicação, que são utilizados rádios, onde os mesmos sofrem com interferências, mudanças climáticas entre outros, não justificando assim a necessidade de redundância do servidor de gravação.

- **Equipamentos fora de uso.** Verificou-se existência de televisores e microcomputadores, adquiridos por meio dessas atas, instalados em uma sala sem número no prédio do Ciade, porém sem utilização.

A fim de avaliar as condições de trabalho no Ciade, foi aplicado questionário aos servidores responsáveis pelo serviço de monitoramento, no período de 23 a 27/07/2012. Os resultados obtidos foram os seguintes:

- 69,2% avaliaram como inadequado ou ruim o mobiliário e o espaço disponível para a execução dos seus trabalhos;
- 61,5% reconheceram que o ambiente não possui iluminação adequada;

SEI/GDF 039/2013 Folha Nº 003511

- 84,6% responderam que os materiais de expediente não são disponibilizados em quantidade e qualidade adequadas ao trabalho;
- 53,8% informaram que os equipamentos (monitores, mouse, telefones, etc.) não são substituídos prontamente em caso de necessidade;
- 100% afirmaram que os monitores de vídeo não possuem resolução adequada para permitir boa visualização da imagem captada pelas câmeras;
- 61,5% avaliaram que o ambiente de execução das atividades de monitoramento por câmeras de vídeo é dotado de iluminação adequada
- 100% responderam que o ambiente de trabalho não é dotado de condições acústicas adequadas.

Há que se salientar que os responsáveis por realizar o monitoramento das câmeras de vídeo instaladas na área central de Brasília também estão expostos às condições precárias dos ambientes que compõem a Ciade, por se encontrarem instalados nesse Centro, conforme relatado nos comentários à Ação 2947 – CENTRAL DO DISQUE SEGURANÇA.

Objetivando avaliar se as câmeras de vídeo estão instaladas em pontos adequados, de forma a garantir a maximização do uso das suas funcionalidades, principalmente em relação à aproximação de objetos (zoom) e à operação em condições de pouca luz, realizou-se teste no Ciade, em 08/08/2012, entre 11h00 e 12h00, na companhia do Sr. Gerente Operacional/DINFO/SMT/SSP, onde se verificou que o zoom da câmera localizada na Torre de TV não detalha, por exemplo, os algarismos alfanuméricos de placas de veículos localizados no estacionamento situado entre a feira dessa Torre e o Complexo Cultural Funarte.

Questionada sobre esse fato, a referida Gerência informou apenas que a implantação dos equipamentos respeitou os pontos críticos de criminalidade, os limites de comunicação e os locais disponíveis para instalação, uma vez que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN não autoriza instalação ou utilização de postes e marquises, entre outros, para uso do sistema de monitoramento. Também informou que, de acordo com as dificuldades encontradas, foi necessário o uso de terraços de prédios, onde, na grande maioria, os equipamentos têm até um ganho de visualização maior num raio de até pelo menos 1000 metros com qualidade de imagem.

A fim de avaliar o funcionamento do sistema de monitoramento por câmera de vídeo, assim como o sistema de visualização das imagens, também foi utilizado o referido

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003311 - Verso

questionário de auditoria aplicado no período de 23 a 27/07/2012. A tabulação das respostas apresentou os seguintes resultados:

- 84,6% dos servidores responderam que frequentemente o sistema de monitoramento das câmeras de vídeo apresenta falhas no seu funcionamento;
- 69,2% afirmaram que as ações de correção não são implementadas imediatamente;
- 84,6% responderam que há falhas frequentes na transmissão das imagens captadas pelas câmeras de vídeo;
- 76,9% avaliaram que as ações de correção para as falhas na transmissão das imagens não são implementadas imediatamente.

Estava prevista, no processo de aquisição das 37 câmeras de vídeo (Processo nº 050.000.902/2011), a realização de treinamento destinado ao usuário final, incluindo todo o material didático (manuais, apostilas, certificados, procedimentos de avaliação e demais recursos audiovisuais), sendo que o curso deveria ser ministrado com no mínimo 40 horas-aula, divididas em aulas práticas e teóricas, de forma a permitir a efetiva utilização dos recursos do sistema.

Segundo a SMT/SSP, a empresa responsável pelo fornecimento do sistema de monitoramento por câmeras de vídeo promoveu os cursos de Treinamento de Operação – Circuito Fechado de Televisão e de Treinamento em Administração do Sistema, sendo o primeiro com carga horária de 40 horas e 16 participantes, e o segundo com 20 horas e dois participantes.

Porém, na tabulação das respostas do referido questionário de auditoria, 53,8% dos servidores responsáveis por esse monitoramento responderam que não participaram de curso de capacitação específico para essa atividade.

Conforme informação da Subsecretaria de Integração e Operações de Segurança Pública – SIOSP/SSP, 56,25% dos servidores que participaram do Treinamento de Operação – Circuito Fechado de Televisão já foram substituídos. Dessa forma, a maioria dos servidores que atuam nesse monitoramento não foi treinada para esse fim, com prejuízos à qualidade desse trabalho.

Confirmando tal fato, em companhia do Gerente Operacional/DINFO/SSP, em visita ao Ciade às 12h00 do dia 07/08/2012, observou-se que os operadores não conheciam as várias funcionalidades que os recursos de software desse sistema ofereciam. Como

SPL PROC 039/2013 Folha Nº 003312

consequência, têm-se a subutilização dessas câmeras de vídeo e prejuízos à detecção de atividades criminosas na área central de Brasília. Essa deficiência ocorre por falta de rotina de treinamentos, tendo em vista a alta rotatividade de servidores nesse Centro.

Constatou-se que o sistema de monitoramento por câmeras de vídeo ainda não possui indicadores específicos, inclusive em relação à qualidade das atividades desempenhadas pelos servidores responsáveis por realizar esse monitoramento.

A ausência de indicadores dificulta a aferição de resultados, a avaliação das tendências e a convergência das ações em relação aos resultados esperados.

No entanto, foi apresentado pelo Núcleo de Estatísticas/Gerência de Análise de Fenômenos de Segurança Pública/Diretoria de Avaliação, Fiscalização e Análise/SIOSP/SSP quadro comparativo contendo as ocorrências policiais nas áreas monitoradas pelas câmeras de segurança, relativas ao período de 26/01 a 24/07 dos anos de 2011 e 2012, por meio do documento "Informações Estatísticas nº 117/2012–NUEST", de 24/08/2012.

TABELA 18 – INCIDÊNCIAS CRIMINAIS REGISTRADAS

NATUREZA	ANO 2011	ANO 2012	VARIAÇÃO 2012/2011
SUBTOTAL CRIME CONTRA A PESSOA	54	55	2%
ROUBO	290	159	-45%
FURTO	1.234	1.173	-5%
SUBTOTAL CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO	1.524	1.332	-13%
CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL	2	0	-100%
TOTAL CRIME	1.580	1.387	-12%
TRÁFICO DE DROGAS	48	76	58%
USO E PORTE DE DROGAS	139	127	-9%
PORTE DE ARMAS	3	2	-33%
LOCALIZAÇÃO DE VEÍCULOS	14	14	0%
TOTAL AÇÃO POLICIAL	204	219	7%
TOTAL CRIMES DE TRÂNSITO	60	63	5%

FONTE: INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS Nº 117/2012–NUEST

A Tabela 18 evidencia que houve redução no total de incidências criminais e aumento de ações policiais contra o tráfico de drogas na área central de Brasília. Porém não se pode creditar a eficácia no combate às atividades criminosas ao sistema de monitoramento de câmera de vídeo, pois, além da ausência de indicadores específicos para esse sistema, as situações suspeitas não são registradas diretamente pelos operadores desse sistema, sendo

repassadas aos despachantes do Ciade, que realizam o registro eletrônico das ocorrências e acionam as viaturas para atender o chamado.

Segundo a SIOSP/SSP não é mensurado o número das ocorrências geradas pelos operadores do sistema de monitoramento por câmeras de vídeo, por ser um sistema ainda em fase de implantação.

A não contabilização desses dados não permite avaliar se o desempenho dos operadores está dentro do esperado, se o sistema é eficaz, se os equipamentos estão instalados em locais corretos e se a redução na criminalidade pode ser creditada ao sistema de monitoramento por câmera de vídeo.

Além disso, se as ocorrências fossem diretamente registradas e acompanhadas por esses operadores, haveria ganho de tempo no combate à criminalidade.

Por fim, constatou-se que as câmeras fixas CF20, CF21, CF22 e CF23 localizadas na plataforma superior da rodoviária encontram-se fora de operação desde 02/07/2011 devido a atos de vandalismo.

A SMT/SSP informou que a garantia do contrato não cobre danos a equipamentos por atos de vandalismo e que, dessa forma, seria necessária contratação de empresa especializada para realização do trabalho de manutenção destas.

Contudo, até dezembro de 2012, o projeto básico/termo de referência ainda estava em fase de confecção, conforme informação da SMT/SSP.

Portanto, conceitualmente, restaria prejudicada a avaliação da eficiência dessa Ação, pois as suas despesas foram executadas com recursos da Ação 1417 – MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO da SSP. No entanto, considerando apenas o processo produtivo relacionado ao sistema de monitoramento por câmera de vídeo, considera-se a Ação 4031 como ineficiente, em razão:

- do sistema de monitoramento por câmera de vídeo em Itapoã não possuir empresa contratada para realizar o serviço de manutenção;
- das condições precárias de trabalho dos servidores responsáveis por esse monitoramento;
- da inobservância do Parecer Normativo nº 1.191/2009–PROCAD/DF quando da adesão à Ata de Registro de Preços nº 120/ADCO–4/SBBRS/2010–Infraero;

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003313

- da maximização deficiente do uso das funcionalidades das câmeras de vídeo, principalmente em relação à aproximação de objetos (zoom);
- das falhas no funcionamento desse sistema;
- do desconhecimento, por parte dos servidores responsáveis pelo monitoramento, das várias funcionalidades que esse sistema oferece, agravado pela falta de rotinas periódicas de treinamento e de acompanhamento das atividades desenvolvidas por esses servidores;
- das câmeras de vídeo instaladas na plataforma superior da rodoviária encontrarem-se fora de operação desde julho de 2012.

SFL PROC 039 /2013 Folha Nº 003313-Verso

AÇÃO 3419 – REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES DA SEGURANÇA PÚBLICA

Tem por finalidade equipar, aparelhar e modernizar as unidades da SSP com a aquisição de equipamentos modernos e de tecnologia avançada. Até outubro de 2012 havia sido empenhadas nessa Ação as despesas apresentadas na Tabela 19.

TABELA 19 – TOTAL EMPENHADO NA AÇÃO 3419 ATÉ OUTUBRO DE 2012

CREDOR	PROCESSO	DESCRIÇÃO	VALOR (R$)
RENAULT DO BRASIL S/A	050.000.895/2011	RENAULT LOGAN 1.6L EXPRESSION E RENAULT SANDERO 1.6L EXPRESSION	328.522,00
LACERDA SISTEMAS DE ENERGIA LTDA	050.000.602/2011	NO BREAK	167.000,00
ALMIX COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS LTDA – ME	050.000.590/2011	APARADOR DE GRAMA	23.316,00
		ROÇADEIRA COSTAL PORTÁTIL	18.760,00
COMERCIAL CANDANGA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA		COMPRESSOR DE AR DIRETO, FURADEIRA ELÉTRICA, HIDRO LAVADORA DE ALTA PRESSÃO, SERRA CIRCULAR, SERRA TICO TICO E ARCO DE SERRA.	2.577,66
GOMAFE GOIÁS MÁQUINAS E FERRAMENTAS LTDA	050.000.300/2011	ASPIRADOR DE ÁGUA E PÓ E LIXADEIRA ELÉTRICA	815,00
MRC REFORMAS E PINTURAS LTDA – ME		FURADEIRA ELÉTRICA E MÁQUINA DE CORTAR CERÂMICA	547,00
VENETO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	050.000.817/2011	MÁQUINA PROFISSIONAL PARA CORTAR CABELO	17.400,00
TREVISO COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA	050.000.750/2011	REFRIGERADOR DUPLEX, COM CAPACIDADE PARA 340 LITROS.	3.300,00
TOTAL			562.237,66

FONTE: SIAC/SIGGO – 16/10/2012.

Foram selecionados para exame todos os processos listados na Tabela 19. Apresentam-se a seguir os resultados desse exame.

PROCESSO Nº 050.000.895/2011

Não há projeto básico detalhando adequadamente o objeto da despesa a ser realizada. O documento inserto às fls. 2 e 3 não tem características de projeto básico, pois nele faltam as informações relativas à quantidade de veículos a ser adquirida, à especificação completa do veículo, à finalidade dos veículos e às condições de recebimento. O referido projeto limitou-se a especificar a carroceria do veículo, a motorização pretendida, a potência necessária, o tipo de direção, os equipamentos originais, o período e as condições da garantia. Projetos básicos incompletos, vagos e deficientes induzem a erros e gastos desnecessários pela administração. O projeto básico também não está assinado e não consta dos autos documento formal aprovando-o.

Não foi demonstrada, nos autos, a adequação da demanda do bem às especificações constantes do edital e do respectivo termo de referência que está atrelado à ata de registro de preços a ser aderida, em desacordo com o Parecer Normativo nº 1.191/2009–PROCAD/PGDF. Observa-se que o processo iniciou com documentos de especificações mínimas dos veículos a serem adquiridos (fls. 2 e 3) e, nas folhas subsequentes, foi anexado o Ofício nº 271/2011–UAG/SSP, manifestando o interesse da Secretaria em aderir à Ata de Registro de Preços nº 07/2011–SEPLAG/CE (fl. 4), o Ofício CECOC/COGEC nº 191/2011 com a anuência da Secretaria de Planejamento e Gestão/CE (fl. 5) e o Ofício nº 273/2011–UAG/SSP manifestando à Renault do Brasil S/A o interesse em aderir à referida ata (fl. 6).

SPL PROJE 039 /2013 Folha Nº 003514

PROCESSO Nº 050.000.602/2011

Observou-se a aquisição de quatro *nobreaks* com recursos da Ação 3419, Subtítulo 0001 – REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF, porém não há explicações nos autos sobre como a aquisição desses equipamentos contribuiria para o atingimento da finalidade dessa Ação (equipar, aparelhar e modernizar as Unidades da SSP com a aquisição de equipamentos modernos e de tecnologia avançada para o combate à criminalidade e promover condições na área de segurança pública), bem como do Objetivo Específico 001 (promover a política de integração e modernização dos segmentos de segurança pública, reduzindo os níveis de violência de forma imediata e permanente, alavancando o Distrito Federal para um patamar de excelência em segurança pública).

A Subsecretaria de Administração Geral/SSP informou que os equipamentos, materiais permanentes e outros bens móveis classificados no Grupo 4 – Investimentos para

atendimento das subsecretarias e demais setores da Secretaria são adquiridos na Ação 3419 – REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DA SSP. As justificativas não demonstram correlação da aquisição desses equipamentos com o combate à criminalidade ou à promoção de condições na área de segurança pública.

PROCESSO Nº 050.000.590/2011

Conforme fls. 2 a 5, a despesa para aquisição de máquinas de cortar grama e de roçadeiras deveria ser coberta pelo Fundo Penitenciário do DF – FUNPDF (UO 24908), uma vez que se destinava a atender à demanda dos internos recolhidos nos estabelecimentos penais do Distrito Federal. Entretanto, a despesa foi realizada na Ação 3419, Subtítulo 0001 – REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA (fls. 11 e 167).

Nos autos não há explicações sobre como a aquisição desses equipamentos contribuiria para o atingimento da finalidade da Ação 3419, bem como do Objetivo Específico 001.

A Diretoria de Orçamento e Finanças/SUAG/SSP informou que a execução de despesas com recursos do Fundo Penitenciário do DF – FUNPDF necessita ser previamente autorizada pelo Conselho de Administração desse Fundo, conforme art. 10 do Decreto nº 32.106/2010. Acrescentou que não houve deliberação pelo Conselho sobre as despesas com aquisição desses equipamentos.

Ainda segundo essa Diretoria, tendo em vista a insuficiência de recursos do FUNPDF, bem como o advento de outras demandas prioritárias e urgentes a serem realizadas por esse Fundo, a SSP decidiu executar a presente despesa na unidade orçamentária 24.101 – SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, face ao bem maior auferido, consistente no suprimento das necessidades do Sistema Penitenciário do DF.

No entanto, essas justificativas não encontram amparo no Quadro de Detalhamento de Despesas do Fundo Penitenciário do DF, porquanto o total empenhado para a Ação 4220 – GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS – FUNDO PENITENCIÁRIO DO DF no ano de 2012 é equivalente a apenas 7,3% das despesas autorizadas para essa Ação, possivelmente ocasionado por problemas na gestão desses recursos.

Portanto, as despesas deveriam ser realizadas com recursos do FUNPDF e foram executadas com recursos da Secretaria.

SEI/GDF 039/2013 Folha nº 003314-Verso

PROCESSO Nº 050.000.300/2011

Não há projeto básico detalhando adequadamente o objeto da despesa. Por meio do Memorando nº 12/2011–DINP/SSP foi solicitada a aquisição de diversos equipamentos visando à manutenção das instalações da Secretaria, sem apresentação de estudos prévios que comprovassem a necessidade da compra desses materiais, inclusive quanto às quantidades solicitadas, conforme fls. 2 a 4.

Consta, à fl. 27, Planilha de Custos nº 111/2011 contendo as cotações realizadas pela SSP para as aquisições solicitadas. Todavia, dois itens a serem adquiridos apresentam apenas duas cotações de preços. Dessa forma, a Diretoria de Programação e Padronização da Central de Compras e Licitação/SUPRI/SEPLAN restituiu os autos àquela SSP para que refizesse a planilha de estimativa de preços, observando a exigência contida no inciso I, art. 6º da Ordem de Serviço nº 01/2011–SUPRI/SEPLAN, sobre a necessidade da inclusão de, pelo menos, três orçamentos de fornecedores distintos ou dos preços praticados em órgão oficial, conforme fl. 43. Todavia, não há nos autos comprovação de que essa nova pesquisa realmente ocorreu.

A realização dessa despesa foi autorizada para a Ação 3419 – REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DA SSP (fls. 42 e 52). Todavia, nos autos não há explicações de como a aquisição de aspirador de água e pó, compressor de ar direto, hidro lavadora de alta pressão, entre outros, contribuiria para o atingimento da finalidade dessa Ação, bem como do Objetivo Específico 001.

A Diretoria de Orçamento e Finanças/SUAG/SSP argumentou que essa Ação tem por escopo auferir bens voltados ao combate à criminalidade, mas também para a aquisição dos demais bens solicitados pelas subsecretarias que integram a SSP, como é o caso da Subsecretaria do Sistema Penitenciário – SESIPE, razão pela qual as aquisições foram implementadas por intermédio da Ação 3419. A referida Diretoria informou ainda que, conforme orientação da SEPLAN, deve-se evitar a criação de ações similares, que devem ser condensadas em uma única ação. As justificativas são insuficientes para demonstrar a correlação da aquisição desses equipamentos com o combate à criminalidade ou à promoção de condições na área de segurança pública.

SSL PROC 039 /2013 Folha Nº 003315-

PROCESSO Nº 050.000.817/2011

Conforme fls. 1 e 2, as despesas com a aquisição de máquinas profissionais para cortar cabelo deveriam ser cobertas por recursos do Fundo Penitenciário do DF, uma vez

que se destinavam a atender a demanda dos internos recolhidos nos estabelecimentos penais do Distrito Federal. Entretanto, essa despesa foi realizada na Ação 3419, Subtítulo 0001 – REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA, fls. 34, 256 e 257.

Não está evidenciado nos autos como a aquisição desses equipamentos contribuirá para o atingimento da finalidade da Ação 3419, bem como do Objetivo Específico 001.

A Diretoria de Orçamento e Finanças/SUAG/SSP informou que essa despesa seria realizada pelo FUNPDF, conforme fls. 1 e 2, tendo sido inclusive deliberado pelo Conselho de Administração desse Fundo, consoante Ata da 2ª Reunião Ordinária. Todavia, ainda segundo essa Diretoria, em nova reunião do Conselho, verificou-se que seria inviável a execução dessa despesa pelo FUNPDF, em razão da escassez de recursos financeiros e do advento de outras demandas prioritárias e urgentes.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003315-Verso

Por fim, essa Diretoria expôs que, em razão da preocupação maior em atender as necessidades dos presos segregados no Sistema Penitenciário do DF, bem como visando evitar quaisquer tipos de prejuízos aos internos, a aquisição desses equipamentos foi realizada pela SSP.

Similarmente ao Processo nº 050.000.590/2011, não há como aceitar tais justificativas, visto que o total empenhado na Ação 4220 – GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS – FUNDO PENITENCIÁRIO DO DF no ano de 2012 equivale a apenas 7,3% das despesas autorizadas para essa Ação, possivelmente ocasionado por problemas na gestão desses recursos.

Assim, as despesas deveriam ter sido realizadas com recursos do FUNPDF e foram executadas com recursos da SSP.

PROCESSO Nº 050.000.750/2011

Segundo o projeto básico anexado às fls. 3 a 10, os refrigeradores duplex com capacidade para 340 litros, entre outros equipamentos, deveriam ser adquiridos para atender as ações dos projetos sociais e ações comunitárias empreendidas pela Subsecretaria de Programas Comunitários/SSP e, portanto, custeados com recursos do Programa de Trabalho 06.243.6222.4083.0001 – MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS COMUNITÁRIOS E SOCIAIS. No entanto, a compra desses refrigeradores foi realizada com recursos da Ação 3419 – REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DA SSP.

Em 28/03/2012, fl. 526, o Chefe da Unidade de Administração Geral da SSP autorizou a realização da aquisição dos citados refrigeradores na Ação 4083 – MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS COMUNITÁRIOS E SOCIAIS, e, em consequência, foi emitida a Nota de Empenho nº 413/2012, no valor de R$15.050,00, fls. 545. Essa despesa foi liquidada por meio da 2012NL01723.

O Diretor de Suporte Operacional, por meio do Memorando nº 125/2012–DISOP, de 31/05/2012, solicitou o acréscimo de três unidades de refrigeradores sem especificar as unidades da SSP que iriam recebê-los, conforme fl. 566. A Chefe do Núcleo de Orçamento sugeriu que essa despesa deveria ser realizada na Ação 3419, sem apresentar justificativas, conforme fl. 568. O acréscimo da quantidade de refrigeradores a serem adquiridos foi autorizado pelo Chefe da Unidade de Administração Geral/SSP, fl. 568. Em 05/06/2012 foi emitida a Nota de Empenho nº 600/2012, com recursos da Ação 3419, no valor total de R$3.300,00, e a referida despesa liquidada por meio da 2012NL01814.

De acordo com a Gerência de Material e Patrimônio/SUAG/SSP, as três unidades de refrigeradores duplex foram distribuídas às copas do 1º, 2º e 4º andar do prédio da SSP.

Não foram localizadas nos autos as justificativas para o uso dos recursos da Ação 3419 – REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DA SSP na aquisição desses refrigeradores, assim como não está comprovado como a aquisição desses equipamentos contribuiria para o atingimento da finalidade dessa Ação, bem como do Objetivo Específico 001.

A Diretoria de Orçamento e Finanças/SUAG/SSP informou que a Ação 3419 tem por escopo auferir bens voltados ao combate à criminalidade, mas também para a aquisição dos demais bens solicitados pelas subsecretarias que integram a SSP, razão pela qual as aquisições foram implementadas por intermédio dessa Ação. A referida Diretoria informou ainda que se deve evitar a criação de ações similares, a serem condensadas em uma única ação, conforme orientação da SEPLAN

As justificativas não demonstraram a correlação da aquisição de refrigeradores duplex com a finalidade dessa Ação e dos Objetivos Específicos 001 e 002.

Portanto, avalia-se a Ação 3419 como ineficiente devido à utilização de seus recursos em compras e serviços sem correlação com seu objetivo e pelos seguintes motivos:

a) Ausência de projeto básico com detalhamento adequado do objeto da despesa (Processos nºs 050.000.895/2011 e 050.000.300/2011);

SEL PROC 039 /2013 Folha Nº 003316

b) Projeto básico sem assinatura do responsável pela sua elaboração e sem documento formal de autoridade competente aprovando-o (Processo nº 050.000.895/2011);

c) Não demonstração da adequação da demanda dos bens às especificações constantes do edital e do respectivo termo de referência que está atrelado à ata de registro de preços a ser aderida (Processo nº 050.000.895/2011);

d) Despesa em desacordo com o objetivo da Ação (Processos nºs 050.000.590/2011, 050.000.300/2011, 050.000.817/2011 e 050.000.750/2011);

e) Planilha de preços com apenas duas cotações (Processo nº 050.000.300/2011).

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003316-Verso

CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A EFICIÊNCIA

Assim, avaliam-se como ineficientes os Objetivos Específicos 001 e 002, visto que se verificou a realização de despesas em desacordo com os objetivos das ações examinadas ou com as normas de licitação e com os Pareceres da PROCAD/PGDF nºs 726/2008 e 1.191/2009. Também contribuíram para a ineficiência das ações examinadas as deficiências verificadas na gestão dos recursos organizacionais (humanos, materiais, informacionais, etc), com impacto direto na qualidade do produto ofertado à população do Distrito Federal.

IV.3 – ANÁLISE DA EFETIVIDADE

Conforme apresentado no Tópico III deste Relatório, o Indicador 1050 – REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE, cadastrado no PPA para o Objetivo Específico 001, possibilita a aferição da efetividade das ações governamentais distritais na área de segurança pública.

Na Tabela 20 apresentam-se os resultados desejado e alcançado para o indicador em 2012.

TABELA 20 – INDICADORES E ÍNDICES DESEJADOS DO OE 001

INDICADOR		UNIDADE DE MEDIDA	INFORMAÇÃO MAIS RECENTE		RESULTADO	2012	FONTE DA INFORMAÇÃO
CÓD.	DESCRIÇÃO		ÍNDICE	APURADO EM			
1050	REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE	%	6,1	12/2010	DESEJADO	8,0	SOSP/SSP
					ALCANÇADO	8,6	

FONTE: PPA/SIGGO – INDICADORES DE DESEMPENHO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Observa-se que o índice alcançado supera tanto o resultado mais recente apurado quanto o desejado para 2012.

De outra forma, corroborando o índice alcançado por esse indicador, constatou-se que foram registradas no Distrito Federal 40.298 ocorrências criminais, por áreas circunscricionais, durante o 3º trimestre/2011, contra 34.082 registros durante o 3º trimestre/2012, perfazendo diminuição de 15,4%, conforme consta no Relatório das Atividades Desenvolvidas, no 3º trimestre/2012, pela Polícia Civil, Polícia Militar e Departamento de Trânsito do Distrito Federal, publicado no DODF nº 21, de 28/01/2013.

Outra forma de aferir a efetividade das políticas públicas locais de segurança pública seria utilizar os dados referentes ao Plano "Ação pela Vida", lançado em 20/04/2012 com a finalidade de enfrentar a criminalidade no DF por meio da integração operacional entre os órgãos do sistema de segurança pública (PMDF, PCDF, CBMDF e DETRAN/DF).

O Plano define a divisão do Distrito Federal em quatro Áreas Integradas de Segurança Pública – AISP (Leste, Oeste, Sul e Metropolitana), que abrangem as 31 regiões administrativas.

A Tabela 21 apresenta o comparativo do número de ocorrências criminais, por natureza criminal, antes e depois do lançamento do citado plano.

TABELA 21 – DADOS ESTATÍSTICOS PLANO "AÇÃO PELA VIDA"

EIXOS INDICADORES	NATUREZA CRIMINAL	PERÍODO 23/08/2011 A 20/04/2012	PERÍODO 21/04/2012 A 17/12/2012	VARIAÇÃO %
CRIMES CONTRA A PESSOA	HOMICÍDIO	506	503	-0,6
	TENTATIVA DE HOMICÍDIO	853	769	-9,8
	LESÃO CORPORAL DOLOSA	6.780	6.959	2,6
SUBTOTAL CRIME CONTRA A PESSOA		**8.139**	**8.231**	**1,1**
CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	LATROCÍNIO	31	24	-22,6
	TENTATIVA DE LATROCÍNIO	170	106	-37,6
	ROUBO COM RESTRIÇÃO DE LIBERDADE DA VÍTIMA	565	417	-26,2
	SEQUESTRO RELÂMPAGO	9	6	-33,3
	ROUBO DE CARGA	2	16	700,0
	ROUBO EM COLETIVO	819	786	-4,0
	ROUBO A BANCO	0	2	-
	ROUBO A CASA LOTÉRICA	3	10	233,3
	ROUBO EM COMÉRCIO	1.672	1.448	-13,4
	ROUBO EM RESIDÊNCIA	284	225	-20,8
	ROUBO A CAMINHÃO DE BEBIDAS	6	5	-16,7
	ROUBO A POSTO DE COMBUSTÍVEL	569	492	-13,5

SEL PROC 039 /2013 Folha Nº 000317

TABELA 21 – DADOS ESTATÍSTICOS PLANO "AÇÃO PELA VIDA"

EIXOS INDICADORES	NATUREZA CRIMINAL	PERÍODO 23/08/2011 A 20/04/2012	PERÍODO 21/04/2012 A 17/12/2012	VARIAÇÃO %
	ROUBO A TRANSEUNTE	11.432	9.615	-15,9
	ROUBO DE VEÍCULO	2.562	2.653	3,6
	∑ ROUBOS	**18.124**	**15.805**	**-12,8**
	FURTO DE VEÍCULO	4.327	3.979	-8,0
	FURTO EM RESIDÊNCIA	4.670	3.319	-28,9
	FURTO EM COMÉRCIO	2.568	2.143	-16,5
	FURTO EM VEÍCULO	7.206	6.543	-9,2
	FURTOS DIVERSOS	26.017	30.935	18,9
	∑ FURTOS	**44.788**	**46.919**	**4,8**
SUBOTAL CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO		**62.912**	**62.724**	**-0,3**
CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL	ESTUPRO	537	662	23,3
	TENTATIVA DE ESTUPRO	73	62	-15,1
SUBTOTAL CRIME CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL		**610**	**724**	**18,7**
TOTAL CRIME		**71.661**	**71.679**	**0,0**
CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS		1.318	1.235	-6,3
PACIFICAÇÃO SOCIAL	USO E PORTE DE DROGAS	2.659	2.925	10,0
ARMA DE FOGO	PORTE ILEGAL DE ARMA	859	989	15,1
VEÍCULO FURTADO OU ROUBADO	LOCALIZAÇÃO DE VEÍCULO	3.871	3.584	-7,4
TRÂNSITO	LESÃO CORPORAL CULPOSA	5.464	5.067	-7,3
	HOMICÍDIO CULPOSO	205	207	1,0
TOTAL TRÂNSITO		**5.669**	**5.274**	**-7,0**

FONTE: BANCO MILLENIUM-NUEST/DIFIS/SIOSP/SSP.

Segundo a Tabela 21, roubos em geral, tentativas de estupro, tráfico de drogas e crimes de trânsito em geral apresentaram queda no período posterior ao lançamento desse Plano, enquanto que lesão corporal dolosa, roubo de carga, roubo a casa lotérica, roubo de veículos, furtos diversos e estupros cresceram.

Ainda segundo essa tabela, a variação no total de crimes foi insignificante.

Portanto, consoante o resultado alcançado em 2012 pelo indicador 1050 – REDUÇÃO DA CRIMINALIDADE, avalia-se que as ações governamentais distritais na área de segurança pública foram efetivas. Essa conclusão é corroborada pelos dados relativos ao Relatório das Atividades Desenvolvidas no 3º trimestre de 2012 e pelos dados estatísticos do Plano "Ação pela Vida".

SPL FACC 039 /2013 Folha Nº 003317-Verso

V – CONCLUSÃO

Os Objetivos Específicos 001 e 002 obtiveram eficácia muito abaixo da prevista, consoante a metodologia padronizada de cálculo do Indicador de Eficácia. No entanto, impactaram negativamente na aferição desse indicador o atraso por parte da União no repasse de verbas de convênio e o não cadastramento de etapas no SAG/SIGGo relativas aos cursos de capacitação executados na Ação 1569 – DESENVOLVIMENTO DOS PROGRAMAS NACIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA.

Os referidos Objetivos Específicos também foram considerados ineficientes, visto que se verificou:

- realização de despesas em desacordo com a Lei nº 8.666/1993 e com os Pareceres Normativos da PROCAD/PGDF nºs 726/2008 e 1.191/2009;
- execução de despesas incompatíveis com os objetivos das Ações orçamentárias;
- gestão deficiente dos recursos organizacionais (humanos, materiais, informacionais, etc.), com impacto direto na qualidade do produto ofertado à população do Distrito Federal, no caso do Ciade.

As impropriedades verificadas nas Ações 4031 – MONITORAMENTO POR CÂMERA DE VÍDEO e 3419 – REEQUIPAMENTO E REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES DA SEGURANÇA PÚBLICA indicam dissociação entre a realidade da SSP e o orçamento e o planejamento governamental, conforme demonstrado a seguir.

No caso da Ação 4031, ainda que a SSP tenha considerado o monitoramento por câmera de vídeo como projeto estratégico do Governo do Distrito Federal, direcionado a proporcionar maior segurança à população do DF, os recursos pleiteados não foram garantidos na LOA/2012.Foi incluído somente um subtítulo por emenda parlamentar e, ainda, com recursos orçamentários insuficientes para a sua execução, sem correlação com o planejamento da SSP.

Quanto à Ação 3419, observou-se o uso de seus recursos orçamentários para custear despesas inerentes ao Fundo Penitenciário do DF. Embora esse Fundo tenha empenhado somente 7,3% das despesas autorizadas para a Ação 4220 – GESTÃO DE RECURSOS DE FUNDOS – FUNDO PENITENCIÁRIO DO DF, possivelmente em razão da má gestão dos seus recursos.

SRL PRDC 039 /2013 Folha Nº 003318

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO GOVERNAMENTAL, POR PROGRAMA
EXERCÍCIO 2012
PROGRAMA TEMÁTICO 6221 – EDUCAÇÃO BÁSICA

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003318-Verso

RESUMO

O Programa Temático 6221 – EDUCAÇÃO BÁSICA, relacionado ao Macrodesafio – PROPICIAR UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA GRATUITA, DEMOCRÁTICA E DE QUALIDADE SOCIAL PARA TODOS, tem como objetivo garantir o acesso e permanência com qualidade de ensino socialmente referenciada em todas as etapas e modalidades da Educação Básica. Este programa é composto por sete objetivos específicos. Neste ano foi avaliado o Objetivo Específico 001, cujas gestões orçamentário-financeiras são de responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação. As despesas autorizadas e liquidadas foram R$366,3 milhões e R$322,3 milhões, respectivamente. Para avaliação do Programa foram realizadas pesquisas no Sistema de Acompanhamento Governamental – SAG, consultas a processos (contratos) nos órgãos responsáveis e visitas a instituições e obras. Foram também utilizados *check lists*, questionários e registros fotográficos. Avalia-se que o Objetivo Específico 001 apresentou eficácia dentro do previsto. Por conta das limitações metodológicas, não houve um parecer conclusivo quanto à eficiência relativa a todo o Objetivo Específico 001. Essa avaliação foi feita parcialmente para algumas Ações, focada mais na qualidade da infra estrutura e dos recursos pedagógicos, concluindo-se que, para essas ações a eficiência ficou abaixo do esperado. A efetividade não foi avaliada.

I – CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PROGRAMA TEMÁTICO

O Programa Temático 6221 – EDUCAÇÃO BÁSICA está relacionado ao Macrodesafio – PROPICIAR UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA GRATUITA, DEMOCRÁTICA E DE QUALIDADE SOCIAL PARA TODOS, de acordo com o que preconiza o Anexo XX da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2012, aprovada pela Lei nº 4.744/2011.

O Objetivo Geral deste Programa Temático é "*garantir o acesso e permanência com qualidade de ensino socialmente referenciada em todas as etapas e modalidades da Educação Básica*".

Na Tabela 1 são apresentadas as dotações iniciais e despesas autorizadas deste Programa Temático, por Unidade Orçamentária.

TABELA 1 – DOTAÇÃO INICIAL E DESPESA AUTORIZADA DO PROGRAMA TEMÁTICO, POR UO R$1,00

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(A/B)
CÓD.	DESCRIÇÃO	VALOR	% *	VALOR	% *	%
11108	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE PLANALTINA	150.000	0,0	150.000	0,0	100,0
11113	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO	0	0,0	100.000	0,0	-
11127	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO SETOR COMPLEMENTAR DE INDÚSTRIA E ABASTECIMENTO	0	0,0	42.961	0,0	-
16101	SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO DISTRITO FEDERAL	3.500.000	0,1	0	0,0	0,0
18101	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	1.659.149.859	53,6	1.821.033.858	53,2	109,8
18202	FUNDACÃO UNIVERSIDADE ABERTA DO DISTRITO FEDERAL - FUNAB	19.201	0,0	9.601	0,0	50,0
18902	FUNDO DE APOIO AO PROGRAMA PERMANENTE DE ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO BÁSICA DE JOVENS E ADULTOS	18.401	0,0	9.830	0,0	53,4
18903	FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB	1.389.784.000	44,9	1.521.257.687	44,4	109,5
22101	SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL	11.076.000	0,4	9.993.273	0,3	90,2
24103	POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	800.000	0,0	0	0,0	0,0
26204	TRANSPORTE URBANO DO DISTRITO FEDERAL - DFTRANS	30.035.858	1,0	72.597.668	2,1	241,7
TOTAL		**3.094.533.319**		**3.425.194.877**		**110,7**

FONTE: SIGGO/DISCOVERER, EM 21/01/2013

De acordo com o Anexo II do PPA 2012/2015, este Programa Temático é dividido em sete Objetivos Específicos – OEs, apresentados na tabela a seguir:

TABELA 2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PROGRAMA TEMÁTICO EDUCAÇÃO BÁSICA

	OBJETIVO ESPECÍFICO
001	UNIVERSALIZAR A PRÉ-ESCOLA E AMPLIAR O ATENDIMENTO EM CRECHES, COM PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO QUE ATENDA À ESPECIFICIDADE DA FORMAÇÃO HUMANA NA FASE DE 0 A 5 ANOS DE IDADE.
002	RENOVAR O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DO ENSINO FUNDAMENTAL, COM VISTAS À IMPLANTAÇÃO DE UMA NOVA CULTURA ESCOLAR, PAUTADA NO SUCESSO DO ESTUDANTE, NO RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE, GARANTINDO A PERMANÊNCIA E QUALIDADE ACADÊMICAS, EVIDENCIADAS NAS AVALIAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS
003	AMPLIAR O ATENDIMENTO DOS JOVENS DE 15 A 17 ANOS RESIDENTES NO DISTRITO FEDERAL, CONSOLIDANDO MODELOS DE CURRÍCULO QUE ESTIMULEM A PERMANÊNCIA DOS ALUNOS NESSA ETAPA DA EDUCAÇÃO BÁSICA E AUMENTANDO O NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO MÉDIO
004	AMPLIAR E QUALIFICAR A OFERTA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TANTO NO NÍVEL TÉCNICO QUANTO NA FORMAÇÃO INICIAL CONTINUADA E NO ENSINO MÉDIO INTEGRADO, PROMOVENDO O ACESSO E A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES NAS UNIDADES PÚBLICAS DE ENSINO TÉCNICO
005	PROPICIAR O ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS, PELA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE VAGAS, IMPLANTANDO E OTIMIZANDO OS DISPOSITIVOS FÍSICOS E PEDAGÓGICOS APROPRIADOS AO PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, ASSEGURANDO UMA POLÍTICA PÚBLICA QUE CONSOLIDE UM SISTEMA EDUCACIONAL INCLUSIVO EM TODOS OS NÍVEIS, ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO
006	ALFABETIZAR TODOS OS JOVENS E ADULTOS, ACIMA DE 15 ANOS, PROPICIANDO A CONTINUIDADE DOS SEUS ESTUDOS NAS TURMAS DE EJA E GARANTINDO A PROFISSIONALIZAÇÃO POR MEIO DE ENSINO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE E/OU GRADUAÇÃO

CPL - PROC 039 /2013 Folha Nº 0033-7

TABELA 2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PROGRAMA TEMÁTICO EDUCAÇÃO BÁSICA

	OBJETIVO ESPECÍFICO
007	ATENDER AS DEMANDAS DA ESCOLA E DA COMUNIDADE REFERENTES À EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR, ESPORTE E LAZER, POR MEIO DOS PROGRAMAS E AÇÕES DA DIEF

FONTE: ANEXO II DO PPA 2012/2015 – LEI Nº 4.742/2011 (SEM ALTERAÇÕES)

Na Tabela 3 é apresentado o cálculo da materialidade dos Objetivos Específicos, com base na Dotação Autorizada em maio de 2012.

TABELA 3 – CÁLCULO DA MATERIALIDADE DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

OBJETIVO ESPECÍFICO	DOTAÇÃO AUTORIZADA[1]	MATERIALIDADE
001	200.710.462	25%
002	323.968.844	40%
003	150.269.530	19%
004	16.502.743	2%
005	19.131.033	2%
006	28.113.839	4%
007	63.709.215	8%
TOTAL	**802.405.666**	**100%**

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – MÊS DE REFERÊNCIA <=5.
[1] como várias ações se repetem nos objetivos específicos, para o cálculo da materialidade foi dividido proporcionalmente o valor da Dotação Autorizada pelos objetivos específicos.

Tendo em vista a relevância do Programa Temático Educação Básica para a sociedade, o montante dos recursos previstos para esse Programa no PPA e sua quantidade de Objetivos Específicos, decidiu-se por distribuir a avaliação desses OEs ao longo dos quatro anos do PPA 2012/2015, da seguinte forma:

TABELA 4 – AVALIAÇÃO DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PROGRAMA TEMÁTICO – DE 2012 A 2015

EXERCÍCIO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS A SEREM AVALIADOS[1]
2012	001
2013	002 E 003
2014	004 E 005
2015	006 E 007

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – MÊS DE REFERÊNCIA <=5.
[1] Não foi considerada a inclusão do OE 008 pela revisão do PPA, pois esta só ocorreu em setembro de 2012.

Conforme apresentado na Tabela 4, o Objetivo Específico 001 foi selecionado para ser avaliado em 2012. A escolha deveu-se aos seguintes motivos:

1. materialidade: este Objetivo Específico representa 25% da Dotação Autorizada do Programa Temático em maio de 2012 (Tabela 3);
2. em consonância com o Plano de Ações Articuladas do Distrito Federal – PARDF, o OE dispõe da meta do GDF de construção de 111 creches para o período 2012/2015, com recursos do Plano de Aceleração do Crescimento 2 – PAC 2 do Governo Federal;
3. é relevante para atender à Emenda Constitucional nº 59, que altera os incisos I e VII do art. 208 da CF/88, obrigando o atendimento da faixa etária de 4 a 5 anos até 2016.

A seguir, encontra-se o detalhamento do Objetivo Específico 001 e, posteriormente, seus dados das execuções orçamentário-financeiro e física.

I.1 – CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 001

De acordo com o que dispõe o Anexo II do PPA 2012/2015, o Objetivo Específico 001 visa "*Universalizar a pré-escola e ampliar o atendimento em creches, com projeto político pedagógico que atenda à especificidade da formação humana na fase de 0 a 5 anos de idade*" e é de responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE.

O efetivo cumprimento deste objetivo requer a realização de ações como:

- construção de 200 Centros de Educação da Primeira Infância (CEPIs), para atendimento de creche e pré-escola, em parceria com o Ministério da Educação;
- contratação de profissionais da Carreira Magistério e da Carreira Assistência;
- ampliação do número de instituições conveniadas, na perspectiva da universalização da pré-escola e ampliação da creche;
- cursos de formação continuada para 100% dos profissionais que atuam nas creches e pré-escolas públicas e conveniadas;
- oferta de alimentação escolar, adequada à faixa etária e equilibrada nutricionalmente para todas as turmas de Educação Infantil, na proporção de 2 refeições para o período parcial e 5 refeições para o período integral;

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003320

- aquisição de material didático-pedagógico e de cuidados especializados e específicos para atendimentos da Educação Infantil;
- aquisição e montagem de estruturas de parques e instalações lúdicas para atendimento da Educação Infantil.

As metas estabelecidas no PPA 2012/2015 para o Objetivo Específico 001 – são as seguintes:

1. Ampliar a oferta da pré-escola (4 e 5 anos), no sentido de universalizar este atendimento, tendo por base o telematrícula; e
2. Ampliar para 19% as matrículas referentes ao atendimento de crianças de 0 a 3 anos de idade em creches, no período de 2012-1015.

SEI/GDF 039 /2013 Folha Nº 003530 - Verso

De acordo com o Anexo II do PPA 2012/2015, os indicadores cadastrados no SIGGo relacionados ao OE 001 são os seguintes:

TABELA 5 – INDICADORES E ÍNDICES DESEJADOS DO OBJETIVO ESPECÍFICO 001

INDICADOR		UNIDADE DE MEDIDA	INFORMAÇÃO MAIS RECENTE		DESEJADO EM				FONTE DA INFORMAÇÃO
CÓD.	DESCRIÇÃO		ÍNDICE	DATA	2012	2013	2014	2015	
936	ATENDIMENTO DA DEMANDA REPRIMIDA DE 4 E 5 ANOS DE IDADE	PERCENTUAL	67%	13/07/2011	70%	80%	90%	100%	DEI
937	ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS DE IDADE	PERCENTUAL	3%	13/07/2011	3%	9%	14%	19%	DEI

FONTE: PPA 2012/2015 – ANEXO II

Segundo o Anexo II do PPA 2012/2015, estão previstas as seguintes Ações Orçamentárias para o alcance do Objetivo Específico 001:

TABELA 6 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE INTEGRAM O OE 001

AÇÃO	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO
1001	(EP) CONSTRUÇÃO DE CRECHES
1002	(EP) CONSTRUÇÃO DE CRECHES NO DISTRITO FEDERAL
1471	MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA INFORMAÇÃO (SEDF);
2387	DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS DO DISTRITO FEDERAL(SEDF);
2388	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL (SEDF E FUNDEB);
2557	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TI (SEDF);
2964	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (SEDF);
3230	AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL (SEDF);
3238	REFORMA DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL (SEDF);

TABELA 6 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE INTEGRAM O OE 001

AÇÃO	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO
3242	RECONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL (SEDF);
3271	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL (SEDF);
3632	SAÚDE ESCOLAR (SEDF);
4088	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES (SEDF);
4976	TRANSPORTE DE ALUNOS (SEDF, FUNDEB);
8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL (SEDF, FUNDEB

FONTE: PPA 2012/2015 – ANEXO II

Ressalte-se que as Ações 1001 e 3242 não foram incluídas na LOA 2012.

Para este Objetivo Específico, a legislação é a mesma para todo o Programa Temático, ou seja, os principais documentos norteadores da Educação Básica Nacional, regidos pela Constituição da República Federativa do Brasil, e outros instrumentos normativos relacionados com o tema:

- A LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
- O PNE – Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172/2001;
- Emenda Constitucional nº 59 que altera os incisos I e VII do art. 208 da CF/88, obrigando o atendimento desta faixa etária até 2016;
- *Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM)*, que são um conjunto de metas pactuadas pelos governos dos 191 países-membros da ONU com a finalidade de tornar o mundo um lugar mais justo, solidário e melhor para se viver, que tem como uma das metas oferecer Educação Básica de qualidade para todos;
- O Plano de Ações Articuladas do Distrito Federal (PARDF) para 2012-2015.

SEI/GDF - PROC 039 /2013 Folha Nº 00332

I.2 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DO OBJETIVO ESPECÍFICOS 001

Na Tabela 7, apresenta-se a execução orçamentário-financeira do Objetivo Específico selecionado, por Unidades Orçamentárias que os executam. Ressalte-se que as descrições das UOs encontram-se na Tabela 1.

TABELA 7 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DO OE 001, POR UO R$1,00

UO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A) %	EMPENHADO (C)		(C/B) %	LIQUIDADO (D)		(D/C) %	(D/B) %
	VALOR	%*	VALOR	%*		VALOR	%*		VALOR	%*		
11113	0	0,0	100.000	0,0	-	95.897	0,0	95,9	0	0,0	0,0	0,0
16101	3.500.000	0,7	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
18101	424.805.318	88,5	317.321.176	86,6	74,7	289.487.578	86,6	91,2	280.982.578	87,2	97,1	88,5
18903	49.226.339	10,3	48.048.278	13,1	97,6	44.647.199	13,4	92,9	41.303.140	12,8	92,5	86,0
22101	2.395.000	0,5	875.000	0,2	36,5	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	479.926.657		366.344.454		76,3	334.230.674		91,2	322.285.718		96,4	88,0

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – 09/01/2013.
* Percentual do valor de cada UO em relação ao total do Objetivo Específico 001

A Tabela 8 demonstra a execução orçamentário-financeira do Objetivo Específico selecionado, por Ações Orçamentárias que os integram. Ressalte-se que as descrições dessas Ações encontram-se na Tabela 6.

TABELA 8 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DO OE 001, POR AÇÃO R$1,00

AÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A) %	EMPENHADO (C)		(C/B) %	LIQUIDADO (D)		(D/C) %	(D/B) %
	VALOR	%*	VALOR	%*		VALOR	%*		VALOR	%*		
1002	3.500.000	0,7	9.012.753	2,5	257,5	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
2388	111.791.111	23,3	101.293.503	27,6	90,6	89.436.598	26,8	88,3	79.603.225	24,7	78,6	89,0
2964	16.173.707	3,4	2.298.816	0,6	14,2	725.017	0,2	31,5	250.210	0,1	10,9	34,5
3230	1.250.000	0,3	250.000	0,1	20,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
3238	1.613.000	0,3	881.063	0,2	54,6	95.897	0,0	10,9	0	0,0	0,0	0,0
3271	11.773.439	2,5	16.297.764	4,4	138,4	7.662.607	2,3	47,0	6.121.728	1,9	37,6	79,9
8502	333.825.400	69,6	236.310.555	64,5	70,8	236.310.555	70,7	100,0	236.310.555	73,3	100,0	100,0
TOTAL	479.926.657		366.344.454		76,3	334.230.674		91,2	322.285.718		88,0	96,4

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – 09/01/2013.
* Percentual do valor de cada UO em relação ao total do Objetivo Específico 001

I.3 – EXECUÇÃO FÍSICA DO OBJETIVO ESPECÍFICO 001

A Tabela 9 relaciona todas as ações com a quantidade de Subtítulos e Etapas cadastradas no Sistema de Acompanhamento Governamental – SAG, para o Objetivo Específico 001.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003321 - Verso

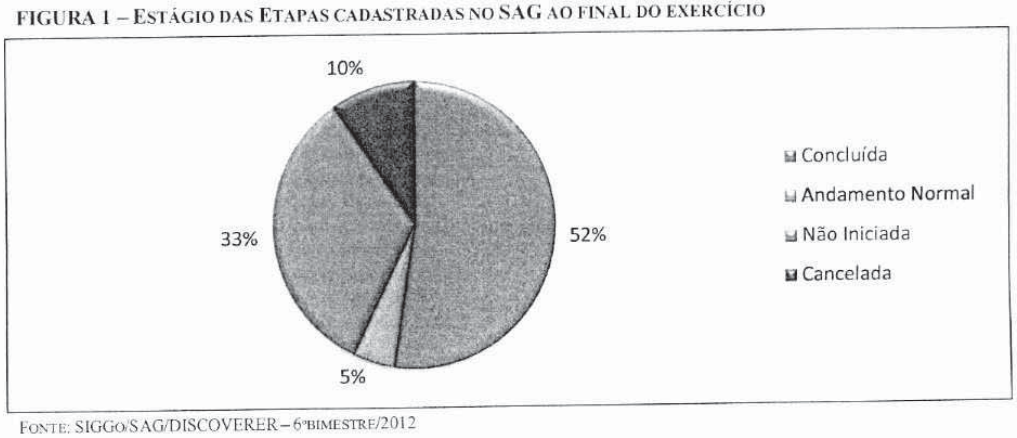
TABELA 9 – QUANTIDADE DE SUBTÍTULOS E ETAPAS CADASTRADAS NO SAG, POR AÇÃO

AÇÃO		QUANTIDADE	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	SUBTÍTULOS	ETAPAS
1002	(EP) CONSTRUÇÃO DE CRECHES NO DISTRITO FEDERAL	1	1
2388	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL (SEDF E FUNDEB);	2	2
2964	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (SEDF);	1	1
3230	AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL (SEDF);	2	3
3238	REFORMA DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL (SEDF);	4	4
3271	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL (SEDF);	5	6
8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL (SEDF, FUNDEB	2	4
		17	21

FONTE: SAG/SIGGO (DISCOVERER) – 2º BIMESTRE/2012

A Figura 1 representa percentualmente a situação das etapas cadastradas no SAG referentes ao Objetivo Específico 001.

FIGURA 1 – ESTÁGIO DAS ETAPAS CADASTRADAS NO SAG AO FINAL DO EXERCÍCIO



FONTE: SIGGO/SAG/DISCOVERER – 6ºBIMESTRE/2012

II – ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA

Os trabalhos de Auditoria foram realizados no período de maio de 2012 a fevereiro de 2013, em diversas unidades de educação infantil e creches da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, bem como nas instituições conveniadas que prestam serviço para crianças de 0 a 5 anos.

Foram selecionadas para amostra as seguintes Ações:

SEL FOLHA Nº 039 /2013

TABELA 10 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS SELECIONADAS

AÇÃO	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO
1002	(EP) CONSTRUÇÃO DE CRECHES NO DISTRITO FEDERAL
2388	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL (SEDF E FUNDEB);
3238	REFORMA DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL (SEDF);
3271	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL (SEDF);

Essas Ações representam 100% do universo possível de ser auditado para a Subfunção 365 – EDUCAÇÃO INFANTIL, quando excluídas as demais Ações relacionados na Tabela 11.

Essas Ações representam 100% das possibilidades de auditoria da subfunção 365 – EDUCAÇÃO INFANTIL, pois algumas Ações foram excluídas da amostra pelos motivos relacionados na tabela a seguir.

TABELA 11 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE NÃO FORAM SELECIONADAS NA AMOSTRA E O RESPECTIVO MOTIVO

AÇÃO		MOTIVO DA NÃO SELEÇÃO
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	
1001	(EP) CONSTRUÇÃO DE CRECHES	NÃO CONSTA NA LOA 2012
1471	MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA INFORMAÇÃO (SEDF);	NÃO EXISTE PT ESPECÍFICO PARA A SUBFUNÇÃO 365-EDUCAÇÃO INFANTIL - AÇÃO GENÉRICA COM CARACTERÍSTICA DE AÇÃO DE GESTÃO
2387	DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA AS ESCOLAS DO DISTRITO FEDERAL(SEDF);	NÃO EXISTE PT ESPECÍFICO PARA A SUBFUNÇÃO 365-EDUCAÇÃO INFANTIL - AÇÃO GENÉRICA COM CARACTERÍSTICA DE AÇÃO DE GESTÃO
2557	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TI (SEDF);	NÃO EXISTE PT ESPECÍFICO PARA A SUBFUNÇÃO 365-EDUCAÇÃO INFANTIL - AÇÃO GENÉRICA COM CARACTERÍSTICA DE AÇÃO DE GESTÃO
2964	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (SEDF);	AÇÃO JÁ AUDITADA NO EXERCÍCIO DE 2011 – SENDO MONITORADA EM 2012
3230	AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL (SEDF);	(EP) EMENDA PARLAMENTAR SEM NENHUM EMPENHO NA DATA DA SELEÇÃO , PERMANECENDO ASSIM ATÉ NOVEMBRO DE 2012
3242	RECONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL (SEDF);	NÃO CONSTA NA LOA 2012
3632	SAÚDE ESCOLAR (SEDF);	AÇÃO JÁ AUDITADA NO EXERCÍCIO DE 2011 – SENDO MONITORADA EM 2012
4088	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES (SEDF);	NÃO EXISTE PT ESPECÍFICO PARA A SUBFUNÇÃO 365-EDUCAÇÃO INFANTIL - AÇÃO GENÉRICA COM CARACTERÍSTICA DE AÇÃO DE GESTÃO
4976	TRANSPORTE DE ALUNOS (SEDF, FUNDEB);	AÇÃO JÁ AUDITADA NO EXERCÍCIO DE 2011 – SENDO MONITORADA EM 2012.
8502	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL (SEDF, FUNDEB	NÃO EXISTE PT ESPECÍFICO PARA A SUBFUNÇÃO 365-EDUCAÇÃO INFANTIL - AÇÃO GENÉRICA COM CARACTERÍSTICA DE AÇÃO DE GESTÃO

Ressalta-se que não foram consideradas no planejamento da SEE a realização das Ações 1001, 3230 e 3242, que são diretamente relacionadas com o cumprimento do índice de 70% do indicador de atendimento da demanda reprimida de 0 a 5 anos de idade e, ainda

SPL PROC 039/2013 Folha Nº 003322-Verso

com o cumprimento da meta estabelecida para o OE 001 de ampliar a oferta da pré-escola (4 e 5 anos), no sentido de universalizar este atendimento.

Essa constatação indica que não houve comprometimento para atingimento do índice de 70% de ampliação da oferta de vagas para crianças de 0 a 5 anos na rede pública do Distrito Federal, pois as Ações 1002 - CONSTRUÇÃO DE CRECHES, 2388 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, 3238 - REFORMA DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL, que foram selecionadas para avaliação, atendem parcialmente à meta de ampliação dessas vagas, tendo em vista que a manutenção da educação infantil não trata de ampliação e a reforma de unidades pode implicar ou não em aumento de vagas, dependendo se as condições anteriores.

As ações: 8502 – ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL, 2557 – GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TI, e 4088 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES, são genéricas e com características de Ações de Gestão aplicada a toda Secretaria de Educação e sem um Programa de Trabalho – PT específico para a Educação Infantil.

Foram excluídas aquelas Ações que permeiam vários Objetivos Específicos, cujos recursos aplicados na Educação Infantil não podem ser identificados por meio de um PT, tais como: 1471 – MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO, 2387 – DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ESCOLAS DO DISTRITO FEDERAL.

Também foram excluídas as ações que já foram auditadas por essa equipe no exercício de 2011 tais como: 2964 – ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, 3632 – SAÚDE ESCOLAR e 4976 – TRANSPORTE ESCOLAR e que, no exercício de 2012, estão sendo monitoradas.

Para a avaliação da eficácia do Objetivo Específico 001 foi utilizada a metodologia padronizada de cálculo do Indicativo de Eficácia do Conjunto das Ações – IE.

Na avaliação da eficiência das ações 1002 – CONSTRUÇÃO DE CRECHES NO DISTRITO FEDERAL, 3238 – REFORMA DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL (SEDF) e 3271 – CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL (SEDF) verificou-se todos os Programas de Trabalho das Ações selecionadas, tendo sido feitas análises dos processos, visitas em campo para registro fotográfico do andamento das obras e preenchimento de check list.

Foi incluído na amostra o Centro de Educação Infantil Vila São José em Brazlândia, pois apesar de não constar em um PT específico (regionalizado), está contemplado no PT genérico 12.365.6221.3271.9352 – CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL REDE PÚBLICA – DISTRITO FEDERAL. Optou-se por incluir essa unidade, pois a construção da mesma é procedente das etapas 105/2010 e 76/2011, tendo sido

SEL 0052/009/2013 Folha Nº 00323-

concluída e entregue em 2012. Dessa forma, somente nesse exercício foi possível aferir, de uma forma mais efetiva, a qualidade do que foi entregue à população.

Na Tabela 12 são relacionadas todas as unidades referentes às Ações 1002, 3238 e 3271 selecionadas na amostragem, constando nesta tabela os PTs, as unidades, o processo analisado, quando possível, a situação atual e o critério utilizado para aferição da eficiência.

TABELA 12 – AMOSTRA SELECIONADA DAS AÇÕES 1002, 3238 E 3271 POR PROGRAMA DE TRABALHO

PT	UNIDADE	PROCESSO ANALISADO	TRABALHOS REALIZADOS PARA AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA
AÇÃO 1002 – CONSTRUÇÃO DE CRECHES NO DISTRITO FEDERAL			
12.365.6221.1002.2934	31 CRECHES DAS 111 APROVADAS	NÃO FORAM ANALISADOS PROCESSOS, POIS TODOS ESTAVAM EM FASE INICIAL DE LICITAÇÃO.	PESQUISAS NO SIGGO, E ACOMPANHAMENTOS POR MEIO DE SOLICITAÇÕES DE AUDITORIAS
AÇÃO 3238 – REFORMA DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL			
12.365.6221.3238.0001	PT GENÉRICO (GUARDA CHUVA)	NÃO FORAM ANALISADOS PROCESSOS.	PESQUISAS NO SIGGO, REUNIÕES E SOLICITAÇÕES DE AUDITORIA.
12.365.6221.3238.0002	PT GENÉRICO (GUARDA CHUVA)		
12.365.6221.3238.0003	JARDIM DE INFÂNCIA VIVÊNCIA-PLANALTINA (OCA)		
12.365.6221.3238.2732	REFORMA DA CASA MENINO JESUS NO GAMA		
AÇÃO 3271 – CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL			
12.365.6221.3271.9348	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NA QN 210 SAMAMBAIA	080.011865/2009	ANÁLISE DO PROCESSO PARA VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO PRAZO CONTRATUAL, REGISTRO FOTOGRÁFICO DA VISITA "IN LOCO" COM PREENCHIMENTO DE *CHECKLIST*.
12.365.6221.3271.9349	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM RIACHO FUNDO I COM 08 SALAS DE AULA, LOCALIZADO NA QN 07, ÁREA ESPECIAL 10	080.012789/2008	
12.365.6221.3271.9350	CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MESTRE D'ARMAS - PLANALTINA	080.002218/2010	
12.365.6221.3271.9351	PT GENÉRICO. CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL – ESTUDOS DE PROJETOS COMPLEMENTARES	080.002215/2010	
12.365.6221.3271.9352	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL LOCALIZADO NA EQ 45/55, ÁREA ESPECIAL RA – IV BRASLÂNDIA - DF.	080.012810/2008	

Nas visitas às Construções dos Centros de Educação Infantil – CEI, foi utilizado um *check list*, com o objetivo de aferir a existência e o estado (qualidade) em que se encontravam a infraestrutura e os recursos pedagógicos aplicado às Instituições Conveniadas (creches) e aos Centros de Apoio Integral à Criança e ao Adolescente – CAICs. Os itens do *check list* encontram-se na Tabela 13.

SEI/GDF 0390 /2013 Folha nº 0000

TABELA 13 – ITENS DO CHECK LIST AVALIADOS NAS VISITAS AOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CEI , CRECHES CONVENIADAS E CAICS

QUANTO A INFRA-ESTRUTURA	QUANTO AOS RECURSOS PEDAGÓGICOS
A) SALA DE PROFESSORES B) SALA DE DIREÇÃO C) SALA DE COORDENAÇÃO D) COPA E) SALAS DE LEITURA F) SALA DE VÍDEO G) DORMITÓRIO H) REFEITÓRIO I) BRINQUEDOTECA J) COZINHA K) LAVANDERIA L) PATIO COBERTO E DESCOBERTO M) HORTA N) BANHEIROS ADAPTADOS AO ATENDIMENTO DA FAIXA ETÁRIA. A QUANTIDADE DE CHUVEIROS E PIAS SÃO SUFICIENTES O) PARQUE INFANTIL P) ESPAÇO EXTERNO APROPRIADO PARA REALIZAR ATIVIDADES PEDAGÓGICAS COM AS CRIANÇAS	A) POSSUEM JOGOS, BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS, LIVROS DE LITERATURA INFANTIL, GIBIS, REVISTAS, INSTRUMENTOS DE BANDINHA E OUTROS SUFICIENTES PARA ATENDER FAIXAS ETÁRIAS? B) POSSUEM MATERIAIS PARA DESENVOLVER ATIVIDADES DE DESENHO, PINTURA, RECORTE E COLAGEM, MODELAGEM E OUTRAS? C) AS SALAS SÃO ORGANIZADAS DE ACORDO COM A DIVERSIDADE DAS ATIVIDADES REALIZADAS (RODINHAS, CANTINHOS, TRABALHOS EM GRUPO? D) POSSUEM MOBILIÁRIO ADEQUADO? E) POSSUEM ESPAÇOS PARA EXPOSIÇÃO DE TRABALHOS INFANTIS? F) OFERECEM ESTÍMULOS VISUAIS?

A elaboração do *check list* utilizou como parâmetro os seguintes instrumentos normativos:

- Brasil. Ministério da Educação – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Manual Técnico de Arquitetura e Engenharia – Orientação para Elaboração de Projetos de Construção de Centros de Educação Infantil, Brasília, MEC, 2009
- Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para Instituições de Educação Infantil, Brasília MEC, SEB, 2006b;
- Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil, Brasília MEC, SEB, 2006b;
- Secretaria de Educação do Distrito Federal. Subsecretaria de Educação Básica. Coordenação de Educação Infantil. Cartilha de Orientações aos Coordenadores Intermediários e Executores Pedagógicos de Convênios para atendimento à Educação Infantil, junho de 2011;

Nas visitas efetuadas aos Centros de Educação Infantil, Creches Conveniadas e CAICs, os itens do *check list* foram conceituados conforme definido na Tabela 14.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003324

TABELA 14 – CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA INFRAESTRUTURA E DOS RECURSOS PEDAGÓGICOS

CONCEITO ATRIBUÍDO	CRITÉRIO UTILIZADO PARA ATRIBUIÇÃO DO CONCEITO AO ITEM
RUIM	ENCONTRADO COM QUALIDADE E QUANTIDADE INSUFICIENTES
REGULAR	ENCONTRADO COM QUALIDADE OU QUANTIDADE INSUFICIENTES
BOM	ENCONTRADO COM QUALIDADE E QUANTIDADE SUFICIENTES
ÓTIMO	ENCONTRADO COM QUALIDADE E QUANTIDADE MAIS QUE SUFICIENTES
INEXISTE	NÃO FOI ENCONTRADO

Quanto à Ação 2388 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, esta abarca várias despesas empenhadas, tendo sido escolhidas para serem auditadas as seguintes:

I. Despesas com Convênios com Instituições Comunitárias, Confessionais e Filantrópicas sem fins lucrativos para oferta de Educação Infantil (creches), por ser a mais representativa em termos de materialidade (representa 60,4% do total dessa Ação);

II. Despesas com contratos de prestação de serviços de conservação e limpeza nas instituições educacionais, prestados pela empresa Juiz de Fora (pois representa 30% das despesas com contratos);

III. Além dos critérios da materialidade das despesas acima elencadas, também foi selecionada na Ação 2388 a despesa referente à instalação de 200 parques infantis (que representa apenas 1,81% da Despesa Autorizada para essa Ação), pela sua relevância para a educação infantil, por constar no PPA 2012-2015, e pelo fato de que a previsão inicial do contrato foi a instalação de todos esses parques no exercício de 2012.

Na auditoria dos Convênios (creches), foram visitadas 18 instituições sendo 13 conveniadas, de um universo de 42, e quatro Centros de Apoio Integral à Criança e ao Adolescente - CAICs, de um total de sete, da rede pública do Distrito Federal que ofertam atendimento em tempo integral para a faixa de 0 a 5 anos, e o Centro de Educação Infantil 01 de Brasília, única unidade da rede pública que tem berçários (creche).

A Tabela 15 relaciona todas as instituições conveniadas visitadas e que prestam serviços educacionais para as crianças na faixa etária de 0 a 5 anos, escolhidas de forma

SEI/GDF - 039 /2013 Folha nº 0033[illegible]

aleatória, dentre as Regiões Administrativas do Distrito Federal, algumas instituições públicas (CAICs), e o Centro de Ensino Infantil 01 de Brasília.

TABELA 15 – AMOSTRAS DA AÇÃO 2388 – MANUTENÇÃO DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL SELECIONADAS

NOME	ENDEREÇO	CRITÉRIO UTILIZADO NA AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA
INSTITUIÇÕES CONVENIADAS (CRECHES)		
LAR DA CRIANÇA PADRE CÍCERO	QNG ÁREA ESPECIAL N.º 37 - TAGUATINGA NORTE / DF	VISTA PARA REGISTRO FOTOGRÁFICO DAS CONDIÇÕES DA INFRA ESTRUTURA COM PREENCHIMENTO DE *CHECKLIST*.
OBRAS ASSISTENCIAIS SÃO SEBASTIÃO	QUADRA 12 - ÁREA ESPECIAL Nº 01 - SETOR LESTE - GAMA / DF.	
FENAÇÕES INTEGRAÇÃO SOCIAL - CRECHE RENASCER	QS 408 ÁREA ESPECIAL Nº 3 – SAMAMBAIA NORTE / DF	
FENAÇÕES INTEGRAÇÃO SOCIAL - CRECHE CANTINHO DA AMIZADE	QR 617 ÁREA ESPECIAL Nº 1 – SAMAMBAIA NORTE / DF	
CENTRO COMUNITÁRIO DA CRIANÇA - CCC	EQNP 09/13, ÁREA ESPECIAL B/D SETOR "P" CEILÂNDIA	
CENTRO COMUNITÁRIO SÃO LUCAS - CECOSAL	QNM 33 - MÓDULO A - ÁREA ESPECIAL - CEILÂNDIA - DF	
COMUNIDADE EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA DE BRASÍLIA	QSQ 405/406 - ÁREA PARA TEMPLO / BRASÍLIA	
CENTRO SOCIAL COMUNITÁRIO TIA ANGELINA	QUADRA 04 - CONJUNTO E - LOTE 04 - CHÁCARA 28 - VARJÃO / DF	
CONGREGAÇÃO IRMÃS OBLATAS DO MENINO JESUS	ÁREA ESPECIAL N.º 02 NORTE - LOTES M/N BRAZLÂNDIA –DF	
INSTITUTO NAIR VALADARES - INAV	QN 08A - CONJUNTO 5 - LOTES 1/2 - RIACHO FUNDO II/ DF CEP:	
CRECHE SÃO VICENTE DE PAULO	SRES SETOR ESCOLAR ÁREA ESPECIAL B LOTE 09 CRECHE 01 CRUZEIRO VELHO	
CASA DO CANDANGO	SGAS QD. 603 – CONJUNTO A - S/N - AVENIDA L2 SUL – BRASÍLIA/DF	
CONGREGAÇÃO DE SANTA DOROTÉIA DO BRASIL - AÇÃO SOCIAL PAULA FRASSINETTI CNPJ:	SGAN 911 - CONJUNTO B-1 - ASA NORTE – BRASÍLIA/DF	
INSTUIÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL		
CAIC BENEDITO CARLOS DE OLIVEIRA	BRAZLÂNDIA	VISTA PARA REGISTRO FOTOGRÁFICO DAS CONDIÇÕES DA INFRA ESTRUTURA COM PREENCHIMENTO DE CHECKLIST E APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIO AOS DIRETORES
CAIC CARLOS CASTELO BRANCO	GAMA	
CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL 01	BRASÍLIA – ASA NORTE	
CAIC UNESCO	SÃO SEBASTIÃO	
CAIC SANTA PAULINA	PARANOÁ	

Por fim, foi feita uma comparação entre as instituições particulares (conveniadas) e as instituições públicas, quanto aos itens de infraestrutura e dos recursos pedagógicos encontrados nas visitas realizadas.

Quanto às despesas com contratos, foram selecionados na amostra os Processos nº 0080.004673/2009, 0080.000044/2012 e 080.004913/2008, todos referentes ao Contrato nº 108/2009 firmado com a empresa Juiz de Fora para prestação de serviços de conservação e limpeza nas instituições educacionais da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, com manutenção das áreas verdes e fornecimento de mão de obra. O objetivo foi

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 00355

verificar a consistência dos instrumentos utilizados pelos executores do contrato para aferir a qualidade dos serviços prestados.

Também foram feitas visitas e acompanhamentos, por meio de Solicitações de Auditoria, para verificar o cumprimento do contrato com a empresa JB Empresarial (Processo nº 080.003962/2012), para a instalação de 200 parques infantis.

III – RESULTADOS E ANÁLISES

Segue o resultado das análises das avaliações realizadas em cada Programa de Trabalho que compõe o Objetivo Específico 001 do Programa 6221.

SEI/GDF 0390 /2013 Folha nº 0000 - Versão - Rubrica

III.1 – ANÁLISE DA EFICÁCIA

Na Tabela 16 apresenta-se a última etapa de cálculo do Indicativo de Eficácia do Conjunto das Ações – IE do Objetivo Específico 001.

TABELA 16 – CÁLCULO DO INDICATIVO DE EFICÁCIA DO OBJETIVO ESPECÍFICO 001

AÇÃO	REALIZAÇÃO SAG	REALIZAÇÃO CONSIDERADO (A)	DOTAÇÃO INICIAL (DI)	DESPESA AUTORIZADA (DA)	VALOR ACUMULADO (VA = DI+DA)	PESO[1] (P)	CONTRIBUIÇÃO DE CADA AÇÃO PARA O IE (P*A)
1002	0,0%	0,0%	3.500.000	9.012.753	12.512.753	4,5%	0,0%
2388	98,0%	98,0%	111.791.111	101.293.503	213.084.614	77,2%	75,6%
2964	100,0%	100,0%	16.173.707	2.298.816	18.472.523	6,7%	6,7%
3230	0,0%	0,0%	1.250.000	250.000	1.500.000	0,5%	0,0%
3238	0,0%	0,0%	1.613.000	881.063	2.494.063	0,9%	0,0%
3271	95,0%	95%	11.773.439	16.297.764	28.071.203	10,2%	9,7%
TOTAL			146.101.257	130.033.899	276.135.156[2]		92,2%[3]

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – 21/01/2013

[1] P= VA / VA_T [2] VA_T – Valor Acumulado Total [3] IE – Indicativo de Eficácia do Conjunto das Ações

Na Ação 1002 – CONSTRUÇÃO DE CRECHES NO DISTRITO FEDERAL foi cadastrada apenas uma Etapa no SAG, não tendo sido alcançada a meta de construção de 01 unidade em 2012, pois a obra sequer foi iniciada.

A Ação 2388 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL tem apenas um Programa de Trabalho: PT 12.365.6221.1002.2936 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL (OCA), cuja meta, segundo informação do SAG, foi atendida em 2012. O Relatório de Etapas Programadas para execução considera que as 62

escolas foram mantidas com os serviços de limpeza, manutenção das áreas verdes, reparos, material de limpeza e higiene, equipamentos e utensílios bem como a vigilância desarmada. Contudo, esse PT abarca ainda o repasse de recursos de convênios e o contrato de implantação, em 4 etapas, de 200 parques infantis ainda no exercício de 2012, mas nenhuma etapa foi entregue. Isso reduziu para 98% a eficácia desta ação.

A Ação 2964 – ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DO DISTRITO FEDERAL, não foi objeto dessa auditoria, mas atingiu, segundo o SAG, a meta estabelecida.

A Ação 3230 – AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL não teve execução orçamentária e, portanto, não atingiu a meta em 2012.

A Ação 3228 – REFORMA DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL não apresentou execução física para nenhum dos seus quatro PTs constantes da LOA 2012. Chama atenção o fato de constar o PT 12.365.6221.3238.2732 – (EP) REFORMA DA CASA MENINO JESUS NO GAMA, pois essa instituição não faz parte dos próprios da Secretaria de Educação, sendo uma entidade filantrópica conveniada, informação confirmada pelo Ofício nº 008/2013-CDOBRA (Coordenação de Obras da Secretaria de Estado de Educação).

A Ação 3271 – CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL possui cinco Programas de Trabalho na LOA 2012, sendo que três deles são específicos e dois são genéricos. A Tabela 17, relaciona todos estes PTs, a descrição deles conforme consta no Quadro de Detalhamento de Despesas – QDD, as observações quanto a sua descrição e o percentual de realização no exercício de 2012:

TABELA 17 – SUBTÍTULOS DA AÇÃO 3271 – CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

SUBTÍTULO	DESCRIÇÃO QUE CONSTA NO QDD	OBSERVAÇÕES	% DE REALIZAÇÃO
9348	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL-CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL QN 210 – RIACHO FUNDO	HÁ ERRO NA DESCRIÇÃO DO SUBTÍTULO POIS A QN 210 FICA EM SAMAMBAIA E NÃO EM RIACHO FUNDO	100 % DA OBRA CONCLUÍDA EM 2012.
9349	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL – CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL JARDIM DE INFÂNCIA – QN 07 - RIACHO FUNDO I	OK	90% DA OBRA CONCLUÍDA EM 2012.
9350	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL – CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MESTRE D'ARMAS EM PLANALTINA	OK	100% DA OBRA CONCLUÍDA EM 2012.
9351	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL – ESTUDO DE PROJETOS COMPLEMENTARES – DISTRITO FEDERAL	TRATA-SE DE CONTRATAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE INSTALAÇÃO ELÉTRICA, HIDRÁULICA, SANITÁRIA E ESTRUTURAL NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	CONTRATO EM EXECUÇÃO POR DEMANDA
9352	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL – REDE PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL.	PT GENÉRICO SEM REGIONALIZAÇÃO - AQUI INCLUÍDO O TÉRMINO DA CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL – VILA SÃO JOSÉ – EM BRAZLÂNDIA	ESCOLA EM FUNCIONAMENTO DESDE AGOSTO DE 2012, COM 100% DA OBRA CONCLUÍDA EM 2012.

SEL FOLHA Nº 039 /2013

Quanto ao erro na descrição do Subtítulo 9348, foi solicitado esclarecimento por meio da Solicitação de Auditoria (SA) nº138/2012, e na resposta dada pela Coordenação de Obra por meio do Ofício nº 23/2012 – UCI, este erro foi reconhecido, porém não foi corrigido na LOA até o final do exercício de 2012.

A eficácia do objetivo específico 001 foi considerada dentro do previsto, conforme o cálculo indicativo de eficácia do conjunto de ações.

III.2 – ANÁLISE DA EFICIÊNCIA

A análise da eficiência do Objetivo Específico será feita por Ação Orçamentária selecionada na amostra de Auditoria.

SA 138/2012 Folha nº 0002

AÇÃO 1002 – CONSTRUÇÃO DE CRECHES NO DISTRITO FEDERAL.

Em 2012 não houve execução orçamentária para a Ação.

A Secretaria de Educação informou por meio do Ofício nº 086/2012 da CDOBRA que, dos 111 terrenos cadastrados para a construção dos Centros de Educação para a Primeira Infância, do Programa Proinfância do Governo Federal/MEC/FNDE, foram deferidos 31 terrenos por meio do termo de Compromisso nº PAC203191/2012.

Em 31 de julho de 2012, o Correio Brasiliense divulgou a seguinte nota:

> [...]
>
> O governo do Distrito Federal anunciou ontem a construção de 31 creches das 111 aprovadas pelo programa ProInfância, do Governo Federal. Os novos locais, conhecidos como Centros de Educação da Primeira Infância (CEPis) serão construídos em parceria com a Terracap. Cerca de 130 mil crianças de zero a três anos ainda estão sem creches no Distrito Federal, número equivalente a 42,8% do total, segundo dados do Censo 2010.
>
> Francisco José da Silva, subsecretário de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação Educacional da Secretaria de Educação, explica que o processo de licitação das obras deve começar na primeira quinzena de setembro. A previsão é que as escolas estejam prontas nove meses depois. "Também vamos reorganizar os Centros de Atendimento Integrados de Crianças (Caics) e investir em novas unidades com recurso próprio", adiantou.
>
> [...]

Contudo, a Secretaria de Educação informou por meio do Ofício nº 011/2013-CDOBRA, que a elaboração dos projetos referentes à construção de creches no Distrito

Federal só começou no início do mês de setembro de 2012, sendo que os primeiros processos só foram enviados para licitação em novembro de 2012, e que até o dia 31 de dezembro haviam sido enviados 26 processos.

Também não houve execução orçamentária para a Ação 3228 – REFORMA DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

A equipe de auditoria procurou esclarecimentos para a não execução das reformas relacionadas na Ação 3228, por meio da Solicitação de Auditoria nº 07/2013-DIFIP/CONT/STC. Em resposta, a Secretaria de Educação informou, por meio do Ofício nº 008/2013-CDOBRA, o seguinte:

> "[...] o motivo da não utilização dos recursos referentes no presente documento foi devido à defasagem do quadro de profissionais técnicos da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Em consequência disso, no mês de julho de 2012, ocorreu a posse de arquitetos com funções que abrangem elaboração de projetos relativos à edificação de escolas públicas de ensino, conforme descrição e especificação do cargo.
>
> Acontece que os aludidos arquitetos iniciaram o desenvolvimento de elaboração de Centros de Educação da Primeira Infância (CEPIs), que tiveram origem no Termo de Compromisso firmado entre o Governo do Distrito Federal e o Governo Federal, por meio do Fundo de Desenvolvimento da Educação – FNDE, o qual foi assinado pelo Secretário de Estado de Educação do DF, também com definição de prazo de conclusão das construções, e, **até a presente data**, estes profissionais continuam a progredir neste trabalho. Por causa disso, não tivemos tempo hábil o suficiente para produzir toda a documentação técnica das instituições de ensino citadas na antedita Solicitação de Auditoria. [...]"

Segundo a Coordenação de Obras – CDOBRA da SEE, o quadro atual de engenheiros e arquitetos da Secretaria é composto por oito engenheiros que atuam na área de fiscalização de obras e serviços de engenharia, e onze arquitetos, que trabalham na elaboração de projetos de arquitetura, sendo que uma arquiteta é da carreira de magistério, estando prestes a se aposentar.

Ao ser questionada sobre qual o quantitativo ideal para tocar as demandas por obras hoje existentes na Secretaria de Educação, a CDOBRA informou que:

> [...] baseado na experiência de anos anteriores, um engenheiro poderá acompanhar quatro obras concomitantemente e um arquiteto elabora uma média de três projetos por ano (não considerando projetos de alta complexidade, notadamente as reformas de grandes instituições de ensino – Centro de Ensino Fundamental, Centro Educacional e Centro de Ensino Médio)
>
> [...] depende do volume de obras a ser considerado pelo Governo para execução. Na presente data a Coordenação de Obras está acompanhando a execução de 08 (oito) obras (construção, reforma e reconstrução), 10 (dez) contratos de manutenção dos prédios desta SEDF e mais 03 (três) contratos de serviços de elaboração de projetos

SEL FEDC 039 /2013 Folha Nº 000327

complementares, sondagem e topografia. Estes mesmos profissionais, além de acompanhar as obras em execução, devem realizar outras atividades inerentes ao cargo, como o recebimento definitivo de obras e vistorias em escolas, afim de emitir parecer e/ou laudo técnico acerca da situação física das edificações.

Não é demais lembrar, que no momento atual se encontra em fase de contratação e/ou licitação a execução de mais 72 (setenta e duas) obras, sem considerar as que estão em fase de projeto e orçamento.

Entende-se que, com estas respostas, fica explicada a inexecução das reformas constantes na LOA 2012, nas Unidades de Educação Infantil. Porém, é preocupante, e não justificável o reduzido quadro de engenheiros e arquitetos na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal perante as demandas por obras na Rede de Ensino. Haja vista que a demanda reprimida por obras vem ocorrendo desde exercícios anteriores e que a projeção de realização de obras na SEE para os próximos exercícios vai superar em muito a capacidade de trabalho do quadro atual.

Esse quadro é agravado se considerarmos que, além da Ação 3228 – REFORMA DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL selecionada na amostra, as Ações 3230 – AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL e 3242 – RECONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL também apresentaram zero de execução no exercício de 2012, caso fossem executadas, necessitariam dos mesmos profissionais.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 0000327-Marsa

AÇÃO 3271 – CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Na Tabela 18, são relacionados os principais problemas detectados na análise dos processos referentes à Ação 3271 que resultaram em atrasos nas licitações e/ou na entrega das obras. Há também um resumo da situação das construções encontrada nas visitas ilustradas por fotos.

TABELA 18 – PROBLEMAS QUE ATRASARAM A OBRA E RESUMO DA SITUAÇÃO ENCONTRADA NAS VISITAS

UNIDADE	RESUMO DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS DETECTADOS QUE ATRASARAM O ANDAMENTO DO PROCESSO E/OU A ENTREGA DAS OBRAS	SITUAÇÃO DA OBRA ENCONTRADA NAS VISITAS REALIZADAS
CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL QN 210 – SAMAMBAIA COM 12 SALAS DE AULA	· ORDEM DE SERVIÇO EMITIDA EM 19/09/2011 PARA EMPRESA CIVIL , FL. 1126 · EMPRESA CIVIL FICOU IMPOSSIBILITADA DE INICIAR AS OBRAS POR CONTA DA OCUPAÇÃO DO LOTE POR UMA INVASÃO E O MESMO AINDA NÃO TINHA SIDO DEMARCADO PELA TERRACAP IMPEDINDO A OBTENÇÃO DO ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO RESULTANDO EM UM ATRASO DE QUASE 2 MESES (FLS. 1131 A 1145). · PELO MOTIVO ACIMA E PELO PERÍODO DE CHUVAS, A EMPRESA CIVIL ENGENHARIA SOLICITOU VÁRIAS PRORROGAÇÃO DE PRAZO DAS OBRAS, POR MAIS 93 DIAS. (FLS. 1259 A 1271) DEPOIS POR MAIS 40 DIAS(FLS. 1466 A 1467) OS QUAIS FORAM ACEITOS PELA EXECUTOR DO CONTRATO, ATRASANDO A ENTREGA DA OBRA. · ATÉ A DATA EM QUE FOI ANALISADO O PROCESSO NÃO HAVIA REGISTRO DE ENTREGA PROVISÓRIA DA OBRA O QUE SÓ VEIO OCORRER NO FINAL DE 2012	COM POUCOS PROBLEMAS DETECTADOS PELA FISCALIZAÇÃO E PELA AUDITORIA, MAS PASSÍVEIS DE SEREM SANADOS NA ENTREGA PROVISÓRIA. (VER FIGURA 2)

TABELA 18 – PROBLEMAS QUE ATRASARAM A OBRA E RESUMO DA SITUAÇÃO ENCONTRADA NAS VISITAS

UNIDADE	RESUMO DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS DETECTADOS QUE ATRASARAM O ANDAMENTO DO PROCESSO E/OU A ENTREGA DAS OBRAS	SITUAÇÃO DA OBRA ENCONTRADA NAS VISITAS REALIZADAS
CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL JARDIM DE INFÂNCIA – QN 07 - RIACHO FUNDO I COM 8 SALAS DE AULA	· A HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO SÓ OCORREU EM 12/11/2010. CONTUDO, O PROCESSO FICOU PARADO POR MOTIVOS DE INSUFICIÊNCIA ORÇAMENTÁRIA, QUE SÓ FOI PLENAMENTE SANADA EM 06/06/2011 CONFORME CONSTA NA FL. 1601 – DESPACHO DA DGOF, · .EM 22/07/2011, FL. 1670, FOI SOLICITADA A DEMARCAÇÃO DO TERRENO PELA TERRACAP E SÓ EM 24/11/2011 , FLS. 1676 A 1679, TEM O DOCUMENTO DE DECLARAÇÃO DE DEMARCAÇÃO PELA TERRACAP (4 MESES DEPOIS) · A ORDEM DE SERVIÇO SÓ SAIU EM MARÇO DE 2012, FL. 1680 A 1681 (FICANDO O PROCESSO PARADO DESDE A DEMARCAÇÃO DO TERRENO ATÉ A ORDEM DE SERVIÇO POR MAIS 4 MESES); · O CONTRATO FOI ASSINADO EM MARÇO DE 2012 CONFORME CONSTA NA FL. 1645 DO REFERIDO PROCESSO, COM PRAZO DE EXECUÇÃO DE 210 DIAS O QUAL NÃO FOI CUMPRIDOS POR MOTIVOS DIVERSOS E ACEITOS PELO EXECUTOR DO CONTRATO POR MEIO DE TERMOS ADITIVOS · A ENTREGA PROVISÓRIA DA OBRA OCORREU NO FINAL DE JANEIRO DE 2013 COM ATRASO DE 90 DIAS EM RELAÇÃO AO PRAZO INICIALMENTE ESTIPULADO NA ASSINATURA DO CONTRATO.	COM POUCOS PROBLEMAS DETECTADOS PELA FISCALIZAÇÃO E PELA AUDITORIA MAS PASSÍVEIS DE SEREM SANADOS NA ENTREGA PROVISÓRIA (VER FIGURA 3
CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MESTRE D'ARMAS EM PLANALTINA COM 12 SALAS DE AULA	· DECLARAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA (ESAENGE) EM SETEMBRO DE 2010 (FL 1579) MAS O CONTRATO SÓ FOI ASSINADO EM MAIO DE 2011(FLS. 1632 A 1637) APÓS PARECER DA AJL E TRÂMITES INTERNOS DE EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO; · FLS. 1655 A 1669 – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E MEMORIAL DESCRITIVO COMEÇANDO A OBRA EM 14/06/2011 E PREVISÃO DE TÉRMINO EM 13/02/2012 (240 DIAS) · FLS. 1670 – SOLICITAÇÃO DA ESAENGE PARA LIGAÇÃO PROVISÓRIA DE ÁGUA E LUZ (EM 30/06/2011) ; · FL. 1671 – EM 30/11/2011 OFÍCIO DA ESAENGE PRA A SEE INFORMANDO QUE ATÉ A PRESENTE DATA NÃO FORAM FEITAS AS LIGAÇÕES DE ÁGUA, IMPOSSIBILITANDO A OBRA (OBS. PASSARAM-SE 5 MESES SEM QUE AS LIGAÇÕES DE ÁGUA FOSSEM FEITAS); · EM FUNÇÃO DESSE ATRASO E DE OUTROS ALEGADOS PELA EMPRESA E ACEITOS PELOS EXECUTORES DO CONTRATO, HOUVERAM VÁRIAS PRORROGAÇÕES ATÉ A ASSINATURA DO TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIA DA OBRA EM JULHO DE 2012, FL. 1944 · RECEBIMENTO DEFINITIVO EM 02/10/2012 (FL. 1970) , (ATRASO DE QUASE 8 MESES EM RELAÇÃO AO CRONOGRAMA INICIAL); · MESMO COM ESSE RECEBIMENTO DEFINITIVO ASSINADO EM OUTUBRO DE 2012, HÁ UM RELATÓRIO DE VISTORIA PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO DATADO DE 17/12/2012 COM 24 PÁGINAS, ASSINADO POR TRÊS ENGENHEIROS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, ONDE CONSTA DIVERSAS IRREGULARIDADES RELACIONADAS A : I-**ARQUITETURA E URBANISMO**: PAREDES, ESQUADRIAS, COBERTURAS E FECHAMENTO LATERAL, REVESTIMENTOS, VIDROS E PLÁSTICOS, PINTURA, REVESTIMENTOS DE PISOS, COMUNICAÇÃO VISUAL, MOBILIÁRIO E PAVIMENTAÇÃO. INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E SANITÁRIAS, INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E ELETRÔNICAS E INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS E CAIXA D'AGUA. **II-FUNDAÇÕES E ESTRUTURAS** . FOI DADO PRAZO DE 25 DIAS CORRIDOS PARA QUE AS DIVERSAS IRREGULARIDADES FOSSEM SANADAS.	COM MUITOS PROBLEMAS DETECTADOS PELA FISCALIZAÇÃO E PELA AUDITORIA, MAS PASSÍVEIS DE SEREM SANADOS NA ENTREGA PROVISÓRIA/DEFINITIVA. CHAMOU ATENÇÃO NA VISITA O PÉSSIMO ACESSO À ESCOLA E AS CONDIÇÕES DO PISO DA ENTRADA DO ESTACIONAMENTO E DE ALGUMAS SALAS DE AULA (VER FIGURA 4)
CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL – VILA SÃO JOSÉ – EM BRAZLÂNDIA COM 12 SALAS DE AULA	· EM JUNHO DE 2010 (FL. 376) FOI PUBLICADO O EDITAL DE LICITAÇÃO MAS A HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO SÓ OCORREU EM OUTUBRO DE 2010 (FL. 1071); · CONTRATO ASSINADO EM DEZEMBRO DE 2010 (FLS. 1089 A 1094) MAS A ORDEM DE SERVIÇO SÓ SAIU EM 27/01/2011 (FL. 1109) · SOLICITAÇÃO DA DEMARCAÇÃO DO TERRENO EM JANEIRO DE 2011 (FL. 1107) QUE SÓ OCORREU EM 23/02/2011 (FL. 1170 A 1196) · EM FEVEREIRO DE 2011, FL. 1201 EXISTE UM DOCUMENTO DA DIRETORIA DE OBRAS PARA A CAESB SOLICITANDO REMANEJAMENTO DA REDE EXISTENTE E VERIFICA-SE NO PROCESSO VÁRIAS REITERAÇÕES DESSE REMANEJAMENTO ATÉ NOVEMBRO DE 2011 (FLS. 1215, 1247 A 1248, 1249 A 1250, 1276 O QUE CAUSOU ATRASOS NA OBRA, BEM COMO O PERÍODO DE CHUVAS , SENDO NECESSÁRIO MAIS 60 DIAS DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DA OBRA; · EM 29/06/2011 , FLS. 1197 A 1203, ENCONTRAM-SE DOCUMENTOS DA CONSERVENGE SOLICITANDO PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE OBRA POR MAIS 90 DIAS DEVIDO A ATRASOS SUPERVENIENTES TAIS COMO : FORNECIMENTO DE CROQUI, FORNECIMENTO DE ATESTADO DE LOCAÇÃO PELA ADM DE BRAZLÂNDIA, ÁGUA POTÁVEL ETC.., NO DIA 29/07/2011, FL. 1204, TEM DESPACHO FAVORÁVEL DE EXECUTOR DO CONTRATO QUANTO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO POR MAIS 90 DIAS;	CONSTATADO NA VISITA QUE AINDA TEM ALGUNS PROBLEMAS DETECTADOS PELA FISCALIZAÇÃO E PELA DIRETORIA DA ESCOLA, MESMO APÓS A ENTREGA DEFINITIVA, MAS PASSÍVEIS DE SEREM SANADOS DENTRO DO PRAZO DE GARANTIA DA OBRA. . (VER FIGURA 5**ERRO! FONTE DE REFERÊNCIA NÃO ENCONTRADA.**)

SF/ MD 039 /2013 Folha Nº 00330

TABELA 18 – PROBLEMAS QUE ATRASARAM A OBRA E RESUMO DA SITUAÇÃO ENCONTRADA NAS VISITAS

UNIDADE	RESUMO DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS DETECTADOS QUE ATRASARAM O ANDAMENTO DO PROCESSO E/OU A ENTREGA DAS OBRAS	SITUAÇÃO DA OBRA ENCONTRADA NAS VISITAS REALIZADAS
	· FL. 1208 – AUTORIZAÇÃO DO GAB QUANTO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO, EM 01/08/2011; · DE AGOSTO DE 2011 ATÉ FEVEREIRO DE 2012 TRAMITAÇÕES DE DOCUMENTOS INTERNOS DE EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO; · EM 29/02/2012, ENTREGA PROVISÓRIA DA OBRA, FL. 1324 SEM NENHUMA PENDÊNCIA CONSTATADA PELA COMISSÃO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIA TENDO SIDO INFORMADO NO DOCUMENTO O SEGUINTE: "TENDO OS REPRESENTANTES DAS PARTES SIGNATÁRIAS VERIFICADO QUE OS SERVIÇOS OBJETO DESTE FORAM EXECUTADOS A CONTENTO, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES CONTRATUAIS, NORMAS TÉCNICAS EM VIGOR, PROJETO E ESPECIFICAÇÕES FORNECIDAS PELA COORDENAÇÃO DE OBRAS, ACHANDO-SE CONCLUÍDOS E EM CONDIÇÕES DE SEREM RECEBIDOS.... · ENTREGA DEFINITIVA E INAUGURAÇÃO DA ESCOLA SÓ OCORREU EM AGOSTO DE 2012.	

SEL PROC 039 /2013 Folha Nº 0003288-Mat 89

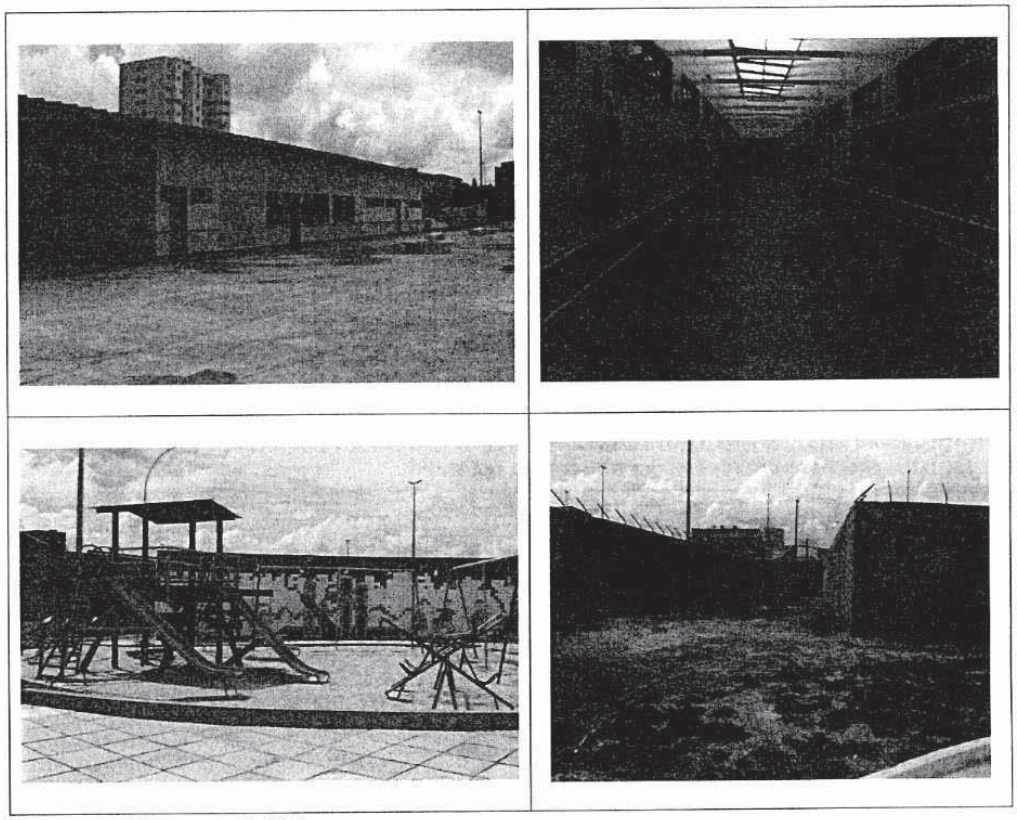
Foram feitos questionamentos à SEE para identificar os motivos dos (1) atrasos nas demarcações dos terrenos, (2) atrasos na obtenção dos alvarás, (3) atrasos nas ligações de água e luz para início das obras e, ainda, (4) se são feitas vistorias prévias para identificação de irregularidades (como invasões) que também atrasam o início das obras. A Secretaria de Educação respondeu por meio do Ofício nº 012/2013 o seguinte:

> [...]
>
> 1. Demarcar os terrenos em que serão construídas as unidades educacionais.
>
> A coordenação de Obras encaminha ofício à TERRACAP – Companhia Imobiliária de Brasília, solicitando a demarcação do lote onde será construída escola pública;
>
> 2. Obter os alvarás de construção
>
> O alvará de construção de cada obra é de responsabilidade da empresa contratada para a sua execução, a qual deverá requerê-lo junto à respectiva Administração Regional, conforme dispõe a Lei 2.105, de 8 de outubro de 1988 (Código de Edificações do Distrito Federal);
>
> 3. Efetuar a ligação de água e luz para início das obras.
>
> 3.1 A empresa contratada para execução da obra requer junto a CAESB e CEB a ligação provisória de água e luz, respectivamente;
>
> 4. São feitas vistorias prévias pela Secretaria de Educação antes de serem iniciadas as licitações a fim de identificar irregularidades.
>
> 4.1 No caso de existência de algum tipo de interferência no terreno a TERRACAP elabora croqui de demarcação, indicando os elementos que interferem na área do lote a ser ocupado;
>
> 4.2 Preliminarmente à elaboração do projeto, o profissional de arquitetura toma conhecimento do projeto de urbanismo do setor, bem como vistoria o lote, visando a elaboração dos estudos para uma melhor implantação da obra.
>
> [...]

Nos processos referentes ao CEI de Samambaia e ao CEI de Brazlândia, as demarcações dos lotes só ocorreram após a homologação da licitação, causando atrasos para a

obtenção de alvarás e para o início das obras. No CEI de Samambaia parte do terreno ainda está ocupada pela invasão, conforme apresentado na Figura 2.

FIGURA 2 – CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL QN 210 EM SAMAMBAIA- VISTA GERAL DA CONSTRUÇÃO E FOTO MOSTRANDO O MURO CONTORNANDO PARTE DA INVASÃO AINDA EXISTENTE NO LOTE

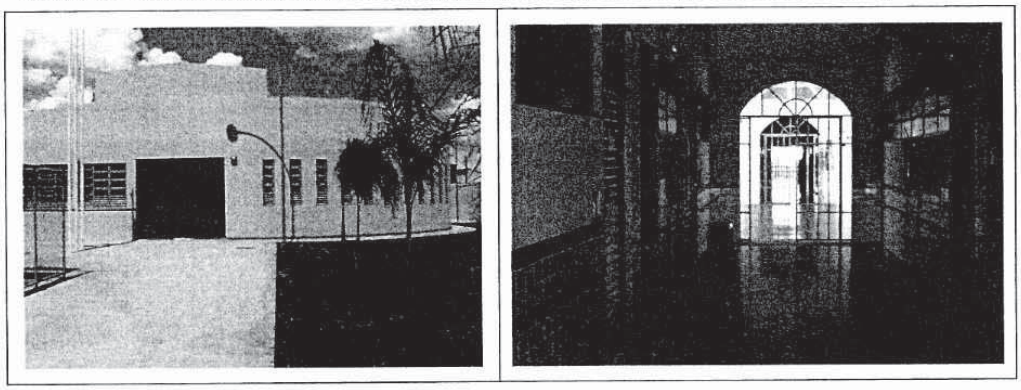


REGISTRO FOTOGRÁFICO EM 17/01/2013

Quanto ao CEI de Riacho Fundo I, o atraso de quatro meses na demarcação do terreno pela TERRACAP ocorreu antes da homologação da licitação não afetando assim o prazo para entrega da obra.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003329

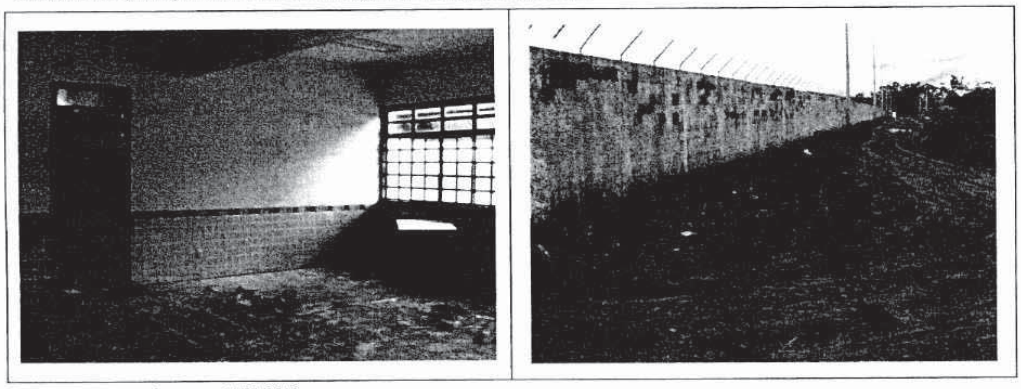
FIGURA 3 – CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL EM RIACHO FUNDO I VISTA GERAL DA CONSTRUÇÃO



REGISTRO FOTOGRÁFICO EM 18/01/2013

No CEI de Planaltina foi constatado que o piso está se soltando e que a única via de acesso à escola está em péssimas condições (Figura 4).

FIGURA 4 – CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MESTRE D'ARMAS EM PLANALTINA - PISOS SOLTANDO E PÉSSIMAS CONDIÇÕES DA ÚNICA RUA QUE DÁ ACESSO À ESCOLA.

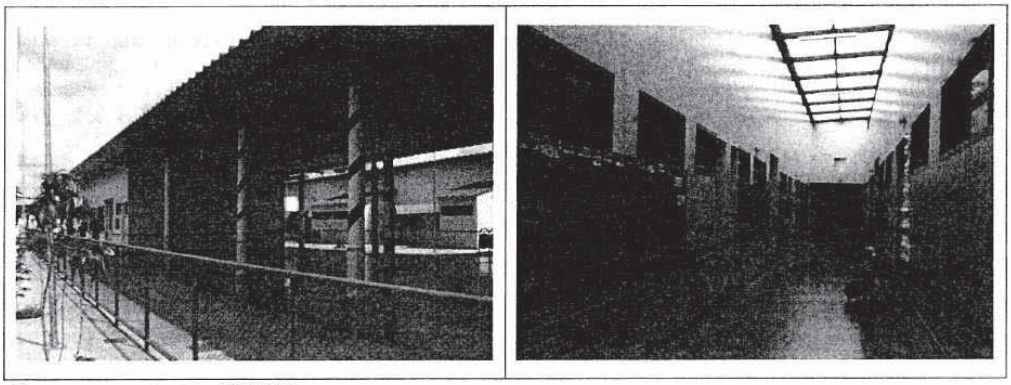


REGISTRO FOTOGRÁFICO EM 11/01/2013

Constatou-se a recorrência de atrasos da CAESB para a ligação provisória de água, conforme ocorrido na construção dos CEI de Brazlândia e Planaltina, o que também levou ao atraso na entrega das obras.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003329-Verso

FIGURA 5 – CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL VILA SÃO JOSÉ EM BRAZLÂNDIA – VISTA GERAL



REGISTRO FOTOGRÁFICO EM 19/11/2012

Quanto às situações elencadas, o capítulo 4 do Manual Técnico de Arquitetura e Engenharia – Orientação para Elaboração de Projetos de Construção de Centros de Educação Infantil, do FNDE, páginas 73 a 80, ao tratar das Características do Terreno, estabelece, dentre diversos outros, os seguintes critérios:

> [...]
>
> Critérios a serem estudados para seleção de terreno:
>
> - Condições de acesso – capacidade e fluxo das vias públicas que delimitam o lote, meios de transporte, localização de pontos de ônibus;
>
> - Acessibilidade universal – garantia de que o ambiente construído seja o menos restritivo possível, incluindo espaços dimensionados de acordo com os preceitos de acessibilidade universal, considerando acessos a salas, área de serviço, cozinha, banheiros, áreas de brincar interna e externa, dentre outros espaços, de acordo com as normas brasileiras e os decretos em vigor;
>
> **- Condições de infra-estrutura básica – pavimentação de ruas, rede de esgoto, energia, abastecimento de agua e lixo. Em regiões com precariedade de infra-estrutura, solicitar a ação das administrações públicas para viabilizar as condições básicas para implantação das unidades;**
>
> - Legislação arquitetônica e urbanística vigente – taxa de ocupação e índice de aproveitamento do terreno, áreas livres, alinhamentos e afastamentos, etc.;
>
> - Entorno (circunvizinhança) – arquitetura local (morfologia urbana, sistemas construtivos e tipo de construções existentes) e acidentes geográficos da região;
>
> - Disponibilidade de mão-de-obra e materiais de construção – deve-se levar em consideração as características térmicas, a durabilidade, a tradição da região, os custos e a facilidade de manutenção;
>
> - Condicionantes físico-ambientais do local – clima, topografia (necessidade de cortes e aterros do terreno, escoamento natural de águas pluviais), vegetação, recobrimento do solo, orientação, qualidade do ar, massas de água e ocorrência de ruídos.

SEI/GDF 039 /2013 Folha nº 00330-

Atenção!

O terreno selecionado deverá estar desembaraçado de qualquer óbice jurídico ou fiscal, devendo, inclusive, ser apresentada a certidão de registro do terreno selecionado, obtida no Cartório de Registro de Imóveis competente, antes de iniciada a análise do projeto de implantação, comprovação de exercício pleno dos poderes, por parte do proponente, inerentes a propriedade do imóvel ou atendimento das hipóteses alternativas estabelecidas na Portaria Interministerial n° 127, de 29 de maio de 2008." (página 73 - Grifou-se)

[...]

Nas visitas feitas às instalações dos Centros de Educação Infantil – CEI, de Samambaia, Riacho Fundo I, Planaltina e Brazlândia, constatou-se que a maioria dos itens do *check list* referentes à infraestrutura foram encontrados em bom estado (segundo os critérios estabelecidos na metodologia), considerando-se que se tratavam de construções novas, e que ainda existiam algumas pendências observadas nas visitas (do tipo: vaso entupido, torneiras com vazamento, pisos soltando) que poderiam ser resolvidas dentro do prazo de garantia da obra.

Entretanto, nos CEI's de Samambaia, Planaltina e Riacho Fundo I não foram encontradas salas específicas para dormitórios, sendo utilizadas as próprias salas de aula para isso. Nos CEIs de Planaltina, Samambaia e Brazlândia não foram encontrados espaços para lavanderia. No CEI de Riacho Fundo I não foram encontradas sala de coordenação, de leitura, de vídeo, copa e horta. Em Samambaia e Planaltina as salas de aula foram adaptadas para servirem de salas de vídeo e de leitura. Além disso, foram encontradas outras salas tais como: Sala de Recursos, Sala de Apoio, Sala dos Servidores e Sala de Reprografia.

A Secretaria de Educação foi questionada quanto à ausência desses itens de infraestrutura nos novos Centros de Educação Infantil e informou o seguinte:

[...]

Esses Centros de Educação Infantil foram construídos com o propósito de atendimento às crianças da pré-escola, ou seja às crianças de 4 e 5 anos. Isso significa que determinados espaços que são indispensáveis ao funcionamento da creche (0 a 3 anos), não se constituem como obrigatórios para atendimento de qualidade às crianças maiores. Dentre eles, a lavanderia, fraldário, lactário e solário.

As salas de coordenação podem ser utilizadas como salas dos professores, pois ambas têm a mesma função, ou seja, são espaços de encontros de trabalhos dos profissionais da escola.

É recorrente na Educação Infantil a utilização da sala de aula para as atividades de leitura e vídeo. Caso haja um espaço específico para essas atividades, recomenda-se que ambas as atividades pedagógicas se dêem no mesmo local, cabendo a cada uma das escolas a organização de um cronograma para que as turmas se rodiziem na sua utilização. Estes espaços têm caráter multiuso.

SPL PROC 039/2013 Folha Nº 003330 - Verso

> Caso não haja espaço exclusivo para repouso/sono, essas atividades podem acontecer na sala de aula ou outros espaços que a instituição possa dispor, desde que devidamente higienizados.
>
> As hortas constituem-se como possibilidade de atividades e projetos pedagógicos para as crianças e não um espaço indispensável.
>
> No que concerne às salas de apoio e recursos, elas têm por função serem mais um espaço para que os gestores se organizem e ofereçam aos alunos possibilidades de atendimento grupais ou individuais, como é o caso da Orientação Educacional.
>
> [...]

Quanto aos recursos pedagógicos, só foi possível verificá-los no CEI de Brazlândia, recém-inaugurado. Na visita, foi constatada a existência de boa parte desses recursos, porém, não foi possível aferir se tais recursos existem em qualidade e quantidade suficientes uma vez que, na época da visita, a escola encontrava-se no início de suas atividades e em processo de recebimento de materiais.

AÇÃO 2388 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Os itens auditados para a Ação 2388 foram os seguintes:

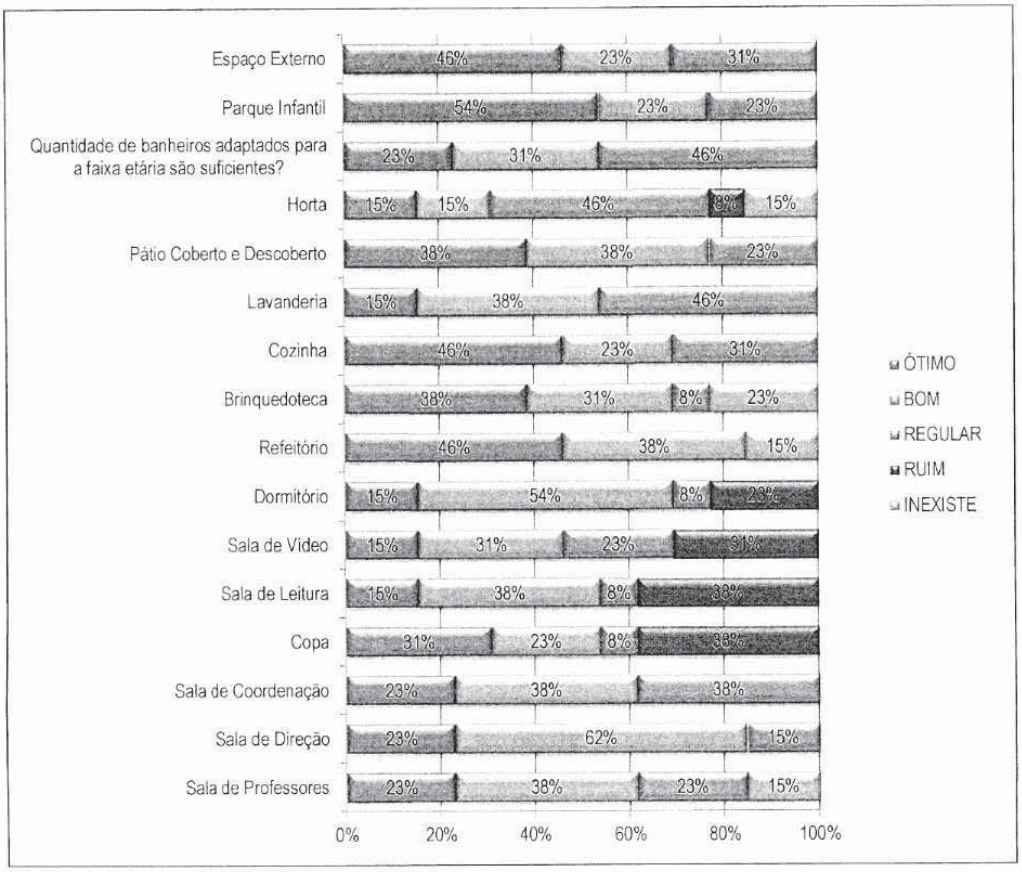
- **Creches e Unidades de Educação Infantil:** 13 Instituições Comunitárias, Confessionais e Filantrópicas sem fins lucrativos conveniadas (creches) e cinco Unidades de Ensino Infantil da Rede Pública do Distrito Federal;
- **Serviços de Conservação e Limpeza:** Contrato 108/2009 com a empresa Juiz de Fora para Prestação de Serviços de conservação e limpeza nas instituições educacionais da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal;
- **Instalação de 200 Parques Infantis:** instalação de 200 parques infantis contratada com a empresa JB Empresarial Ltda.

CRECHES E UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Foi utilizado na visita às 13 creches e às cinco Unidades de Ensino Infantil da Rede Pública o mesmo *check list* da Tabela 13. A Figura 6 sintetiza a situação de infraestrutura encontrada nas 13 creches conveniadas:

SPL PROC 039/2013 Folha Nº 00333

FIGURA 6 – AVALIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DAS INSTITUIÇÕES CONVENIADAS



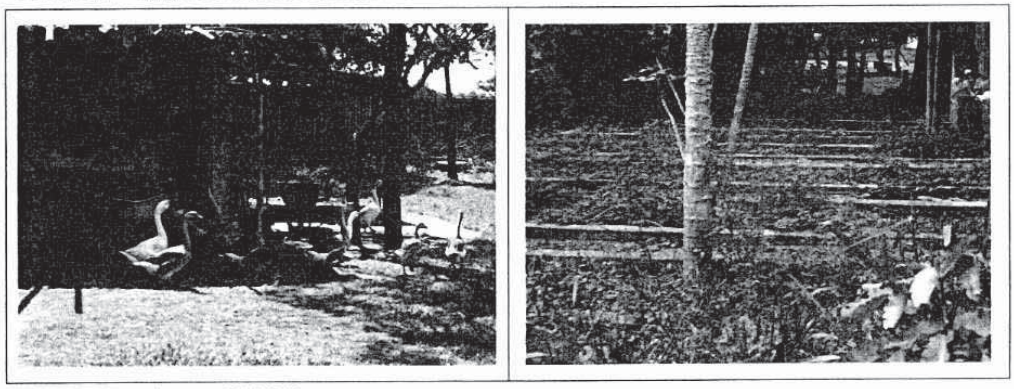
Depreende-se da figura anterior que em pelo menos 23% das instituições visitadas, as salas específicas para dormitório, salas de vídeo, de leitura e copa foram consideradas ruins. Observa-se que 23% das instituições não têm uma brinquedoteca e 15% não possuem salas específicas de professores, refeitórios e horta, sendo que 8% dos locais visitados possuem este último item em estado ruim.

Os pontos fortes de infraestrutura encontrados nas instituições conveniadas são: parques infantis (54% ótimos e 23% bons); espaço para atividades externas (46% ótimos e 23% bons); cozinhas (46% ótimas e 23% boas); refeitórios (46% ótimos e 38% bons) e as brinquedotecas (38% ótimas e 31% boas). Todos os demais itens de infraestrutura estão

situados em um patamar entre regular e ótimo. Ressalta-se que os itens considerados regulares são aqueles que foram encontrados, porém, necessitam de melhorias na qualidade e/ou quantidade.

Alguns aspectos verificados das infraestruturas são mostrados na Figura 7, Figura 8 e Figura 9:

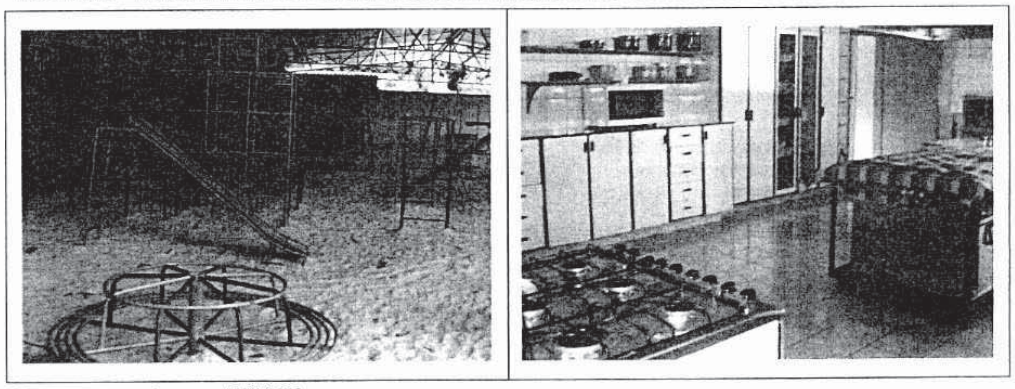
FIGURA 7 – ÁREA EXTERNA E HORTA DA CRECHE PAULA FRACINETTI NO PLANO PILOTO



REGISTRO FOTOGRÁFICO EM 12/12/2012

Conforme visto na figura anterior, a horta e a área externa foram encontradas em excelentes condições.

FIGURA 8 – PARQUE INFANTIL E COZINHA DA CRECHE DAS IRMÃS OBLATAS EM BRAZLÂNDIA

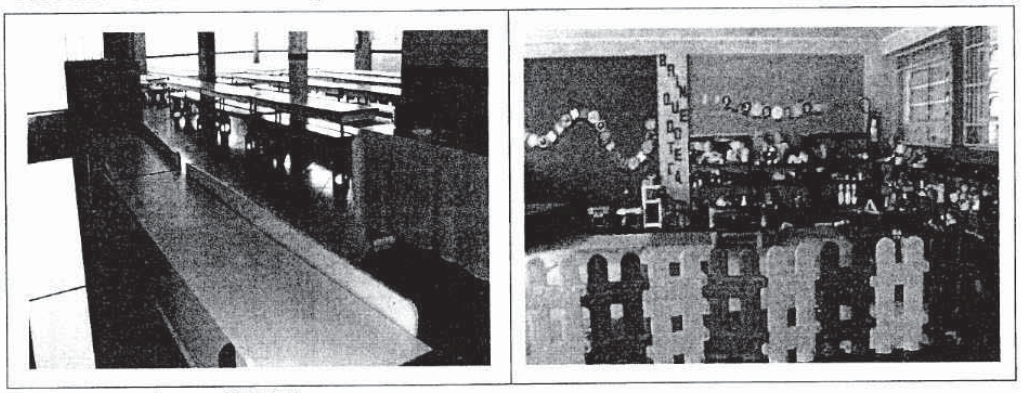


REGISTRO FOTOGRÁFICO EM 10/01/2013

Destaca-se da figura anterior, que o parque infantil além de ser amplo está em boas condições, assim como a cozinha.

SIL FMDF 039 /2013 Folha Nº 00332

FIGURA 9 – REFEITÓRIO E BRINQUEDOTECA DA CRECHE CENTRO COMUNITÁRIO SÃO LUCAS EM CEILÂNDIA

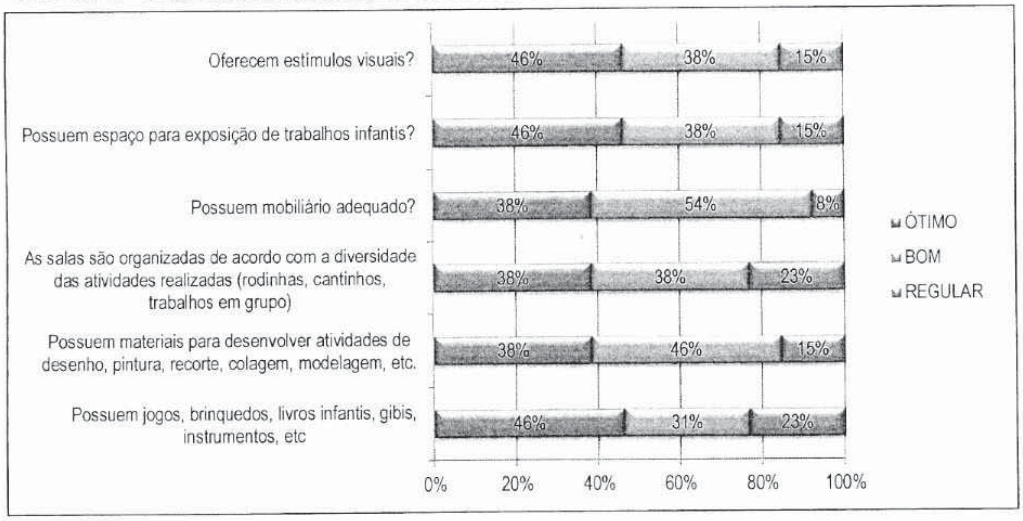


REGISTRO FOTOGRÁFICO EM 09/01/2013

Observa-se na figura anterior que o refeitório e a brinquedoteca estão em boas condições.

A Figura 10 sintetiza a situação encontrada nas 13 instituições conveniadas visitadas quanto aos Recursos Pedagógicos:

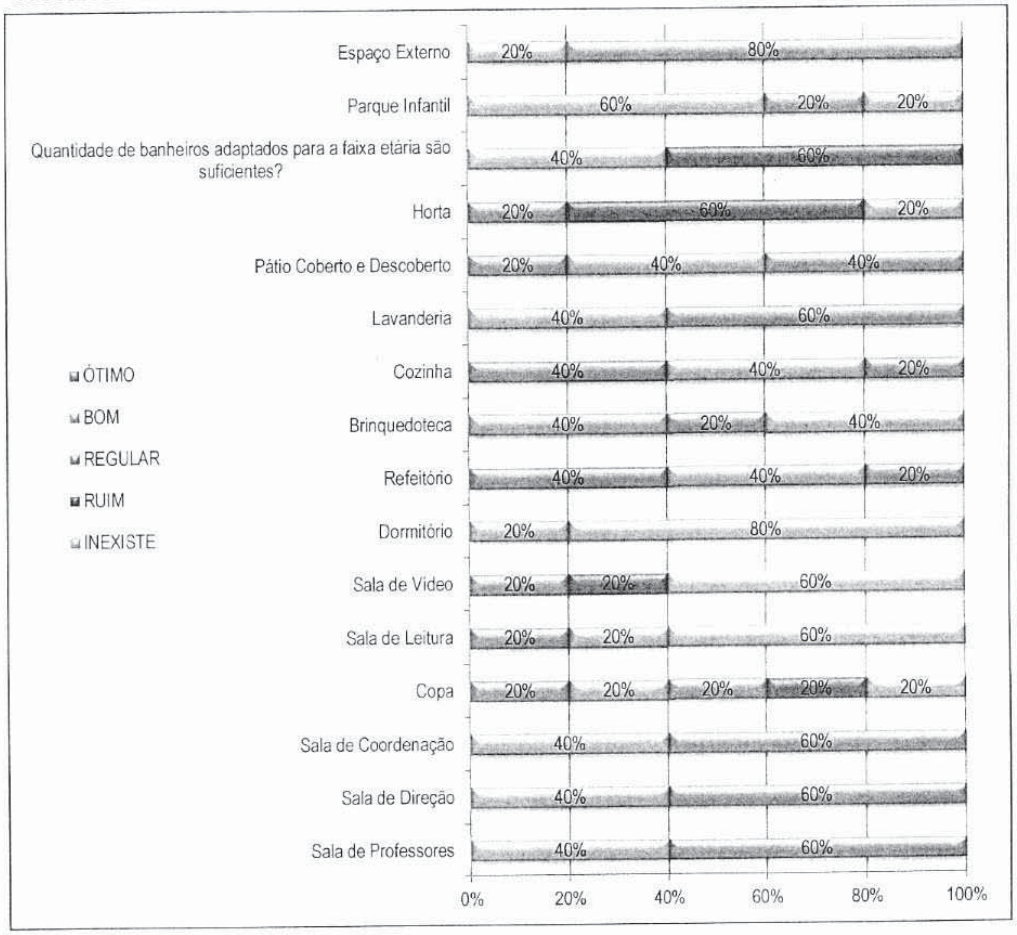
FIGURA 10 – RECURSOS PEDAGÓGICOS DAS INSTITUIÇÕES CONVENIADAS



Quanto aos Recursos Pedagógicos observa-se que mais de 80% das instituições visitadas foram consideradas entre bom e ótimo e que nenhuma foi considerada ruim.

A situação da infraestrutura dos quatro Centros de Apoio Integral à Criança e ao Adolescente – CAICs e do Centro de Educação Infantil 1 (CEI 1) de Brasília, está retratada na Figura 11:

FIGURA 11 – INFRAESTRUTURA DOS CAICS E DO CEI 1 DE BRASÍLIA



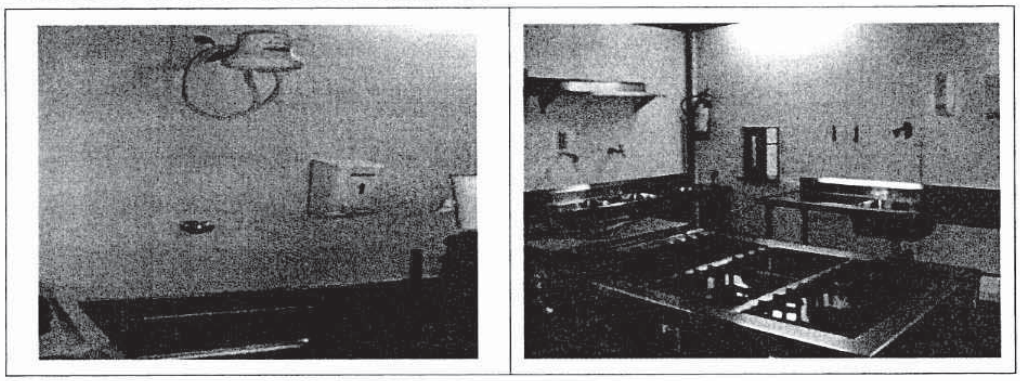
Observa-se que não foram encontradas salas específicas para dormitório, salas de vídeo e de leitura em pelo menos 60% dos CAICs visitados. E ainda, 40% dessas instituições não têm uma brinquedoteca e 20% não possuem copa, parque infantil e horta. Entretanto, em 20% dos CAICs que possuem salas de vídeo, salas de leitura e copas, estas foram consideradas ótimas. Em 60% das instituições visitadas as hortas e os banheiros adaptados encontravam-se

SEI/GDF 039 /2013 Folha Nº 00333-

em estado ruim. As hortas e os banheiros foram os itens com pior avaliação na questão de infraestrutura. Na infraestrutura dos CAICs foram identificados apenas dois pontos fortes: as cozinhas (40% ótimas e 40% boas) e os refeitórios (40% ótimos e 40% bons). Todos os demais itens de infraestrutura estão situados em um patamar entre regular e bom.

Em todos os CAICs visitados e no CEI 1 de Brasília, o mobiliário é antigo e é necessária uma reforma geral na infraestrutura. Da Figura 12 à Figura 15 são mostrados alguns aspectos da infraestrutura dessas unidades:

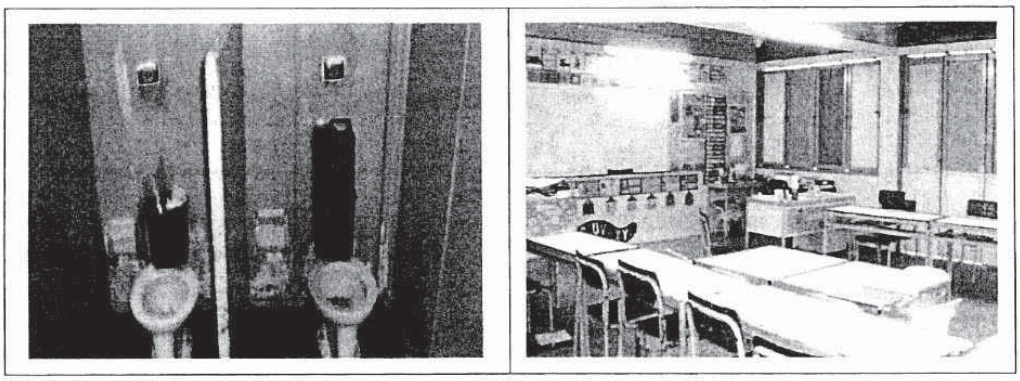
FIGURA 12 – CAIC DE SANTA PAULINA NO PARANOÁ



REGISTRO FOTOGRÁFICO EM 01/02/2013

Verifica-se, conforme figura anterior, aspectos negativos e positivos nesse CAIC. O negativo refere-se à localização do chuveiro, que se encontra acima da pia, e o positivo é a cozinha, que está em boas condições de uso.

FIGURA 13 – BANHEIROS INFANTIS E MOBILIÁRIO DAS SALAS NO CAIC CARLOS CASTELO BRANCO NO GAMA

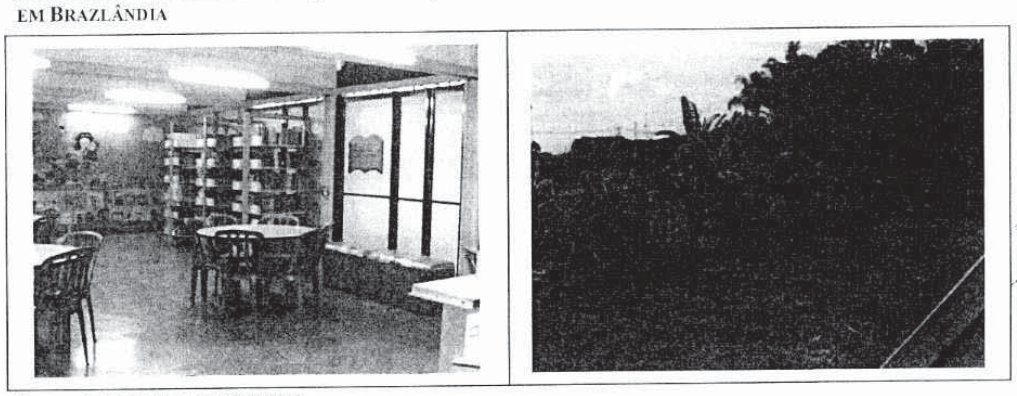


REGISTRO FOTOGRÁFICO EM 08/01/2013

Depreende-se da figura anterior que os banheiros infantis do referido CAIC encontram-se em condições ruins e que o mobiliário das salas de aula é antigo.

O CAIC Benedito Carlos de Oliveira em Brazlândia apresenta uma estrutura diferenciada comparada com os outros visitados, com uma cozinha e refeitório bastante equipados, e com parque infantil, área externa e salas (todos em processo de reforma) já para atender as crianças em 2013 (Figura 14).

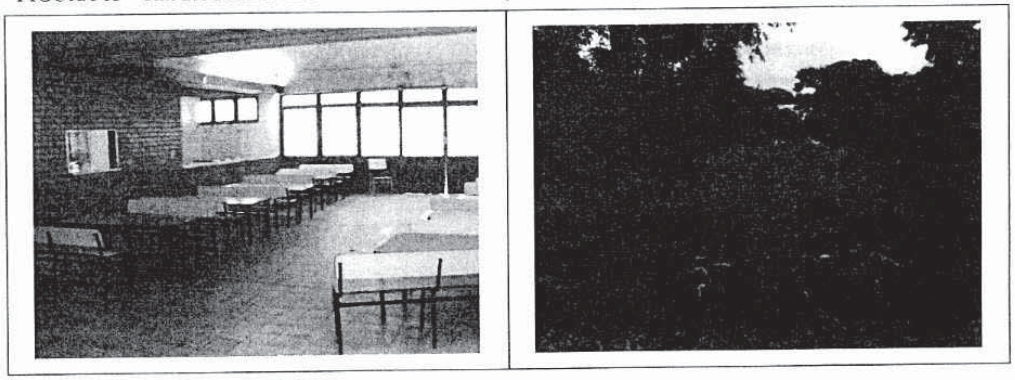
FIGURA 14 – SALA DE LEITURA (BIBLIOTECA) E ÁREA EXTERNA NO CAIC BENEDITO CARLOS DE OLIVEIRA EM BRAZLÂNDIA



REGISTRO FOTOGRÁFICO EM 10/01/2013

O CEI 1 de Brasília situa-se em uma grande área, com amplas salas, salões, áreas cobertas e descobertas, que poderiam ser melhor aproveitadas, todas precisando de reformas. O espaço externo é grande, mas pouco explorado, incluindo a horta que, conforme mostrado na Figura 15, está tomada pelo mato em uma situação de total abandono.

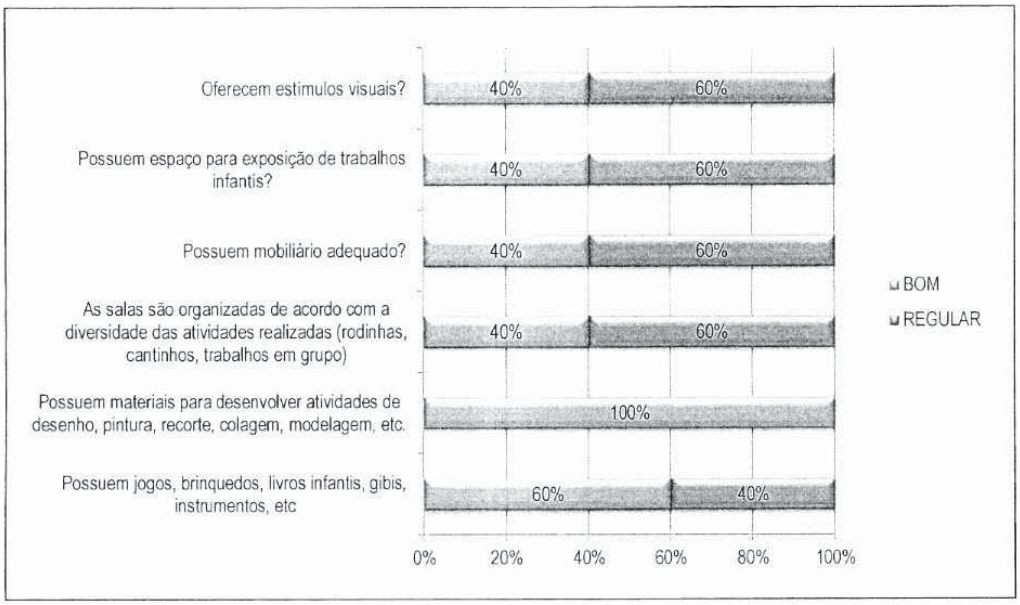
FIGURA 15 – REFEITÓRIO EM BOM ESTADO E HORTA (ABANDONADA) NO CEI 1 DE BRASÍLIA



REGISTRO FOTOGRÁFICO EM 22/01/2013

A Figura 16 sintetiza a situação encontrada nos CAICs visitados e no CEI 1 de Brasília referente aos Recursos Pedagógicos:

FIGURA 16 – RECURSOS PEDAGÓGICOS DOS CAICS E DO CEI 1 DE BRASÍLIA



Observa-se que em todas as unidades visitadas os recursos pedagógicos foram avaliados entre bom e regular. Chama atenção o fato de que os itens relacionados ao mobiliário, aos espaços para exposição dos trabalhos infantis, aos estímulos visuais e a organização das salas (e as próprias salas) precisam ser melhorados por terem sido considerados regulares na avaliação.

Por fim, a Tabela 19 e a Tabela 20 comparam os itens de infraestrutura e dos recursos pedagógicos entre as Instituições Conveniadas e as Unidades de Educação Infantil de tempo integral da Rede Pública do Distrito Federal.

TABELA 19 – COMPARAÇÃO ENTRE AS INSTITUIÇÕES CONVENIADAS E OS CIACS (ICLUINDO O CEI 01) QUANTO À INFRAESTRUTURA

ITENS	INFRAESTRUTURA	ENTRE BOM E ÓTIMO		ENTRE REGULAR E RUIM		INEXISTE	
		INSTITUIÇÕES CONVENIADAS (CRECHES)	CAICS E CEI 01 DE BRASÍLIA	INSTITUIÇÕES CONVENIADAS (CRECHES)	CAICS E O CEI 01 DE BRASÍLIA	INSTITUIÇÕES CONVENIADAS (CRECHES)	CAICS E CEI 01 DE BRASÍLIA
A	SALA DE PROFESSORES	62%	40%	23%	60%	15%	
B	SALA DE DIREÇÃO	85%	40%	15%	60%		

TABELA 19 – COMPARAÇÃO ENTRE AS INSTITUIÇÕES CONVENIADAS E OS CIACS (ICLUINDO O CEI 01) QUANTO À INFRAESTRUTURA

ITENS	INFRAESTRUTURA	ENTRE BOM E ÓTIMO		ENTRE REGULAR E RUIM		INEXISTE	
		INSTITUIÇÕES CONVENIADAS (CRECHES)	CAICS E CEI 01 DE BRASÍLIA	INSTITUIÇÕES CONVENIADAS (CRECHES)	CAICS E O CEI 01 DE BRASÍLIA	INSTITUIÇÕES CONVENIADAS (CRECHES)	CAICS E CEI 01 DE BRASÍLIA
C	SALA DE COORDENAÇÃO	62%	40%	38%	60%		
D	COPA	54%	40%	46%	40%		20%
E	SALA DE LEITURA	54%	40%	46%	0%		60%
F	SALA DE VÍDEO	46%	20%	54%	20%		60%
G	DORMITÓRIO	69%	20%	31%	0%		80%
H	REFEITÓRIO	85%	80%	0%	20%	15%	
I	BRINQUEDCTECA	69%	40%	8%	20%	23%	40%
J	COZINHA	69%	80%	31%	20%		
K	LAVANDERIA	54%	40%	46%	60%		
L	PATIO COBERTO E DESCOBERTO	77%	60%	23%	40%		
M	HORTA	31%	20%	54%	60%	15%	20%
N	QUANTIDADE DE BANHEIROS ADAPTADOS PARA A FAIXA ETÁRIA SÃO SUFICIENTES?	54%	40%	46%	60%		
O	PARQUE INFANTIL	77%	60%	23%	20%		20%
P	ESPAÇO EXTERNO	69%	20%	31%	80%		

O único item de infraestrutura das Unidades de Educação Infantil da Rede Pública do Distrito Federal que superou as Instituições Conveniadas é o item "j", referente às cozinhas, que em 80% das unidades da rede visitadas foram avaliadas entre boas e ótimas. Ainda assim, em 69% das Instituições Conveniadas, este item também obteve uma avaliação entre boa e ótima. Todos os demais itens foram melhor avaliados nas Instituições Conveniadas. Não foram encontrados sete itens de infraestrutura ("D", "E", "F", "G", "I", "M" e "O") em alguns CAICs e quatro itens ("A", "H", "E" e "M") em algumas Instituições Conveniadas.

TABELA 20 – COMPARAÇÃO ENTRE AS INSTITUIÇÕES CONVENIADAS E OS CAICS (INCLUINDO O CEI 01) QUANTO AOS RECURSOS PEDAGÓGICOS

ITENS	RECURSOS PEDAGÓGICOS	ENTRE BOM E ÓTIMO		ENTRE REGULAR E RUIM		INEXISTE	
		INSTITUIÇÕES CONVENIADAS (CRECHES)	CAICS E O CEI 01 DE BRASÍLIA	INSTITUIÇÕES CONVENIADAS (CRECHES)	CAICS E O CEI 01 DE BRASÍLIA	INSTITUIÇÕES CONVENIADAS (CRECHES)	CAICS E O CEI 01 DE BRASÍLIA
A	POSSUEM JOGOS, BRINQUEDOS, LIVROS INFANTIS, GIBIS, INSTRUMENTOS, ETC	77%	60%	23%	40%		

TABELA 20 – COMPARAÇÃO ENTRE AS INSTITUIÇÕES CONVENIADAS E OS CAICS (INCLUINDO O CEI 01) QUANTO AOS RECURSOS PEDAGÓGICOS

ITENS	RECURSOS PEDAGÓGICOS	ENTRE BOM E ÓTIMO		ENTRE REGULAR E RUIM		INEXISTE	
		INSTITUIÇÕES CONVENIADAS (CRECHES)	CAICS E O CEI 01 DE BRASÍLIA	INSTITUIÇÕES CONVENIADAS (CRECHES)	CAICS E O CEI 01 DE BRASÍLIA	INSTITUIÇÕES CONVENIADAS (CRECHES)	CAICS E O CEI 01 DE BRASÍLIA
B	POSSUEM MATERIAIS PARA DESENVOLVER ATIVIDADES DE DESENHO, PINTURA, RECORTE, COLAGEM, MODELAGEM, ETC.	85%	100%	15%	0%		
C	AS SALAS SÃO ORGANIZADAS DE ACORDO COM A DIVERSIDADE DAS ATIVIDADES REALIZADAS (RODINHAS, CANTINHOS, TRABALHOS EM GRUPO)	77%	40%	23%	60%		
F	POSSUEM MOBILIÁRIO ADEQUADO?	92%	40%	8%	60%		
E	POSSUEM ESPAÇO PARA EXPOSIÇÃO DE TRABALHOS INFANTIS?	85%	40%	15%	60%		
F	OFERECEM ESTÍMULOS VISUAIS?	85%	40%	15%	60%		

Todos os itens relacionados com os recursos pedagógicos foram encontrados tanto na rede pública quanto nas instituições conveniadas. Novamente, observa-se um melhor desempenho das instituições conveniadas quando comparadas com as unidades da rede pública, com exceção do item "B". As escolas cujos itens foram avaliados entre regulares e ruins o maior percentual está nas unidades da rede pública.

SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO E LIMPEZA

Como definido na metodologia, foi selecionado o contrato com a empresa Juiz de Fora para prestação de serviços de conservação e limpeza nas instituições educacionais da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, com manutenção das áreas verdes e fornecimento de mão de obra.

Na auditoria, foram analisados os processos nº 080.004913/2008, 0080.004673/2009 e o processo 0080.000044/2012 com o objetivo de verificar como a qualidade dos serviços prestados pela empresa estavam sendo avaliados pelos executores de contrato.

Desta análise foram encontradas as seguintes constatações:

1. Os custos alocados ao Programa de Trabalho 12.365.2388.0001 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL no exercício de 2012 para todos os

contratos de manutenção não estão segregados apenas para a Educação Infantil, mas abrangem todas as modalidades de ensino, dificultando uma análise da eficiência focada apenas na modalidade da Educação Infantil;

2. Os Relatórios/Avaliação Mensal dos Serviços Terceirizados padronizados, que são os instrumentos enviados pelos executores de contrato para avaliar a qualidade dos serviços prestados e, com isso, respaldar os pagamentos, juntamente com o atesto nas Notas Fiscais, não representam uma consolidação dos serviços prestados nas diversas escolas vinculadas às Coordenações Regionais de Ensino – CREs abrangidas pelo contrato da Juiz de Fora;
3. Foi encontrado um desses relatórios fora do padrão dos demais (fl. 219) e alguns desses Relatórios de Avaliação sequer estão preenchidos na parte relacionada ao Relatório dos Serviços.

Para constatação dos itens 2 e 3, cita-se como exemplo os seguintes documentos: fl. 207, ref. a NF nº 6482 ; fl. 309, ref. NF nº 6496; fl. 210, ref. NF nº 6478 e fl. 393 ref. a NF nº 6501, do processo de pagamento de fatura nº 080.000044/2012.

Quanto ao 1º item das constatações acima, a Subsecretaria de Administração Geral por meio do Ofício nº 54/SUAG/SEDF, informou que :

> [...] Os serviços terceirizados para atender a demanda das unidades de ensino do Distrito Federal, no que tange à conservação e limpeza, cocção e vigilância desarmada que até o exercício de 2012 eram custeados pelo Programa de Trabalho 12.365.2388.0001, estão contemplados em vários PT de acordo com a modalidade de ensino, já inseridos na LOA/2013, abaixo discriminado:
>
> **12.361.6221.2389.0001** – Manutenção de Ensino Fundamental – Rede Pública – Distrito Federal;
>
> **12.362.6221.2390.0001** – Manutenção de Ensino Médio – Rede Pública – Distrito Federal;
>
> **12.363.6221.2391.0001** – Manutenção da Educação Profissional – Rede Pública do Distrito Federal;
>
> **12.365.6221.2388.4380** – Manutenção da Educação Infantil – Rede Pública – Distrito Federal;
>
> **12.365.6221.2388.4380** – Manutenção da Educação Especial – Rede Pública – Distrito Federal; [...]

Com esta resposta entende-se que, para o exercício de 2013, a constatação relatada no item 1 ficará resolvida, contudo, será necessário um monitoramento da alocação desses custos. Essa não segregação das despesas ocorrida no exercício de 2012 distorceu os

custos de manutenção para essa modalidade de ensino, impossibilitando a avaliação adequada da eficiência desses serviços.

Quanto ao item 2 das constatações, o Tribunal de Contas do Distrito Federal-TCDF, no item "d" da conclusão do Relatório de Inspeção 20021-10 já havia determinado a padronização desses Relatórios pelos seguintes motivos:

> [...] d) padronize imediatamente os Relatórios de Avaliação Mensal dos Serviços Terceirizados de forma que permitam aos Executores dos Contratos quantificarem as falhas ocorridas nos serviços prestados, tais como falta/atraso de pessoal, não substituição de ausências, falta/insuficiência de materiais e equipamentos, baixa qualidade de insumos e dos serviços prestados, além do descumprimento de outras obrigações contratuais, devendo esses Relatórios servirem de subsídios para a efetivação de glosas e para a aplicação das penalidades previstas na Lei nº 8.666/1993 e nos Decretos Distritais nºs 26.851/2006, 26.993/2006 e 27.069/2006;[...]

SEL PROC 039 /2013 Folha Nº 000336-Versão Final

Entretanto, a padronização que foi feita para atender à exigência do TCDF ainda carece de melhorias. Em reunião com alguns executores de contrato ficou constatado que as escolas enviam todo mês estes "relatórios padronizados", mas não é feita uma planilha consolidando essas informações. O que os executores fazem é preencher novamente uma planilha igual, apenas adicionando no campo onde consta o nome da instituição educacional, todas as instituições educacionais vinculadas à respectiva CRE.

INSTALAÇÃO DE 200 PARQUES INFANTIS

Foi previsto no processo 080.003962/2011, a entrega dos 200 parques em quatro etapas, sendo que a última etapa deveria ser finalizada no dia 05 de dezembro de 2012. Entretanto, até 31 de dezembro de 2012 haviam sido entregues apenas dois equipamentos dos 52 relacionados no cronograma de entrega da etapa 1.

A Coordenação de Educação Infantil da Secretaria de Educação do Distrito Federal informou, por meio do Ofício nº 10/12 – CEINF/SUBEB, no dia 10 de dezembro de 2012, que *" [...] - Não houve a entrega de nenhuma das 4 etapas previstas. Ocorreu apenas a entrega de 2 (dois) equipamentos de parques às Escolas Classes 27 e 57 da Coordenação Regional de Ensino de Ceilândia.*[...]".

Quanto à qualidade dos equipamentos entregues, há um " *Relatório de Visita às Escolas Classes 27 e 57 da Ceilândia para acompanhamento da entrega e montagem dos Parques Infantis*" Anexo 3, do Ofício nº 10/12-CEINF/SUBEB, datado de 10 de dezembro de

2012, feita pela equipe da Coordenação de Educação Infantil. Neste documento, são relatados vários problemas detectados como, por exemplo, na Escola Classe 27:

> [...]
>
> De modo geral, faltam acabamentos nos brinquedos. Há brinquedos precisando de pintura; há parafusos aparentes; a madeira está sem acabamento e algumas, inclusive estão rachadas; os rolamentos dos brinquedos não estão em perfeito estado e há alguns "buracos" que necessitam de vedação.
>
> O trepa-trepa e a gangorra estão muito altos e inadequados ao uso das crianças pequenas, até 7 anos.
>
> No carrossel, a cadeira está muito distante da base aonde as crianças seguram e o mesmo não está fixo no chão.
>
> A trave do balanço do cadeirante está muito rígida.
>
> [...]"

E ainda, na Escola Classe 57, foram também observadas as seguintes situações relatadas pela Coordenação de Educação Infantil:

> [...]
>
> De modo geral não podemos dizer que o parque foi devidamente instalado. A casinha, por exemplo, encontra-se completamente desmontada. Os balanços, inclusive do cadeirante, também não estão montados.
>
> O Carrossel, apesar de já estar no local, não se encontrava fixado ao chão e apresentava o mesmo problema do carrossel da EC 27, ou seja, a distância entre a cadeira e a base.
>
> O trepa-trepa, apesar de estar mais baixo, ainda não estava afixado ao chão. [...]

Em visita feita pela equipe de auditoria ao parque modelo, instalado no Jardim de Infância 01 do Cruzeiro pela empresa JB empresarial Ltda., também foram detectados alguns desses problemas (vide Figura 17).

FIGURA 17 – PARQUE MODELO INSTALADO NO JARDIM DE INFÂNCIA 01 DO CRUZEIRO

REGISTRO FOTOGRÁFICO EM 03/12/2012

CPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003337

Observou-se que a gangorra que deveria ter acessibilidade para PNEs apresentava problemas e que a "casinha" era muito alta, dificultando o acesso das crianças.

Ainda que existam muitas pendências a serem sanadas nesse contrato com a empresa JB Empresarial Ltda., algumas foram negociadas e repactuadas várias vezes pelos executores do contrato. A última posição informada pela Coordenação de Educação Infantil quanto às novas condições de permanência do contrato é a seguinte:

> [...]
>
> Em resposta a atual situação do processo, informamos que, após um segundo pedido de prorrogação de prazo originado pela empresa JB Empresarial, foi concedido novos prazos para a entrega dos parques, passando a:
>
> a) 1ª etapa: os objetos serão entregues até 28/03/2013
>
> b) 2ª etapa: os objetos serão entregues até 30/04/2013
>
> c) 3ª etapa: os objetos serão entregues até 30/05/2013
>
> d) 4ª etapa: os objetos serão entregues até 30/06/2013
>
> É importante ressaltar que a prorrogação do prazo foi concedida em decorrência do pedido de troca de marca, mantendo-se as mesmas especificações, e que o contrato pactuado encerrará no dia 25 de junho de 2013, cabendo à empresa entregar e instalar até esta data os equipamentos.
>
> [...] (Resposta da Coordenação de Educação Infantil em resposta à Solicitação de Auditoria nº 403/2012 como complemento do Ofício nº 10/12 - CEINF/SUBEB)

Esta última resposta deixa claro que o contrato com a empresa JB Empresarial Ltda. continua vigente, mas, por todos os motivos expostos, são necessárias ações mais efetivas do executor junto à empresa para que o contrato seja corretamente cumprido e, se necessário, aplicadas as devidas glosas e penalidades.

SEI PROC 037 /2013 Folha nº 00337 - Verso

CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A EFICIÊNCIA

Não foi possível emitir um parecer conclusivo sobre a eficiência do objetivo específico 001, mas as evidências demonstradas neste relatório apontam para diversos problemas identificados na análise de campo das Ações selecionadas.

III.3 – ANÁLISE DA EFETIVIDADE

Não foi possível avaliar a efetividade do Objetivo Específico 001.

Os dois indicadores cadastrados no SIGGo relacionam-se mais ao alcance de metas de atendimento para a Educação Infantil, tendo, portanto, características de indicadores de eficácia e não de efetividade.

Os resultados desses indicadores, para o exercício de 2012, estão retratados na Tabela 21.

TABELA 21 – INDICADORES E ÍNDICES DESEJADOS DO OBJETIVO ESPECÍFICO 001

INDICADOR		UNIDADE DE MEDIDA	INFORMAÇÃO MAIS RECENTE		RESULTADO	EXERCÍCIO				FONTE DA INFORMAÇÃO
CÓD.	DESCRIÇÃO		ÍNDICE	DATA		2012	2013	2014	2015	
936	ATENDIMENTO DA DEMANDA REPRIMIDA DE 4 E 5 ANOS DE IDADE	%	67%	13/07/2011	DESEJADO	70%	80%	90%	100%	DEI
					ALCANÇADO	43%				
937	ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS DE IDADE	%	3%	13/07/2011	DESEJADO	3%	9%	14%	19%	DEI
					ALCANÇADO	4%				

Para o indicador 936 – ATENDIMENTO DA DEMANDA REPRIMIDA DE 4 A 5 ANOS DE IDADE, a meta de 70% não foi atingida e ficou ainda abaixo daquela encontrada no exercício de 2011. Para o indicador 937 – ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS DE IDADE, a meta para 2012 foi atingida e ultrapassada.

IV – CONCLUSÃO

Avalia-se que o Objetivo Específico 001 do Programa Temático – EDUCAÇÃO BÁSICA teve eficácia dentro do previsto, não tendo sido possível emitir parecer conclusivo sobre sua eficiência e efetividade.

SEI - FNDE 039 /2013 Folha Nº 00330

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO GOVERNAMENTAL, POR PROGRAMA EXERCÍCIO 2012

PROGRAMA TEMÁTICO 6223 – DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA E ATENÇÃO À JUVENTUDE

SEI/GDF 029 /2013 Folha Nº 000039-Versão Final

RESUMO

O Programa Temático 6223 – DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA E ATENÇÃO À JUVENTUDE teve como objetivo "*promover o desenvolvimento integral da infância e da adolescência, atendendo as demandas de proteção e defesa dos seus direitos*". Este programa é composto por quatro objetivos específicos. Em 2012 foi avaliado o Objetivo Específico 002, que visa "*Garantir o funcionamento e a manutenção dos Conselhos Tutelares, do Conselho de Direitos e do Sistema Socioeducativo, expandindo e adequando a infraestrutura necessária à dinâmica institucional, bem como estabelecendo diretrizes e normas com vistas ao aprimoramento do atendimento às crianças, aos adolescentes e as suas famílias.*", cuja gestão esteve a cargo da Secretaria de Estado da Criança – SECriança. O objetivo selecionado apresentou Despesa Autorizada de R$58,1 milhões e valor Empenhado de R$48,5 milhões. O Objetivo Específico 002 foi avaliado como tendo eficácia abaixo da prevista e eficiência abaixo da desejada, sendo que a efetividade não pôde ser avaliada.

I – CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PROGRAMA TEMÁTICO

O Programa Temático 6223 – DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA, E ATENÇÃO À JUVENTUDE está relacionado ao Macrodesafio – REDUZIR AS DESIGUALDADES SOCIAIS, SUPERAR A EXTREMA POBREZA NO DF E RIDE, GARANTINDO RENDA, PROPORCIONANDO ACESSO AOS SERVIÇOS, GERANDO OPORTUNIDADES DE EMPREGO E RENDA, NAS ÁREAS RURAL E URBANA, de acordo com o que preconiza o Anexo II do Plano Plurianual – PPA 2012/2015.

O Objetivo Geral deste Programa Temático segundo PPA 2012/2015 é "*promover o desenvolvimento integral da infância e da adolescência, atendendo as demandas de proteção e defesa dos seus direitos*".

Na Tabela 1 são apresentadas as dotações iniciais e despesas autorizadas deste Programa Temático, por Unidade Orçamentária.

TABELA 1 – DOTAÇÃO INICIAL E DESPESA AUTORIZADA DO PROGRAMA TEMÁTICO, POR UO R$1,00

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A) %
CÓDIGO	DESCRÇÃO	VALOR	% *	VALOR	% *	
11101	SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL	210.000	0,7	88.500	0,2	42,1
17101	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA DO DISTRITO FEDERAL	350.000	1,2	0	0,0	0,0
18101	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL	50.000	0,2	180.000	0,3	360,0
22101	SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL	500.000	1,7	0	0,0	0,0
23901	FUNDO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL	50.000	0,2	0	0,0	0,0
24104	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL	215.000	0,7	63.071	0,1	29,3
44101	SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL	5.000	0,0	0	0,0	0,0
51101	SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA DO DISTRITO FEDERAL	27.400.000	93,7	50.235.338	89,7	183,3
51901	FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	474.676	1,6	5.447.616	9,7	1147,6
TOTAL		**29.254.676**		**56.014.524**		**191,5**

FONTE: SIAC/SIGGo (DISCOVERER), EM 21/01/2013

* Percentual de cada Unidade Orçamentária em relação ao Total do Programa Temático

De acordo com o Anexo II do PPA 2012/2015, este Programa Temático é dividido em quatro Objetivos Específicos – OEs, apresentados na tabela a seguir:

TABELA 2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PROGRAMA TEMÁTICO

OBJETIVO ESPECÍFICO	
0001	IMPLANTAR E GARANTIR O FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - PDICA, ASSEGURANDO À FAIXA POPULACIONAL NO CICLO DE VIDA MARCADO PELO CRESCIMENTO FÍSICO E DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR AS CONDIÇÕES INDISPENSÁVEIS À REALIZAÇÃO PLENA DO PROCESSO DE DIFERENCIAÇÃO DAS ORIGINALIDADES HUMANAS POTENCIAIS.
0002	GARANTIR O FUNCIONAMENTO E A MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS TUTELARES, DO CONSELHO DE DIREITOS E DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO, EXPANDINDO E ADEQUANDO A INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA À DINÂMICA INSTITUCIONAL, BEM COMO ESTABELECENDO DIRETRIZES E NORMAS COM VISTAS AO APRIMORAMENTO DO ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS, AOS ADOLESCENTES E AS SUAS FAMÍLIAS.
0003	APERFEIÇOAR A GESTÃO DOS PROGRAMAS E PROJETOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E DEMAIS ÓRGÃOS VINCULADOS, ATRAVÉS DA (RE)ESTRUTURAÇÃO DOS PROCESSOS DE TRABALHO, DO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, DA MODERNIZAÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS E DA PROFISSIONALIZAÇÃO, VALORIZAÇÃO E RECONHECIMENTO DOS SERVIDORES.
0004	PROMOVER AÇÕES DE ESTÍMULO À PARTICIPAÇÃO JUVENIL EM FÓRUNS E CONSELHOS DE INTERESSE DA TEMÁTICA; MELHORAR OS INDICADORES RELACIONADOS À OCUPAÇÃO E EMPREGO; REDUZIR SIGNIFICATIVAMENTE OS ÍNDICES DE HOMICÍDIOS ENTRE JOVENS E DOS INDICADORES RELACIONADOS À MOREIMORTALIDADE, GRAVIDEZ INDESEJADA NA ADOLESCÊNCIA E CONTAMINAÇÃO POR DSTS E AIDS; REDUZIR OS ÍNDICES DE ABANDONO E EVASÃO ESCOLAR, COM FOCO NO ENSINO MÉDIO.

FONTE: ANEXO II DO PPA 2012/2015

II – OBJETIVOS ESPECÍFICOS SELECIONADOS

Tendo em vista que o planejamento da equipe de auditoria responsável pela avaliação deste Programa Temático contempla a realização de outros trabalhos, decidiu-se por avaliar um OE do Programa a cada ano do PPA 2012/2015.

A seleção do Objetivo Específico a ser avaliado em 2012 considerou os critérios de materialidade e relevância, sendo, esse último, entendido como o nível de contribuição do OE para o Objetivo Geral do Programa.

Na Tabela 3 é apresentada a materialidade de cada OE em relação ao total da Dotação Autorizada do Programa Temático em abril de 2012, quando foi realizado o planejamento da auditoria.

SEI/GDF - PROC. 033.000.479/2013 - Folha nº 000329 - Visto

TABELA 3 – CÁLCULO DA MATERIALIDADE DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

OBJETIVO ESPECÍFICO	DOTAÇÃO AUTORIZADA[1]	MATERIALIDADE
001	4.395.000	15,2%
002	23.834.676	82,5%
003	525.000	1,8%
004	130.000	0,4%
TOTAL	28.884.676	100,0%

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – MÊS DE REFERÊNCIA <=4.

[1] tendo em vista que a Ação 4088 se repete em dois objetivos específicos, no caso os 002 e 003, para cálculo da materialidade dividiu-se o valor de sua Dotação Autorizada, de R$ 50.000, entre os referidos OEs.

Observa-se que o OE 002 destaca-se com uma materialidade de 82,5%. Além disso, verificou-se que está inserida nesse OE uma Ação Orçamentária para construção de novas unidades de internação para permitir a desativação do Centro de Atendimento Juvenil Especializado – CAJE, hoje denominado de Unidade de Internação do Plano Piloto – UIPP, e que, segundo notícias veiculadas na mídia, é uma das prioridades do Governo do Distrito Federal. Desde 2010, o Ministério Publico do Distrito Federal e o Conselho Nacional de Justiça vem recomendando o fechamento do CAJE. Além disso, este Objetivo Específico é considerado de suma importância para a sociedade e contribui sobremaneira para o atingimento do Objetivo Geral do Programa.

A partir da metodologia apresentada, foi selecionado pela equipe de auditoria o Objetivo Específico 002 para avaliação em 2012.

A seguir, encontram-se detalhamentos desse Objetivo Específico e, posteriormente, os dados da sua execução orçamentário-financeira e da execução física referente às etapas cadastradas no Sistema de Acompanhamento Governamental – SAG.

II.1 – CARACTERIZAÇÃO DO OBJETIVO ESPECÍFICO 002

De acordo com o que dispõe o Anexo II do PPA 2012/2015, o Objetivo Específico 002 visa "*Garantir o funcionamento e a manutenção dos Conselhos Tutelares, do Conselho de Direitos e do Sistema Socioeducativo, expandindo e adequando a infraestrutura necessária à dinâmica institucional, bem como estabelecendo diretrizes e normas com vistas ao aprimoramento do atendimento às crianças, aos adolescentes e as suas famílias.*" e é de responsabilidade da Secretaria de Estado da Criança – SECriança.

Cabe salientar que a citada Secretaria foi criada por meio do Decreto nº 32.716, de 1º de janeiro de 2011, ou seja, é relativamente nova, e tem como missão, dentre outras, garantir a efetivação das Políticas Públicas voltadas à criança e ao adolescente. Até o ano de 2011, por meio do Decreto nº 32.993/2011, as despesas da SECriança foram custeadas pela Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania – SEJUS, condicionadas ao respectivo repasse financeiro, haja vista que ainda não tinha sua unidade orçamentária. A Unidade Orçamentária foi criada somente no segundo semestre de 2011, tendo, no entanto, o seu orçamento desvinculado do orçamento da SEJUS apenas em janeiro de 2012.

Observou-se, então, que durante o exercício de 2012, a Secretaria encontrava-se em processo de estruturação e reorganização. Houve mudança e ajustes na titularidade de alguns contratos, extinção de outros (firmados pela SEJUS), bem como a assinatura de novos, agora assinados pela Secretaria da Criança.

Dentre as Subsecretarias que compõem a Estrutura da Secretaria, e que se relacionam diretamente com ações do Objetivo Específico selecionado, encontram-se a Subsecretaria do Sistema Socioeducativo – SUSBIS e a Subsecretaria de Proteção à Criança e ao Adolescente – SUBPROTECA.

A SUBSIS é responsável pela execução das medidas socioeducativas de Prestação de Serviços à Comunidade, Liberdade Assistida, Semiliberdade e Internação. Além das medidas socioeducativas, a execução do serviço de internação provisória, medida cautelar aplicada antes da sentença aos adolescentes acusados de cometimento de ato infracional, também é de responsabilidade da referida Subsecretaria.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003340

Segundo sítio da Secretaria:

> "a Subsecretaria do Sistema Socioeducativo tem como missão atender o adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas e medida cautelar de internação provisória, determinadas pelo Poder Judiciário, de acordo com as diretrizes e normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e na Lei Nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012."

A SUBPROTECA tem o objetivo de fortalecer os Conselhos Tutelares, enquanto órgão fundamental para a garantia dos direitos infanto-juvenis, assegurando a participação de crianças e adolescentes e o controle social em todas as esferas de atuação da SECriança.

A seguir serão expostos alguns entendimentos sobre as medidas socioeducativas, extraídas do sítio da Secretaria:

> "Sobre as medidas socioeducativas, a de Prestação de Serviços à Comunidade é uma medida que oportuniza ao adolescente a formação de valores e atitudes construtivas, através de sua participação solidária no trabalho das instituições, de orientação, manutenção dos vínculos familiares e comunitários, escolarização e inserção em cursos de iniciação profissional e formativos. Conforme Art. 117 do ECA, consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.
>
> As tarefas são atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a freqüência à escola ou jornada normal de trabalho.
>
> A medida socioeducativa de Liberdade Assistida é uma medida a ser cumprida em meio aberto, isto é, sem que o jovem tenha privação de sua liberdade. Sua aplicação tem lugar quando se mostrar, dentre as medidas socioeducativas elencadas no art. 112 do ECA, a mais adequada ao caso concreto para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o jovem, devendo, ainda, ser levada em conta a capacidade dele de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração. Tem como objetivo não só evitar que o adolescente venha novamente a praticar ato infracional, mas, sobretudo ajudá-lo na construção de um projeto de vida, respeitando os limites e as regras de convivência social, buscando sempre reforçar os laços familiares e comunitários.
>
> Assim, conforme Art.119 do ECA, na Liberdade Assistida, o trabalho desenvolvido tem como principais ações: promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social; supervisionar a freqüência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula; diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho.
>
> Destaca-se que, no Distrito Federal, esse trabalho é desenvolvido em Unidades de Meios Aberto – UAMA que atendem os adolescentes vinculados à medida socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade. São 14 Unidades distribuídas em Regiões Administrativas do DF, a saber: Brasília,

SEI/GDF - 0037480 - Folha nº 003480 - Visto

Sobradinho, Planaltina, São Sebastião, Paranoá, Núcleo Bandeirante, Guará, Gama, Taguatinga, Brazlândia, Ceilândia, Samambaia, Recanto das Emas e Santa Maria.

Quanto à medida de Semiliberdade, são quatro casas no DF para atender todos os adolescentes sentenciados nessa medida, sendo duas na Região Administrativa do Gama (Central e Leste), uma em Taguatinga Sul e uma no Recanto das Emas.

O processo educativo que norteia a execução da semiliberdade também é indissociável da participação ativa do adolescente na vida da comunidade, bem como da conjugação de todos os esforços possíveis objetivando a reinserção dele junto à família. Nesse contexto, a realização de atividades externas se configura na própria essência do regime de semiliberdade, sendo a escolarização e a profissionalização obrigatórias e realizadas, prioritariamente, nos recursos existentes na comunidade.

Os adolescentes que se encontram cumprindo medida socioeducativa no Distrito Federal freqüentam, por exemplo, as escolas da rede pública de ensino e podem freqüentar os cursos de profissionalização oferecidos à comunidade por órgãos governamentais ou não governamentais. Todas essas atividades são supervisionadas pela equipe técnica multidisciplinar da entidade que executa o programa.

A semiliberdade, portanto, contém aspectos coercitivos, pois afasta temporariamente o adolescente autor de ato infracional do convívio familiar e da sua comunidade de origem, contudo, ao restringir sua liberdade, não o priva totalmente de seu direito de ir e vir, baseando seus aspectos educativos na oportunidade de acesso a serviços e organização da vida quotidiana.

Por fim, a medida socioeducativa de internação pode ser considerada a mais restritiva, visto que é a de privação completa de liberdade, ficando o adolescente afastado do convívio diário com sua família e com a comunidade. Entretanto, a internação não significa simplesmente "prisão" do adolescente, já que, como as demais medidas socioeducativas, se orienta pela lógica do processo socioeducativo e não apenas sancionatório.

O trabalho desenvolvido pelas unidades de internação do Distrito Federal tem como pressuposto básico, portanto, a garantia de atendimento integral ao adolescente, oferecendo-se alimentação, atendimento à saúde, educação, profissionalização, cultura, esportes e lazer, entre outros.

São três unidades, além de uma unidade exclusiva de internação provisória, sendo elas: Unidade de Internação do Plano Piloto – UIPP/CAJE, que atende adolescentes do sexo masculino e do feminino em medida socioeducativa de internação e em internação provisória, além de internação sanção e pernoite; Unidade de Internação do Recanto das Emas – UIRE e Unidade de Internação de Planaltina – UIP que atendem somente adolescentes do sexo masculino em cumprimento de medida socioeducativa de internação; e Unidade de Internação de São Sebastião – UISS/CESAMI que atende adolescentes do sexo masculino em internação provisória."

SEL FOLHA Nº 039 /2013 Folha Nº 0039

Segundo Anexo II do PPA 2012/2015, o Objetivo Específico 002 pretende atingir seu objetivo por meio das seguintes metas, as quais guardam correlação com o objetivo proposto:

1. Expandir e adequar 100% da infraestrutura dos órgãos que compõem a Secretaria de Estado da Criança do Distrito Federal;

2. 100% dos socioeducandos atendidos em unidades que seguem as diretrizes do SINASE, quanto ao espaço físico, infraestrutura e capacidade;
3. Construção do projeto político pedagógico do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal;
4. Construção do Regimento Interno das Medidas Socioeducativas;
5. Formação inicial e continuada de 100% dos Conselheiros Tutelares, Conselheiros de Direito e servidores da SECriança.

Na Tabela 4 são apresentados os indicadores previstos, para o OE 002, conforme Anexo II do PPA vigente. Cumpre mencionar que os indicadores previstos foram devidamente corrigidos durante o exercício, como resultado de trabalhos dessa equipe de auditoria, em ação conjunta com a Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN, em atendimento à Solicitação de Auditoria nº 268 e 283/2012.

SPL PROC 037/2013 Folha Nº 003341 - Versão

TABELA 4 – INDICADORES E ÍNDICES DESEJADOS DO OE 002

Indicador		Unidade de Medida	Informação Mais Recente		Desejado em				Fonte da Informação
Cód.	Descrição		Índice	Data	2012	2013	2014	2015	
856	Adolescentes atendidos em relação aos adolescentes vinculados às medidas socieducativas	%	43	30/06/2011	50	70	90	100	SUBSIS
860	Adolescentes atendidos em suas necessidades básicas (alimentação, vestuário, material de higiene pessoal) sobre adolescentes vinculados às medidas de meio fechado.	%	-	-	50	70	90	100	SUBSIS
861	Número de Conselhos Tutelares com sede própria sobre o número de Conselhos Tutelares existentes.	%	-	-	15	30	75	100	SUBPROTECA
1233	Nº de Conselhos Equipados sobre o Nº de Conselhos existentes	%	27	31/12/2011	30	70	90	100	SUBPROTECA
1234	Denúncia de violação de direitos encaminhados e/ou solucionados sobre total de denúncias de violações de direitos recebidas nos Conselhos Tutelares	%	5	31/12/2011	40	80	90	95	SUBPROTECA

FONTE: SIGGO/PPA – INDICADORES DE DESEMPENHO POR PROGRAMA DE GOVERNO.

Segundo o Anexo II do PPA 2012/2015, estão previstas as seguintes Ações Orçamentárias para o alcance do Objetivo Específico 002:

TABELA 5 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE INTEGRAM O OE 002

Ação	
Código	Descrição
1825	Construção de unidades de internação
2102	Assistência aos Adolescentes em Risco Pessoal e Social (FDCA)
2766	Manutenção e funcionamento do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente

TABELA 5 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE INTEGRAM O OE 002

Ação	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO
2767	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS TUTELARES
3797	IMPLEMENTAÇÃO DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO INTEGRADO DO DISTRITO FEDERAL – NAI
3874	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS DE SEMILIBERDADE E DE MEIOABERTO
4088	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES
4217	MANUTENÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO
4218	ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO
5001	CONSTRUÇÃO DE SEDE DO CONSELHO TUTELAR
5004	REFORMA DAS UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

FONTE: PPA 2012/2015

Ressalte-se que a Ação 4218 – ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO, apesar de prevista no PPA 2012/2015, não foi incluída na LOA 2012.

As seguintes legislações específicas são pertinentes ao objetivo específico 002:

- Regimento Interno dos Conselhos Tutelares
- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990
- Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012
- Resolução do SINASE, dezembro de 2009
- Decreto nº 31.216, de 23 de dezembro de 2009
- Lei nº 234, de 15 de janeiro de 1992
- Lei nº 3.033/2002, de 18 de julho de 2002

II.2 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DO OBJETIVO ESPECÍFICO 002

A Tabela 6 apresenta a execução orçamentário-financeira do Objetivo Específico selecionado, por Unidades Orçamentárias que o executam. Ressalte-se que as descrições das UOs encontram-se na Tabela 1.

TABELA 6 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DO OE 002, POR UO R$1,00

UO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A) %	EMPENHADO (C)		(C/B) %	LIQUIDADO (D)		(D/C) %	(D/B) %
	VALOR	%*	VALOR	%*		VALOR	%*		VALOR	%*		
11101	80.000	0,3%	52.000	0,1%	65,0	0	0,0%	0,0	0	0,0%	0,0	0,0
44101	5.000	0,0%	0	0,0%	0,0	0	0,0%	0,0	0	0,0%	0,0	0,0

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003342

TABELA 6 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DO OE 002, POR UO R$1,00

UO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A) %	EMPENHADO (C)		(C/B) %	LIQUIDADO (D)		(D/C) %	(D/B) %
	VALOR	%*	VALOR	%*		VALOR	%*		VALOR	%*		
51101	23.300.000	97,7%	49.940.451	90,8%	214,3	48.186.867	99,4%	96,5	33.720.006	99,2%	70,0	67,5
51901	474.676	2,0%	4.997.616	9,1%	1052,8	281.647	0,6%	5,6	281.647	0,8%	100,0	5,6
TOTAL	23.859.676		54.990.067		230,5	48.468.514		88,1	34.001.653		70,2	61,8

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – 09/01/2013
* Percentual do valor de cada UO em relação ao total dos Objetivo Específico 002

Conforme observado na tabela anterior, a maior execução ficou a cargo da própria Secretaria de Estado da Criança – SECriança (UO 51101). Também houve execução, porém baixa, na UO do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente – FDCA (UO 51901). Não houve execução na Secretaria de Estado de Governo – SEGOV e nem na Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania – SEJUS, conforme será visto adiante.

A Tabela 7 demonstra a execução orçamentário-financeira do Objetivo Específico selecionado, por Ações Orçamentárias que o integram. Ressalte-se que as descrições dessas Ações encontram-se na Tabela 5.

TABELA 7 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DO OE 002, POR AÇÃO R$1,00

AÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A) %	EMPENHADO (C)		(C/B) %	LIQUIDADO (D)		(D/C) %	(D/B) %
	VALOR	%*	VALOR	%*		VALOR	%*		VALOR	%*		
1825	2.500.000	10,5%	13.378.850	24,3%	535,2	13.378.850	27,6%	100,0	7.662.854	22,5%	57,3	57,3
2102	554.676	2,3%	5.049.616	9,2%	910,4	281.647	0,6%	5,6	281.647	0,8%	100,0	5,6
2766	200.000	0,8%	200.000	0,4%	100,0	10.788	0,0%	5,4	4.198	0,0%	38,9	2,1
2767	1.705.000	7,1%	5.177.750	9,4%	303,7	4.589.142	9,5%	88,6	224.723	0,7%	4,9	4,3
3797	250.000	1,0%	1.650.000	3,0%	660,0	1.648.044	3,4%	99,9	1.340.094	3,9%	81,3	81,2
3874	1.265.000	5,3%	0	0,0%	0,0	0	0,0%	0,0	0	0,0%	0,0	0,0
4088	50.000	0,2%	251.217	0,5%	502,4	212.432	0,4%	84,6	212.432	0,6%	100,0	84,6
4217	16.000.000	67,1%	24.322.000	44,2%	152,0	24.149.423	49,8%	99,3	22.245.925	65,4%	92,1	91,5
5001	635.000	2,7%	0	0,0%	0,0	0	0,0%	0,0	0	0,0%	0,0	0,0
5004	700.000	2,9%	4.960.634	9,0%	708,7	4.198.188	8,7%	84,6	2.029.780	6,0%	48,3	40,9
TOTAL	23.859.676		54.990.067		230,5	48.468.514		88,1	34.001.653		70,2	61,8

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – 09/01/2013
* Percentual do valor de cada Ação em relação ao total dos Objetivos Específicos 002

O Objetivo Específico possuía 10 Ações em 2012. Observa-se que 96,1% das despesas autorizadas estavam distribuídas em apenas cinco ações: 1825 – CONSTRUÇÃO DE

UNIDADES DE INTERNAÇÃO, 2102 – ASSISTÊNCIA AOS ADOLESCENTES EM RISCO PESSOAL E SOCIAL (FDCA), 2767 – MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS TUTELARES, 4217 – MANUTENÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO e 5004 – REFORMA DAS UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO.

A partir da análise da Tabela 7 é possível observar que houve uma elevação significativa da Despesa Autorizada em relação à Dotação Inicial para as Ações 1825, 2102, 2767, 3797,4088, 5004, as quais tiveram um incremento acima de 100%.

Entretanto as Ações 3874 – CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS DE SEMILIBERDADE E DE MEIO ABERTO e 5001 – CONSTRUÇÃO DE SEDE DO CONSELHO TUTELAR, encerraram o exercício com Despesas Autorizadas zeradas. A primeira teve seu crédito cancelado, segundo o Sistema de Acompanhamento Governamental – SAG, pela Lei nº 4.936, de 17 de setembro de 2012. Já a 5001 teve seu crédito cancelado pelo Decreto nº 33.992, de 23 de novembro de 2012.

II.3 – EXECUÇÃO FÍSICA DO OBJETIVO ESPECÍFICO 002

As Unidades cadastram o planejamento da execução física de suas etapas, por meio do SAG

Na Tabela 8 são apresentados todos os Programas de Trabalho – PTs e Etapas cadastradas no SAG para as Ações que integram o OE 002, bem como seus respectivos produtos:

TABELA 8 – QUANTIDADE DE PROGRAMAS DE TRABALHO, ETAPAS CADASTRADAS NO SAG E PRODUTOS, POR AÇÃO

AÇÃO	PRODUTO* (ANEXO III – PPA)	PT	ETAPA	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE PREVISTA
1825 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE INTERNAÇÃO	UNIDADE CONSTRUÍDA	14.421.6223.1825.0001	0018	CONSTRUIR AS UNIDADES DE INTERNAÇÃO - DF - OCA	5 UNIDADES
2102 - ASSISTÊNCIA AOS ADOLESCENTES EM RISCO PESSOAL E SOCIAL (FDCA)	ADOLESCENTE ASSISTIDO	14.243.6223.2102.2546	0029	APOIAR O PROJETO SEMEANDO A RESSOCIALIZAÇÃO	1 PESSOA
		14.243.6223.2102.9722	0001	PRESTAR ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE EM RISCO PESSOAL E SOCIAL	2000 PESSOAS
2766 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	CONSELHO MANTIDO	14.243.6223.2766.0008	0008	MANTER O FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CDCA.	1 UNIDADE
2767 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS TUTELARES	CONSELHO MANTIDO	08.243.6223.2767.2561	0014	IMPLANTAR NOVAS UNIDADES, AMPLIAR ATRIBUIÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS CONSELHOS TUTELARES DO DF	10 UNIDADES
		14.243.6223.2767.9722	0009	MANTER O FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS TUTELARES DO DF	33 UNIDADES

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003343

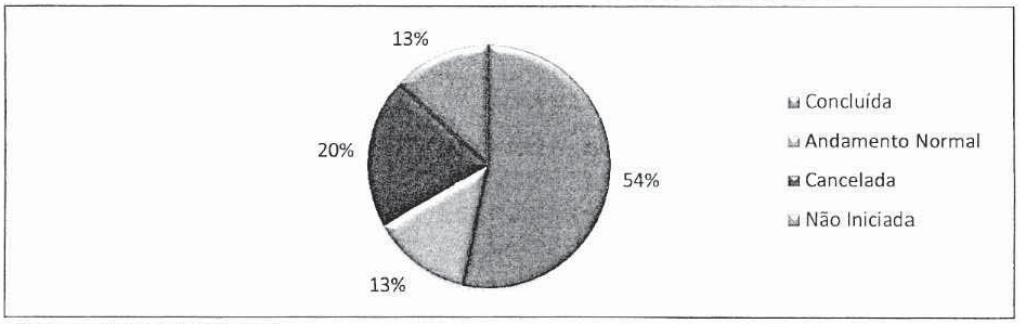
TABELA 8 – QUANTIDADE DE PROGRAMAS DE TRABALHO, ETAPAS CADASTRADAS NO SAG E PRODUTOS, POR AÇÃO

AÇÃO	PRODUTO* (ANEXO III – PPA)	PT	ETAPA	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE PREVISTA
		14.243.6223.2767.9723	0023	ESTRUTURAR OS CONSELHOS TUTELARES DO DF.	33 UNIDADES
3797 - IMPLEMENTAÇÃO DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO INTEGRADO DO DISTRITO FEDERAL – NAI	UNIDADE IMPLANTADA	14.243.6223.3797.0001	0011	IMPLANTAR O NÚCLEO DE ATENDIMENTO INTEGRADO - NAI - DF - OCA.	1 UNIDADE
3874 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS SEMILIBERDADE E DE MEIO ABERTO	UNIDADE CONSTRUÍDA	14.243.6223.3874.4273	0012	CONSTRUIR UNIDADES DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS DE SEMILIBERDADE E DE MEIO ABERTO - DF - OCA	12 UNIDADES
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	SERVIDOR CAPACITADO	14.128.6223.4088.0085	0007	CAPACITAR OS SERVIDORES DA SECRIANCA	23 PESSOAS
		14.128.6223.4088.2388	0022	CAPACITAR OS SERVIDORES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO.	100 PESSOAS
4217 - MANUTENÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO	ADOLESCENTE ASSISTIDO	14.243.6223.4217.0001	0013	MANTER O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO - DF - OCA	5000 PESSOAS
5001 - CONSTRUÇÃO DE SEDE DO CONSELHO TUTELAR	PRÉDIO CONSTRUÍDO	14.243.6223.5001.0001	0016	CONSTRUIR A SEDE DO CONSELHO TUTELAR - DF - OCA	2800 METROS QUADRADOS (3)
5004 - REFORMA DAS UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO	UNIDADE REFORMADA	14.243.6223.5004.0001	0017	REFORMAR AS UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO - DF - OCA	22 UNIDADES
		14.243.6223.5004.0002	0024	REFORMAR UNIDADE DE INTERNAÇÃO PARA APOIAR O PROJETO "SEMEANDO A RESSOCIALIZAÇÃO".	1 UNIDADE

FONTE: SAG/SIGGO/DISCOVERER
*Anexo III do PPA

Observa-se que as 10 Ações contempladas na LOA foram especificadas em 15 PTs e que, para cada um deles, foi cadastrada uma única Etapa no SAG. Na Figura 1apresenta-se a estatística dos estágios, ao final do exercício de 2012, das Etapas cadastradas no SAG referentes ao Objetivo Específico 002

FIGURA 1 – ESTATÍSTICA DO ESTÁGIO DAS ETAPAS CADASTRADAS NO SAG PARA O OE 002



FONTE: SIGGO/SAG/DISCOVERER

Observa-se que 67% das etapas finalizaram o exercício classificadas pelos Agentes de Planejamento das UOs como "Concluídas" ou "Andamento Normal". Cumpre mencionar que para elaboração dessa figura não foi feita análise crítica de cada estágio inserido no SAG, consideração que será feita mais adiante nesse Relatório, no tópico de "Resultados e Análises".

III – ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA

Os trabalhos de auditoria, desde o planejamento até sua execução, foram realizados no período de maio de 2012 a fevereiro de 2013. Para tanto, foram utilizados os seguintes procedimentos: análise de processos e documentos, pesquisa no Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGo, aplicação de questionários, visitas "in loco", preenchimento de *checklists* e reuniões com os responsáveis pela execução das Ações do Objetivo Específico 002 do Programa Temático 6223.

As 10 Ações do Objetivo Específico 002 foram objeto desta auditoria. Cumpre mencionar que o planejamento dos trabalhos para escolha do Objetivo Específico foi realizado em abril de 2012 e que o planejamento dos trabalhos de campo, para efeito de visitas e aplicação de questionários, foi realizado em agosto de 2012 com base nos empenhos realizados até 16 de julho de 2012. Logo, somente quatro Ações foram selecionadas para fins de trabalho de campo. Essas quatro ações representaram 82% da despesa autorizada para todo objetivo específico em questão, são elas:

- 1825 – Construção de Unidades de Internação
- 2767 – Manutenção e Funcionamento dos Conselhos Tutelares
- 3797 – Implantação do Núcleo de Atendimento Integrado – NAI
- 4217 – Manutenção do Sistema Socioeducativo

As avaliações da eficácia e eficiência foram realizadas conforme as metodologias descritas a seguir:

a) Eficácia: foi utilizada a metodologia padronizada de cálculo do Indicativo de Eficácia do Conjunto das Ações – IE.

b) Eficiência: a análise da eficiência considerou, quando possível: custo, prazo e manutenção do padrão de qualidade. Para verificação da manutenção do padrão de qualidade o foco foi o produto ofertado ao público-alvo da ação. A referência inicial foi buscada na legislação que regulamenta a prestação do serviço. Nos casos em que foi difícil identificar

SFL FISC 039 /2013 Folha Nº 00334

parâmetros de qualidade definidos na legislação, foram feitas visitas in *loco* e aplicados questionários aos chefes das unidades. Foi considerada também a recorrência de contratos emergenciais e/ou aditivos contratuais, uma vez que esses elementos não são suficientes para classificar o programa como ineficiente, mas podem indicar ineficiência na gestão dos recursos.

IV – RESULTADOS E ANÁLISES

Segue o resultado das análises das avaliações realizadas em cada Programa de Trabalho que compõe o Objetivo Específico 002 do Programa 6223.

AÇÃO 1825 – CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE INTERNAÇÃO

A Ação apresenta um único Programa de Trabalho: 14.421.6223.1825.0001 – CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE INTERNAÇÃO – DISTRITO FEDERAL – OCA.

A Despesa Autorizada para a Ação representa 24,3% da Despesa Autorizada total do Objetivo Específico 002.

PT 14.421.6223.1825.0001 – CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE INTERNAÇÃO – DISTRITO FEDERAL

A Unidade Orçamentária desse PT era a própria SECriança, porém, a execução se deu por descentralização para a Unidade Gestora Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP.

A natureza de despesa do PT era a 449051 – OBRAS E INSTALAÇÕES, ou seja, estava condizente com o PT.

A Dotação Inicial para esse Programa de Trabalho era de R$2,5 milhões, porém houve uma complementação significativa no exercício, ou seja, a unidade envidou esforços no sentido de viabilizar, tanto financeira quanto operacionalmente a consecução da meta, e a Despesa Autorizada passou a ser R$13.378.850. Além disso, 100% da Despesa Autorizada foi empenhada, e sua liquidação foi de 57,3% em relação ao empenho. Foram empenhadas despesas para os seguintes credores: AJL Engenharia e Construção Ltda. e

Construtora RV Ltda, referente à execução de serviços de construção das Unidades de Internação Socioeducativa de Santa Maria, São Sebastião e Brazlândia.

Diante das considerações orçamentárias e financeiras, observa-se que não houve desperdício orçamentário nesse PT.

Esse Programa de Trabalho possuía uma Etapa cadastrada no SAG com quantidade prevista de construir cinco unidades até 31/12/2012. A forma como foi cadastrada dificultou sobremaneira a análise do resultado alcançado, uma vez que não permitiu a análise segregada de cada construção, nem de cada etapa específica da construção. Ainda quanto ao cadastramento das etapas, a Secretaria poderia ter preenchido de acordo com o documento de instrução do SAG, *"ainda que na LOA conste o código (Distrito Federal). Utilizar código 99 somente quando não for possível regionalizar."*.

Observou-se, durante os trabalhos, que essa meta não seria concluída em 2012, conforme informado no SAG, pois, segundo Memorando nº 379/2012, de 28/06/2012 - SUBSIS, das cinco unidades que seriam construídas (São Sebastião, Brazlândia, Santa Maria, Sobradinho e Gama), duas ainda se encontravam em fase preliminar de licitação, duas estavam com as licitações concluídas, e somente uma estava com o processo mais adiantado, porém ainda carecia da retirada das pessoas que ocupavam o terreno para iniciar a execução da obra. Nessa data, todas as obras ainda apresentavam pendências.

Diante das considerações, o Agente de Planejamento da SECriança foi questionado, e informou que a previsão real de conclusão para a meta de construir 5 unidades, seria de 31/12/2014 e não 31/12/2012, conforme cadastrado no SAG, sendo três concluídas em 2013 e duas, em 2014. Por esse motivo, adotou-se para fins de atingimento de meta, essa nova previsão, considerando ainda o previsto nos cronogramas físico-financeiros aprovados antes do início das obras.

Para análise da eficiência desse Programa de Trabalho a equipe de Auditoria considerou o prazo e, em parte, o padrão de qualidade.

O prazo foi analisado comparando-se o percentual de realização da obra previsto para dezembro de 2012, constante do cronograma inicial aprovado antes do início da obra, com o percentual de realização informado no SAG para esse mesmo período de cada obra.

Além disso, sobre a ótica do prazo, foram selecionados e analisados três processos, com a finalidade de verificar possíveis fragilidades que pudessem impactar o

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003345

andamento do Processo da Obra, desde a sua autuação. Também foram feitas visitas às três obras em construção para verificar a existência e a situação real (aspecto visual) da obra.

- Processo 112.001.295/2010 – Construção da Unidade de Internação Socioeducativa de Adolescente, a ser localizada no Entroncamento da BR – 080 com a DF 415 na Região Administrativa de Brazlândia – RA IV – DF.
- Processo 112.001.291/2010 – Construção da Unidade de Internação Socioeducativa de Adolescente, a ser localizada no Núcleo Rural Aguilhada, Rodovia BR – 251, RA XIV – São Sebastião – DF.
- Processo 112.003.363/2009 – Projeto Executivo de Arquitetura e Urbanismo, Acessibilidade, Paisagismo e Comunicação Visual para implantações de 05 CASEs.

A seguir será apresentado breve histórico dos Processos:

SFL PROC 039 /2013 Folha Nº 003345 - Verso

UNIDADE DE BRAZLÂNDIA:

O Processo de execução da obra da Unidade de Internação iniciou-se em abril de 2010, mas somente em 04/03/2011 o Projeto de Arquitetura foi aprovado na respectiva Administração Regional e, em 28/02/2011, no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal - CBMDF (folha 1992 do Processo 112.001.295/2010). O Projeto Básico foi aprovado pela NOVACAP em 05/04/2011.

Ocorreram alguns adiamentos na publicação do edital de licitação, e em 07/06/2011, o TCDF, por meio da Decisão nº 2571/2011, determinou a suspensão do processo licitatório "ad cautelum". Somente em 17/11/2011, a corte autorizou a retomada da licitação por meio da Decisão nº 5684/2011.

Por fim, o contrato foi assinado em 03/07/2012, juntamente com a Ordem de Serviço Externa.

Trata-se de um contrato de empreitada por preço global, celebrado entre a NOVACAP e a firma Construtora RV Ltda, no valor de R$ 13,1 milhões.

Conforme Ofício nº 2338/2012 – GAB/PRES constava no Cronograma Físico-Financeiro aprovado antes do início da obra, uma previsão de 55,56% da obra em dezembro de 2012. Porém o cronograma passou por alterações, e o previsto para dezembro passou a ser de 35,36%. Essa diferença decorreu de vários motivos, dentre eles:

- Diário de Obra Construtora RV – CRV-DO 084/2012, de 21/08/2012: revisão referente à medição da 1ª etapa.
- CRV-DO 006/2012, de 08/11/2012: adequação em função do atraso da entrega do projeto de junta de dilatação para a muralha e para a laje da cobertura dos alojamentos.

Para cálculo do atingimento da meta, apurou-se a diferença entre a previsão inicial para dezembro de 2012, de 55,56% e o percentual de realização informado no SAG, de 20%, ou seja, a meta atingiu apenas 36% do previsto para 2012. Cumpre destacar que o percentual extraído do SAG é diferente do constante no cronograma físico-financeiro.

A Figura 2 mostra a situação real da obra em 23 de janeiro de 2013, data da visita da auditoria.

FIGURA 2 – CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE INTERNAÇÃO DE BRAZLÂNDIA

REGISTRO FOTOGRÁFICO EM 23/01/2013

UNIDADE DE SÃO SEBASTIÃO:

O Processo refere-se à execução da obra e foi autuado em abril de 2010, mas somente em junho de 2011 o projeto básico foi aprovado. Verificou-se, no Processo nº 112.003.363/2009, que uma das razões desse interstício foi a morosidade de análise e conclusão dos projetos arquitetônicos por parte das Administrações Regionais, conforme consta na folha 291 do referido Processo. O Projeto só foi aprovado pela Administração Regional em 20/04/2011 e no CBMDF em 28/02/2011.

O contrato foi assinado em 14 de maio de 2012, e no dia 21 de maio de 2012 a Ordem de Serviço Externa foi emitida. Trata-se de um contrato de empreitada por preço global celebrado ente a NOVACAP e a firma Construtora RV Ltda, no valor de R$ 13.378.849,94.

Conforme Ofício nº 2338/2012 – GAB/PRES constava no Cronograma Físico-Financeiro aprovado antes do início da obra, uma previsão de 56,63% de execução em dezembro de 2012. Porém o cronograma passou por alterações, e o previsto para dezembro passou a ser de 49,51%. Essa diferença decorreu de diferentes motivos, dentre eles:

- CRV-DO – 112/2012, de 25/09/2012: planejamentos que a empresa tomou devido à época de início das chuvas, onde priorizaram a conclusão de todas as fundações profundas, bem como alteração do projeto executivo das formas dos alojamentos e muralha, da forma em compensado para forma metálica.
- CRV – DO – 007/2012 de 06/12/2012: atraso na entrega do projeto de estrutura dos alojamentos e período chuvoso no decorrer do mês de novembro.

Salienta-se que tais alterações, segundo informações dos fiscais, não ocasionaram prorrogação no prazo final da obra.

Para cálculo do atingimento da meta, apurou-se a diferença entre a previsão inicial para dezembro, de 56,63% e o percentual de realização informado no SAG, de 25%, ou seja, a meta atingiu apenas 44% do previsto para 2012. Cumpre destacar que o percentual extraído do SAG é diferente do constante no cronograma físico-financeiro. Salienta-se que não consta a data de aferição da execução da obra e de revisão nos cronogramas físico-financeiros, dificultando a análise pelos órgãos de controle.

A Figura 3 mostra a situação real da obra em 11 de dezembro de 2012, data da visita da auditoria.

SFL PROC 039 /2013 Folha Nº 003346-Verso

FIGURA 3 – CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE INTERNAÇÃO DE SÃO SEBASTIÃO

REGISTRO FOTOGRÁFICO EM 11/12/2012

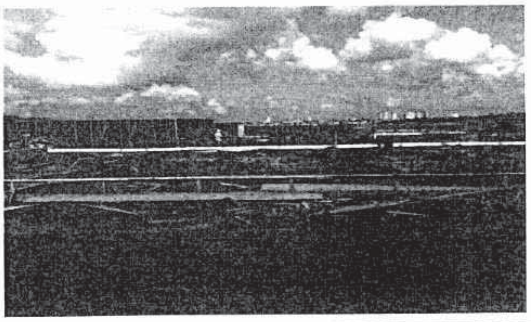
UNIDADE DE SANTA MARIA

O processo de Santa Maria não foi objeto da auditoria, conforme já mencionado.

Para cálculo do atingimento da meta, apurou-se a diferença entre a previsão de realização para dezembro de 2012 do cronograma constante no Ofício nº 2338/2012 – GAB/PRES, de 37,59%, e o informado no SAG, de 20%, ou seja, a meta atingiu apenas 53% do previsto para 2012.

A Figura 4 mostra a situação real da obra em 6 de dezembro de 2012, data da visita da auditoria.

FIGURA 4 – CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE INTERNAÇÃO DE SANTA MARIA



REGISTRO FOTOGRÁFICO EM 06/12/2012

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003747

Por fim, para análise da eficiência, no que tange ao padrão de qualidade, esta equipe utilizou a Resolução do SINASE, de dezembro de 2009 como um dos parâmetros, e verificou que o Projeto Aprovado não atende por completo essa norma, tendo em vista que nas obras em construção (São Sebastião, Brazlândia e Santa Maria) inexistem espaços e condições adequadas para visita íntima, item considerado como condição fundamental na estrutura física das Unidades de Internação.

AÇÃO 2102 – ASSISTÊNCIA AOS ADOLESCENTES EM RISCO PESSOAL E SOCIAL (FDCA)

A Ação apresenta dois Programas de Trabalhos: 14.243.6223.2102.2546 - (EP) APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO SEMEANDO A RESSOCIALIZAÇÃO e 14.243.6223.2102.9722 – ASSISTÊNCIA AOS ADOLESCENTES EM RISCO PESSOAL E SOCIAL.

A Despesa Autorizada para a Ação representa cerca de 9,2% da Despesa Autorizada total do Objetivo Específico selecionado.

Apesar dessa Ação não fazer parte da amostra para os trabalhos de campo, a seguir serão traçados alguns comentários de cada PT.

PT 14.243.6223.2102.2546 - (EP) APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO SEMEANDO A RESSOCIALIZAÇÃO

Este Programa de Trabalho é decorrente de uma Emenda Parlamentar alocada na UO e UG da Secretaria de Estado de Governo.

A Unidade Orçamentária em questão foi indagada sobre a existência de projetos e/ou planos de ação para execução desse PT. Em reposta, por meio do Despacho nº 02 Coorjuv/SEGOV/2012, o Coordenador de Juventude da SEG, informou que o Programa de Trabalho não se referia a ações de temática de Juventude, mas de Criança e Adolescente, não tendo, portanto, qualquer relação com sua Coordenadoria.

Percebe-se, dessa maneira, que, em alguns casos, emendas parlamentares são alocadas a determinados Programas de Trabalho sem qualquer planejamento por parte dos gestores, contribuindo para a sua não execução. Reforça-se a necessidade dos Parlamentares envidarem esforços no sentido de alocarem suas emendas às Unidades corretas, e que possuam ações articuladas com as Unidades beneficiadas, para que sejam, de fato, executadas.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003347 - Verso

A Despesa Autorizada para esse Programa de Trabalho era de R$52.000, porém não houve nenhum empenho e liquidação no exercício de 2012, ocasionando desperdício orçamentário.

Quanto ao atingimento de meta, a etapa cadastrada no SAG não foi iniciada, houve desvio por OCD – "Outras causas de desvio que não estão especificadas nesta tabela", cujo detalhamento, foi "Indefinição da Utilização da Ação".

PT 14.243.6223.2102.9722 – ASSISTÊNCIA AOS ADOLESCENTES EM RISCO PESSOAL E SOCIAL

A Unidade Orçamentária e a Unidade Gestora desse PT foi o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente – FDCA/DF.

No Distrito Federal o FDCA/DF foi criado pela Lei nº 234/92 e instituído pela Lei Complementar nº 151/98, alterada pela Lei Complementar nº 849, de 09/07/2012. Atualmente, o funcionamento do Fundo é regido pela Resolução Normativa nº 61, do CDCA/DF, de 1º de agosto de 2012.

Segundo Memorando nº 18/2012 – UNGEF/SECriança:

> "Crianças e Adolescentes em situação de risco pessoal e social são aquelas que convivem diretamente na presença de fatores de vulnerabilidade, são vítimas de abuso, negligência e maus tratos familiar e institucional, são abandonadas vítimas do tráfico, venda, exploração sexual e laboral. São crianças em situação de rua que utilizam este espaço como estratégia de garantir sua sobrevivência e/ou a de seus familiares. Por isso estão constantemente expostas aos riscos sociais e pessoais característicos das ruas."

Para execução da Etapa desse PT, o Chefe do FDCA mencionou que deveriam ser desenvolvidos programas e ações: de proteção, voltados às crianças e adolescentes ameaçados ou violados em seus direitos; socioeducativos, para os que cometem atos infracionais; de atendimento integral a criança; de prevenção e assistência a adolescentes vítimas de drogadição; de atendimento, proteção especial e garantia de direitos; de erradicação do trabalho infantil; de reintegração familiar; de orientação e apoio sócio-familiar e de capacitação profissional e social.

Para que essas ações sejam efetivamente implementadas, o Fundo disponibiliza recursos para financiar ações e programas, por meio de projetos selecionados por edital publicado e aprovados pelo CDCA/DF.

SEL PROC 039 /2013 Folha Nº 003349

As naturezas de despesa do PT eram a 335043 – SUBVENÇÕES SOCIAIS, 339039 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA e 405042 – AUXÍLIOS, as quais são condizentes com o objetivo do PT.

A Despesa Inicial para esse Programa de Trabalho era de R$474,6 mil, porém houve uma complementação significativa no exercício, e a Despesa Autorizada passou a ser de R$5,0 milhões. Entretanto, só 5,6% da Despesa Autorizada foi empenhada e liquidada, havendo dessa maneira desperdício orçamentário.

Foram empenhadas despesas para as seguintes instituições que prestam serviço de assistência social voltadas para crianças e adolescentes:

- Casa de Ismael: atender despesa com concessão de subvenção social e com concessão de auxílio investimento;
- Obras Sociais do Centro Espírita Jerônimo Candinho: atender despesa com concessão de auxílio investimento.

Cabe ressaltar que esses empenhos foram realizados nos meses de outubro e dezembro. Referem-se a quatro processos, dois de 2010 e dois de 2008, contemplados por meio das modalidades de Edital de Chamada Pública nº 02/2008 e Captação de Recursos 2010, segundo o Relatório de Atividades 2012 do FDCA. Todos esses processos foram referendados apenas agora, no exercício de 2012.

Quanto aos aspectos referentes ao atingimento da meta, observou-se que, em julho de 2012, inexistia plano de ação ou planejamento para execução desse PT.

No entanto, foi mencionado no Memorando nº 18/2012, que até o mês de agosto o CDCA/DF iria discutir e aprovar em Plenária novo Edital para selecionar projetos voltados ao atendimento de crianças e adolescentes do DF, a serem financiados com recursos do FDCA.

Segundo o Relatório de Atividades de 2012 do FDCA/DF, em 06/09/2012 foi publicado o Edital de Chamada Pública, e nove projetos foram aprovados para receberem recursos, porém, até o final do exercício não houve empenho e liquidação em nenhum deles.

A quantidade prevista no SAG era a de prestar assistência a 2000 pessoas, destaca-se que as metas alcançadas são partes dos Planos de Trabalho dos Projetos analisados e aprovados pelo Plenário CDCA/DF, e cabe ao Conselho acompanhar e avaliar a execução, o desempenho e resultados das ações desses projetos.

SFL PROC 037 /2013 Folha Nº 00334B-Verso

Segundo o SAG, 1458 crianças e jovens foram contemplados nos projetos, porém, verificou-se que eles não foram beneficiados no ano de 2012, ou seja, a etapa realizada informada no SAG está incorreta, uma vez que não se refere ao citado exercício. Pontua-se, ainda, que seria mais adequado que a unidade de medida da etapa cadastrada para esse PT fosse "apoiar projetos", visando prestar assistência à criança e ao adolescente em risco pessoal e social.

AÇÃO 2766 – MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A Ação apresenta um único Programa de Trabalho: 14.243.6223.2766.0008 – MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CDCA, e uma única etapa cadastrada no SAG.

A Despesa Autorizada para o PT representa cerca de 0,4% da Despesa Autorizada total do Objetivo Específico 002.

O CDCA/DF foi criado pela Lei nº 234/1992, modificada pela Lei nº 3.033/2002. É um órgão formulador, deliberativo e controlador das políticas e das ações do Distrito Federal em todos os níveis de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, vinculado administrativamente à Secretaria de Estado da Criança.

Segundo consta no livro "teoria e prática dos conselhos tutelares e conselhos dos direitos da criança e do adolescente", pag. 74:

> "Os conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, incorporados à estrutura do Estado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), são órgãos públicos diferenciados pela sua natureza colegiada entre o governo e a comunidade. Os conselhos são órgãos compostos paritariamente por organizações governamentais e não governamentais, que possuem o papel de controlar as ações de política de atendimento em todos os níveis. Suas decisões tem caráter deliberativo. Segundo o Conanda:
>
> Os Conselhos dos Direitos de Crianças e Adolescentes são órgãos responsáveis pela elaboração das diretrizes da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, bem como pelo acompanhamento, controle e avaliação dos programas e ações desenvolvidas (CONANDA, 2007)"

Dentre outras, seguem algumas atribuições dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, contidas nesse livro:

- Acompanhar e participar do processo de elaboração da legislação municipal, estadual e nacional relacionada à infância e à adolescência;

SEL FOLHA Nº 039 /2013

- Deliberar sobre a política dos direitos da criança e do adolescente, incluindo o estabelecimento de prioridades, a aprovação de planos específicos e a influência no reordenamento institucional necessário à consecução dessa política;
- Incidir sobre o financiamento das políticas sociais públicas, visando garantir o princípio da prioridade absoluta para crianças e adolescentes, incluindo a defesa dos seus interesses na elaboração e na aprovação do orçamento público, bem como na gestão dos fundos dos direitos da criança e do adolescente;
- Registrar os programas governamentais e não governamentais da política de promoção, proteção, defesa e atendimento aos direitos da criança;
- Acompanhar e avaliar as ações governamentais e não governamentais destinadas ao atendimento dos direitos da criança e do adolescente cobrando mudanças que deixaram de ser executadas;
- Promover, de forma contínua, atividades de divulgação do ECA;
- Mobilizar a opinião pública para a indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade. (BRASIL, 1990, inciso VI, art. 88)
- Além das atribuições descritas, outro papel é o de coordenar o processo de escolha dos conselheiros tutelares e apoiar o funcionamento dos conselhos.

A Unidade Orçamentária e Unidade Gestora desse PT era a própria SECriança.

As naturezas de despesas condizem com o programa de manutenção, a saber: 339030 – MATERIAL DE CONSUMO e 339039 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.

A Despesa Inicial e a Despesa Autorizada para esse Programa de Trabalho foi de R$200 mil, porém, só foi empenhado 5,4% desse valor, e a liquidação correspondeu a 38,9% do empenhado. Observa-se, dessa maneira, que houve desperdício orçamentário associado à Ação.

Por tratar-se de manutenção, foram empenhadas despesas tais como: materiais de expedientes, prestação de serviços gráficos, fornecimento de *coffe break,* e, fornecimento de água, coleta de esgoto, manutenção de hidrômetro e saneamento básico e outros serviços necessários ao fornecimento e tratamento da água distribuída.

Mesmo tratando-se de manutenção que, pela natureza, compreenderia despesas de caráter continuado para seu funcionamento, os empenhos só foram realizados a partir de 25 de julho de 2012. Percebe-se, dessa maneira, que inexistia um planejamento para o gasto desse recurso durante todo o exercício, que pode ser evidenciado por meio do Memorando nº 111/2012, no qual é mencionado que o CDCA não possuía um Plano de Ação sistematizado e vigorando.

Em reunião com respectivo Secretário Executivo do Conselho, foi aplicado questionário e foram encaminhadas solicitações de auditoria. Abordaram-se questões sobre as atribuições, formas de atuação do CDCA/DF, bem como estrutura física e recursos materiais entre outras.

Segundo o Memorando nº 111/2012, o CDCA atuou até outubro de 2012 em três frentes principais: eleições dos representantes das organizações da sociedade civil junto ao CDCA/DF, processo de escolha dos Conselheiros Tutelares e elaboração do edital de chamamento público para seleção de projetos a serem financiados pelo FDCA. Além disso, foram realizadas as Conferências Distrital e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

No exercício de 2012, o Conselho atuou de acordo com suas atribuições, porém, as ações não estavam sendo desenvolvidas de forma satisfatória, pela falta de recursos humanos suficientes, pelo espaço físico inadequado, por falta de material de trabalho, de linhas telefônicas e internet. Observam-se dessa maneira fragilidades no processo, uma vez que havia recursos disponíveis para suprir alguns desses itens.

Destacam-se alguns pontos contidos no Memorando nº 111/2012:

1. Quanto ao acompanhamento e avaliação das ações governamentais e não governamentais verificou-se que, mesmo com a obrigação legal e regimental, o CDCA-DF ainda não conseguia sensibilizar todos os programas governamentais para se inscreverem no Conselho, e esclareceu que, para aqueles que o fizeram, em função da precariedade da estrutura administrativa e de recursos humanos, o CDCA/DF não fazia o registro para acompanhamento desses programas.
2. Até a data de envio desse memorando, 29 de outubro de 2012, existiam apenas dois programas governamentais inscritos: o Programa de Atendimento do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal – 2012 e o Programa de Desenvolvimento Integral da Criança e do Adolescente, ambos da Secretaria de Estado da Criança.

SEI - PROC. 039 /2013 Folha Nº 003550

3. Quanto à estrutura física e de pessoal, verificou-se que são inadequados para o cumprimento de suas atribuições. Esse item foi evidenciado também pela visita realizada por essa equipe ao Conselho, no dia 26/09/2012.

Ao analisar as deficiências de recursos humanos, verificou-se que o Conselho descumpria o art. 35 da Resolução Normativa nº 40/2009, que trata da composição da Secretaria Executiva. Segundo Memorando nº 107/2012 – CDCA-DF, não havia membros nomeados para os seguintes cargos: 2 Assessores Jurídicos, 2 Assessores Financeiros Orçamentários, 1 Assessor de Políticas Públicas, 2 Assistentes Administrativos, 1 Assistente de Serviços Gerais e 2 Motoristas.

A análise do atingimento da meta das etapas referentes a programas de trabalho de manutenção resta prejudicada, uma vez que engloba uma série de ações, envolvendo serviços e materiais, muitas vezes sem planejamento das Unidades e, portanto, sem metas estabelecidas.

A meta de 01 unidade impossibilita o acompanhamento dos produtos previstos na Ação, uma vez que o produto era Conselho Mantido. Por fim, entende-se que Programas de Trabalho que tenham por finalidade a manutenção necessitam de um planejamento estabelecido sobre as atividades que integram a rotina de sua execução.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003350 - Verso

AÇÃO 2767 – MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS TUTELARES

A Ação apresenta três Programas de Trabalho: 08.243.6223.2767.2561 – (EP) IMPLANTAÇÃO DE NOVAS UNIDADES, AMPLIAÇÃO ATRIBUIÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS CONSELHOS TUTELARES DO DF – OCA, 14.243.6223.2767.9722 – MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS TUTELARES – DF- OCA e 14.243.6223.2767.9723 – (EPE) MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS TUTELARES – ESTRUTURAÇÃO DOS CONSELHOS TUTELARES DO DF.

Cada Programa de Trabalho possuía uma única etapa cadastrada no SAG.

A Despesa Autorizada para a Ação representa cerca de 9,4% da Despesa Autorizada total do Objetivo Específico 002.

PT 08.243.6223.2767.2561 – (EP) IMPLANTAÇÃO DE NOVAS UNIDADES, AMPLIAÇÃO ATRIBUIÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS CONSELHOS TUTELARES DO DF – OCA

Este Programa de Trabalho é decorrente de Emenda Parlamentar alocada na UO e UG da Secretaria de Estado da Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal.

A Unidade Orçamentária em questão foi indagada sobre a existência de projetos e/ou planos de ação para execução desse PT. Em resposta, por meio do Ofício nº 131/2012 – SUAG/SEJUS, de 05 de junho de 2012, a Diretora de Gestão Orçamentária e Financeira informou que a SEJUS não havia solicitado nenhuma emenda que fizesse referência ao Subtítulo em questão, bem como não faz o monitoramento das emendas aprovadas pela Câmara Legislativa.

A Despesa Autorizada para esse Programa de Trabalho era de R$5.000, porém não houve nenhum empenho e liquidação no exercício de 2012, ocasionando desperdício orçamentário. A etapa prevista foi cancelada por meio da Lei nº 4.943, de 27/09/2012.

Percebe-se, dessa maneira, que emendas parlamentares em alguns casos são alocadas a determinados Programas de Trabalho, porém sem qualquer planejamento dos gestores, ou mesmo dos parlamentares, contribuindo para a sua não execução. Reforça-se a necessidade dos Parlamentares envidarem esforços no sentido de alocarem suas emendas às Unidades corretas, e que possuam ações articuladas junto às unidades beneficiadas para que sejam, de fato, executadas.

PT 14.243.6223.2767.9722 – MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS TUTELARES – DF

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, o conselho tutelar é "órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente". (art. 131)

As atribuições do conselho tutelar podem ser agrupadas em sete categorias, segundo o livro "Teoria e prática dos conselhos tutelares e conselhos dos direitos da criança e do adolescente":

1. Atendimento a crianças e adolescentes cujos direitos estejam ameaçados ou violados e aplicação de medidas de proteção.
2. Atendimento, aconselhamento e aplicação das medidas de responsabilização aos pais ou responsáveis legais.

SPL PROC. 039 /2013 Folha Nº 0003351

3. Representação em nome da criança ou adolescente ou da família, em casos de violação dos direitos das mesmas por programas ou programações de rádio e televisão que contrariem as normas estabelecidas para a sua produção e apresentação.
4. Representação e encaminhamento ao Ministério Público.
5. Representação e encaminhamento à autoridade judiciária.
6. Assessoramento ao Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária.
7. Fiscalização.

A Unidade Orçamentária desse Programa de Trabalho era a própria Secretaria de Estado da Criança, e suas Unidades Gestoras eram a citada Secretaria e a Secretaria de Estado da Administração Pública do DF – SEAP.

A Despesa Inicial para esse Programa de Trabalho era de R$1,7 milhões, porém houve uma complementação no exercício, e a Despesa Autorizada passou a ser de R$4,9 milhões, dos quais foram empenhados 90%. Dos empenhos, houve liquidação de apenas 5,1%.

Esse PT compreendia as naturezas de despesa, 339030 – MATERIAL DE CONSUMO e 339039 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA, ambas condizentes com o programa de trabalho.

Os empenhos basicamente se referiam a despesas com: curso de formação para os conselheiros tutelares; contratação de instituição especializada para realização de exame de conhecimento específico para habilitar ao cargo de Conselheiro Tutelar do DF; fornecimento e instalação de cabeamento estruturado; dedetização e desratização; contratação de serviço para ilustração de cartilha dos direitos da criança e do adolescente; contratação de empresa especializada para elaboração, execução, suporte e assistência do processo de votação eleitoral para o cargo de Conselheiro Tutelar; contratação de empresa para prestação de serviço de recebimento de documentação dos inscritos no processo de escolha para Conselheiro Tutelar; CAESB; CEB; e, serviço de telefonia fixa.

Verificou-se que a maior parte dos recursos desse PT foi gasto com contratação de instituição especializada para realização de exame de conhecimento específico para habilitar ao cargo de Conselheiro Tutelar do DF, onde foram gastos R$3,2 milhões, representando, 65,1% do total da Despesa Autorizada para esse PT. Cumpre mencionar que esse valor foi empenhado somente no mês de dezembro de 2012.

Em 2012 existiam 33 Conselhos Tutelares – CTs , distribuídos em 26 regiões administrativas.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003351-Versão

Conforme Ofício nº 07 – UECI/SECriança, de 14 de agosto de 2012, todos os Conselhos Tutelares funcionam em locais cedidos, exceto o Conselho da Estrutural, que é próprio. São diferentes órgãos e instituições que cederam os espaços, a conhecer: Administrações Regionais, Secretarias (SEDEST, SEMulher, SES, SEJUS), Novacap, Banco do Brasil, Polícia Civil, Polícia Militar e até Organização Social.

A etapa prevista no SAG era de manter o funcionamento dos Conselhos Tutelares do DF, e possuía como quantidade prevista manter 33 unidades, ou seja, compreendendo todos 33 Conselhos Tutelares existentes no DF.

Segundo memorando nº 117/2012 – SUBPROTECA/SECRIANÇA, essa etapa consiste em garantir as condições necessárias para o funcionamento dos Conselhos Tutelares de acordo com a Lei Distrital nº 4.451/2009 e a Resolução nº 139 do CONANDA, 2010.

Para análise desse Programa de Trabalho, foram feitas visitas em 12 Conselhos, 36,4% do total, e preenchidos *checklists*, elaborados com base na Resolução nº 139/2010, com o intuito de verificar as condições da estrutura física e das instalações. Além disso, foram aplicados questionários em todos os 33 Conselhos para avaliar a quantidade e qualidade dos itens considerados como de manutenção.

Com base nas visitas, nos checklists e nos registros fotográficos foi constatado que:

- Existem Conselhos Tutelares que funcionam em local de difícil acesso.
- Os Conselhos não oferecem espaço físico adequado e instalações que permitam o desempenho satisfatório das atribuições e competências dos Conselheiros e o acolhimento digno ao público.
- A maioria dos Conselhos está sem placa indicativa da sede.
- Existem Conselhos sem sala reservada para o atendimento e recepção ao público.
- Existem Conselhos que não possuem sala reservada para o atendimento dos casos.
- Existem Conselhos que não possuem sala reservada para os serviços administrativos.
- Existem Conselhos que não possuem sala reservada para os Conselheiros.

Dessa forma, verificou-se que o DF vem descumprindo o que se preconiza na Resolução citada.

SEL FLS 039 /2013 Folha Nº 0033552

Observou-se, ainda, que todos os Conselhos Tutelares estão em más condições, necessitam de reforma, reconstrução ou mesmo ampliação. A seguir serão apresentados alguns registros fotográficos dos CTs.

FIGURA 5 – CT BRASÍLIA NORTE – 29/11/2012

FIGURA 6 – CT BRASÍLIA SUL – 29/11/2012

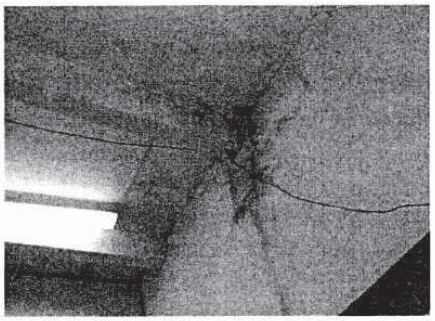


FIGURA 7 – CT LAGO NORTE – 29/11/2012

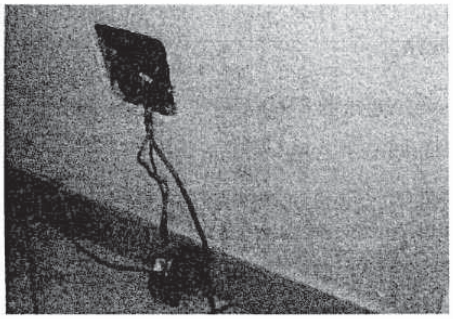


FIGURA 8 – LAGO SUL – 29/11/2012

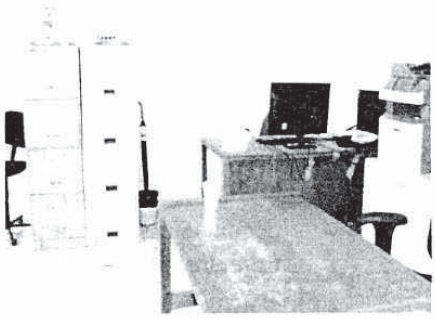


FIGURA 9 – CT CANDANGOLÂNDIA – 03/12/2012

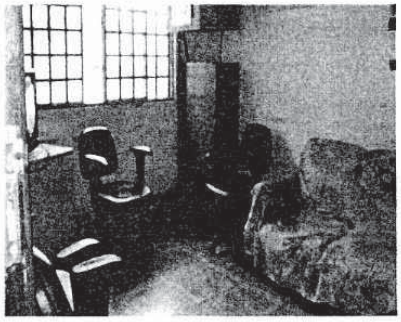


FIGURA 10 – CT CRUZEIRO – 03/12/2012

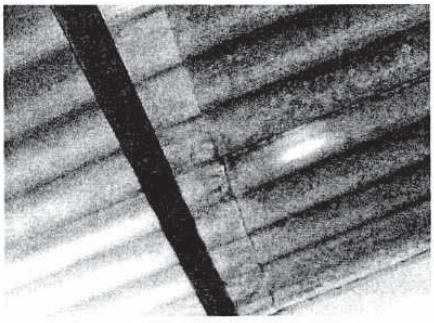


FIGURA 11 – CT GUARÁ – 03/12/2012

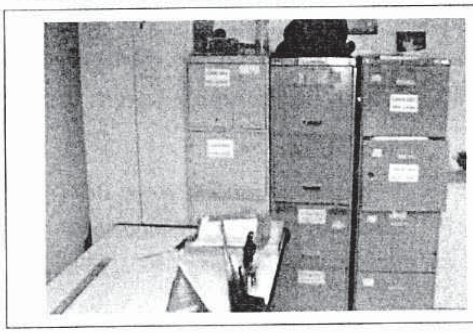


FIGURA 12 – CT NÚCLEO BANDEIRANTE – 03/12/2012

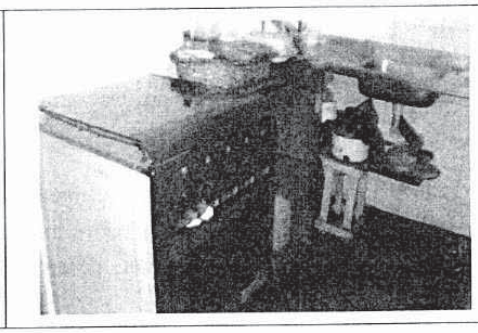
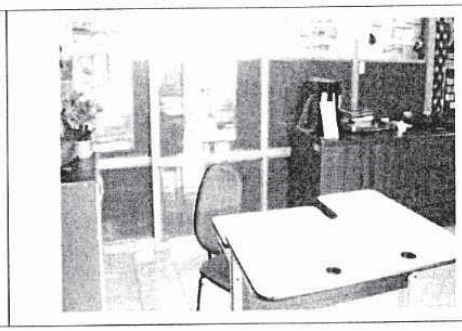


FIGURA 13 – CT CEILÂNDIA SUL – 04/12/2012

FIGURA 14 – CT TAGUATINGA NORTE – 04/12/2012



Quanto aos questionários aplicados, estes foram elaborados com base nas informações do que era considerado como manutenção (Ofício 016/2012 – GAB/SUBPROTECA), a saber:

- Materiais de consumo (gênero de alimentação, material de expediente, material pedagógico, material para a copa, material de proteção e vigilância, material de limpeza);
- Materiais permanentes;
- Serviços (vigilância patrimonial, limpeza e conservação, telefonia e internet, abastecimento de água, fornecimento de energia elétrica, serviços de reprografia e impressão, locação de veículos automotores, de entrega de correspondências, de passagens aéreas);
- Locação de imóveis, em casos específicos.

Diante desse levantamento, foram elaborados e aplicados questionários nos 33 conselhos, abordando aspectos sobre a quantidade e qualidade desses materiais e serviços.

SAL PROC 039 /2013 Folha Nº 000353

Ressalta-se que, até a data da resposta da Solicitação de Auditoria que questionava quais itens seriam considerados como manutenção, não havia nenhum empenho no PT, entretanto os Conselhos vinham se mantendo. Ou seja, segundo o citado ofício, podem ter sido empenhadas despesas no Programa de Trabalho de Serviços Administrativos Gerais da SECriança.

Cumpre mencionar a necessidade de a Secretaria apropriar as despesas relacionadas à manutenção de maneira correta no PT, para que possa ser feito o rateio de custos do Programa em separado, pois trata-se da manutenção dos próprios Conselhos Tutelares e não da Secretaria.

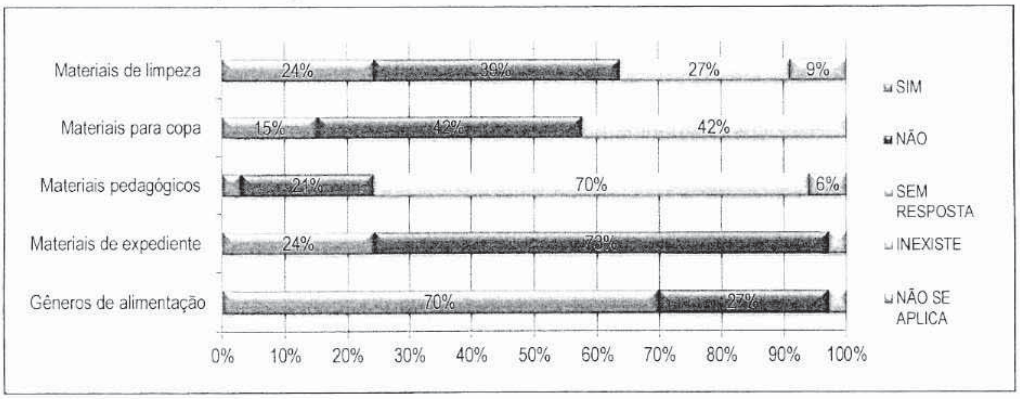
Em relação aos resultados obtidos a partir do questionário, foram avaliadas a quantidade e qualidade de alguns itens, divididos da seguinte forma: Materiais de Consumo, Materiais Permanentes; Serviços; e Serviços prestados pelo Conselho Tutelar. As seguintes respostas foram encontradas:

TABELA 9 – SIGNIFICADO DAS RESPOSTAS ENCONTRADAS

RESPOSTA	SIGNIFICADO
SIM	QUANTIDADE/QUALIDADE DO ITEM FOI CONSIDERADA ADEQUADA AO TRABALHO.
NÃO	ITEM EXISTE, PORÉM A QUANTIDADE/QUALIDADE DO ITEM NÃO FOI CONSIDERADA ADEQUADA AO TRABALHO.
INEXISTE	INEXISTE O ITEM.
NÃO SE APLICA	NÃO HÁ NECESSIDADE DO ITEM.
SEM RESPOSTA	O ITEM NÃO FOI RESPONDIDO

A seguir serão apresentados os resultados dos questionários aplicados nos 33 Conselhos:

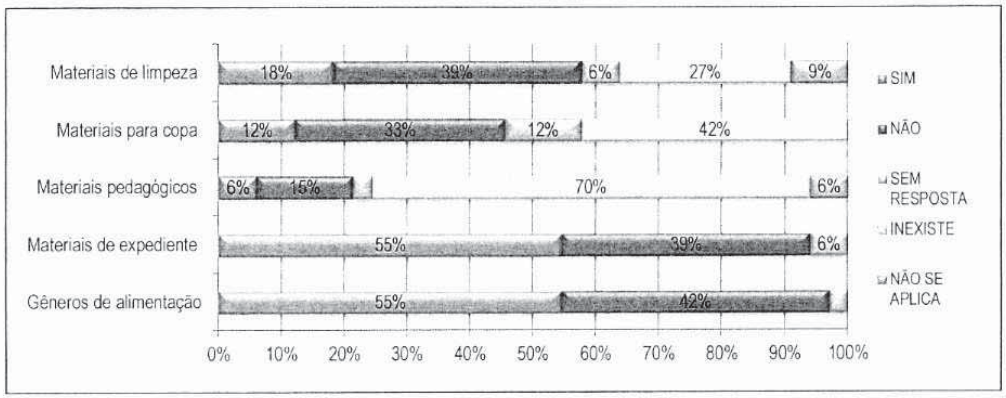
FIGURA 15 - AVALIAÇÃO DA QUANTIDADE DOS MATERIAIS DE CONSUMO EM 33 CONSELHOS TUTELARES



Verifica-se que a quantidade de materiais de consumo ou é inadequada ao trabalho ou inexiste nos Conselhos Tutelares.

Na Figura 16 é apresentado gráfico referente à qualidade dos materiais de consumo:

FIGURA 16 - AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS MATERIAIS DE CONSUMO



Percebe-se que a qualidade varia de acordo com os itens, porém dos cinco itens analisados, apenas dois tiveram mais da metade considerada com qualidade adequada ao trabalho, ou seja, é importante que, além de serem adquiridos os materiais e serviços em quantidades adequadas, sejam atendidos os padrões de qualidade.

A seguir, serão apresentados os gráficos referentes aos Materiais Permanentes:

FIGURA 17 - AVALIAÇÃO DA QUANTIDADE DE MATERIAIS PERMANENTES

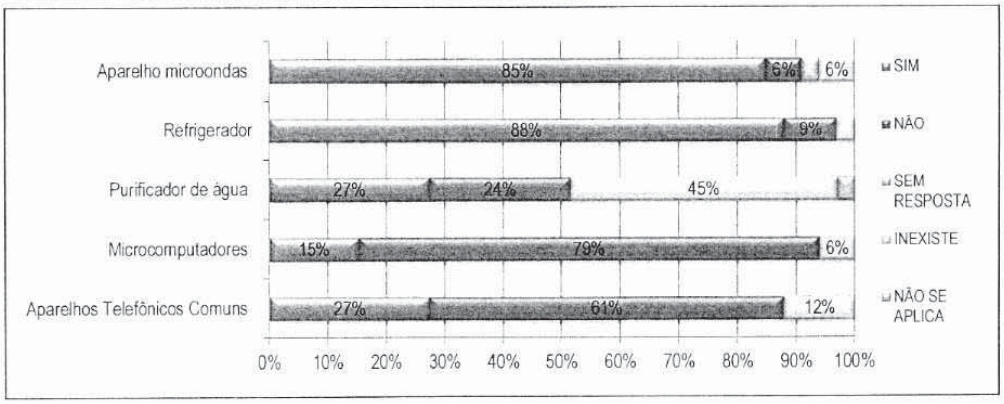
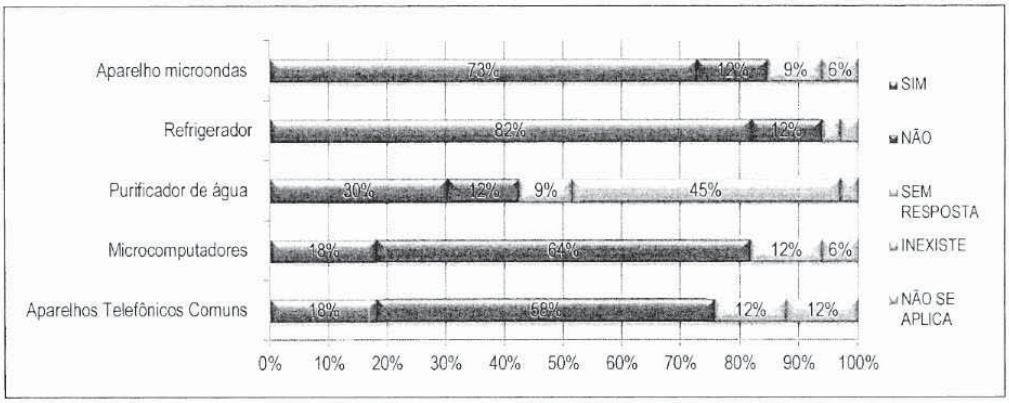


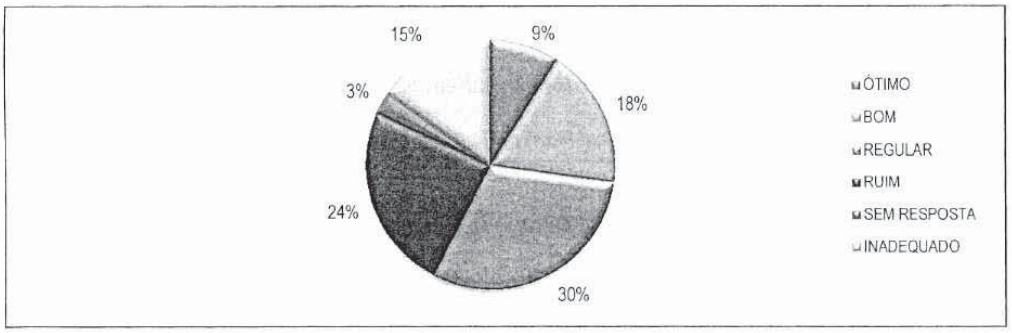
FIGURA 18 - AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS MATERIAIS PERMANENTES



Verifica-se que os itens relativos aos materiais permanentes que menos atendem em termos de quantidade e qualidade são os microcomputadores e os aparelhos telefônicos comuns, essenciais à execução e qualidade dos serviços que são prestados pelos Conselhos.

A seguir será apresentado o resultado da avaliação do mobiliário e do espaço dos Conselhos:

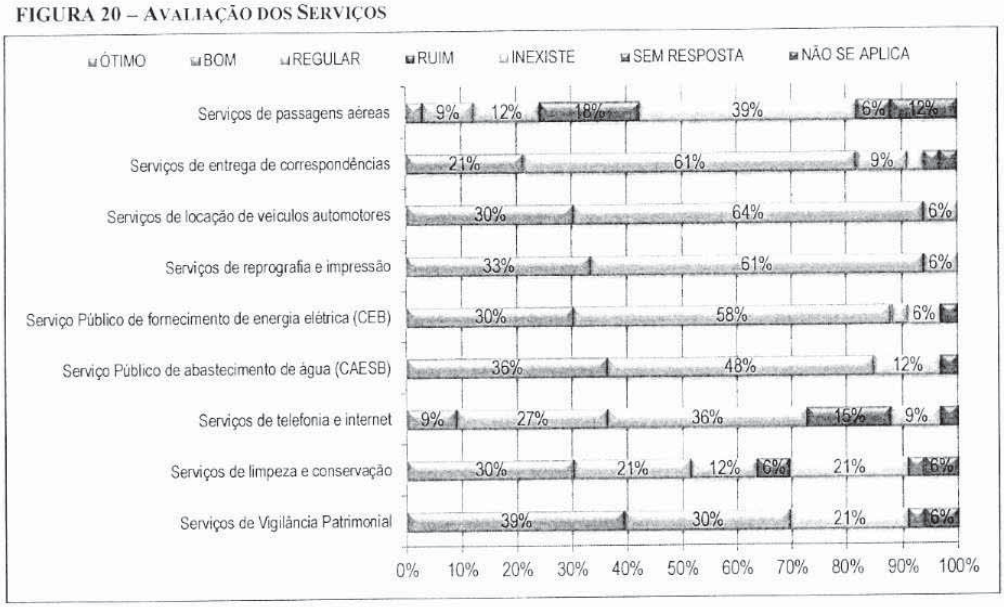
FIGURA 19 - AVALIAÇÃO DO MOBILIÁRIO E DO ESPAÇO



Depreende-se da figura acima que 69% dos Conselhos avaliaram o quesito mobiliário e espaço como inadequados, ruins ou regulares.

De acordo com o resultado dos questionários, verificou-se que a maior parte dos serviços teve boa conceituação, entre ótimo e bom, exceto serviços de passagens aéreas e telefonia e internet, conforme visto na figura a seguir.

FIGURA 20 – AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS



Percebe-se, dessa maneira, que os Conselhos carecem de ações referentes à manutenção, ou seja, alocar as despesas efetivamente para essas áreas, melhorar os processos, desde o levantamento das necessidades de materiais e equipamentos de cada Conselho até sua distribuição, bem como manter a qualidade desses itens.

Em suma, os Conselhos Tutelares estão em más condições, de logística e físicas, necessitam de materiais, serviços e equipamentos adequados e de reforma, reconstrução ou mesmo ampliação.

Por meio dos questionários e pelas visitas realizadas foram detectados alguns problemas, tais como: estrutura física inadequada, salas pequenas e mal ventiladas, falta de espaço adequado para atendimento individualizado e ausência de banheiros.

Quanto aos materiais de consumo, observou-se falta de materiais de expediente, inexistência de utensílios de copa e falta de manutenção dos computadores.

Quanto aos materiais permanentes, verificaram-se péssimas condições dos aparelhos telefônicos e quantidade insuficiente de móveis, que são, na maioria, velhos, inadequados ou sem padronização. Ressalta-se que alguns dos materiais permanentes foram cedidos pelos próprios Conselheiros.

Quanto aos serviços, foram relatadas linhas telefônicas em mau funcionamento e qualidade dos serviços de internet ruim. Cumpre mencionar que em vários Conselhos os serviços de segurança, limpeza e até internet são fornecidos pela Unidade que cede o espaço, ou seja, não são exclusivos dos Conselhos, assim como a prestação de serviços de luz e água.

De acordo com o Ofício nº 001/2013-UECI/GAB/SECriança, a respeito do serviço de vigilância, a Coordenação dos Núcleos de Apoio Administrativo informou que: 1 posto estava ligado à SEDEST, 18 postos às Administrações Regionais e 6 à SECriança.

Quanto aos serviços de motorista, a Coordenação dos Núcleos de Apoio Administrativo aos Conselhos Tutelares - Conata informou que 2/3 dos CTs estavam com esses serviços sendo executados por servidores do Núcleo de Apoio Administrativo. Nos demais casos, os próprios Conselheiros foram autorizados a dirigir até que o quadro de servidores esteja concluído.

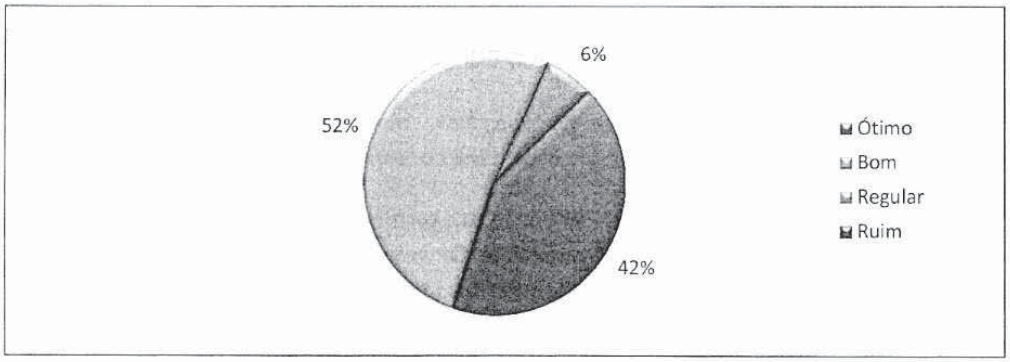
SEI FRDC 039 /2013 Folha Nº 003305-Verso

Além dos itens acima, outras dificuldades foram relatadas pelos Conselhos para execução de suas atividades:

- Falta de qualificação dos Conselheiros;
- Número de servidores inadequados;
- Falta de padronização dos procedimentos;
- Rede de atendimento falha e/ou inexistência de serviços de assistência dentro da cidade (creche, escola, CRAS, CREAS, COSE, hospitais e outros).

A seguir será apresentado o gráfico referente à avaliação feita pelos próprios Conselhos sobre a qualidade dos serviços prestados à Comunidade:

FIGURA 21 – AUTOAVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS À COMUNIDADE PELOS CONSELHOS TUTELARES



Destaca-se que para responderem quanto à avaliação da qualidade dos serviços prestados à comunidade, os Conselhos levaram em consideração as reais condições de trabalho, dessa forma, 94% dos Conselhos consideraram que os serviços prestados à comunidade são bons ou ótimos.

PT 14.243.6223.2767.9723 – (EPE) MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS TUTELARES – ESTRUTURAÇÃO DOS CONSELHOS TUTELARES DO DF

Este Programa de Trabalho é decorrente de uma Emenda Parlamentar alocada na UO e UG da Secretaria de Estado da Criança, no mês de julho de 2012.

A natureza de despesa do PT era a 449052 – EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE, ou seja, estava condizente com o PT.

A Despesa Autorizada para esse PT era de R$300 mil e foram empenhados 66,7% desse valor. A liquidação correspondeu a 50% do empenho. As despesas foram empenhadas para aquisição de microcomputadores para as Unidades, sendo credores: Lenovo Tecnologia (Brasil Ltda) e Dell Computadores do Brasil Ltda.

Observa-se que a finalidade desse Programa de Trabalho era bem semelhante à do Subtítulo 9722, não havendo necessidade da criação de um novo.

Esse Programa de Trabalho possuía, como etapa prevista no SAG, estruturar os Conselhos Tutelares do DF, e como quantidade prevista tinha as 33 unidades. Foi considerada como concluída, com a descrição de etapa realizada "Aquisição de 93 microcomputadores". Cumpre mencionar que, assim como os Programas relacionados à manutenção e funcionamento, estruturar compreende várias ações, e não somente a aquisição de microcomputadores.

AÇÃO 3797 – IMPLEMENTAÇÃO DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO INTEGRADO DO DISTRITO FEDERAL

A Ação apresentou um único Programa de Trabalho: 14.243.6223.3797.0001 – IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO INTEGRADO – NAI – DISTRITO FEDERAL.

A Despesa Autorizada para o PT representa cerca de 3,0% da Despesa Autorizada total do Objetivo Específico selecionado. Sua Unidade Orçamentária era a própria Secretaria de Estado da Criança e as naturezas de despesas utilizadas foram a 339039 –

SEI/GDF 039 /2013 Folha Nº 00335

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA e 449052 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, ou seja, condizentes com o objetivo do PT.

A Dotação Inicial para esse Programa de Trabalho era de R$250 mil, porém houve uma complementação significativa no exercício, e a Despesa Autorizada passou a ser de R$1,6 milhão, sendo que houve empenho de 99,9% desse valor, e a liquidação foi de 81,3% do valor empenhado, ou seja, em termos orçamentários, observa-se que não houve desperdício.

Foram empenhadas despesas com locação de imóvel a ser ocupado pelo NAI; com contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento e instalação de cabeamento estruturado; com aquisição de microcomputadores para unidades desta Secretaria; com móveis; e, com rádio transceptor portátil.

SEL PROC 039/2013 Folha Nº 003356-Verso

Esse Programa de Trabalho possuía como quantidade prevista no SAG, implantar uma unidade do Núcleo de Atendimento Integrado NAI – DF, até 31/12/2012. O produto da Ação era Unidade Implantada, como isto não ocorreu em 2012, considerou-se como zero a etapa realizada, pelos motivos expostos a seguir.

Segundo Memorando nº 379/2012 – SUBSIS, de 28 de junho de 2012, entende-se por NAI:

> "Um Programa que reúne, no mesmo espaço físico, o conjunto de instituições do Sistema de Garantia de Direitos com o objetivo de prestar atendimento imediato, eficaz, eficiente, humano e educativo ao adolescente a quem se atribua ato infracional, garantindo ainda, o exercício da atividade jurisdicional no NAI."

Observou-se que para implantar o NAI e com o objetivo de garantir o atendimento interinstitucional ao adolescente autor de ato infracional, a Subsecretaria do Sistema Socioeducativo iniciou as articulações com os órgãos do Poder judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação e Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda.

Segundo Memorando nº 379/2012, o trabalho a ser desenvolvido no local é destinado a prestar o primeiro atendimento aos adolescentes aos quais se atribua autoria de ato infracional. A unidade acolherá adolescentes pelo prazo máximo de 24 horas até sua apresentação ao Ministério Público. Dentre as atividades propostas, há a elaboração de relatório psicossocial, para subsidiar decisões do Ministério Público e Poder Judiciário, cabendo ainda realizar a distribuição dos adolescentes que receberam medida socioeducativa de restrição e privação de liberdade e o controle por meio da Central de Vagas.

Porém, observou-se que a inauguração não ocorreu na sua previsão inicial, que era janeiro de 2012, pois estavam aguardando a liberação do prédio, que abrigava a estrutura da Secretaria de Estado da Criança, para que então fosse possível receber a equipe dos órgãos parceiros. Cabe ressaltar, que desde novembro de 2011, a Secretaria vinha tomando várias ações para que ainda no ano de 2012 o NAI fosse inaugurado, o que não ocorreu.

De acordo com o sítio da SECRiança, a inauguração e o início do funcionamento do Núcleo estava prevista para o dia 28 de fevereiro de 2013:

> "o governador Agnelo Queiroz e o presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), João Mariosi, vão assinar, nesta segunda-feira (18), às 17 horas, no TJDF, o Protocolo de Cooperação Interinstitucional entre o Governo do Distrito Federal (GDF), o Poder Judiciário local, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e a Defensoria Pública do DF para a implantação e o funcionamento do Núcleo de Atendimento Integrado (NAI) na capital do País. A inauguração e o início do funcionamento pleno do Núcleo será no dia 28 de fevereiro."

Baseados na informação de que o prédio estava sendo utilizado para abrigar a Secretaria da Criança, no dia 05/07/2012, esta equipe de auditoria analisou o Processo nº 002.000.453/2011, que trata do Contrato nº 08/2011, firmado com a empresa Emarki Engenharia Ltda., no valor total de R$828 mil, referente à locação de imóvel para instalação e funcionamento do NAI.

Como resultado dessa análise e das pesquisas feitas no Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGo, verificaram-se as seguintes constatações e suas respectivas causas:

a) Descumprimento de cláusulas do Contrato nº 08/2011 e do seu Primeiro Termo Aditivo.

   a.1) Utilização do imóvel para fim diverso do estipulado no contrato de locação;

   a.2) Não comprovação da realização de serviços definidos no contrato de locação;

   a.3) Empenho da despesa em Programa de Trabalho diverso do estipulado em contrato.

b) Inconsistências nos cadastros e nos registros contábeis do Contrato nº 08/2011

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003357-

b.1) Inobservância de dispositivos do Termo Padrão nº 11/2002, aprovado por meio do Decreto nº 23.287, de 17/10/2002, quanto às obrigações do Distrito Federal;

b.2) Inobservância de normas e orientações relativas à execução orçamentária, financeira e contábil do Distrito Federal.

Feita essa análise, a equipe de auditoria encaminhou à SECriança a Solicitação de Ação Corretiva nº 05/2012-DIFIP/CONEP/CONT/STC com recomendações sobre os problemas identificados.Em resposta, o SUAG encaminhou Memorando nº 54/2012-DIACO/SUAG/SECRIANÇA e Ofício nº 406/2012- DIPOF/SUAG/SECRIANÇA com as cópias dos documentos comprobatórios e ações corretivas que estavam sendo implementadas para sanar as falhas apontadas.

SFL FROC 039 /2013 Folha Nº 003357-Verso

Diante das considerações, verifica-se que apesar de terem sido gastos os recursos para implantação, o NAI não foi efetivamente implantado no exercício de 2012, ou seja, o prazo ficou comprometido. Para verificação da manutenção do padrão de qualidade o foco foi o produto ofertado ao público-alvo da ação. Como o produto, que era Unidade Implantada não foi ofertado no exercício, essa avaliação também ficou comprometida. Por fim, tendo em vista que algumas das despesas foram realizadas para outra finalidade, o PT pode ser considerado como ineficiente.

AÇÃO 3874 – CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS DE SEMILIBERDADE E MEIO ABERTO

A Ação apresenta um único Programa de Trabalho: 14.243.6223.3874.4273 – CONSTRUIR UNIDADES DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS DE SEMILIBERDADE E DE MEIO ABERTO – DF. A Unidade Orçamentária desse PT era a própria Secretaria de Estado da Criança e a natureza de despesa utilizada foi a 449051 – OBRAS E INSTALAÇÕES, condizente com o objetivo do PT.

A Dotação Inicial para esse Programa de Trabalho foi de R$1,3 milhão, porém o crédito foi cancelado pela Lei nº 4.936, de 17/09/2012, e não houve nenhuma execução, logo a meta prevista do SAG de construir 12 Unidades ficou comprometida, pois houve o cancelamento do crédito.

Cumpre mencionar que é importante a retomada de ações no sentido de construir Unidades de Medidas de Semiliberdade e de Meio Aberto, pois segundo informado

no Memorando nº 379/2012-SUBSIS, de 28 de junho de 2012, relatado nos questionários aplicados nessas unidades e observado nas visitas realizadas, conforme será descrito adiante, na análise da Ação 4217 – MANUTENÇÃO DO SISTEMA SOCIEDUCATIVO, os espaços em funcionamento atualmente não proporcionam condições necessárias à execução de tais medidas.

Tendo em vista que não houve execução e não tinha crédito, a eficiência da Ação 3874 não pôde ser avaliada.

AÇÃO 4088 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

A Ação apresenta dois Programas de Trabalho: 14.128.6223.4088.0085 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DA SECRETARIA DA CRIANÇA e 14.128.6223.4088.2388 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO – DISTRITO FEDERAL.

A Despesa Autorizada para a Ação representa cerca de 0,5% da Despesa Autorizada total do Programa.

Cumpre mencionar que essa Ação também faz parte do objetivo específico 003 desse Programa Temático, logo, optou-se por realizar os trabalhos de campo referentes a essa Ação nos anos seguintes, quando da análise desse outro Objetivo Específico.

PT 14.128.6223.4088.0085 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DA SECRETARIA DA CRIANÇA DISTRITO FEDERAL

A Unidade Orçamentária desse PT era a própria SECriança e a natureza de despesa utilizada foi a 339039 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA, condizente com o PT.

Segundo consta no Memorando nº 379/2012 – SUBSIS, esse programa de trabalho foi pensado com a finalidade de proporcionar aos servidores oportunidades de formação continuada com conteúdos inovadores, bem como capacitar gestores sobre a concepção e gestão por meio de cursos, seminários e participação em eventos externos relacionados à criança e ao adolescente.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003358

A dotação inicial para esse Programa de Trabalho era de R$50 mil, porém a Despesa Autorizada foi de R$43,3 mil, o empenho e a liquidação corresponderam a somente 10,5% desse valor. Dessa forma, houve desperdício orçamentário associado ao PT.

Todo o empenho foi realizado para atender despesa com a participação/capacitação de apenas 02 servidores no Fórum Especial "Qualidade do Gasto Público".

SEL PROC 039 /2013 Folha Nº 00359 - Versão Final

PT 14.128.6223.4088.2388 – (EPE) CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO – DISTRITO FEDERAL

A Unidade Orçamentária desse PT era a própria Secretaria de Estado da Criança e as naturezas de despesa autorizadas foram a 339036 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA e 339039 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA, ou seja, condizentes com o propósito do PT.

Trata-se de uma Emenda Parlamentar incluída no mês de julho de 2012.

A Despesa Autorizada era de R$207,8 mil e foi 100% empenhada e liquidada, não havendo, dessa maneira, desperdício orçamentário.

A quantidade prevista para a Etapa cadastrada no SAG era a de capacitar 100 servidores, e, findo o exercício, foram capacitados 140, ou seja, ultrapassou a meta, conforme será visto na análise da eficácia.

Observa-se que a Etapa desse PT poderia ter sido incluída como uma nova etapa do Programa de Trabalho já existente de Capacitação de servidores da Secretaria da Criança Distrito Federal.

AÇÃO 4217 – MANUTENÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

A Ação apresenta um único Programa de Trabalho: 14.243.6223.4217.0001-MANUTENÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO – DISTRITO FEDERAL, a Despesa Autorizada dessa Ação representa 44,2% de todo Objetivo Específico 002, ou seja, é a Ação de maior representatividade.

A unidade Orçamentária desse Programa de Trabalho era a própria SECriança, e suas Unidades Gestoras eram a citada Secretaria e a Secretaria de Justiça Direitos Humanos e Cidadania – SEJUS.

As naturezas de despesa autorizadas foram 339030 – MATERIAL DE CONSUMO, 339036 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA, 339039 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA, 339092 – DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES e 449052 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, ou seja, esse PT possui despesas das mais variadas naturezas e todas são condizentes com o propósito do programa.

A Dotação Inicial para esse PT era de R$16,0 milhões, houve um incremento durante o exercício e a Despesa Autorizada passou a ser de R$24,3 milhões. Foram empenhados 99,3% da Despesa Autorizada, e liquidados 92,1% da despesa empenhada, não havendo, dessa maneira, desperdício orçamentário.

Destaca-se que 36,9% de todo o valor empenhado, ou seja, R$8,9 milhões, segundo especificação da Nota de Empenho foi para pagar:

> "despesa decorrente da Decisão Interlocutória, Proc. Nº 2009.01.38279-0 MPDFT, decorrente do Convênio 09/2003, que firma parceria com atendimento assistencial e educacional especializados a adolescentes, que através de determinação judicial da Justiça da Infância e da Juventude receberam a aplicação da Medida Socioeducativa de Internação Provisória, no Centro Socioeducativo CESAMI, nos termos prec. no art. 90 e demais da Lei nº 8.069/90 – Est. Da Criança e Adolescente."

Cumpre mencionar que a Manutenção do Convênio 09/2003 e o desembolso financeiro hoje se dão por força de liminar judicial, por meio de Ação Cautelar promovida pelo Ministério Público e acolhida pela 1ª Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal (Ofício 009/2012 – SECriança, de 29 de outubro de 2012). Cumpre mencionar que esse Convênio refere-se à gestão da Unidade do CESAMI, firmado entre o Governo do Distrito Federal e a Congregação dos Religiosos Terciários Capuchinos de Nossa Senhora das Dores, na modalidade gestão compartilhada.

Observa-se que esse PT abriga as despesas com manutenção de todas as medidas socioeducativas, sem qualquer segregação, dificultando a separação dos custos realizados na execução de cada tipo de medida socioeducativa. Segundo Memorando nº11-UECI/SECriança:

> A manutenção do sistema socioeducativo consiste na oferta aos adolescentes do Sistema Socioeducativo de serviços essenciais e obrigatórios à execução das medidas de meio aberto, restrição e privação de liberdade, bem como, de internação provisória, garantindo a esses adolescentes um atendimento qualificado na perspectiva da promoção da cidadania, pautada nos direitos humanos e em

SPL PROC 039/2013 Folha Nº 003359

consonância com as diretrizes do SINASE. Dar-se-á através da prestação de serviços diretos, bem como, da contratação de serviços e de aquisições.

Ainda, segundo o citado memorando, os procedimentos, processos e atividades desenvolvidas para execução desse Programa de Trabalho contemplariam a:

- Contratação de serviço de copa e cozinha;
- Adequação do serviço de transporte às demandas do atendimento, com número suficiente de motoristas, de veículos especializados e de cota de combustível para todas as Unidades do Sistema;
- Adequação da oferta e distribuição de suprimento à demanda do Sistema (material esportivo, material escolar, material de saúde, oficinas, materiais específicos para segurança, material de expediente, etc);
- Implementação de mecanismos de acompanhamento e fiscalização dos serviços de compra e terceirização, prestados ao Sistema;
- Adequação dos Contratos de Vigilância Patrimonial;
- Aquisição de equipamentos de lavanderia e de armazenamento;
- Definição e aquisição de rol de bens de uso pessoal a ser entregue aos adolescentes em restrição de liberdade;
- Instituição de serviço de regularização de documentação pessoal dos adolescentes.

EPL PROC 039/2013 Folha Nº 003359-Verso

Para análise desse Programa de Trabalho, foram feitas visitas em algumas Unidades do sistema e preenchidos *checklists*, elaborados com base no SINASE, com a finalidade de serem avaliadas a estrutura física e as instalações. Também foram aplicados questionários nas Unidades de Meio Aberto, Unidades de Semiliberdade, Unidades de Internação e Unidade de Internação Provisória, visando avaliar o aspecto quantitativo e qualitativo dos materiais e serviços fornecidos para a manutenção do sistema.

A seguir serão apresentados os resultados por tipo de Unidade:

UNIDADES DE ATENDIMENTO DE MEIO ABERTO - UAMA

No Distrito Federal, as UAMAs atendem aos adolescentes vinculados à medida socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade. São 14 Unidades distribuídas em Regiões Administrativas do DF, a saber: Brasília, Sobradinho,

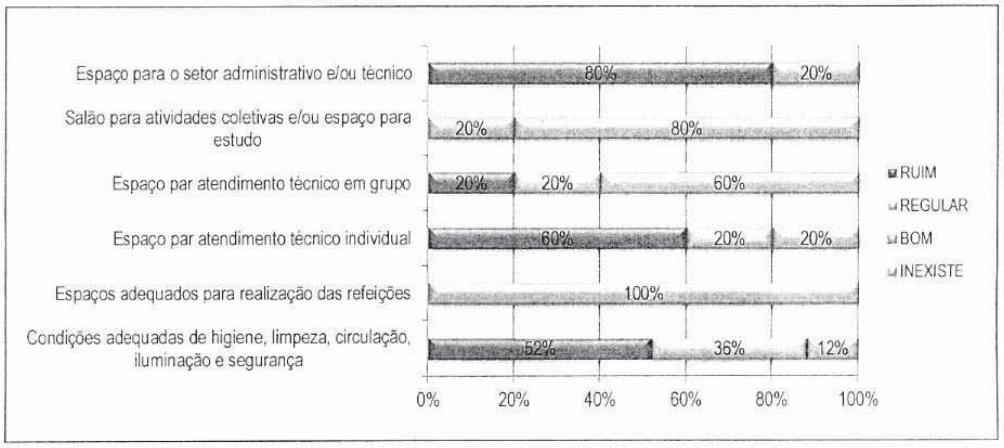
Planaltina, São Sebastião, Paranoá, Núcleo Bandeirante, Guará, Gama, Taguatinga, Brazlândia, Ceilândia, Samambaia, Recanto das Emas e Santa Maria.

Segundo consta no Ofício nº 07-UECI/SECriança, todas funcionam em espaços cedidos pertencentes à SEDEST, às Administrações Regionais e até aos Correios, e contam com infraestrutura precária.

Foram selecionadas aleatoriamente cinco UAMAs para visita e preenchimento do *checklist*, formulado com base no SINASE: Ceilândia, Taguatinga, Plano Piloto, Guará e Gama.

Na Figura 22 apresenta-se o resultado das visitas e *checklists*.

FIGURA 22 – AVALIAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA



Verifica-se que nenhuma Unidade visitada possui espaço para realização das refeições. Que 80% não possui salão para atividades coletivas e/ou espaço para estudo. Que 60% não possui espaço para atendimento técnico em grupo, e por fim, que 20% das Unidades não possuem nem espaço para atendimento técnico individual. Depreende-se que a estrutura física das UAMAs é inadequada e descumpre a Resolução do SINASE.

A seguir, são traçados alguns comentários por Unidade.

SEI 390020 Folha Nº 0030

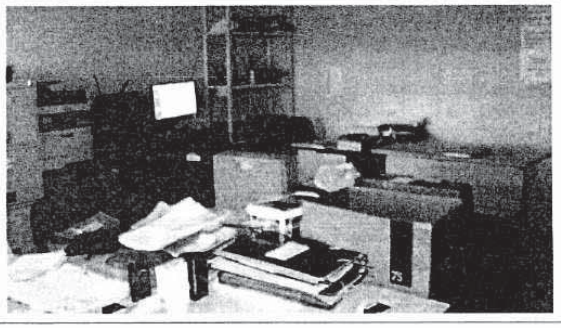
UAMA CEILÂNDIA

Funciona em espaço cedido pela SEDEST, dentro do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS da Ceilândia. As condições de higiene, limpeza, circulação, iluminação e segurança foram consideradas ruins. Quanto à segurança, existe apenas segurança patrimonial oriunda da SEDEST e inexiste segurança para os atendimentos técnicos que são realizados.

Existe apenas uma sala para atendimento técnico individual, ou seja, o espaço é insuficiente para a quantidade de atendimentos que são realizados por horário. Além disso, esse mesmo espaço é utilizado para armazenar materiais. Inexiste sala para atendimento em grupo, bem como salão para atividades coletivas e/ou espaço para estudo. O espaço para o setor administrativo e/ou técnico foi considerado ruim, pois é pequeno para a quantidade de funcionários que existem na Unidade, estes, devido a falta de espaço, necessitam fazer escala para trabalhar. A UAMA conta atualmente com uma equipe de 30 servidores que se dividem em duas salas pequenas.

Na data da visita existiam apenas quatro computadores e uma linha telefônica para uso de toda equipe.

FIGURA 23 – UAMA CEILÂNDIA – VISITA EM 31/01/2013



UAMA TAGUATINGA

Também funciona em espaço cedido pela SEDEST. As condições de higiene e limpeza foram consideradas regulares. Cabe ressaltar que esses serviços são prestados por empresa contratada pela SEDEST e que, segundo informações dos servidores, o funcionário da empresa contratada faz a limpeza das salas ocupadas pelas UAMA informalmente, pela "amizade".

As condições de iluminação foram consideradas boas. A segurança patrimonial existente também é prestada por empresa contratada pela SEDEST. Cumpre mencionar, que um servidor da UAMA recebeu ofício da empresa prestadora desse serviço, relatando que os serviços não seriam mais estendidos às salas cedidas à UAMA.

Inexistem espaços para atendimento técnico individual e em grupo. Quando o adolescente chega para o atendimento, todos os servidores têm que se retirar da sala, causando constrangimento para todos os envolvidos, inclusive para o adolescente. Também inexiste salão para atividades coletivas e/ou espaço para estudo. Também o espaço para o setor administrativo e/ou técnico foi considerado ruim, tanto pela quantidade de salas em relação ao número de servidores, quanto pela necessidade dos servidores se deslocarem para outros lugares em horário de atendimento, já que os atendimentos são realizados nessas salas.

UAMA PLANO PILOTO

Essa Unidade também utiliza espaço cedido pela SEDEST, dentro do CREAS do Plano Piloto.

As condições de higiene, limpeza, circulação, iluminação e segurança foram consideradas ruins. Assim como as demais Unidades visitadas, os serviços de limpeza e vigilância patrimonial são prestados por empresas contratadas pela SEDEST.

Não há espaços próprios para atendimento técnico individual e em grupo, os atendimentos são realizados em salas do CREAS em horários previamente marcados. Inexiste salão para atividades coletivas e/ou espaço para estudo. O espaço para o setor administrativo e/ou técnico está em péssimas condições. Além disso, é insuficiente, pois é uma única sala pequena para comportar todos os servidores.

FIGURA 24 – UAMA PLANO PILOTO – VISITA EM 01/02/2013

GDF PROC 039 /2013 Folha Nº 000361

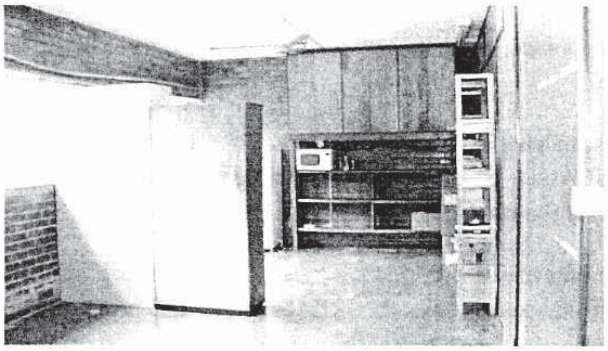
UAMA GUARÁ

Fica localizada dentro do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

As condições de higiene e limpeza foram consideradas regulares, porém os serviços também são realizados por empresas contratadas pela SEDEST. Como o espaço é grande, muitas vezes o tempo desses profissionais é escasso e, dessa forma, a limpeza nas salas destinadas à UAMA é realizada somente uma vez por semana.

A circulação do ambiente foi considerada péssima. Tanto o espaço para atendimento técnico individual e em grupo, quanto o espaço para o setor administrativo e/ou técnico foram considerados ruins. Os atendimentos individuais e em grupo são realizados na mesma sala. Inexiste salão para atividades coletivas e/ou espaço para estudo.

FIGURA 25 – UAMA GUARÁ – VISITA EM 01/02/2013



UAMA GAMA

Por fim, a UAMA do Gama é a que apresenta o melhor espaço físico em relação ao tamanho e às necessidades da Unidade. Passou a funcionar nesse novo espaço em dezembro de 2012, porém, vários problemas ainda foram detectados, como a falta de mobília, ou seja, mesmo existindo espaço, muitas vezes ele não está sendo aproveitado por falta de mobiliário.

As condições de higiene e limpeza foram consideradas boas e a iluminação regular, pois há pontos de luz sem funcionar. O quesito segurança patrimonial, com a instalação de grades e trancas, também foi considerado regular, pois é insuficiente para o tamanho da área.

Tanto o espaço para atendimento técnico individual, quanto o em grupo, foram considerados regulares. Vale mencionar, que os atendimentos em grupo estavam suspensos por falta de cadeiras. O salão para atividades coletivas e/ou espaço para estudo foram considerados bons apesar de precisarem de reforma e manutenção, a exemplo da quadra esportiva, que existe, mas não está em condições de uso. Vale mencionar que por possuir uma grande área verde é necessário que existam serviços para conservação e manutenção também dessa área (Figura 26).

FIGURA 26 – UAMA GAMA – VISITA EM 05/02/2013

SEL PROC 059 /2013 Folha Nº 0033

CONSOLIDAÇÃO DAS AVALIAÇÕES DAS INSTALAÇÕES REFERENTES ÀS UAMAS

Constatou-se que todas as unidades visitadas utilizam os banheiros que são comuns aos espaços que ocupam, exceto a UAMA do Gama que possui banheiros próprios, além de banheiros nas salas de atendimento individual, porém estes não funcionam.

Os mobiliários de todas as Unidades visitadas foram considerados inadequados ao trabalho, sem qualquer padronização, e muitos foram recebidos por doação.

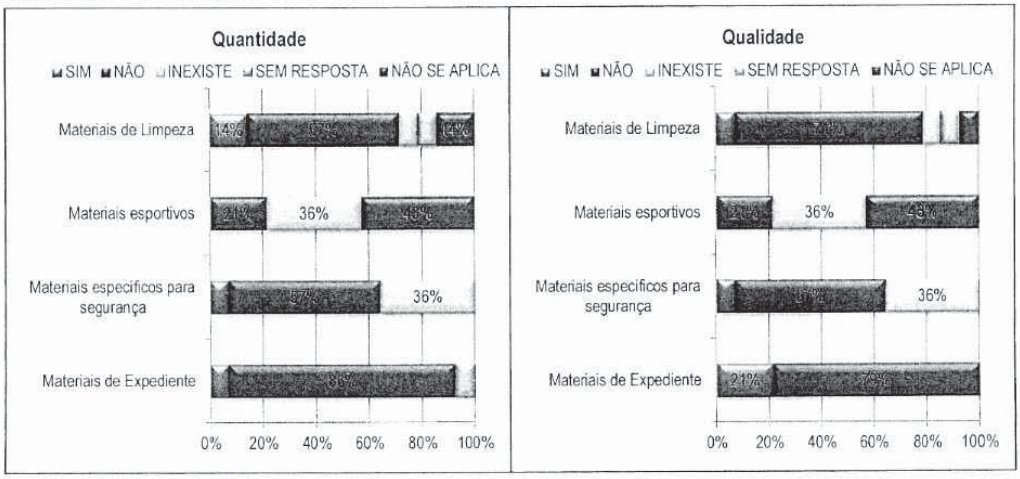
As Unidades entendem que seriam necessários locais para refeições destinados exclusivamente às UAMAs, no entanto, são utilizados, de maneira improvisada, ambientes comuns aos órgãos cedentes do espaço, o que, em alguns casos, gera conflito.

Ante o exposto, verifica-se que os aspectos físicos das UAMAs são inadequados ao trabalho, ou por inexistirem os espaços determinados pela Resolução do SINASE e/ou por serem insuficientes e/ou estarem em péssimas condições, até precárias.

Além disso, verificou-se que muitas das Unidades utilizam serviços que são prestados pela Unidade que cedeu o espaço.

A seguir, serão apresentados os resultados dos questionários que abordam aspectos quantitativos e qualitativos dos materiais e serviços necessários à manutenção das Unidades, corroborando as observações feitas durante as visitas.

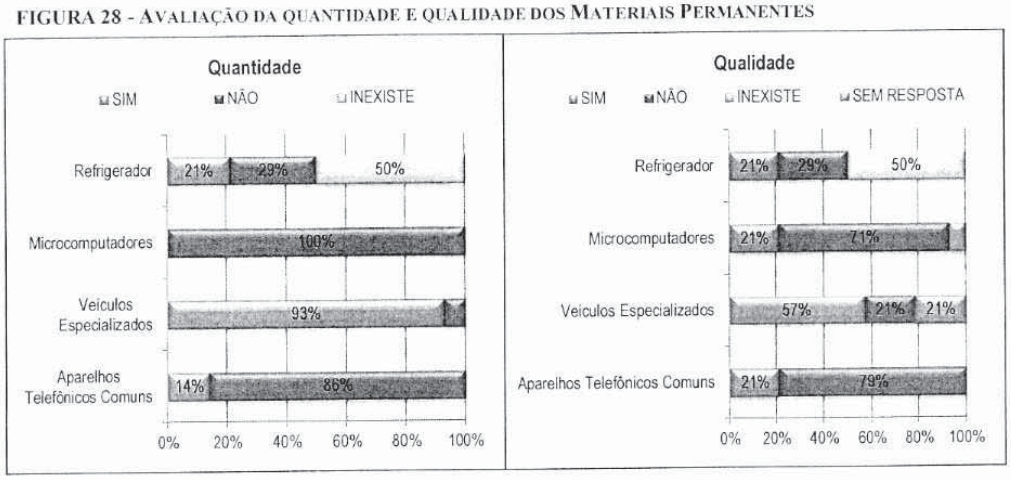
FIGURA 27 –AVALIAÇÃO DOS MATERIAIS DE CONSUMO



Depreende-se, da Figura 27, que os materiais de consumo em termos de quantidade e qualidade foram considerados inadequados na maioria das UAMAs. A Unidade de Ceilândia mencionou que, com acentuada frequência, faltam recursos básicos, como papel, caneta e lápis.

A seguir serão apresentados os resultados das avaliações da quantidade e qualidade dos materiais permanentes:

FIGURA 28 - AVALIAÇÃO DA QUANTIDADE E QUALIDADE DOS MATERIAIS PERMANENTES



Verifica-se que a quantidade de microcomputadores foi considerada inadequada ao trabalho em todas as Unidades. Os relatórios que são elaborados, por vezes, só são realizados porque os servidores levam os próprios computadores, conforme citado pela UAMA de Ceilândia. Os aparelhos telefônicos comuns também tiveram um percentual elevado de inadequação tanto quantitativa quanto qualitativa. Em suma, percebe-se que além da quantidade dos materiais permanentes serem insuficientes ao trabalho, muitos deles são inadequados em termos de qualidade.

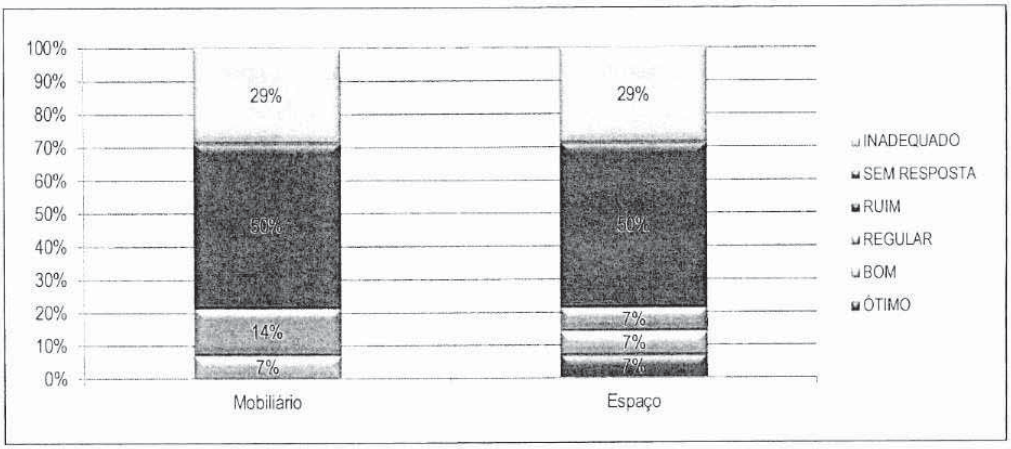
Ressalta-se que 93% das Unidades consideraram adequada a quantidade de veículos, porém há outro problema associado, a inexistência de motoristas.

Verificou-se ainda, que em algumas unidades, os itens permanentes, como refrigerador e parte dos mobiliários, pertencem à unidade que cedeu o espaço.

Em 79% das Unidades o mobiliário e o espaço foram considerados inadequados ou ruins para a execução dos trabalhos desenvolvidos pelas Unidades de Atendimento de Meio Aberto, corroborando com as observações feitas durante as visitas, conforme retrata a figura a seguir:

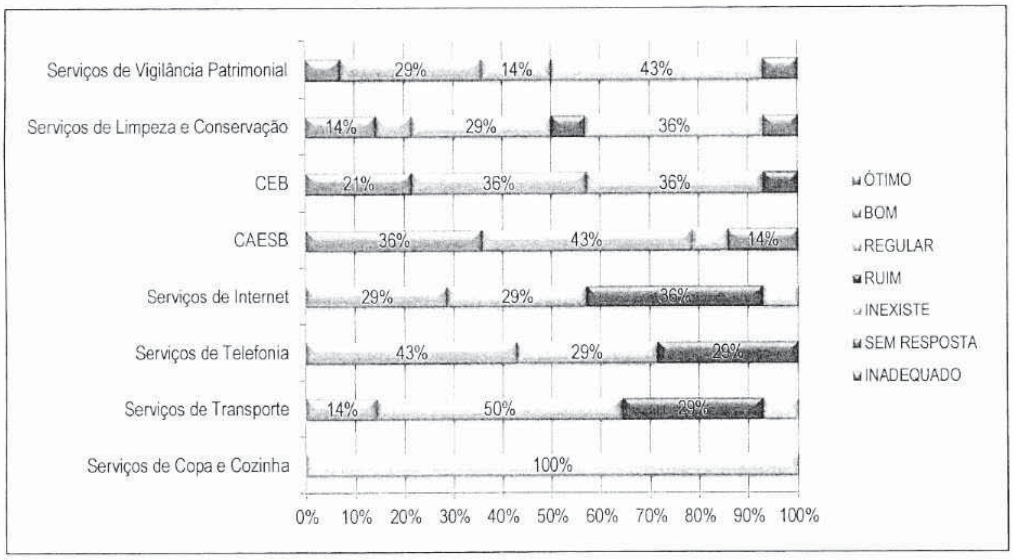
SEI_PROCESSO 039 /2013 Folha Nº 003363

FIGURA 29 - AVALIAÇÃO DO MOBILIÁRIO E DO ESPAÇO



A consolidação das avaliações sobre os serviços de manutenção das UAMAs é apresentada na Figura 30.

FIGURA 30 - AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS



De maneira geral, os serviços da CEB e CAESB tiveram boas avaliações pelas Unidades. Os serviços de internet foram os que tiveram a pior conceituação, relataram-se, dentre outros, problemas com a velocidade.

Quanto aos serviços de limpeza e segurança, verificou-se que são insuficientes, uma vez que são parcialmente executados por empresas contratadas pela Unidade que cedeu o espaço.

Além dos problemas detectados por meio do questionário, as unidades ainda informaram os seguintes quanto às condições de trabalho:

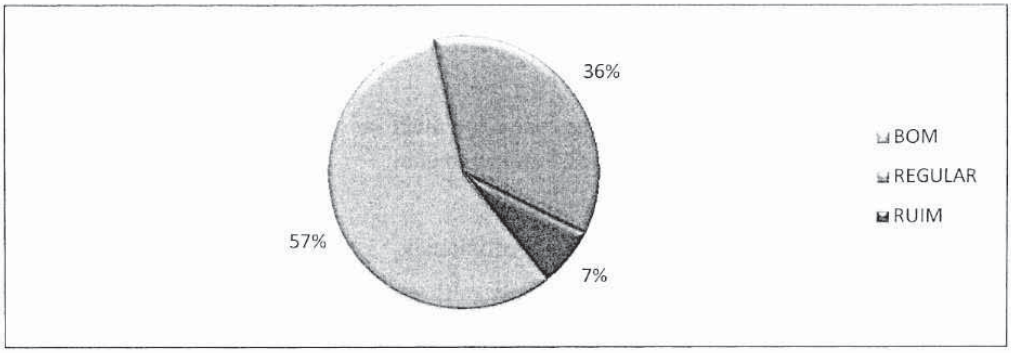
- falta de capacitação continuada;
- falta de clareza dos papéis profissionais;
- falta de orientação padronizada entre as unidades;
- falta de metodologia para atendimento adequado;
- falta de pessoal;
- falta de espaço físico para desenvolvimento de outras atividades além dos atendimentos individuais;
- falta de fluxo definido ao trabalho a ser realizado por cada profissional;
- falta de articulações que viabilizem a ressocialização do público atendido pelas UAMAs;
- excesso de trabalho a que os servidores são submetidos;
- poucos cursos, e sem diversidade;
- falta de contrato para fornecimento de lanches.

Pelos motivos expostos, depreende-se que as Unidades não estão em boas condições. Ressalta-se que o funcionamento de algumas unidades só é possível por esforços dos servidores que provêm boa parte dos insumos com recursos próprios.

Por fim, 93% das UAMAs avaliaram que, dentro das possibilidades, considerando as limitações expostas, como escassez de recursos, estrutura inadequada, insuficiência na quantidade de servidores, os serviços prestados à comunidade são regulares ou bons, conforme apresentado na Figura 31

SFC PROC 039 /2013 Folha Nº 0033X4-

FIGURA 31 – AUTOAVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELAS UAMAS



UNIDADES DE SEMILIBERDADE

Segundo o Ofício nº 07-UECI/SECriança, existiam quatro Unidades de Atendimento em Semiliberdade: uma em Taguatinga, duas no Gama e uma Recanto das Emas. Nenhum espaço era próprio das Unidades, dois eram cedidos e dois alugados. Cabe ressaltar que uma das Unidades do Gama foi fechada, restando apenas três em funcionamento.

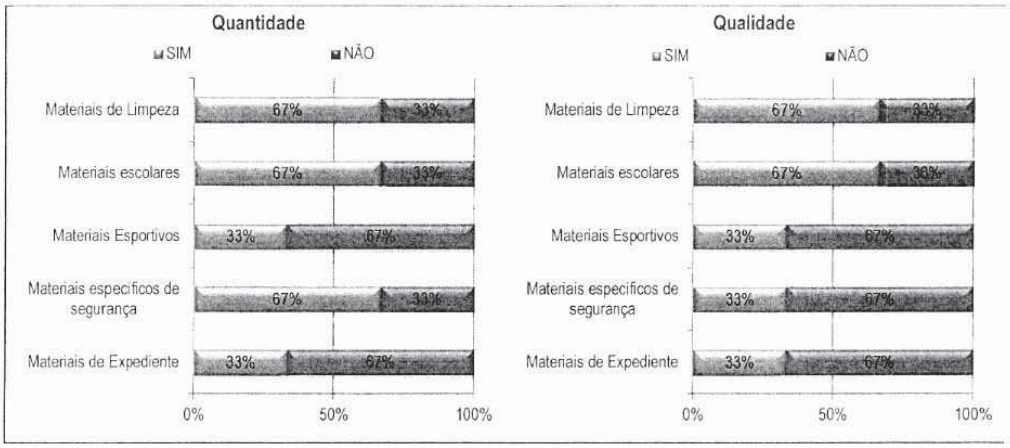
Foi escolhida aleatoriamente a Unidade de Taguatinga para visita, com a finalidade de avaliar as condições da estrutura física. Para tanto, foi preenchido *checklist*, abordando os itens descritos na Resolução do SINASE.

A Unidade de atendimento em Semiliberdade de Taguatinga fica localizada em espaço cedido pela SEDEST. Como resultado, verificou-se que as condições de higiene, limpeza, circulação, iluminação e segurança foram consideradas regulares. Os espaços para atendimento técnico individual e em grupo, o salão para atividades coletivas e/ou espaço para estudos também foram considerados como regulares. Já os espaços para realização das refeições, o espaço para repouso dos adolescentes, o espaço para o setor administrativo e/ou técnico, bem como o espaço para visita familiar foram considerados bons.

Apesar do estado de conservação ser ruim e necessitar de reforma, de maneira geral, o prédio da Unidade foi considerado bom, no entanto Essa situação foi pontuada pelo chefe da Unidade como decorrente da falta de serviço de manutenção predial.

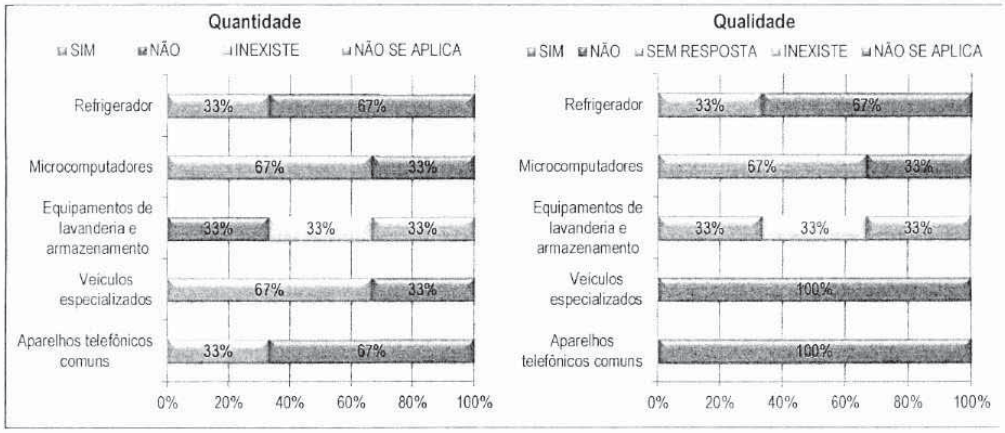
Quanto ao aspecto da manutenção, que engloba os recursos materiais e a prestação de alguns serviços, foi aplicado questionário em todas as três Unidades. A seguir são apresentados os resultados:

FIGURA 32 - AVALIAÇÃO DA QUANTIDADE E QUALIDADE DOS MATERIAIS DE CONSUMO



A Figura 33 apresenta a avaliação dos materiais permanentes:

FIGURA 33 – AVALIAÇÃO DA QUANTIDADE E QUALIDADE DOS MATERIAIS PERMANENTES

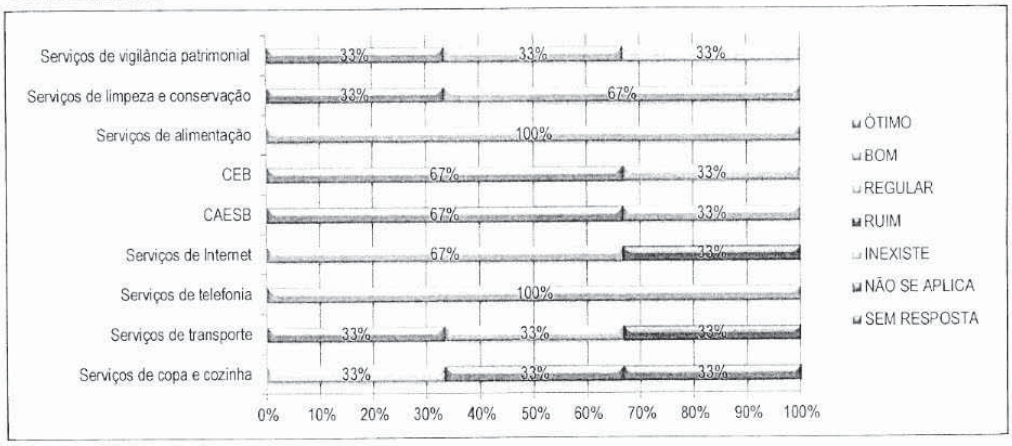


Depreende-se, das figuras anteriores, que a avaliação tanto da quantidade como da qualidade dos materiais de consumo e permanentes não foi uniforme nas Unidades. Dos itens de consumo, os materiais esportivos e de expediente foram considerados inadequados em mais da metade das Unidades de Semiliberdade. Quanto aos itens permanentes, destaca-se a quantidade inadequada dos refrigeradores e dos aparelhos telefônicos comuns. Ressalta-se que a qualidade dos veículos especializados e aparelhos telefônicos comuns foi considerada em todas as unidades como inadequada ao trabalho.

SFL PROC 09 /2013 Folha Nº 003365 -

A seguir, será apresentado o resultado da avaliação dos serviços.

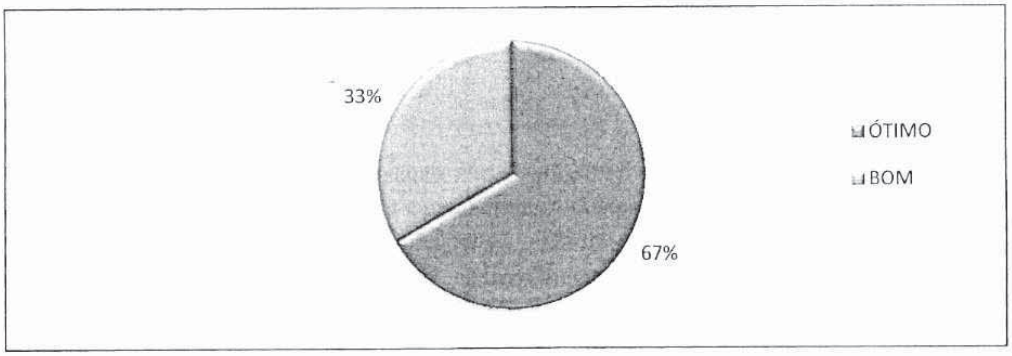
FIGURA 34 – AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS PARA EXECUÇÃO NAS UNIDADES DE SEMILIBERDADE



Depreende-se, da figura anterior, que a maioria dos serviços foram considerados ótimos ou bons, sendo que os serviços de internet e transporte tiveram avaliações ruins.

Apesar das condições materiais, dos equipamentos, da prestação de serviços e patrimonial não serem favoráveis, as Unidades de Semiliberdade avaliaram que os serviços que prestam são ótimos ou bons, conforme Figura 35, a seguir.

FIGURA 35 – AUTOAVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELAS UNIDADES DE SEMILIBERDADE



SFL PROC 039 /2013 Folha Nº 003365 - Verso

UNIDADES DE INTERNAÇÃO

No Distrito Federal são três unidades de internação, além de uma unidade exclusiva para internação provisória, sendo elas:

- Unidade de Internação do Plano Piloto – UIPP/CAJE: atende adolescentes somente do sexo masculino em medida socioeducativa de internação e em internação provisória, além de internação sanção e pernoite;
- Unidade de Internação do Recanto das Emas – UIRE: atende adolescentes dos sexos masculino e feminino em medida socioeducativa de internação e em internação provisória;
- Unidade de Internação de Planaltina – UIP: atende somente adolescentes do sexo masculino em cumprimento de medida socioeducativa de internação;
- Unidade de Internação de São Sebastião – UISS/CESAMI: atende somente adolescentes do sexo masculino em internação provisória.

Foram realizadas visitas nas Unidades para, primeiramente, conhecer a estrutura física e avaliar as condições dos espaços. Para tanto, foram aplicados questionários aos Diretores das Unidades, elaborados com base do que consideravam como manutenção.

Com base na Resolução do SINASE, foram avaliadas, por meio das visitas e preenchimento de checklists, as condições de cada Unidade de Internação, incluída a de Internação Provisória. As condições dos espaços foram classificadas como: Ruim, Regular, Bom, Ótimo e Inexistente.

A seguir, serão traçados alguns comentários:

As condições de higiene, limpeza, circulação, iluminação e segurança, de maneira geral foram consideradas regulares. Destaca-se que a UIRE foi conceituada como boa, pois possui espaço amplo, arejado e bem iluminado, com boa circulação. Já o CESAMI possui pouca iluminação e ventilação. O prédio foi construído com o propósito de ser uma Unidade de Internação Feminina, ficando evidente seu aspecto prisional. A UIP, embora tenha condições regulares em geral, não apresentou boas condições de luminosidade.

Os espaços reservados para funcionamento das escolas nas Unidades de Internação, contando com salas de aula, sala de professores e local para funcionamento da secretaria e direção escolar, de maneira geral, foram considerados regulares. Observa-se que as salas de aula, mesmo estando em más condições, tanto de pintura, quanto de mobília, atendem minimamente, pois possuem quadros, carteiras e mesas.

Vale frisar que o CESAMI, conforme Resolução SINASE, mesmo não necessitando assegurar espaços reservados para funcionamento das escolas por se tratar de internação provisória (máximo 90 dias), possui salas de aulas, porém com aspecto prisional, pois existem grades nas portas.

Destaca-se ainda, que a UIP possui problema com a acústica do local reservado para as atividades escolares, dificultando sobremaneira as atividades que são realizadas na sala de coordenação, a qual também não conta com mobiliário apropriado. Pela falta de mobiliário foi improvisado um depósito de livros e materiais dentro do banheiro, conforme Figura 36.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003366-Verso

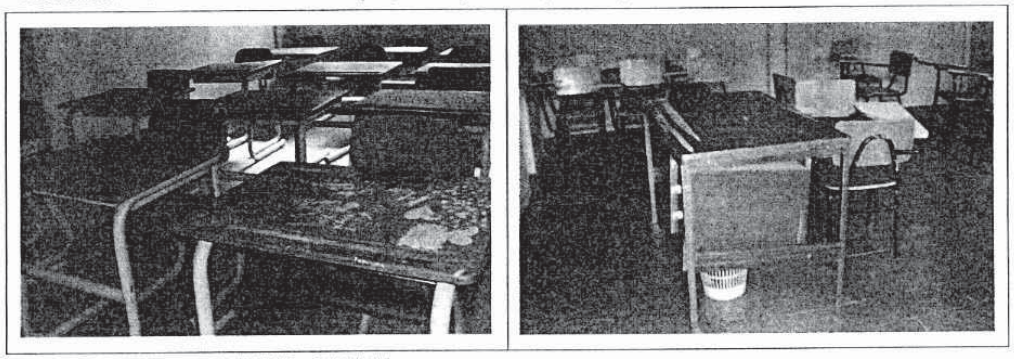
FIGURA 36 – UIP – BANHEIRO SENDO UTILIZADO COMO DEPÓSITO DE LIVROS

REGISTRO FOTOGRÁFICO EM 25/01/2013.

Já os espaços destinados a atividades escolares da UIRE, em comparação com as demais unidades, foram considerados bons, pois dispõem de espaços adequados de salas, secretaria, direção escolar, coordenação e biblioteca. Além disso, as mobílias das salas de aula estavam em ótimas condições.

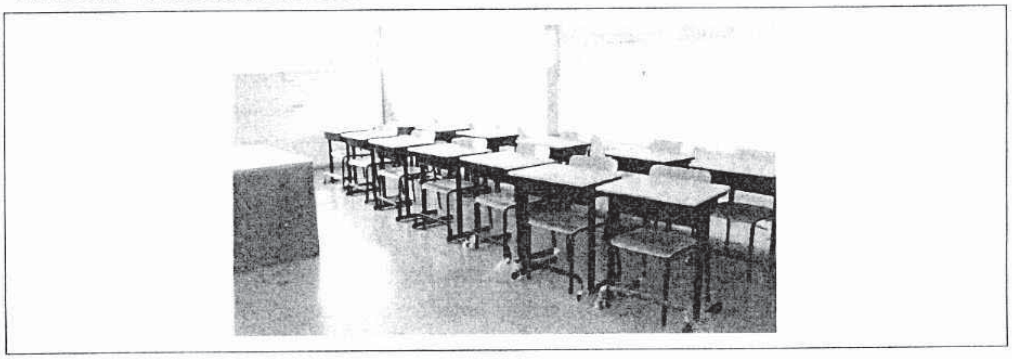
A seguir são apresentados registros fotográficos das salas de aula da UIP, UIPP e UIRE, respectivamente:

FIGURA 37 – SALAS DE AULA DA UIP (ESQUERDA) E UIPP (DIREITA)



REGISTRO FOTOGRÁFICO EM 25/01/1013 E 28/01/2013, RESPECTIVAMENTE.

FIGURA 38 – SALA DE AULA DA UIRE

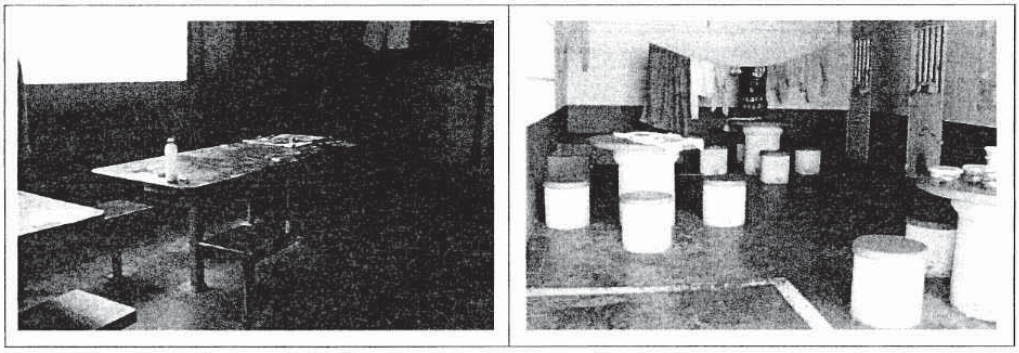


REGISTRO FOTOGRÁFICO EM 29/01/2013.

Quanto aos espaços adequados para a realização de refeições, observou-se que a maioria das unidades de internação não possui refeitórios coletivos. As refeições são realizadas nas mesas localizadas nas áreas comuns dos próprios módulos, exceção é a unidade de internação provisória – CESAMI, que possui local próprio e em boas condições. Segundo o Padre Manolo, responsável técnico do Convênio 09/2003, é um dos lugares que mais humanizam os adolescentes, uma vez que eles fazem a refeição junto com os funcionários.

Na Figura 39 são apresentados espaços destinados às refeições na UIP e na UIRE. Destaca-se que, comparativamente, a UIRE está em melhores condições.

FIGURA 39 – ESPAÇO PARA REFEIÇÃO NA UIP E UIRE, RESPECTIVAMENTE



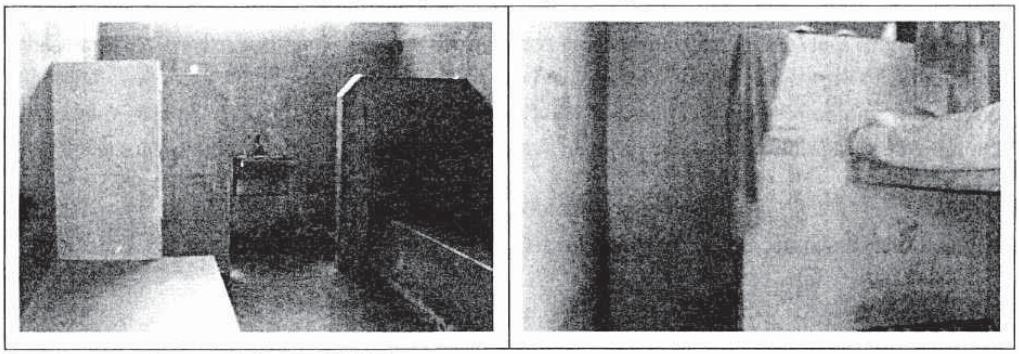
REGISTRO FOTOGRÁFICO EM 25/01/2013 E 29/01/2013, RESPECTIVAMENTE.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 00387

Os espaços para atendimento técnico individual e em grupo foram considerados em sua maioria como bons. Das quatro Unidades visitadas, três foram consideradas como tendobons espaços, e o espaço da UIRE foi considerado ótimo, pois em todos os módulos possui área destinada ao atendimento individual, e também por possuir área para atendimento em grupo. Cumpre mencionar, que não foi avaliada a questão da suficiência do número das salas em relação ao número de adolescentes, somente foram analisados os aspectos visuais das salas existentes. Outra observação é que em nenhum desses espaços há padronização de mobílias.

As condições dos locais de repouso dos adolescentes de todas as Unidades foram consideradas ruins. De certa maneira, seguem o mesmo padrão. Os dormitórios geralmente são ocupados por três adolescentes, porém devido à superlotação na UIPP, esse número muitas vezes é ultrapassado.

FIGURA 40 – DORMITÓRIOS UIP (ESQUERDA) E CESAMI (DIREITA)



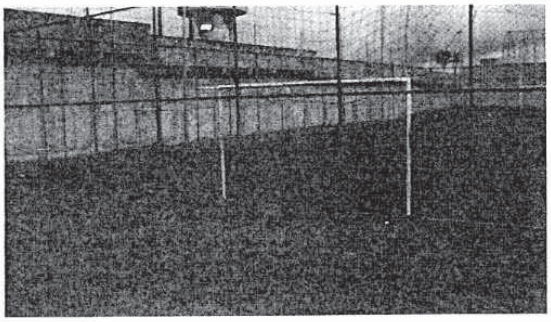
REGISTRO FOTOGRÁFICO EM 25/01/2013 E 30/01/2013, RESPECTIVAMENTE.

Ressalta-se que em algumas Unidades existe uma diferenciação nos alojamentos para os adolescentes que estão em medida de progressão avançada e que apresentam bom comportamento. Na UIP existe o "módulo da conquista", onde os alojamentos possuem cerâmica no piso, melhorando o ambiente para os adolescentes. Na UIRE, apenas uma das "casas" para internos do sexo masculino possui chuveiros aquecidos, e os adolescentes que ali estão alojados desfrutam de mais liberdade.

Cabe destacar que todas as Unidades, exceto o CESAMI, permitem o uso de televisões nos alojamentos, que são fornecidas pelas famílias ou por doação.

O item que se refere ao espaço para a prática de esportes e atividades de lazer e cultura, que estejam equipados e em quantidade suficiente para o atendimento de todos os adolescentes, foi conceituado de maneira bem diferente para cada Unidade. Na UIP as condições foram consideradas ruins, pois oferecem poucas práticas esportivas. Existe apenas uma quadra de futebol de grama sintética, em péssimas condições, e sem cobertura, o que restringe a prática do esporte dos adolescentes, conforme observado na figura a seguir.

FIGURA 41 – ESPAÇO PARA PRÁTICA ESPORTIVA NA UIP



REGISTRO FOTOGRÁFICO EM 25/01/2013.

Nessa mesma unidade o espaço destinado para o lazer e cultura, que é uma área comum multiuso, além de ter péssima acústica, não possui ventilação adequada e a iluminação também não é boa.

Já o CESAMI foi considerado regular, pois mesmo tendo uma quadra em boas condições, ela é única. Observou-se que existe uma sala improvisada e sem ventilação com mesa de ping pong para os adolescentes.

A UIPP também apresentou condições regulares de uso. E por fim, a UIRE está em boas condições, possui amplo espaço, com duas quadras poliesportivas, uma coberta e outra descoberta, e um campo de futebol com grama sintética, todos em bom estado de conservação. A única ressalva fica por conta da piscina, que está desativada por falta de manutenção.

Existem espaços de profissionalização em todas as Unidades. Das quatro Unidades, três espaços foram considerados regulares, exceto na UIRE que foi considerado bom, pois possui várias oficinas, por exemplo, marcenaria, serigrafia, panificação e cerâmica. Destaca-se que o CESAMI oferece apenas oficinas sem caráter profissionalizante. Cabe ressaltar que, em todas as Unidades de Internação, foi relatada a dificuldade de certificação reconhecida para determinados cursos.

SEI/GDF - 0037669 - Folha nº 0037669-Termo de Encerramento

As áreas para atendimento de saúde/ambulatórios foram consideradas regulares na UIP e UIPP, e boas na UIRE e no CESAMI. Cumpre mencionar que não há um padrão quanto ao recebimento de medicamentos. A UIP relatou que há uma dificuldade muito grande para recebimento de psicotrópicos e mencionou ainda que a atividade prestada pela médica é feita de maneira voluntária e esporádica.

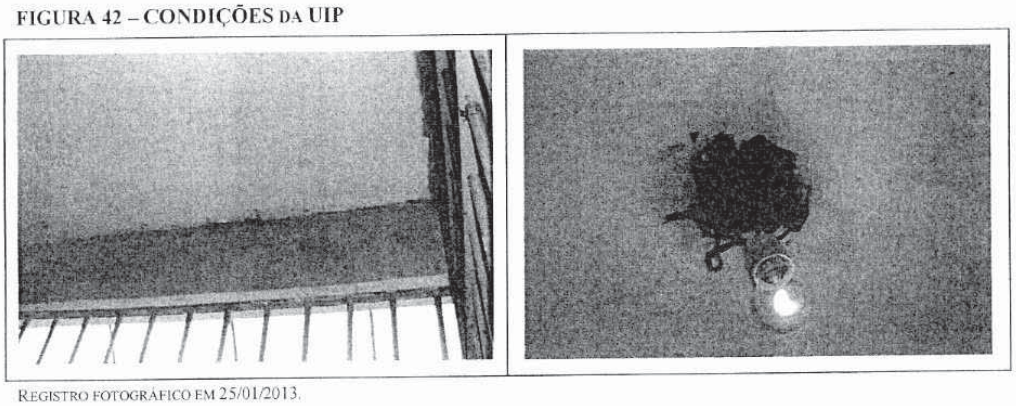
Sobre a existência e as condições do salão para atividades coletivas e/ou espaço para estudo, verificaram-se diferentes conceituações. A UIP foi considerada regular, uma vez que não existe espaço reservado para estudo, sendo essa atividade realizada nos próprios módulos, e as atividades coletivas no espaço multiuso. As UIPP e UIRE foram consideradas boas. Já o CESAMI foi considerado ruim, já que possui uma estrutura física de sistema prisional, e apresenta poucos ambientes que atendam a essas finalidades.

Os espaços para o setor administrativo e/ou técnico de todas as unidades foram considerados bons, pois atendem às necessidades da área, apesar de não possuirem padronização na mobília.

A Resolução do SINASE pontua, como condição fundamental, que as unidades de internação assegurem espaço em condições adequadas para visita íntima, porém, nenhuma das unidades visitadas apresenta esse tipo de espaço. Sabe-se que a visita íntima acontece nos próprios alojamentos, por meio de acordos informais feitos entre os adolescentes que ocupam o mesmo alojamento. Salienta-se que esse espaço não é obrigatório para a Unidade de Internação Provisória.

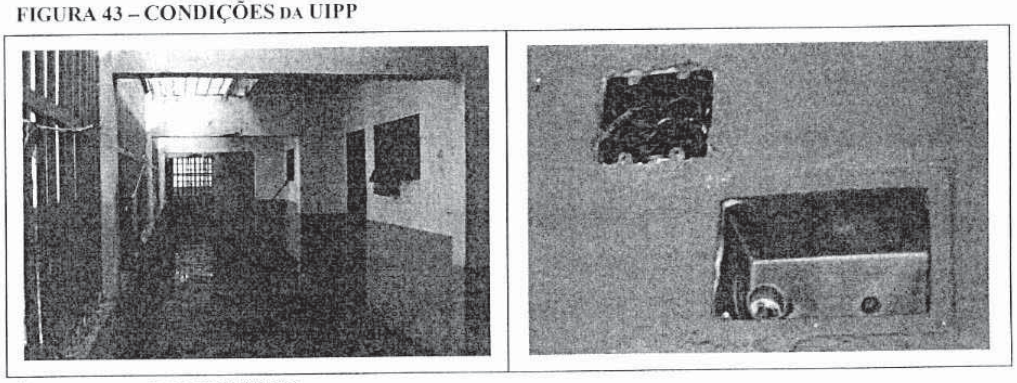
De maneira geral, percebe-se que as unidades carecem de serviços de manutenção predial e conservação. Foram detectados vários problemas, como infiltrações e fiação elétrica exposta, conforme apresentado nas figuras seguintes:

FIGURA 42 – CONDIÇÕES DA UIP



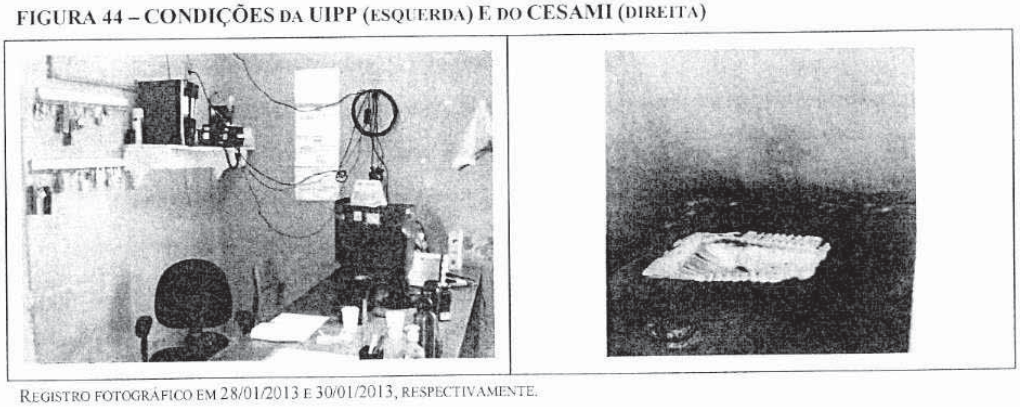
REGISTRO FOTOGRÁFICO EM 25/01/2013.

FIGURA 43 – CONDIÇÕES DA UIPP



REGISTRO FOTOGRÁFICO EM 28/01/2013.

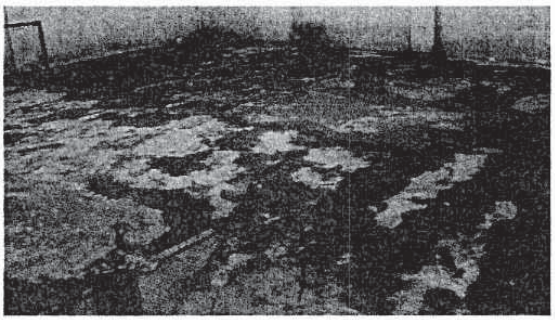
FIGURA 44 – CONDIÇÕES DA UIPP (ESQUERDA) E DO CESAMI (DIREITA)



REGISTRO FOTOGRÁFICO EM 28/01/2013 E 30/01/2013, RESPECTIVAMENTE.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003349

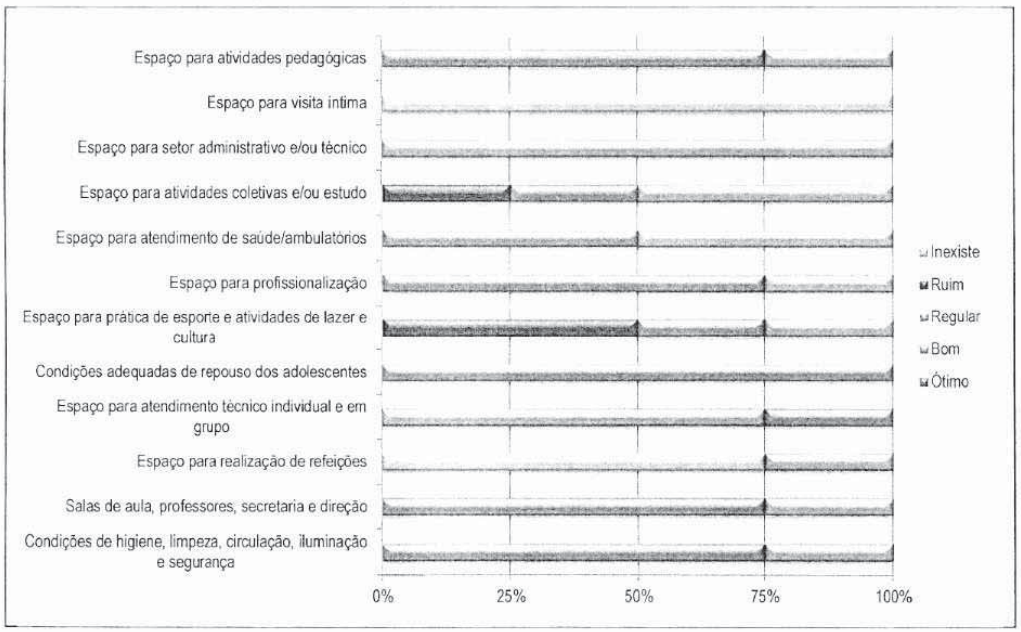
FIGURA 45 – CONDIÇÕES DA UIPP



REGISTRO FOTOGRÁFICO EM 28/01/1013.

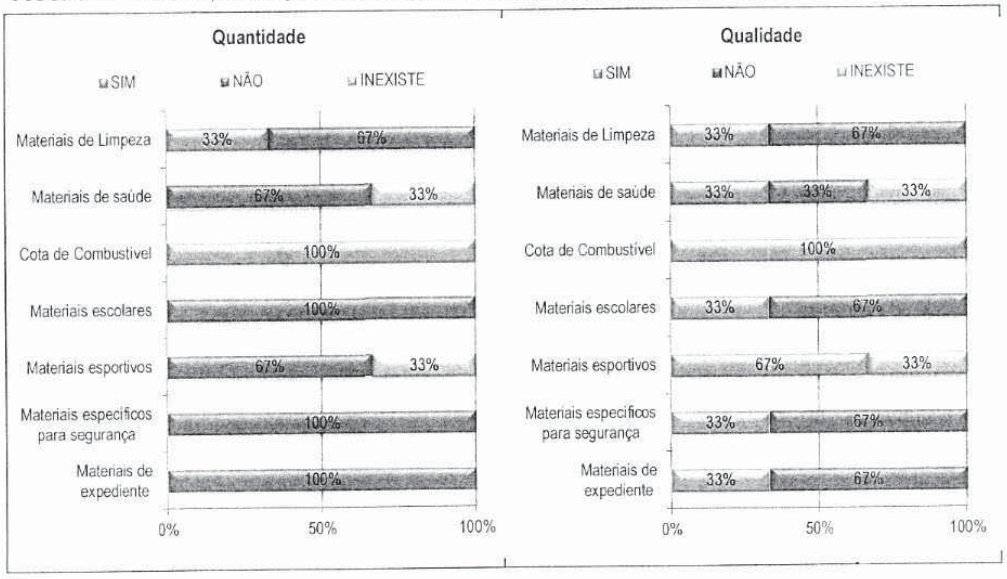
Na Figura 46 apresenta-se a consolidação das avaliações, obtidas por meio do *checklist* preenchido pela equipe de auditoria, quanto à infraestrutura das unidades de internação.

FIGURA 46 – CONSOLIDAÇÃO DAS AVALIAÇÕES QUANTO À INFRAESTRUTURA DAS UNIDADES DE INTERNAÇÃO



A seguir será apresentado o resultado dos questionários aplicados na UIP, UIPP e UIRE e respondidos pela direção das Unidades. Cumpre mencionar que houve um limitador, pois não foi identificado por qual órgão os serviços ou produtos estavam sendo fornecidos, se pela própria SECriança ou pela SEJUS, já que se tratam de serviços e materiais de uso contínuo. Tendo em vista que a SECriança passou a executar o orçamento somente em 2012, pode haver contratos ainda sendo executados pela SEJUS.

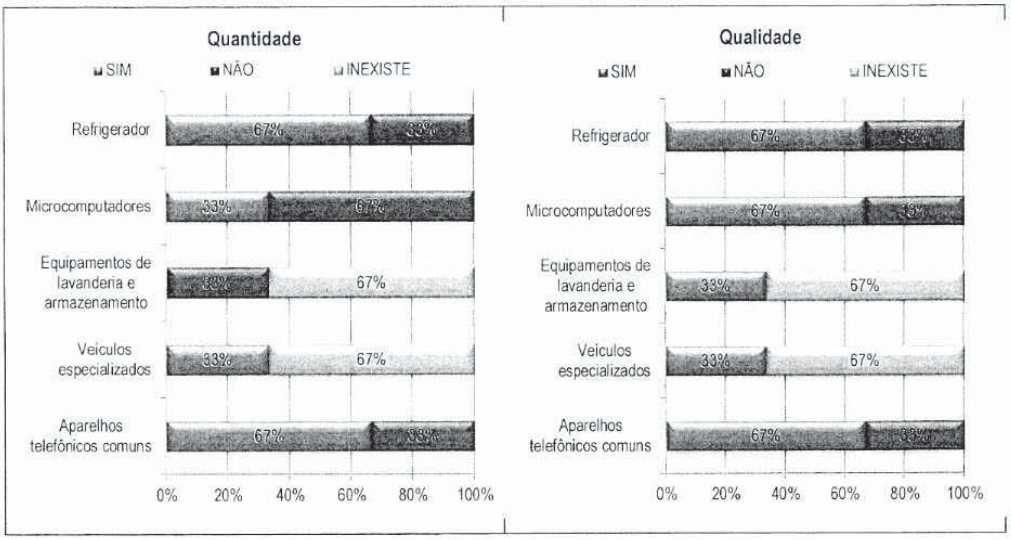
FIGURA 47 - AVALIAÇÃO DA QUANTIDADE E QUALIDADE DOS MATERIAIS DE CONSUMO



Verifica-se que, nas três unidades os materiais escolares, os específicos para segurança, bem como os de expediente, não são disponibilizados em quantidade adequada ao trabalho, e a qualidade desses itens também não atende o necessário. Somente a cota de combustível é disponibilizada em quantidade e qualidade adequada nas três unidades.

Na Figura 48 apresenta-se a avaliação dos materiais permanentes quanto à quantidade e qualidade, conforme questões respondidas pelos Diretores das Unidades de Internação.

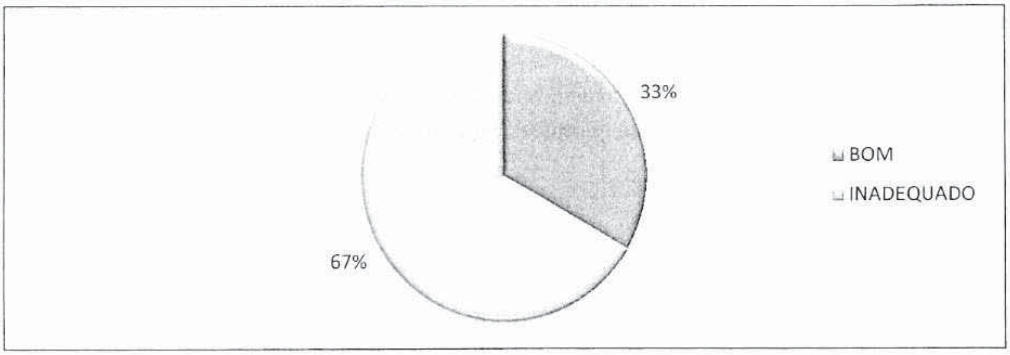
FIGURA 48 - AVALIAÇÃO DA QUANTIDADE E QUALIDADE DOS MATERIAIS PERMANENTES



Depreende-se das figuram anteriores que as respostas das três unidades foram bem variadas, e que mais da metade das Unidades avaliou como inadequada a quantidade de computadores ao trabalho. Outro item relevante foi o de veículos especializados, que inexistem em 67% das Unidades.

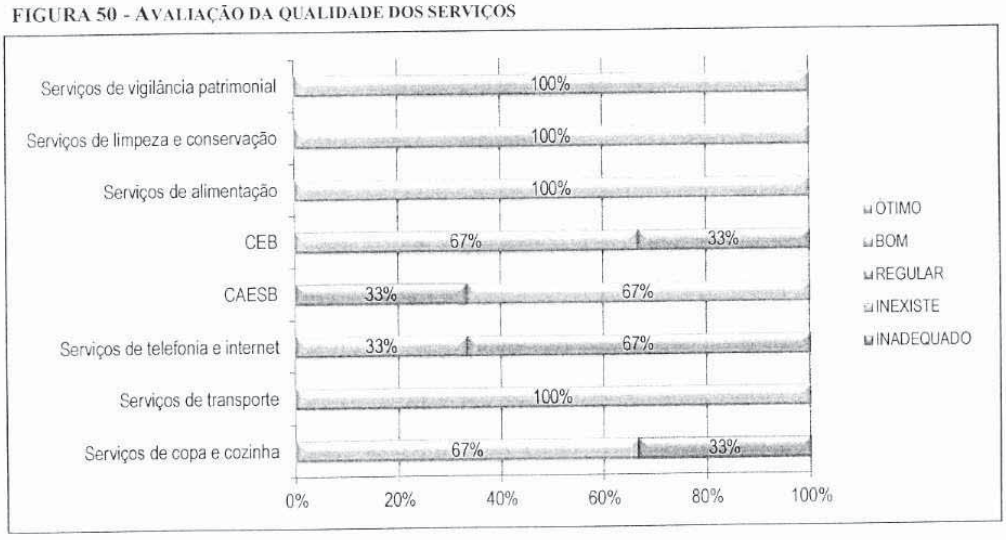
A figura seguinte demonstra o resultado da avaliação do mobiliário e do espaço para a execução dos trabalhos desenvolvidos pelas Unidades. Percebe-se que a maior parte das Unidades os considerou como inadequados, corroborando com as observações feitas nas visitas.

FIGURA 49 - AVALIAÇÃO DO MOBILIÁRIO E DO ESPAÇO



Quanto à avaliação da qualidade dos serviços, observou-se que os serviços de vigilância patrimonial, de limpeza e conservação, de alimentação e de transporte foram considerados bons em todas as Unidades. Ressalta-se que nenhum dos itens foi avaliado como ruim.

FIGURA 50 - AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS



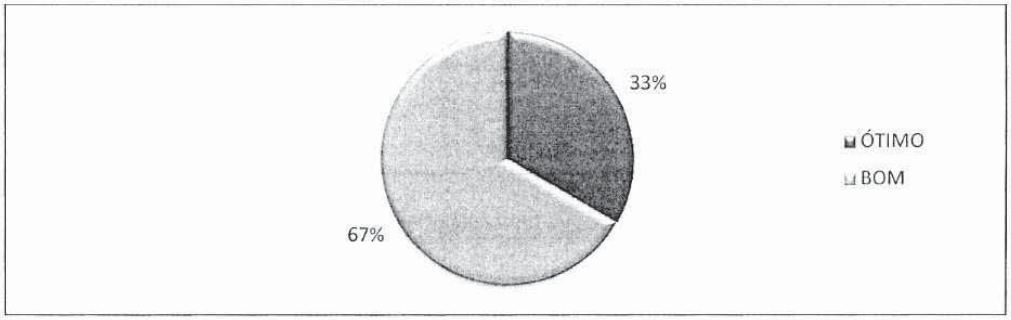
Além dos problemas já comentados sobre a estrutura física e serviços, ainda foram identificados os seguintes:

- Número de socioeducandos acima da capacidade;
- Ausência de formação continuada;
- Falta de recursos financeiros para atendimento das demandas emergenciais e implementação de novos projetos;
- Falta de sistemática no repasse do material de consumo (administrativo, operacional e pedagógico).

Considerando todas as limitações expostas, a avalição, segundo resposta do questionário, quanto à qualidade dos serviços prestados pelas Unidades foi boa na UIP e UIPP e ótima na UIRE:

SEI/GDF 039 /2013 Folha Nº 00370

FIGURA 51 – AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELAS UNIDADES



FLS. 4368 DO PROC. Nº 0030-000313/2013

AÇÃO 5001 – CONSTRUÇÃO DE SEDE DO CONSELHO TUTELAR

A Ação apresentou um único Programa de Trabalho em 2012: 14.243.6223.5001.0001 – CONSTRUÇÃO DE SEDE DO CONSELHO TUTELAR, sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Criança.

A natureza de despesa do PT era a 449051 – OBRAS E INSTALAÇÕES, dessa forma, condizente com o propósito. No entanto, a dotação inicial,de R$635 mil, foi totalmente cancelada em novembro de 2012 e o PT finalizou o exercício com Despesa Autorizada nula. Logo, a meta prevista no SAG, de construir 2800 metros quadrados, ficou comprometida.

Cumpre mencionar que mesmo o crédito tendo sido cancelado, conforme Memorando nº 117/2012 – SUBPROTECA/SECRIANÇA, de 07 de julho de 2012, existiam dois processos em trâmite no exercício, um com a NOVACAP, e outro em consulta com a Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, visando a apresentação de uma proposta de modelo para a Sede.

Tendo em vista que não houve execução física nem financeira, a eficiência não pôde ser avaliada.

AÇÃO 5004 – REFORMA DAS UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

A Ação contou com dois Programas de Trabalhos: 14.243.6223.5004.0001 – REFORMA DE UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO e 14.243.6223.5004.0002 – REFORMA DE UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO – APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO SEMEANDO A RESSOCIALIZAÇÃO.

A Ação deteve, ao final do exercício, 9,0% do total da Despesa Autorizada para o Objetivo Específico 002.

PT 14.243.6223.5004.0001 – REFORMA DE UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

A Unidade Orçamentária deste PT era a SECriança, porém, parte dos recursos foi descentralizada para a NOVACAP.

As naturezas de despesas do PT eram a 339039 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA e 449051 – OBRAS E INSTALAÇÕES.

A Dotação Inicial para esse Programa de Trabalho era de R$700 mil, porém houve uma complementação significativa no exercício, e a Despesa Autorizada passou a ser de R$4,9 milhões. Foram empenhados 85,1% desse valor, e a liquidação correspondeu a 48,3% do valor empenhado, ou seja, observa-se que não houve grande desperdício orçamentário nesse PT.

Esse PT não fez parte da amostra para as saídas de campo, tendo em vista que na data do planejamento da auditoria ainda não havia sido emitido empenho. Porém, verifica-se que foram empenhadas despesas para atender a contratação de empresa para a prestação de serviço de reparo de vazamento na UIRE e para revitalização do pátio de convivência dessa mesma unidade, bem comoe para contratação de empresa de serviços de engenharia para reformas nas unidades desta Secretaria.

PT 14.243.6223.5004.0002 – REFORMA DE UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO – APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO SEMEANDO A RESSOCIALIZAÇÃO

Trata-se de uma Emenda Parlamentar incluída em outubro de 2012, cuja Despesa Autorizada era de R$28 mil, porém não houve nenhum empenho em 2012. A quantidade prevista no SAG era de 1 unidade, com previsão para início em outubro e término em dezembro, porém os recursos foram descentralizados por meio da Portaria Conjunta nº 21, de 06 de novembro de 2012, cuja descrição da causa de desvio foi de que a etapa necessitava de ação direta de outro órgão ou entidade externa para seu desenvolvimento.

IV.2 – ANÁLISE DA EFICÁCIA

Para avaliação da eficácia do Objetivo Específico 002 do Programa 6223 foi utilizada a metodologia para cálculo do Indicativo de eficácia – IE, conforme tabela a seguir.

SPL PROC 039/2013 Folha Nº 00337

TABELA 10 – CÁLCULO DO INDICATIVO DE EFICÁCIA DO CONJUNTO DAS AÇÕES – IE R$1,00

AÇÃO	REALIZAÇÃO SAG	REALIZAÇÃO CONSIDERADA (A)	DOTAÇÃO INICIAL (DI)	DESPESA AUTORIZADA (DA)	VALOR ACUMULADO (VA = DI + DA)	PESO [1] (P)	CONTRIBUIÇÃO DE CADA AÇÃO PARA O IE (P*A)
1825	44,0%	44,0%	2.500.000	13.378.850	15.878.850	20,1%	8,9%
2102	0,0%	0,0%	554.676	5.049.616	5.604.292	7,1%	0,0%
2766	100,0%	100,0%	200.000	200.000	400.000	0,5%	0,5%
2767	99,9%	99,9%	1.705.000	5.177.750	6.882.750	8,7%	8,7%
3797	0,0%	0,0%	250.000	1.650.000	1.900.000	2,4%	0,0%
3874	0,0%	0,0%	1.265.000	0	1.265.000	1,6%	0,0%
4088	99,3%	99,3%	50.000	251.217	301.217	0,4%	0,4%
4217	109,3%	100,0%	16.000.000	24.322.000	40.322.000	51,1%	51,1%
5001	0,0%	0,0%	635.000	0	635.000	0,8%	0,0%
5004	9,1%	9,1%	700.000	4.960.634	5.660.634	7,2%	0,7%
TOTAL			23.859.676	54.990.067	78.849.743 [2]		70,3% [3]

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – 21/01/2013

[1] P= VA / VA_T [2] VA_T – Valor Acumulado Total [3] IE – Indicativo de Eficácia do Conjunto das Ações

A Ação 1825 – CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE INTERNAÇÃO, conforme já comentado, possuía uma meta no SAG distorcida da realidade. Para cálculo da eficácia, foi realizada a média aritmética do cumprimento de meta das três obras iniciadas em 2012. Brazlândia atingiu 36% do previsto, São Sebastião 44% e Santa Maria 53%, logo a média para ação foi de 44%.

A Ação 2102 – ASSISTÊNCIA AOS ADOLESCENTES EM RISCO PESSOAL E SOCIAL compreendia dois Subtítulos. O 2546 não foi iniciado por indefinição da utilização da Ação, e quanto ao 9722, verificou-se que a etapa realizada registrada no SAG se referia ao exercício de 2012, logo considerou-se a realização física como zero no exercício.

A Ação 2766 – MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CDCA foi 100% concluída. Ressalta-se novamente a questão da dificuldade de mensurar o atingimento de metas de manutenção, pois tratam de suprimento de materiais e serviços que são contínuos, e que a Unidade de Medida é normalmente "Unidade Mantida", logo, muito genérica.

A Ação 2767 – MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS TUTELARES possui três Subtítulos: 2561, 9722 e 9723. A etapa do Subtítulo 2561 foi cancelada pela Lei 4.943, de 27/09/2012, logo o atingimento da meta foi zero. A etapa do Subtítulo 9722, assim como as demais de manutenção, foi concluída em 100%. Já a etapa do Subtítulo 9723 também foi concluída, com atingimento da meta em 100%. Cumpre mencionar que se trata de uma

descrição de etapa genérica "Estruturar os Conselhos Tutelares do Distrito Federal", logo a mensuração do atingimento de meta também fica comprometida.

Para a Ação 3797 – IMPLEMENTAÇÃO DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO INTEGRADO DO DISTRITO FEDERAL, apesar de sua etapa ter sido considerada no SAG como concluída, verificou-se que o Núcleo não foi efetivamente implementado em 2012. Por esse motivo, para cálculo da eficácia, considerou-se zero o percentual de realização do Subtítulo.

A Ação 3874 – CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE EXECUÇÃO DE MEDIDAS DE SEMILIBERDADE E MEIO ABERTO teve 0% de realização do Subtítulo, posto que seu crédito foi cancelado por meio da Lei nº 4.936, de 17/09/2012.

A Ação 4088 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES compreendia dois Subtítulos: 0085 e 2388. A etapa do Subtítulo 0085 – CAPACITAR SERVIDORES DA SECRETARIA DA CRIANÇA apesar constar como concluída no SAG, não atingiu a sua meta prevista. O percentual de realização considerado foi de apenas 8,7%, já que a meta era de capacitar 23 pessoas, e somente 2 foram capacitadas. Já o percentual de realização do Subtítulo 2388 – CAPACITAR SERVIDORES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO foi de 140%, uma vez que a etapa realizada ultrapassou a meta prevista. Segundo consta no SAG, foram capacitados 140 servidores do sistema socioeducativo e a meta era de 100 servidores.

A Ação 4217 – MANUTENÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO possuía apenas um Subtítulo, que teve 109,3% de realização, pois a meta prevista de sua etapa era atender 5000 pessoas, e a média informada no SAG dos meses de janeiro a dezembro foi de 5.465 pessoas.

A Ação 5001 – CONSTRUÇÃO DE SEDE DO CONSELHO TUTELAR compreendia apenas um Subtítulo, cujo percentual de realização foi zero, uma vez que foi cancelado por meio do Decreto nº 33.992, de 23/11/2012.

A Ação 5004 – REFORMA DAS UNIDADES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO apresentava dois Subtítulos. O 0001 teve 9% de realização, pois tinha como quantidade prevista reformar 22 Unidades e apenas duas foram reformadas. Já o 0002, teve 0% de realização, uma vez que o recurso foi descentralizado por meio da Portaria Conjunta nº 21, de 06/11/2012 e não foi executado.

Tendo em vista o resultado do IE, de 70,3%, a equipe avalia que o Objetivo Específico 002 do Programa 6223, no exercício de 2012, apresentou eficácia abaixo da prevista, pois 80% é o valor mínimo esperado para eficácia dentro da prevista.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003373

IV.3 – ANÁLISE DA EFICIÊNCIA

A análise da eficiência do Objetivo Específico foi realizada tomando como base apenas as Ações Orçamentárias Auditadas, quais sejam: 1825, 2767, 3797 e 4217.

De acordo com os comentários traçados no subitem "Resultados e análises", a eficiência da Ação 1825 – CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE INTERNAÇÃO ficou abaixo da desejada, uma vez que o prazo de execução encontra-se aquém do previsto e que os Projetos Aprovados não atendem por completo a Resolução do SINASE, tendo em vista que nas obras em construção (São Sebastião, Brazlândia e Santa Maria) inexistem espaços e condições adequadas para visita íntima, item considerado como necessário na estrutura física das Unidades de Internação.

A eficiência das Ações 2767 – MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS TUTELARES e 4217 – MANUTENÇÃO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO também ficaram abaixo do desejado, uma vez que foi detectado por meio das visitas, *checklists* e questionários, que existem falhas tanto da quantidade (insuficiência de itens) como da qualidade dos materiais e serviços considerados para a manutenção do Sistema Socioeducativo.

Por fim, a eficiência da Ação 3797 – IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO INTEGRADO – NAI ficou abaixo da desejada, uma vez que se verificou a utilização de recursos financeiros sem que o NAI tenha sido efetivamente implantado no exercício de 2012, ou seja, o prazo ficou comprometido. Para verificação da manutenção do padrão de qualidade, o foco foi o produto ofertado ao público-alvo da Ação, como o produto (Unidade Implantada) não foi ofertado no exercício, esse ponto também ficou comprometido.

Diante das considerações apresentadas, avalia-se que a eficiência do Objetivo Específico 002 ficou abaixo da desejada.

V – CONCLUSÃO

Avalia-se que o Objetivo Específico 002 do Programa Temático 6223 apresentou eficácia abaixo da prevista e eficiência abaixo da desejada, não tendo sido possível avaliar sua efetividade.

SFC PROC 039 /2013 Folha Nº 003373 - Versão

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO GOVERNAMENTAL, POR PROGRAMA
EXERCÍCIO 2012
PROGRAMA TEMÁTICO 6228 – TRANSFERÊNCIA DE RENDA

RESUMO

O Programa 6228 – TRANSFERÊNCIA DE RENDA tem como objetivo *"Promover o acesso e a elevação da renda como forma de contribuir com a redução da pobreza e extrema pobreza por meio da concessão de benefícios de transferência de renda no Distrito Federal"*. Sua gestão está a cargo da Secretaria de Estado de Transferência de Renda. Em 2012, sua despesa autorizada foi de R$99,5 milhões, dos quais R$97,2 milhões foram empenhados no exercício. Em 2012, o Programa focou fortemente Ações que visavam o cadastramento e atualização cadastral da população pobre e extremamente pobre no CADÚNICO, a migração dos benefícios sociais então existentes para o benefício único do Programa DF Sem Miséria e a gradativa extinção do benefício do Programa Bolsa Universitária. O Programa passa por uma fase de transição, onde coexistem elementos definidos pela gestão anterior e pela gestão atual. Sua eficácia foi avaliada como dentro do previsto, com destaque para os esforços de busca ativa que garantiram o acesso ao cadastra à população em extrema pobreza ainda não contemplada. A eficiência está abaixo do desejado, pois a situação de transição e extinção dos benefícios implica em incertezas quanto à adequação de parte dos beneficiários aos critérios do novo benefício proposto. Da forma como está estruturado, não foi possível avaliar sua efetividade, pois não há na estrutura do Programa 6228 indicadores sócioeconômicos que permitam avaliar a superação de fato da pobreza e extrema pobreza no DF.

SEI/GDF 039 /2013 Folha Nº 003574

I – CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PROGRAMA TEMÁTICO

De acordo com o Anexo II do Plano Plurianual – PPA 2012/2015, o Programa Temático 6228 – TRANSFERÊNCIA DE RENDA está inserido no Macrodesafio – REDUZIR AS DESIGUALDADES SOCIAIS, SUPERAR A EXTREMA POBREZA NO DF E RIDE, GARANTINDO RENDA,

ACESSO AOS SERVIÇOS, GERANDO OPORTUNIDADES DE EMPREGO E RENDA NAS ÁREAS RURAL E URBANA.

A Transferência de Renda é uma das seguranças que a política de Assistência Social deve garantir. É um direito social que assegura a sobrevivência de famílias em situação de pobreza e a promoção da autonomia dessas famílias, por meio do acesso à renda. Dentro deste contexto, o Programa Bolsa Família, criado pela Lei Federal nº 10.836/04, é uma estratégia adotada pelo Estado Brasileiro para promover o direito à renda de famílias pobres e extremamente pobres, por meio da transferência de recursos financeiros.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003374 - Versão

Para o governo do Distrito Federal, a política de Transferência de Renda também é considerada estratégica no enfrentamento da pobreza e na inclusão social. O Governo do Distrito Federal lançou o Plano pela Superação da Extrema Pobreza - DF Sem Miséria, por meio da Lei nº 4.601, de 14 de julho de 2011, regulamentado pelo Decreto nº 33.329, de novembro de 2011. Este plano foi lançado mantendo a mesma linha temática do Plano Brasil Sem Miséria lançado pelo Governo Federal em junho de 2011.

O Plano traz em seu escopo o objetivo de promover a redução das desigualdades sociais e a superação da extrema pobreza, a elevação da qualidade de vida da população pobre e extremamente pobre, a oferta de serviços públicos (segurança alimentar e nutricional, assistência social, habitação e saneamento, educação e saúde) e a geração de emprego e renda.

Pelos critérios da Lei, considera-se em situação de pobreza a família cuja renda familiar mensal "per capita" seja de até R$140,00 e de extrema pobreza a família cuja renda mensal "per capita" seja de até R$70,00.

A partir do Plano, a política de transferência de renda do DF passou a ter centralidade no Programa Bolsa Família – PBF. O GDF potencializa a proteção que este programa proporciona às famílias pobres e extremamente pobres, complementando com recursos próprios, os valores financeiros do PBF. As famílias beneficiárias do PBF que após o recebimento dos benefícios apresentarem renda per capita inferior a R$100,00, recebem recurso financeiro do GDF, a título de complementação, até atingirem renda per capita de no mínimo R$100,00, conforme a Lei nº 4.737/2011. Os valores do complemento variam de acordo com a situação de pobreza de cada família, variando de R$20,00 a R$300,00.

A política de Transferência de Renda, no ano de 2012, convergiu para a consolidação dos processos e atividades relativos ao Cadastro Único para Programas Sociais – CADÚNICO como único cadastro de identificação social de famílias pobres do DF e de

seleção para programas sociais e à nova política de transferência de renda do DF, integrante do Plano DF Sem Miséria. O Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal, instituído pelo Decreto Federal nº 6.135/2007, é o instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias de renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar mensal de até três salários mínimos. Somente as famílias que estão cadastradas no CADÚNICO, e que estão com seus cadastros atualizados, podem concorrer ao Programa Bolsa Família e/ou complementação financeira do DF Sem Miséria, observados os critérios de elegibilidade dos programas.

O Programa Temático 6228 desenvolveu-se em 2012 majoritariamente para operacionalizar a concessão dos benefícios do DF Sem Miséria no Distrito Federal. No PPA 2012/2015 o Programa tem um único Objetivo (Geral e Específico) *"Promover o acesso e a elevação da renda como forma de contribuir com a redução da pobreza e extrema pobreza, por meio da concessão de benefícios de transferência de renda no Distrito Federal"*. Seu público alvo é a população do Distrito Federal e entorno e sua Unidade Responsável é a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda – SEDEST.

As Unidades Orçamentárias participantes do Programa são apresentadas na Tabela 1.

TABELA 1 – UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS QUE INTEGRAM O PROGRAMA TEMÁTICO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	SIGLA
17101	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA	SEDEST
17902	FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DF	FAZ
25101	SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO DO DF	SETRAB

FONTE: ANEXO II DO PPA 2012/2015 E LOA 2012

Os indicadores previstos no Anexo III do PPA 2012/2015 são apresentados na Tabela 2.

TABELA 2 – INDICADORES E ÍNDICES DESEJADOS DO PROGRAMA TEMÁTICO

INDICADOR		UNIDADE DE MEDIDA	DESEJADO EM				FONTE DA INFORMAÇÃO
CÓD.	DESCRIÇÃO		2012	2013	2014	2015	
976	TAXA DE REGISTRO DE ACOMPANHAMENTO DE FAMÍLIAS COM PERFIL EDUCAÇÃO-ADOLESCENTES DE 16 A 17 ANOS	%	67	69	71	75	SISTEMA DE CONDICIONALIDADES/SICON MDS
977	TAXA DE REGISTRO DE ACOMPANHAMENTO DE FAMÍLIAS COM PERFIL SAÚDE	%	35	38	40	52	SISTEMA DE CONDICIONALIDADES/SICON MDS
984	ABRANGÊNCIA DO CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS NO DF	%	50	100	100	100	CADASTRO ÚNICO PNAD/IBGE: CENSO/IBGE

SEI - PROC 039 /2013 Folha Nº 00375

TABELA 2 – INDICADORES E ÍNDICES DESEJADOS DO PROGRAMA TEMÁTICO

INDICADOR		UNIDADE DE MEDIDA	DESEJADO EM				FONTE DA INFORMAÇÃO
CÓD.	DESCRIÇÃO		2012	2013	2014	2015	
985	TAXA DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COM RENDA PER CAPITA INFERIOR A R$100 COM COMPLEMENTO DE RECURSOS DO GDF	%	75	85	100	100	SEDEST/ SUTRAR
1252	TAXA DE REGISTRO DE ACOMPANHAMENTO DE FAMÍLIAS COM PERFIL EDUCAÇÃO – CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 6 A 15 ANOS	%	88	89	90	92	SICON/MDS
1259	PERCENTUAL DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COM PERFIL EDUCAÇÃO EM DESCUMPRIMENTO DA CONDICIONALIDADE	%	4,6	4,3	4,2	4	SICON-MDS
1263	PERCENTUAL DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COM PERFIL SAÚDE EM DESCUMPRIMENTO DA CONDICIONALIDADE	%	0,54	0,53	4,2	4	SICON-MDS

FONTE: SIGGO/PPA – INDICADORES DE DESEMPENHO POR PROGRAMA DE GOVERNO

SEI/GDF 0007375-[illegible] Folha nº 000037[illegible]

Os indicadores 976, 977, 985, 1252, 1259 e 1263 têm por propósito medir o atendimento às condicionalidades de saúde e educação para manutenção do benefício às famílias. Considera-se como condicionalidades do Programa Bolsa Família a participação efetiva das famílias no processo educacional e nos programas de saúde que promovam a melhoria das condições de vida na perspectiva da inclusão social, conforme estabelecido no Art. 3º da Lei nº 10.836/94:

> "Art.3º A concessão dos benefícios dependerá do cumprimento, no que couber, de condicionalidades relativas ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de saúde, à freqüência escolar de 85% (oitenta e cinco por cento) em estabelecimento de ensino regular, sem prejuízo de outras previstas em regulamento."

As taxas de registro mensuradas pelos indicadores 976 e 977 trazem uma medida da gestão destas condicionalidades pelos responsáveis pelo Programa no DF, o que se reflete no IGD, Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família.

O Índice de Gestão Descentralizada – IGD, regulamentado pela Lei nº 12.058/2009, é um número indicador que varia de 0 a 1 e mostra a qualidade da gestão do Programa Bolsa Família no âmbito municipal, além de refletir os compromissos assumidos pelos municípios no Termo de Adesão ao Bolsa Família (Portaria GM/MDS nº 246/05).

Com base nesse indicador, o Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome – MDS repassa recursos aos municípios para que façam a gestão do Programa. Quanto maior o valor do IGD, maior será o valor do recurso transferido ao município. Os recursos repassados, condicionados ao IGD, devem ser aplicados nas seguintes atividades: gestão de condicionalidades, gestão de benefícios, acompanhamento das famílias

beneficiárias, cadastramento de novas famílias, atualização e revisão das informações contidas na base de dados do CADÚNICO, implementação de programas complementares ao PBF e atendimento às demandas relacionadas à fiscalização do PBF.

Já os indicadores 985, 1252, 1259 e 1263 medem o atendimento de fato à contrapartida exigida pela Lei do PBF por parte das famílias. Até o momento, a gestão destas condicionalidades é bastante incipiente em relação à saúde, daí o baixo índice desejado no exercício, de 0,54%, para o indicador 1263.

O indicador 984 traduz uma medida da eficácia do cadastramento no CADÚNICO. Seu propósito é avaliar qual o percentual das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, segundo o CENSO 2010, que fizeram seu cadastro no CADÚNICO. O indicador 985 mede, para o total de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família que atendem aos critérios do DF Sem Miséria, o percentual que está recebendo o benefício do GDF.

Entende-se que os indicadores trazem uma boa medida da eficácia e da eficiência no desenvolvimento do Programa, e da medida da consecução de seu objetivo no que diz respeito ao acesso e elevação da renda. A equipe não identificou no escopo do Programa indicadores que reflitam o impacto da concessão dos benefícios na condição das famílias e que de fato denotem uma redução na pobreza e extrema pobreza do DF, motivo pelo qual não foi possível opinar sobre a efetividade do Programa

Além dos indicadores mencionados, o Programa 6228 apresenta mais quatro indicadores cadastrados, 1279, 1282, 1285, 1289, que derivam de atividades de qualificação profissional instituídas como competência da Coordenadoria de Integração das Ações Sociais. Estes indicadores foram criados ao longo de 2012, e não serão abordados no presente relatório.

Para a consecução dos objetivos do Programa, em 2012, foram cadastradas as seguintes Ações Orçamentárias:

TABELA 3 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE INTEGRAM O PROGRAMA TEMÁTICO

AÇÃO	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO
4160	CADASTRAMENTO DAS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA E EXTREMA POBREZA
4161	GESTÃO E APRIMORAMENTO DE BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA
4162	COMPLEMENTAÇÃO DO BENEFÍCIO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA
4232	AÇÕES COMPLEMENTARES AO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

FONTE: PPA 2012/2015

SRL PROC 039 /2013 Folha Nº 003376

Dentre a legislação específica que regulamenta o Programa, citam-se:

- Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 (Cria o Programa Bolsa Família).
- Decreto Federal nº 5.209 de 17 de setembro de 2004. (Regulamenta a Lei nº 10.836).
- Decreto Federal nº 6.392, de 12 de março de 2008. (Altera o Decreto nº 5.209).
- Lei Complementar Distrital nº 770, de 15 de julho de 2008 (Institui o Programa Bolsa Universitária).
- Decreto Distrital nº 29.501, de 10 de setembro de 2008. (Regulamenta a Lei complementar nº 770, de 15 de julho de 2008)
- Lei Distrital nº 4.208, de 25 de setembro de 2008. (Institui o Programa Vida Melhor).
- Lei Distrital nº 4.209, de 25 de setembro de 2008 (Dispõe sobre a política de Transferência de Renda dos Programas Sociais do Distrito Federal).
- Decreto Distrital nº 29.975, de 27 de janeiro de 2009. (Regulamenta a Lei nº 4.208, de 25 de setembro de 2008).
- Decreto Federal nº 7.492, de 2 de junho de 2011. (Institui o Plano Brasil sem Miséria).
- Lei Distrital nº 4.601, de 14 de julho de 2011 (Institui o Plano pela Superação da Extrema Pobreza no Distrito Federal – "DF Sem Miséria").
- Lei Distrital nº 4.614/2011, de 12 de agosto de 2011 (LDO 2012).
- Decreto Distrital nº 33.329, de 10 de novembro de 2011. (Regulamenta a Lei nº 4.601).

SEI/GDF 039 /2013 Folha nº 00376 Visto

I.1 – Execução Orçamentário-Financeira do Programa Temático

Na Tabela 4 apresenta-se a execução orçamentário-financeira do Programa Temático, por Unidade Orçamentária – UO, e na Tabela 5 é apresentada a execução orçamentário-financeira do Programa Temático, por Ação. Ressalta-se que as descrições das UOs encontram-se na Tabela 1 e as das Ações na Tabela 3.

TABELA 4 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA POR UO R$1,00

UO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A) %	EMPENHADO (C)		(C/B) %	LIQUIDADO (D)		(D/C) %	(D/B) %
	VALOR	%*	VALOR	%*		VALOR	%*		VALOR	%*		
17101	69.337.611	97,3	94.698.995	95,2	136,6	93.628.332	96,3	98,9	90.542.575	98,0	96,7	95,6
17902	1.903.244	2,7	4.088.182	4,1	214,8	3.233.503	3,3	79,1	1.668.131	1,8	51,6	40,8
25101	0	0,0	682.627	0,7	-	349.077	0,4	51,1	192.427	0,2	55,1	28,2
TOTAL	71.240.855		99.469.804		139,6	97.210.912		97,7	92.403.133		95,1	92,9

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – 09/01/2013

TABELA 5 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA POR AÇÃO R$1,00

AÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A) %	EMPENHADO (C)		(C/B) %	LIQUIDADO (D)		(D/C) %	(D/B) %
	VALOR	%*	VALOR	%*		VALOR	%*		VALOR	%*		
4160	400.000	0,6	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
4161	1.803.244	2,5	4.088.182	4,1	226,7	3.233.503	3,3	79,1	1.668.131	1,8	51,6	40,8
4162	63.691.763	89,4	84.560.350	85,0	132,8	84.560.350	87,0	100,0	84.560.350	91,5	100,0	100,0
4232	5.345.848	7,5	10.821.272	10,9	202,4	9.417.059	9,7	87,0	6.174.652	6,7	65,6	57,1
TOTAL	71.240.855		99.469.804		139,6	97.210.912		97,7	92.403.133		95,1	92,9

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – 09/01/2013

Observa-se que o Programa empenhou 97,7% dos recursos disponíveis. Como referência tem-se que, para os valores totais associados a todos os Programas Temáticos do PPA 2012/2015, esse percentual foi de 72,5%.

Destaca-se que os recursos destinados à Ação 4160 foram cancelados no início do exercício, não havendo Despesa Autorizada para sua execução.

I.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DO PROGRAMA TEMÁTICO

Na Tabela 6 apresenta-se o total de Subtítulos associados a cada uma das Ações do Programa, bem como o número total de Etapas cadastradas no Sistema de Acompanhamento Governamenal – SAG para estes Subtítulos.

TABELA 6 – QUANTIDADE DE SUBTÍTULOS E ETAPAS CADASTRADAS NO SAG, POR AÇÃO

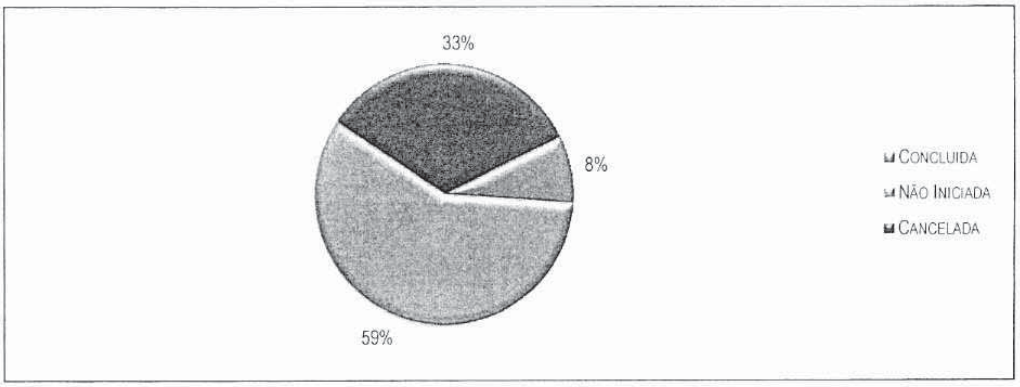
AÇÃO		QUANTIDADE	
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	SUBTÍTULOS	ETAPAS
4160	CADASTRAMENTO DAS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA E EXTREMA POBREZA	2	2
4161	GESTÃO E APRIMORAMENTO DE BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	1	1
4162	COMPLEMENTAÇÃO DO BENEFÍCIO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	1	3
4232	AÇÕES COMPLEMENTARES AO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	4	6
TOTAL		8	12

FONTE: SIGGO/SAG/DISCOVERER – 6º BIMESTRE/2012

SEI 00137-... Folha Nº ...

Na Figura 1 apresenta-se a estatística dos estágios das etapas no encerramento do exercício.

FIGURA 1 – ESTATÍSTICA DO ESTÁGIO DAS ETAPAS CADASTRADAS NO SAG



FONTE: SIGGO/SAG/DISCOVERER – 6ºBIMESTRE/2012

Observa-se que, do total das etapas cadastradas, 33% foram canceladas, o que pode indicar falhas no planejamento do Programa.

II – ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA

Os trabalhos de auditoria foram realizados no período de maio de 2012 a fevereiro de 2013 e foram concentrados nas atividades desenvolvidas na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda – SEDEST, Unidade responsável pelo Programa. Foram utilizadas como técnicas no desenvolvimento dos trabalhos entrevistas e consulta a processos.

Durante os trabalhos, foram avaliadas as Ações 4162 – COMPLEMENTAÇÃO DO BENEFÍCIO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA e 4232 – AÇÕES COMPLEMENTARES AO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA. A Ação 4162 foi selecionada por sua materialidade e relevância para o Programa, representando 88% da Dotação Autorizada total. Para a Ação 4232, que engloba menos de 8% da Dotação Autorizada total, foram selecionadas as Etapas 39 e 40, Bolsa Universitária e Bolsa Alfabetização respectivamente, benefícios em fase de extinção e regulamentação.

SEI 53500.039763/2013 Folha nº 00077 - Verso

A avaliação de eficácia foi feita tomando por base a metodologia padronizada do cálculo do Indicativo de Eficácia do Conjunto das Ações – IE e os resultados dos Indicadores de Desempenho 984 e 985, que aferem a consecução do Objetivo Específico.

A eficiência do Programa foi avaliada com base em investigações realizadas nas duas Ações acima mencionadas, 4162 e 4232. O critério utilizado pautou-se nos seguintes elementos:

a) meta programada e meta realizada (quantidades previstas, conforme indicadas no SAG) em relação à execução orçamentário-financeira;

b) atendimento aos prazos estimados pela Unidade para concessão e extinção de benefícios, conforme o caso, no exercício de 2012;

c) avaliação da adequação da concessão dos benefícios em função da situação atual dos sistemas e sistemáticas;

d) Indicadores de Desempenho do Programa, em especial o 976, 977,1252 e 1263.

Não foi efetuada avaliação da efetividade do Programa. Os indicadores hoje previstos permitem inferências relativas à eficácia e eficiência da realização das Ações, mas não são suficientes para inferir aspectos relacionados à superação da pobreza e extrema pobreza no DF.

Durante os trabalhos da auditoria não foram feitas investigações nos cadastros de beneficiários e nos sistemas que os gerenciam. As opiniões expressas neste sentido consideram trabalhos anteriores do controle externo da União, por meio de Relatório de Auditoria de Tecnologia da Informação (TI) realizada pelo Tribunal de Contas da União (Sefti, em conjunto com a 4ª Secretaria de Controle Externo - 4ª Secex), no período de 18 de fevereiro a 24 de julho de 2008, com objetivo de avaliar, no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, os sistemas informatizados que suportam a operacionalização do Cadastro Único para Programas Sociais e do pagamento dos benefícios a ele vinculados.

SEI/MDS - 0033779 - Parecer
Folha nº 00379/2013
PROC 071000.050772/2013-16

III – Resultados e Análises

Apresenta-se a seguir o resultado das avaliações realizadas nas Ações 4162 e 4232, seus Subtítulos e Etapas:

AÇÃO 4162 – COMPLEMENTAÇÃO DO BENEFÍCIO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Apresenta um único subtítulo, COMPLEMENTAÇÃO DO BENEFÍCIO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - DISTRITO FEDERAL. Representa 85% da Despesa Autorizada total do Programa, e seus recursos foram 100% empenhados no exercício.

Todos os recursos utilizados nesta Ação são destinados ao pagamento dos benefícios concedidos, seja do Programa Vida Melhor – PVM, seja do Programa DF Sem Miséria. A gestão da SEDEST, portanto, limita-se à execução da transição dos benefícios relativos ao Programa Vida Melhor e Programa Vida Melhor pactuado com o Programa Bolsa Família para a concessão do benefício DF Sem Miséria, que complementa o Programa Bolsa Família atualmente.

O Subtítulo apresenta três etapas cadastradas no SAG: Etapa 36 – CONCEDER BENEFÍCIO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO DF; Etapa 37 – REALIZAR PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS DO PROGRAMA VIDA MELHOR (BOLSA ESCOLA E BOLSA SOCIAL) EM PROCESSO DE EXTINÇÃO; Etapa 62 – REALIZAR A SUPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA – DF SEM MISÉRIA.

ETAPA 36 – CONCEDER BENEFÍCIO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO DF

A execução desta etapa está associada ao pagamento das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família que faziam jus simultaneamente ao pagamento do benefício PVM, o chamado PBF pactuado com o PVM.

Estas famílias estavam sendo beneficiadas pelas regras do antigo Programa Vida Melhor, na modalidade Bolsa Escola e Bolsa Social. Desta forma, recebiam os benefícios do PBF, com recursos federais, pactuados com recursos do GDF, relativos ao Programa Vida Melhor, e tinham seus benefícios pagos por meio da Caixa Econômica Federal. Esta situação se manteve até julho de 2012, enquanto era feita a migração dos beneficiários para as novas regras do plano DF Sem Miséria. A partir de agosto, as famílias que atenderam aos critérios definidos e fizeram jus à complementação passaram a receber pelo Plano DF Sem Miséria, com execução descrita na etapa 62 do SAG. As demais mantiveram apenas o benefício do PBF.

A meta descrita para a etapa no SAG, 120.000 unidades, não mantém relação com o propósito de sua execução, uma vez que houve a migração do benefício para o DF Sem Miséria, e consequente extinção da situação PVM pactuado com PBF. Destaca-se que os

BPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003378 Verso

antigos beneficiários do PBF pactuado com PMV que não se enquadraram nas novas regras do DF Sem Miséria passaram a receber apenas o benefício do Bolsa Família.

ETAPA 37 – REALIZAR PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS DO PROGRAMA VIDA MELHOR (BOLSA ESCOLA E BOLSA SOCIAL) EM PROCESSO DE EXTINÇÃO:

O Programa Vida Melhor foi extinto pela Lei nº 4.601/2011. Em sua concepção, este Programa era integrado por dois tipos de benefícios de transferência de renda, o Bolsa Social e o Bolsa Escola. Estes benefícios, com a extinção do Programa Vida Melhor, continuam a ser pagos apenas para os beneficiários remanescentes do PVM que atenderam às etapas de habilitação para a nova política de transferência de renda do DF, ou seja, estão cadastrados no CADÚNICO federal e apresentam perfil para o programa Bolsa Família.

Gradativamente, o pagamento dos benefícios remanescentes do PVM será zerado, à medida que os beneficiários cadastrados no CADÚNICO sejam capturados pelo PBF. Atualmente, como a política de transferência de renda no DF é o DF Sem Miséria, que complementa o PBF, só estão como remanescentes do PVM as famílias passíveis de seleção pelo PBF.

Não há prazo definido para a finalização do pagamento dos benefícios remanescentes do PVM, já que o término desses pagamentos está condicionado à habilitação e seleção das famílias ao PBF, realizada pelo MDS, que será feita em função da disponibilidade orçamentária da União. A seleção das famílias ocorre por meio de sistema automatizado, operado pela CAIXA.

Visando agilizar e garantir a extinção do pagamento dos benefícios remanescentes do PVM, em 2012, a SEDEST, por meio do Edital de Chamamento Público nº 2/2012, publicado no DODF de 13 de julho de 2012, tornou pública e divulgou a lista dos beneficiários do Programa Vida Melhor, instituído pela Lei nº 4.208/2008, modalidades Bolsa Escola e Bolsa Social, que ainda não haviam efetuado o cadastramento no CADÚNICO, bem como os que estavam com cadastro desatualizado há mais de dois anos, para promover a atualização dos dados cadastrais. O chamamento visou complementar os trabalhos de busca ativa realizados em 2011, e foi agendado para os dias 31/07/2012 e 15/08/2012.

As famílias que não atenderam aos prazos estipulados para o chamamento foram desligadas do programa no mês de setembro. As remanescentes que atenderam ao chamamento e que não apresentavam os critérios para seleção ao PBF foram desligadas na folha de pagamento de outubro. As ações foram efetuadas mediante prévia comunicação às

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003379

famílias, por meio do edital de chamamento divulgado no sítio da SEDEST e no extrato bancário de pagamento do mês de setembro.

O processo de mobilização atingiu 158.808 famílias, sendo que 53.567 famílias realizaram seu cadastramento no CADÚNICO e 105.241 famílias tiveram seus cadastros atualizados.

A meta estabelecida para a etapa, 35.000 unidades, não reflete o seu propósito. A meta de fato é a extinção do benefício. A execução da etapa, entretanto, está refletindo este propósito, uma vez que em janeiro foram concedidos 34.602 benefícios e em dezembro foram 4.678 benefícios concedidos, cerca de 13% do valor inicial do exercício. Os benefícios foram pagos exclusivamente com recursos do GDF, via Banco Regional de Brasília – BRB. Em 2012, este montante totalizou R$33,8 milhões. Em dezembro, o valor empenhado foi de R$666,6 mil. Conquanto haja uma redução expressiva nos valores empenhados para pagamento do benefício em 2012, é importante destacar que os atuais beneficiários mantêm o benefício por terem efetuado sua atualização cadastral no CADÚNICO, mas sua habilitação de fato ao Programa Bolsa Família só ocorrerá (ou não) no momento de sua captura pelo sistema da Caixa Econômica Federal.

SRL 8800 09/2013 Folha Nº 0003

ETAPA 62 – REALIZAR A SUPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA – DF SEM MISÉRIA

A execução desta etapa está associada ao pagamento das famílias beneficiadas com o Programa Bolsa Família que se enquadram nos critérios do Programa DF Sem Miséria.

A Etapa apresenta a meta de 43.000 unidades, ou seja, 43.000 famílias. Em novembro o total de benefícios concedidos chegou à 41.114, sendo que no encerramento do exercício foram 35.780 benefícios concedidos.

É importante neste ponto destacar que a própria dinâmica da concessão do benefício leva à ocorrência de oscilações em seu total, como verificado nos dados registrados no SAG ao longo de 2012. Novas famílias poderão estar ingressando na medida da disponibilidade orçamentária do PBF, e outras poderão ser excluídas em função da ausência de atualização cadastral ou mesmo do não atendimento aos critérios estabelecidos para concessão, ou porque já não necessitam mais do benefício.

Outro ponto importante é que a manutenção da concessão está vinculada ao fato de que as famílias precisam atender às condicionalidades definidas em Lei, e, uma vez

que não atendam, não farão jus ao benefício. A Lei Federal nº 10.836/2004, em seu artigo 3°, define que a concessão do benefício do PBF dependerá do cumprimento, no que couber, de condicionalidades relativas ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de saúde, à frequência escolar de 85% em estabelecimento de ensino regular, sem prejuízo de outras condicionalidades previstas em regulamento. A dificuldade de acompanhamento das condicionalidades é uma das fragilidades do Programa, conforme mostram os baixos índices definidos para os indicadores de códigos 976 e 977 adotados para o Programa Temático 6228.

Outro ponto a ser destacado é que a SEDEST não atua no processo de captura das famílias, que é realizada por meio do sistema operado pela Caixa Econômica. Essa captura depende da disponibilidade orçamentária do PBF, que seleciona famílias cadastradas em todas as Unidades de Federação e avalia se as famílias atendem aos critérios de exigibilidade e elegibilidade definidos na lei. O resultado do indicador de código 985 mostra que todas as famílias do GDF contempladas pelo PBF que se enquadrem nos critérios do DF Sem Miséria, já estão recebendo o benefício do GDF, quando a previsão inicial foi de concessão de benefícios a 75% das famílias.

AÇÃO 4232 – AÇÕES COMPLEMENTARES AO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Para esta Ação foram avaliadas as Etapas 39 e 40, descritas a seguir, cadastradas no Subtítulo 001 – AÇÕES COMPLEMENTARES AO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA. Foi empenhada no exercício 90% da Despesa Autorizada para o Subtítulo.

ETAPA 39 – CONCEDER BOLSA UNIVERSITÁRIA PARA ESTUDANTES DE BAIXA RENDA.

A Etapa consta como concluída no SAG e sua quantidade prevista era de 1600 unidades.

O Programa Bolsa Universitária - PBU visa oferecer bolsas de estudo a alunos universitários comprovadamente sem condições de custear sua formação, matriculados em cursos de graduação e sequenciais de formação específica nas Instituições de Ensino Superior – IES.

Atualmente, estão vigentes 38 convênios com IES no DF, sendo 23 deles do ano de 2008 e 15 convênios do ano de 2010. Dos 23 convênios firmados no ano de 2008, 22 estão em fase de prorrogação de 12 meses, conforme art. 11, parágrafo 11 da LC nº 770/2008.

SEI - 6000 039 /2013 Folha Nº 000350

Um dos convênios de 2008 está em processo de finalização, visto a ausência de alunos desde a renovação do Termo de Compromisso nº 1/2012. Apenas a modalidade SEM ESTÁGIO está sendo executada pela SEDEST. A modalidade com estágio está a cargo da Fundação de Apoio à Pesquisa – FAP.

A quantidade inicial prevista para a execução da Etapa mantém a ordem de grandeza dos benefícios concedidos em janeiro de 2012. O que se observa da sua execução, entretanto, é a gradativa redução na concessão destes benefícios. Em janeiro de 2012 foram 1548, e em dezembro este número já havia sido reduzido para 1189.

Essa gradativa redução está de acordo com o propósito de extinção do benefício informado pela SEDEST. A primeira medida cautelar adotada pela atual administração da pasta foi a suspensão imediata do ingresso de novos beneficiários, e a formação de uma equipe específica para execução do PBU, promovendo um diagnóstico do mesmo.

Segundo a SEDEST, tal medida foi adotada diante do elevado grau de insegurança nos registros do Programa. Alguns pontos que podem ser destacados para caracterizar a situação são a ausência de memória documental das deliberações e ações definidas pela gestão anterior, o fato de que o programa era inteiramente executado por servidores comissionados, sem vínculo com a Administração (exonerados em janeiro de 2011) e a ausência de uma identificação precisa dos beneficiários do Programa.

A equipe então constituída verificou a necessidade de reformulação do Programa e está trabalhando nos relatórios e minutas para consecução deste propósito. Até o encerramento dos trabalhos de auditoria não foi identificado o estabelecimento de uma nova proposta para o benefício.

A expectativa é de atender 839 estudantes beneficiados com o PBU no exercício de 2013. Embora, em média, o curso universitário tenha duração de quatro anos, nem todos os alunos concluem o curso nesse período. Por conta desta possibilidade, o art. 11, parágrafo 1° da Lei Complementar nº 770/2008, permite a prorrogação dos convênios, até que 100% dos alunos que recebem o benefício estejam formados.

No exercício de 2012 foram pagos a título de concessão do benefício bolsa universitária um total de aproximadamente R$5,9 milhões. A execução do Programa, conforme definida na LC n° 770/2008, exige o cumprimento de requisitos e contrapartidas, tanto das IES como dos alunos. Os dispositivos legais e as ações de gestão visando aprimorar sua execução são apresentados a seguir:

ARTIGO 4º DA LC Nº 770/2008

A qualificação do estudantes como beneficiários do Programa deve obedecer aos critérios estabelecidos no artigo 4° da LC nº 770/2008. Como anteriormente sublinhado, a atual gestão do benefício encontrou uma situação cadastral de baixa confiabilidade e promoveu ações extraordinárias com o propósito de averiguar o cumprimento dos requisitos descritos. Estas ações constituíram-se na criação da Comissão para Averiguação do Cumprimento das Condicionalidades pelos bolsistas, que realizou uma auditoria por amostragem no que se refere ao corte de renda definido, residência no DF e grau de instrução precedente ao benefício.

A amostragem, realizada em março de 2011, foi feita considerando 66 estudantes beneficiários do Programa (dois solicitaram desligamento durante a análise da comissão), e a comissão concluiu, após a interposição de recursos, pelo desligamento de 18 estudantes.

Apesar dos resultados indicarem irregularidades que implicaram no desligamento de quase 30% dos alunos avaliados, não houve uma expansão da avaliação ou repetição de investigação nestes moldes pela SEDEST.

Em julho de 2011 a Secretaria instituiu grupo de trabalho para avaliar a implementação e operacionalização do programa, redefinindo, com vistas ao aprimoramento da gestão, os aspectos operacionais e estabelecendo diretrizes, em especial, em relação à questão da contrapartida exigida na Lei. Além das ações extraordinárias descritas, a SEDEST efetua semestralmente a renovação do Termo de Compromisso, conforme estabelece o Artigo 10 da LC nº 770/2008, momento no qual é feita a reavaliação do perfil socioeconômico, verificação dos requisitos de desempenho acadêmico e assiduidade do aluno.

ARTIGO 6º DA LC Nº 770/2008

A verificação quanto à frequência dos bolsistas é realizada por meio da entrega de Coleta de Dados mensais pelas IES. Os históricos escolares são conferidos pela gerência do Bolsa Universitária antes e depois da renovação do Termo de Compromisso semestral, dependendo da data de entrega pela IES, e embasam a elaboração da lista dos alunos aptos a renovarem. A gestão do Programa utiliza o sistema VALIDA BU, para o controle e manutenção das bolsas.

SPL PROC. 039 /2013 Folha Nº 003391

ARTIGO 10 DA LC Nº 770/2008

A Lei define que o estudante beneficiário na modalidade sem estágio deverá prestar serviços ou participar de ações comunitárias ou atividades de extensão universitária, inclusive em períodos ou dias não-letivos, orientado pelos órgãos responsáveis pela política social do governo do Distrito Federal. A prestação de serviço será realizada na condição de estagiário e consoante a legislação que lhe é própria, e terá carga horária de 20 horas semanais.

Segundo a SEDEST, os idealizadores do PBU, em 2008, ao preverem a obrigatoriedade da contrapartida pelos bolsistas, não promoveram os estudos necessários à sua implementação, resumindo-se a alocar os bolsistas nas diversas unidades da SEDEST sem qualquer plano de trabalho.

A atual administração da SEDEST, tão logo assumiu a pasta, identificou a existência de um grande número de bolsistas designados para cumprir tais condicionalidades nas unidades operativas descentralizadas, em horário diverso ao estabelecido para o funcionamento das mesmas, por exemplo, em horário noturno e finais de semana. Tal fato implicou, dentre outras impropriedades, despesas adicionais e incabíveis à Administração Pública, uma vez que as unidades deveriam manter-se "abertas", embora sem o competente atendimento aos usuários dos serviços sob sua responsabilidade. Acrescente-se o fato de que, para manter aberta a unidade operativa, fez-se necessário manter no local, servidores públicos incumbidos, dentre outras funções, pela guarda e responsabilidade do patrimônio, fora de seu horário de trabalho regular.

Alguns bolsistas, apesar de estarem disponíveis para o cumprimento da contrapartida nos horários de funcionamento das unidades da SEDEST, não foram capacitados para o desempenho de funções.

Diante da situação descrita, a SEDEST entendeu por bem suspender as atividades dos bolsistas, isentando-os da sanção prevista na LC nº 770/2008 (perda do benefício).

Um dos objetivos específicos traçados no desenho do Programa Bolsa Universitária é o de:

> "formar quadros profissionais que possam colaborar para o processo de desenvolvimento do Estado, na medida em que se amplia o quantitativo de pessoal qualificado para as funções inerentes ao mesmo, seja no âmbito do poder público ou da iniciativa privada, ao mesmo tempo em que se garantem, através da titulação, as condições para sustentação de vida mais sólida".

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003381 - Verso

O Programa Bolsa Universitária é um benefício social, e como tal, como contrapartida ao seu custo, deve trazer benefícios à sociedade. A SEDEST entende que ainda não houve tempo hábil para aferição destes benefícios, uma vez que as primeiras turmas de estudantes beneficiários estão em fase de conclusão em 2012.

Entretanto, até o momento, não há indicadores definidos para a avaliação da efetividade do PBU.

ETAPA 40 – CONCEDER BOLSA ALFABETIZAÇÃO PARA INSCRITOS NO CADASTRO ÚNICO

A quantidade prevista no SAG era de 415 unidades e a etapa finalizou o exercício de 2012 com o estágio "Não Iniciada".

O Programa Bolsa Alfabetização foi instituído nos termos da Lei nº 4.737/2011. No artigo 4º da citada lei está especificada a possibilidade da concessão de bolsa-alfabetização no valor de R$30,00 mensais, destinada aos integrantes das famílias beneficiárias do PBF com idade superior a quinze anos que estiverem inscritos e frequentando os Cursos de Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. A concessão se fará por membro da família que se enquadrar na condição anteriormente exposta.

Para que haja concessão do benefício é necessário que o poder executivo regulamente os dispositivos da Lei, o que não aconteceu até o momento. A SEDEST informa que aguarda a regulamentação para a imediata implantação do benefício.

III.1 – ANÁLISE DA EFICÁCIA

A avaliação da eficácia do Programa foi feita considerando as óticas do Indicativo de Eficácia do Conjunto de Ações – IE e da consecução dos indicadores desenhados para o Programa.

INDICATIVO DE EFICÁCIA DO CONJUNTO DAS AÇÕES – IE

A última etapa de cálculo do IE é apresentada na Tabela 7.

SFL PROC 039 /2013 Folha Nº 003302

TABELA 7 – CÁLCULO DO INDICATIVO DE EFICÁCIA DO CONJUNTO DAS AÇÕES – IE R$1,00

AÇÃO	REALIZAÇÃO SAG	REALIZAÇÃO CONSIDERADA (A)	DOTAÇÃO INICIAL (DI)	DESPESA AUTORIZADA (DA)	VALOR ACUMULADO (VA = DI + DA)	PESO [1] (P)	CONTRIBUIÇÃO DE CADA AÇÃO PARA O IE (P*A)
4160	0%	0,0%	400.000	0	400.000	0,2%	0,0%
4161	80%	80,0%	1.803.244	4.088.182	5.891.426	3,5%	2,8%
4162	100%	100,0%	63.691.763	84.560.350	148.252.113	86,8%	86,8%
4232	60%	60,0%	5.345.848	10.821.272	16.167.120	9,5%	5,7%
TOTAL			71.240.855	99.469.804	170.710.659[2]		95,3%[3]

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – 21/01/2013

[1] P= VA / VA_T [2] VA_T – Valor Acumulado Total [3] IE – Indicativo de Eficácia do Conjunto das Ações

De acordo com a metodologia proposta para avaliação, o resultado obtido para o IE, de 95,3%, aponta para eficácia dentro do previsto para o Programa 6228.

A seguir são apresentados os principais elementos considerados na avaliação das Ações para o cálculo do referido Indicativo:

AÇÃO 4160 – CADASTRAMENTO DAS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA E EXTREMA POBREZA.

Apresentou dois Subtítulos em 2012, um gerido pela SEDEST e outro pelo Fundo de Assistência Social. Cada Subtítulo se desmembra em uma única Etapa, com o mesmo propósito descrito pela Ação. Os recursos de cada Subtítulo foram cancelados ao longo do exercício. As atividades de cadastramento que constituem o propósito da Ação foram realizadas na Ação 4161, a seguir descrita. Por conta do cancelamento, a eficácia da Ação foi avaliada como 0%.

AÇÃO 4161 – GESTÃO E APRIMORAMENTO DOS BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Apresenta um único Subtítulo e uma única Etapa, REALIZAR A GESTÃO E APRIMORAMENTO DOS BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA – IGD-DF. Os recursos utilizados nesta Ação são executados pelo Fundo de Assistência Social, mediante convênio 000442/2005 – GDF/FAZ/MDSCF, e estão atrelados ao desempenho na gestão das condicionalidades medidos via IGD. Devem ser utilizados em propósitos específicos, conforme definidos anteriormente neste relatório.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003392 Verso

Em 2012, os recursos foram aplicados no contrato com o IDORT, para realização das atividades de cadastramento e atualização cadastral no CADÚNICO, que mantém pertinência com o propósito dos recursos destinados ao IGD.

A Ação não fez parte da amostra avaliada. No SAG sua quantidade está definida como 01 unidade, impedindo uma melhor avaliação de sua eficácia via sistema. Considerando que 80% dos recursos foram empenhados no exercício, que sua execução está pertinente com a finalidade prevista para os recursos do IGD e que, de fato, a atualização e cadastramento no CADÚNICO se consubstanciaram em realizações do Programa em 2012, a Ação foi avaliada com 80% de eficácia.

AÇÃO 4162 – COMPLEMENTAÇÃO DO BENEFÍCIO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

A Ação foi avaliada como tendo 100% de execução. Em 2012 houve a migração dos beneficiários do antigo PBF pactuado com PVM para o atual PBF mais DF Sem Miséria, e permanecem recebendo o PVM (modalidade bolsa social e bolsa escola) apenas as famílias já cadastradas no CADÚNICO que ainda não foram capturadas pelo PBF. A captura destas famílias pelo PBF depende da disponibilidade orçamentária do Programa na União. Todas as famílias capturadas pelo PBF que se enquadram nos critérios do DF Sem Miséria estão recebendo o benefício. Os recursos da Ação foram 100% empenhados em 2012.

AÇÃO 4232 – AÇÕES COMPLEMENTARES AO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

A Ação apresenta quatro subtítulos:

Subtítulos 2273 – ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR - CAPACITAÇÃO E RECICLAGEM DE MÃO DE OBRA - FENAÇÕES e 2274 – ASSISTÊNCIA AO TRABALHADOR - CAPACITAÇÃO E RECICLAGEM DE MÃO DE OBRA - CASA DO CEARÁ. Ambos são emendas parlamentares que apresentam uma única Etapa cadastrada no SAG. A dotação destes Subtítulos foi cancelada durante o exercício e, consequentemente, suas realizações físicas foram de 0%.

O Subtítulo 2275 – AÇÕES COMPLEMENTARES AO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA - FÁBRICAS SOCIAIS - DISTRITO FEDERAL apresenta uma única Etapa, IMPLANTAÇÃO DE FÁBRICAS SOCIAIS. O Subtítulo foi incluído no Programa ao longo do exercício, e sua quantidade prevista está descrita no SAG como uma unidade. O Subtítulo não foi avaliado durante os trabalhos de auditoria. Seus empenhos estão relacionados ao

aluguel de espaço para implantação da fábrica social e de elementos de infraestrutura (ar condicionado, mobiliário). Sua eficácia foi avaliada como 80%.

O Subtítulo 0001 – AÇÕES COMPLEMENTARES AO PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA contou com três etapas cadastradas no SAG. A Etapa 38 – CONCEDER ISENÇÃO DE TARIFA PÚBLICA PARA ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL não foi auditada durante o exercício. Seus empenhos estão relacionados às despesas com ressarcimento dos valores relativos aos abonos concedidos nas tarifas das contas de água e coleta de esgoto sanitário, no percentual de 70% do valor do faturamento das entidades beneficentes reconhecidas de utilidade pública pelo governo do Distrito Federal, sendo pagos à CAESB. A meta descrita no SAG, 5000 unidades, não mantém proporcionalidade com os valores executados. Sua execução terminou 2012 com 74 unidades beneficiárias e sua eficácia foi avaliada como 80%. A Etapa 39 – CONCEDER BOLSA UNIVERSITÁRIA PARA ESTUDANTES DE BAIXA RENDA, foi investigada em 2012, e teve sua eficácia avaliada como 100%. Sua execução esteve voltada para o propósito de extinção do benefício, o que está se verificando pela redução do número de benefícios concedidos em 2012, que passou de 1548 em janeiro para 1189 em dezembro. A Etapa 40 – CONCEDER BOLSA ALFABETIZAÇÃO PARA INSCRITOS NO CADASTRO ÚNICO não foi iniciada em 2012, e teve sua eficácia avaliada como 0%. Fazendo-se a média aritmética das três Etapas chega-se à eficácia de 60% para o Subtítulo 0001 da Ação 4232.

SPL PROC 039/2013 Folha Nº 003383 - Verso

INDICADORES DE EFICÁCIA DO PROGRAMA TEMÁTICO

Os indicadores 984 e 985 podem ser considerados como medidas da eficácia na realização da Ação 4162. Os índices obtidos estão apresentados na Tabela 8.

TABELA 8 – INDICADORES E ÍNDICES DESEJADOS E ALCANÇADOS DO PROGRAMA TEMÁTICO EM 2012

INDICADOR		UNIDADE DE MEDIDA	INFORMAÇÃO MAIS RECENTE		2012		FONTE DA INFORMAÇÃO
CÓD.	DESCRIÇÃO		ÍNDICE	DATA	RESULTADO	ÍNDICE	
984	ABRANGÊNCIA DO CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS NO DF	%			DESEJADO ALCANÇADO	50 100	CADASTRO ÚNICO PNAD/IBGE: CENSO/IBGE
985	TAXA DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COM RENDA PER CAPITA INFERIOR A R$100 COM COMPLEMENTO DE RECURSOS DO GDF	%			DESEJADO ALCANÇADO	75 100	CADASTRO ÚNICO PNAD/IBGE: CENSO/IBGE

FONTE: SIGGO/PPA – INDICADORES DE DESEMPENHO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Observa-se que os índices alcançados superaram expressivamente o valor desejado para 2012, ambos com resultado obtido de 100%. O indicador 984 reflete a eficácia da realização das buscas ativas realizadas pela SEDEST, garantindo que o total de famílias estimadas pelo CENSO como estando em situação de pobreza e extrema pobreza realizassem

seu cadastro no CADÚNICO. A busca ativa é o esforço de identificação e cadastramento das famílias pobres, especialmente as famílias em situação de extrema pobreza. Já o indicador 985 mostra que 100% das famílias que já estão sendo contempladas pelo PBF, e fazem jus ao benefício do DF sem miséria, estão recebendo o benefício.

Ressalta-se que não foi feita uma investigação direta sobre os cadastros durante os trabalhos desenvolvidos em 2012. A informação utilizada foi fornecida pela SEDEST e extraída dos sistemas governamentais

CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A EFICÁCIA

Entende-se que o Programa apresentou em 2012 eficácia dentro do previsto. Importante destacar, entretanto, que tal eficácia foi atestada dentro da ótica em que o Programa está estruturado neste exercício, ou seja, contemplando uma dinâmica de transição e extinção de benefícios.

III.2 – ANÁLISE DA EFICIÊNCIA

A eficiência do Programa 6228 foi avaliada como abaixo do desejado. Apresenta-se a seguir os pontos que embasaram a construção desta opinião:

RELAÇÃO ENTRE A REALIZAÇÃO DA META E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Não há qualquer relação de pertinência entre as quantidades previstas cadastradas no SAG para as etapas do Programa e a finalidade de sua execução. Os trabalhos de auditoria realizados permitem concluir que a execução do Programa em 2012 foi focada nas ações para o cadastramento no CADÚNICO e na migração para o benefício DF Sem Miséria. A meta, de fato, é o pagamento do benefício do DF Sem Miséria para 100% das famílias do CADÚNICO que façam jus ao benefício, paralelamente à extinção do PVM. O indicador 985 dá uma medida de sucesso na consecução desta meta. Como os benefícios são definidos por lei, com 100% de valores empenhados, é possível entender que o Programa demonstra eficiência por esta ótica. Para o PBU, de maneira semelhante, a meta prevista é a extinção do benefício, o que está sendo realizado com a formatura gradual dos beneficiários e não mais realizando cadastramentos de interessados no Programa.

PRAZOS PARA EXECUÇÃO DAS METAS PREVISTAS

Para a Ação 4162, os prazos para execução das etapas estão vinculados à disponibilidade orçamentária da União. Já para a Ação 4232, a Etapa 39 tem seu prazo de extinção vinculado à gradativa formatura dos beneficiários. A Etapa 40 não foi iniciada em 2012, descumprindo os prazos previstos por inércia do Executivo em regulamentar o benefício. A dimensão prazo, portanto, não permite estabelecer considerações adicionais acerca da questão da eficiência do Programa.

AVALIAÇÕES DOS CADASTROS

Quanto ao PBF, registre-se que o TCU realizou de 18 de fevereiro a 24 de julho de 2008, por meio de sua Secretaria de Fiscalização da Tecnologia da Informação em conjunto com a 4ª Secex, auditoria nos sistemas informatizados que suportam a operacionalização do Cadastro Único para Programas Sociais (CADÚNICO) e o pagamento dos benefícios a ele vinculados, processo TC-002.985/2008-1, apreciada na sessão de 08/05/2009, Acórdão nº 906/2009-TCU-Plenário.

Na época foram relatados, dentre outros achados, ocorrências de erros e indícios de fraudes conforme a seguir enumeradas: indício de existência de pessoas falecidas cadastradas no CADÚNICO recebendo benefícios; indício de registro das famílias com patrimônio incompatível com a situação declarada no CADÚNICO, indício de sub declaração de renda no CADÚNICO, indício de existência de políticos eleitos e suplentes cadastrados no CADÚNICO e beneficiários do Programa Bolsa Família.

Os cerca de 4.700 beneficiários do PVM mantêm o benefício por determinação legal. Somente no momento em que forem capturados pelo PBF é que de fato será avaliada a sua adequação às novas regras do PBF e DF Sem Miséria. Muitos podem ser desqualificados e excluídos por não se adequarem às novas regras. Por enquanto, subsiste a situação de transição.

No PBU, a auditoria realizada pela Comissão para Averiguação do Cumprimento das Condicionalidades pelos Bolsistas indicou impropriedades no cadastro relativo a 30% dos beneficiários da amostra avaliada. A amostra não foi expandida para averiguação da situação cadastral de todos os beneficiários. A decisão da Unidade é pela manutenção do benefício até sua extinção, o que significa um horizonte de mais dois ou três anos.

SFC 00820.009/2013 Folha nº 0038

INDICADORES E CONDICIONALIDADES

Os índices obtidos para os indicadores 976, 977, 1252, 1259 e 1263 estão apresentados na Tabela 9.

TABELA 9 – INDICADORES E ÍNDICES DESEJADOS DO PROGRAMA TEMÁTICO

INDICADOR		UNIDADE DE MEDIDA	INFORMAÇÃO MAIS RECENTE		2012		FONTE DA INFORMAÇÃO
CÓD.	DESCRIÇÃO		ÍNDICE	DATA	RESULTADO	ÍNDICE	
976	TAXA DE REGISTRO DE ACOMPANHAMENTO DE FAMÍLIAS COM PERFIL EDUCAÇÃO-ADOLESCENTES DE 16 A 17 ANOS	%			DESEJADO	67	SISTEMA DE CONDICIONALIDADES/SICON MDS
					ALCANÇADO	63,85	
977	TAXA DE REGISTRO DE ACOMPANHAMENTO DE FAMÍLIAS COM PERFIL SAÚDE	%			DESEJADO	35	SISTEMA DE CONDICIONALIDADES/SICON MDS
					ALCANÇADO	30,66	
1252	TAXA DE REGISTRO DE ACOMPANHAMENTO DE FAMÍLIAS COM PERFIL EDUCAÇÃO – CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE 6 A 15 ANOS	%			DESEJADO	88	SICON/MDS
					ALCANÇADO	85,24	
1259	PERCENTUAL DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COM PERFIL EDUCAÇÃO EM DESCUMPRIMENTO DA CONDICIONALIDADE	%			DESEJADO	4,6	SICON/MDS
					ALCANÇADO	3,05	
1263	PERCENTUAL DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COM PERFIL SAÚDE EM DESCUMPRIMENTO DA CONDICIONALIDADE	%			DESEJADO	0,54	SICON/MDS
					ALCANÇADO	0,35	

FONTE: SIGGO/PPA – INDICADORES DE DESEMPENHO POR PROGRAMA DE GOVERNO

Os três índices relativos às taxas de registro foram inferiores às metas desejadas. No caso da taxa de registro de famílias com perfil saúde, a situação é ainda mais crítica, uma vez que a meta prevista já estava no patamar de 35%. Os indicadores 1259 e 1263, que refletem o descumprimento de fato das condicionalidades previstas em lei, atingiram os índices previstos (nestes casos, quanto menores, tanto melhor). Entretanto, entende-se que a informação destes indicadores só será consistente quando houver uma taxa de registro significativa para ambos os perfis, saúde e educação.

O PBU também funciona hoje em descumprimento de suas condicionalidades, já que os estudantes beneficiários foram liberados de sua prestação devido à falta de estrutura para sua prestação. A implantação da contrapartida é fundamental na capacitação e enriquecimento profissional dos estudantes.

No que pese a identificação de boas práticas com relação ao Programa 6228 em 2012, em especial os esforços de busca ativa para cadastramento das famílias em situação de extrema pobreza, entende-se que as dificuldades relativas ao acompanhamento e cumprimento das condicionalidades definidas nos diplomas legais que regulamentam o Programa é ponto fundamental para a sua eficiência, o que resultou na avaliação de eficiência como abaixo do desejado.

SPL PROC 037/2013 Folha Nº 003395

III.3 – ANÁLISE DA EFETIVIDADE

Em setembro de 2000, representantes de 191 Estados Membros da Organização das Nações Unidas – ONU, incluindo 147 Chefes de Estado, assinaram a Declaração do Milênio, considerado o mais importante compromisso internacional em favor do desenvolvimento e da eliminação da pobreza e da fome no mundo. A Declaração refletiu objetivos previamente acordados sobre direitos humanos e direito ao desenvolvimento, notadamente os presentes no Pacto pelos Direitos Econômicos Sociais e Culturais, de 1966, na Declaração das Nações Unidas sobre o Direito ao Desenvolvimento (Resolução nº 41/123 de 1986, da Assembléia Geral da ONU), e nos documentos finais das conferências mundiais sobre temas sociais da década de 1990. A Declaração do Milênio deu origem a uma série de objetivos de desenvolvimento concretos e mensuráveis conhecidos como Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM. (http://www.itamaraty.gov.br).

Os oito ODM definidos pelas Nações Unidas, a serem alcançados até 2015, referem-se ao combate à pobreza e à fome, e à promoção da educação, da igualdade de gênero e de políticas de saúde, saneamento, habitação e meio ambiente. Para atingir esses objetivos, a ONU apresentou um conjunto de 18 metas, a serem monitoradas por 48 indicadores. No Brasil, estes objetivos foram traduzidos como os "8 jeitos de mudar o mundo":

FIGURA 2 – OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO

No Programa 6228, do total de nove Subtítulos, três (Cadastramento das Famílias em Situação de Pobreza e Extrema Pobreza, Gestão e Aprimoramento dos Benefícios de Transferência de Renda -IGD, Ações Complementares ao Programa de Transferência de Renda) são classificados como ODM, sendo, portanto, veículos para a concretização do propósito de acabar com a fome e a miséria assumido no ano 2000. O Programa, da forma como está estruturado no exercício de 2012, tem suas Ações fortemente focadas na atualização e cadastramento no CADÚNICO e na transição de benefícios para o DF Sem Miséria, que garantem de fato o acesso e a elevação da renda das famílias pobres e extremamente pobres do DF.

Os indicadores hoje previstos para o Programa, entretanto, fornecem medidas da eficácia e da eficiência das Ações, mas são incipientes para uma avaliação de fato sobre a superação da pobreza e extrema pobreza no DF. É importante que medidas claras de parâmetros sociais que mostrem o impacto da transferência de renda nas famílias pobres e extremamente pobres do DF sejam incorporadas à estrutura do Programa, garantindo a transparência e favorecendo o controle desse jeito de mudar o mundo.

Dessa forma, não foi possível avaliar a efetividade do Programa Temático 6228 – TRANSFERÊNCIA DE RENDA.

IV – CONCLUSÕES

Avalia-se que o Programa 6228 apresentou eficácia dentro do previsto e eficiência abaixo do desejado. A forma como o Programa está hoje estruturado impede a avaliação de sua efetividade.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003396

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICIÊNCIA E EFICÁCIA DA GESTÃO GOVERNAMENTAL, POR PROGRAMA

EXERCÍCIO 2012

PROGRAMA TEMÁTICO 6230 – TURISMO

SPL PROC 039 /2013 Folha nº 603386 Verso

RESUMO

O Programa Temático 6230 – TURISMO, relativo ao Macrodesafio – DESENVOLVER A ECONOMIA, COM DIVERSIFICAÇÃO DA BASE ECONÔMICA, POTENCIALIZANDO AS VOCAÇÕES DO DISTRITO FEDERAL, visa desenvolver o turismo no DF a partir do fomento e promoção de produtos e serviços com articulação entre poder público e setor privado, e possui um único Objetivo Específico, desdobrado em nove ações. A Unidade Orçamentária responsável por sua execução é a Secretaria de Turismo – Setur e, no exercício de 2012, este Programa Temático apresentou despesa autorizada de R$14,4 milhões e despesa liquidada de R$4 milhões. Este Programa Temático foi avaliado como ineficiente e com eficácia abaixo da prevista. Não houve como aferir a efetividade da gestão, uma vez que os resultados das ações implementadas pela Setur, a fim de fomentar o turismo no Distrito Federal, serão conhecidos a médio e a longo prazos.

I – CARACTERIZAÇÃO GERAL DO PROGRAMA TEMÁTICO

O Programa Temático 6230 – TURISMO está relacionado ao Macrodesafio – DESENVOLVER A ECONOMIA, COM DIVERSIFICAÇÃO DA BASE ECONÔMICA, POTENCIALIZANDO AS VOCAÇÕES DO DISTRITO FEDERAL, de acordo com o que preconiza o Anexo XX da Lei Orçamentária Anual do exercício de 2012, aprovada pela Lei nº 4.744/2011.

Conforme dispõe o Anexo II do PPA 2012/2015, o Objetivo Geral deste Programa Temático é desenvolver o turismo no DF a partir do fomento e promoção de produtos e serviços com articulação entre poder público e setor privado.

Ainda segundo o referido Anexo, o cumprimento desse Objetivo Específico para esse Programa Temático requer a realização das seguintes ações:

1. Criar um novo olhar sobre a imagem de Brasília;
2. Conscientizar a população para a importância do turismo;
3. Fortalecer o desenvolvimento socioeconômico por meio de atividade turística;
4. Cumprir e monitorar as políticas públicas de turismo;
5. Promover o destino por meio da integração e fortalecimento das entidades do setor produtivo do turismo;
6. Estruturar, aprimorar e promover o destino Brasília com foco na sustentabilidade, excelência e competitividade;
7. Potencializar a utilização da infraestrutura turística;
8. Adequar o quadro de pessoal e promover a valorização do servidor;
9. Implantar internamente políticas e práticas de democratização do conhecimento.

Há que se salientar que as ações anteriormente elencadas foram extraídas do Mapa Estratégico da Setur e aglomeradas como um único Objetivo Específico no Plano Plurianual 2012/2015, apesar de serem distintas entre si, pois envolvem três tipos diferenciados de perspectivas: do governo (itens 1 a 4); do cliente/beneficiário (itens 5, 6 e 7) e de aprendizagem e crescimento (itens 8 e 9).

Ainda segundo o Anexo II do PPA 2012/2015, o estímulo ao crescimento do setor turístico decorre de investimentos em infraestrutura básica, em equipamentos turísticos (hospedagem, transportes, convenções, lazer), em serviços de qualidade e na estruturação dos atrativos potenciais, desde que apoiado por seus colegiados parceiros, pela comunidade de cada cidade, estado e região.

A Lei nº 4.883, de 11/07/2012, dispõe sobre a política de turismo do Distrito Federal, seus princípios, diretrizes e estratégias.

De acordo com o Anexo II do PPA 2012/2015, a Unidade Orçamentária responsável pela execução deste Programa Temático é a Secretaria de Turismo, tendo como metas para o quadriênio:

- Aumentar o fluxo em 30% de turistas nacionais e internacionais;
- Aumentar de dois para três dias o tempo de permanência do turista no DF;

SPL PROT 009 /2013 Folha nº 000387

- Aumentar em 20% a quantidade de propostas deliberadas no Condetur/DF oriundas das Câmaras Temáticas;
- Realizar nove ações por ano de promoção nacional e internacional do destino Brasília;
- Qualificar 40% dos profissionais ligados às atividades características do turismo;
- Aumentar 10% da receita dos próprios da Secretaria por meio de captação de eventos (Centro de Convenções Ulysses Guimarães – CUG e Pavilhão Expobrasília);
- Ampliar em 200% o quadro de servidores efetivos na Setur;
- Melhorar a infraestrutura dos equipamentos turísticos (próprios) em 50%;
- Adequar a gestão do turismo com indicadores de monitoramento no destino Brasília em 100%.

Na Tabela 1 são apresentadas as Unidades Orçamentárias que participam da execução do Programa Temático.

TABELA 1 – DOTAÇÃO INICIAL E DESPESA AUTORIZADA DO PROGRAMA TEMÁTICO, POR UO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	SIGLA
11107	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SOBRADINHO	RA V
22101	SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS DO DISTRITO FEDERAL	SO
22201	COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL	NOVACAP
27101	SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DO DISTRITO FEDERAL	SETUR
28201	COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA	TERRACAP

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – 21/01/2013

O Anexo II do PPA 2012/2015 informa os seguintes indicadores para o Programa Temático TURISMO:

TABELA 2 – INDICADORES E ÍNDICES DESEJADOS DO PROGRAMA TEMÁTICO

INDICADOR		UNIDADE DE MEDIDA	INFORMAÇÃO MAIS RECENTE		DESEJADO EM				FONTE DA INFORMAÇÃO
CÓDIGO	DESCRIÇÃO		ÍNDICE	DATA	2012	2013	2014	2015	
876	PROPOSTAS DELIBERADAS PELO CONDETUR/DF	UNIDADE	8	07/2011	12	15	17	19	SUPOT/SETUR
1245	QUANTIDADE DE SERVIDORES EFETIVOS NA SETUR/DF	UNIDADE	12	07/2011	21	32	45	55	UAG/SETUR

FONTE: ANEXO II DO PPA 2012/2015

Para o alcance dos Objetivos Específicos deste Programa Temático, foram relacionadas Ações orçamentárias nos Anexos II e III do PPA 2012/2015e na LOA:

TABELA 3 – AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO PROGRAMA TEMÁTICO TURISMO (PPA E LOA)

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	PREVISÃO		
		ANEXO PPA		LOA
		II	III	
1134	(EP) CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE CONVENÇÕES TAGUAPARQUE (SO)	X	X	X
1471 *	MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	X	X	-
2265	(EP) AMIGOS DO TURISTA	X	X	-
2557	GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TI	X	X	X
3074	MELHORIAS NA SINALIZAÇÃO TURÍSTICA	X	X	-
3213	IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO	X	X	X
3215	REFORMA DO PAVILHÃO EXPOBRASÍLIA	X	X	-
3619	REVITALIZAÇÃO DO PROJETO ORLA	X	X	X
3676	CAPTAÇÃO DE EVENTOS	X	X	X
3801	REFORMA DO CENTRO DE CONVENÇÕES	X	X	X
3936	REVITALIZAÇÃO DA TORRE DE TV (SETUR/SO/TERRACAP)	X	X	X
4090	(EP) APOIO A EVENTOS	X	X	X
4091 *	APOIO A PROJETOS (FITUR)	X	X	-
4199	PROMOÇÃO LOCAL, NACIONAL E INTERNACIONAL DO TURISMO	X	X	X
4200	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO TURISTA	X	X	X
4201	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	X	X	X
4203	FOMENTO À ELABORAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS TURÍSTICOS	X	X	X
5018	IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DA POLÍTICA DO CONHECIMENTO	X	X	X
9104	APOIO FINANCEIRO A EVENTOS	-	X	-

FONTE: PPA 2012/2015 E LOA 2012

* Ações incluídas pela Lei nº 5.023/2013, que alterou o PPA 2012/2015 (publicada em 05/02/2013 e republicada em 06/02/2013)

Observa-se da Tabela 3 que:

- A ação 9104 foi incluída no Anexo III do PPA 2012/2015, porém não consta em seu Anexo II;
- As ações 2265, 3074, 3215 e 9104 estão incluídas no Anexo III do PPA 2012/2015, todavia não constam do Anexo XXI da LOA/2012 – Demonstrativo das Metas Físicas por Programa. Ressalte-se que, nesse Anexo do PPA, há previsão física e financeira para essas Ações em 2012;
- As ações 1471 e 4091 foram incluídas no Programa Temático em fevereiro/2013, com a publicação da Lei nº 5.023/2013.

SEI - PROCESSO Nº 0030/2013 Folha

I.1 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRA DO PROGRAMA TEMÁTICO

Na Tabela 4 apresenta-se a execução orçamentário-financeira deste Programa Temático, por Unidades Orçamentárias que o executam no Orçamento Fiscal e Seguridade Social. Ressalta-se que as descrições das UOs encontram-se na Tabela 1.

TABELA 4 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL, POR UO R$1,00

UO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A) %	EMPENHADO (C)		(C/B) %	LIQUIDADO (D)		(D/C) %	(D/B) %
	VALOR	%*	VALOR	%*		VALOR	%*		VALOR	%*		
11107	200.000	1,3	75.000	0,5	37,5	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
22101	260.000	1,7	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
22201	7.000.000	44,5	7.000.000	48,3	100,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
27101	8.256.445	52,5	7.411.695	51,2	89,8	5.899.534	100,0	79,6	4.068.534	100,0	69,0	54,9
TOTAL	15.716.445		14.486.695		92,2	5.899.534		40,7	4.068.534		69,0	28,1

FONTE: SIGGo/DISCOVERER – 09/01/2013

* Percentual do valor de cada UO em relação ao total do Programa Temático

A Tabela 5 demonstra a execução orçamentário-financeira do Programa Temático, por Ações Orçamentárias que o integram no Orçamento Fiscal e Seguridade Social. Ressalte-se que as descrições dessas Ações encontram-se na Tabela 3.

TABELA 5 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL, POR AÇÃO R$1,00

AÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A) %	EMPENHADO (C)		(C/B) %	LIQUIDADO (D)		(D/C) %	(D/B) %
	VALOR	%*	VALOR	%*		VALOR	%*		VALOR	%*		
1134	200.000	1,3	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
2557	650.000	4,1	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
3213	200.000	1,3	200.000	1,4	100,0	200.000	3,4	100,0	200.000	4,9	100,0	100,0
3619	250.000	1,6	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
3676	100.000	0,6	25.000	0,2	25,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
3801	200.000	1,3	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
3936	7.310.000	46,5	7.000.000	48,3	95,8	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
4090	1.200.000	7,6	836.001	5,8	69,7	722.451	12,2	86,4	722.451	17,8	100,0	86,4
4199	2.438.983	15,5	4.515.148	31,2	185,1	4.448.883	75,4	98,5	2.617.883	64,3	58,8	58,0
4200	160.000	1,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0,0
4201	400.000	2,5	45.000	0,3	11,2	45.000	0,8	100,0	45.000	1,1	100,0	100,0
4203	2.207.462	14,0	1.465.545	10,1	66,4	100.000	1,7	6,8	100.000	2,5	100,0	6,8
5018	400.000	2,5	400.000	2,8	100,0	383.200	6,5	95,8	383.200	9,4	100,0	95,8
TOTAL	15.716.445		14.486.695		92,2	5.899.534		40,7	4.068.534		69,0	28,1

FONTE: SIGGo/DISCOVERER – 09/01/2013

* Percentual do valor de cada UO em relação ao total do Programa Temático

O Programa contou ainda com recursos da Terracap provenientes do Orçamento de Investimento, conforme apresentado na Tabela 6.

TABELA 6 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO, POR AÇÃO R$1,00

AÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL (A)		DESPESA AUTORIZADA (B)		(B/A)	EXECUTADO (C)		(C/B)
	VALOR	% *	VALOR	% *	%	VALOR	% *	%
3936	8.400.000	100,0	5.368.855	100,0	63,9	1.435.501	100,0	26,7
TOTAL	8.400.000		5.368.855		63,9	1.435.501		26,7

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – 21/01/2013

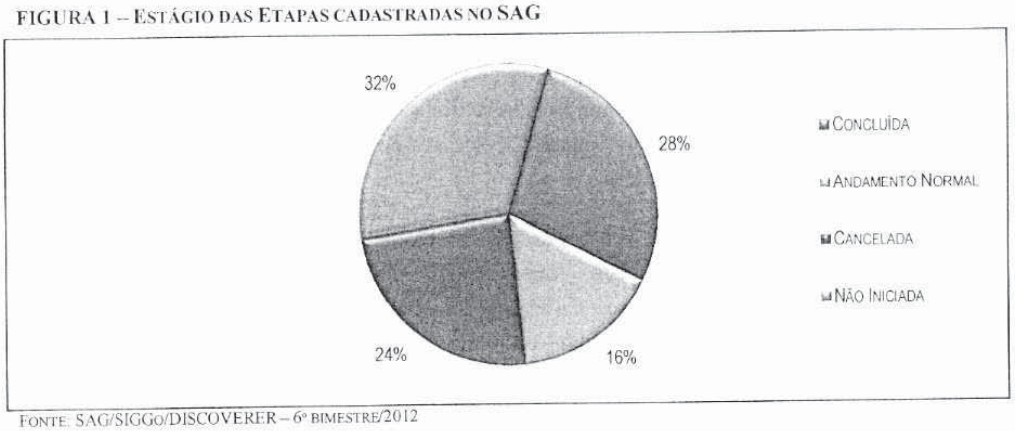
* Percentual do valor de cada Ação em relação ao total do Programa Temático

I.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DO PROGRAMA TEMÁTICO

O acompanhamento da realização física da ação governamental é realizado por meio do Sistema de Acompanhamento Governamental – SAG/SIGGo. No referido sistema devem ser cadastradas etapas para todo Subtítulo com despesa autorizada não nula. As etapas possuem metas e datas previstas de início e fim, sendo que as atualizações quanto às informações de realização física ou possíveis causas de desvio em relação ao previsto são feitas bimestralmente. O Programa 6230 apresenta, em 2012, um total de 25 etapas cadastradas.

Na Figura 1 demonstra-se a estatística dos estágios, ao final do exercício de 2012, das etapas cadastradas no SAG/SIGGo para este Programa Temático. Observa-se que não foram realizadas 56% das etapas.

FIGURA 1 – ESTÁGIO DAS ETAPAS CADASTRADAS NO SAG



FONTE: SAG/SIGGO/DISCOVERER – 6º BIMESTRE/2012

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003399

II – ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA

Os trabalhos de auditoria foram realizados no período de maio de 2012 a fevereiro de 2013, na Secretaria de Turismo – Setur. E também nas Secretarias de Esportes – Sesp e de Cultura – SeCult, pois houve descentralização de crédito da Setur para essas UOs.

Para a definição da Categorização das Ações que integram o Programa Temático TURISMO, levaram-se em consideração os critérios de materialidade, de criticidade e de relevância operacional.

Assim, foram selecionadas cinco Ações integrantes deste Programa Temático:

- 3936 – REVITALIZAÇÃO DA TORRE DE TV;
- 4199 – PROMOÇÃO LOCAL, NACIONAL E INTERNACIONAL DO TURISMO;
- 4200 – SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO TURISTA;
- 4201 – MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONDETUR;
- 4203 – FOMENTO À ELABORAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS TURÍSTICOS.

Posteriormente, quando da execução da auditoria de campo, decidiu-se por incluir nessa avaliação as Ações 4090 – APOIO A EVENTOS e 5018 – IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DA POLÍTICA DO CONHECIMENTO, tendo em vista a pertinência dos eventos apoiados em relação aos objetivos do Programa Temático e os impactos da Gestão da Política do Conhecimento na execução de diversas Ações que integram este Programa.

Para a avaliação da eficácia utilizou-se a metodologia padronizada de cálculo do Indicativo de Eficácia do Conjunto das Ações – IE.

Quanto à eficiência, empregou-se como critérios de avaliação a análise dos gastos relacionados às despesas vinculadas às ações selecionadas, o exame da pertinência dessas despesas com os objetivos dessas ações e a verificação da qualidade do produto ofertado ao público-alvo dessas ações.

Assim, como suporte inicial para a avaliação da eficiência, consultou-se o documento "Mapeamento de Ações Orçamentárias" da Subsecretaria de Planejamento Governamental/Seplan, verificou-se a legislação pertinente a cada uma das ações, acompanhou-se a divulgação de notícias nos meios de comunicação (internet, televisão e jornal) sobre assuntos pertinentes ou correlatos às ações em exame e extraíram-se as despesas realizadas em cada uma das ações por meio do Sistema Integrado de Acompanhamento Contábil – SIAC/SIGGo, utilizando o extrator de dados *Discoverer*.

SFL PROC 039 /2013 Folha Nº 003389 Verso

A partir dessas informações realizaram-se questionamentos formais, selecionaram-se e examinaram-se processos, produziram-se questionários de avaliação, realizaram-se visitas técnicas, entre outros.

III – RESULTADOS E ANÁLISES

Apresenta-se a seguir o resultado das avaliações realizadas nas Ações, Subtítulos e Etapas que compõem o Programa Temático TURISMO.

III.1 – ANÁLISE DA EFICÁCIA

A Tabela 7 apresenta a última etapa de cálculo do Indicativo de Eficácia do Conjunto das Ações do Programa – IE, tendo como parâmetro a realização física das etapas cadastradas no SAG/SIGGo.

TABELA 7 – CÁLCULO DO INDICATIVO DE EFICÁCIA DO CONJUNTO DAS AÇÕES – IE R$1,00

AÇÃO	REALIZAÇÃO SAG	REALIZAÇÃO CONSIDERADA (A)	DOTAÇÃO INICIAL (DI)	DESPESA AUTORIZADA (DA)	VALOR ACUMULADO (VA = DI + DA)	PESO (1) (P)	CONTRIBUIÇÃO DE CADA AÇÃO PARA O IE (P*A)
1134	0,0%	0,0%	200.000	0	200.000	0,5%	0,0%
2557	0,0%	0,0%	650.000	0	650.000	1,5%	0,0%
3213	0,0%	0,0%	200.000	200.000	400.000	0,9%	0,0%
3619	0,0%	0,0%	250.000	0	250.000	0,6%	0,0%
3676	0,0%	0,0%	100.000	25.000	125.000	0,3%	0,0%
3801	0,0%	0,0%	200.000	0	200.000	0,5%	0,0%
3936	49,0%	49,0%	15.710.000	12.368.855	28.078.855	63,9%	31,3%
4090	12,7%	12,7%	1.200.000	836.001	2.036.001	4,6%	0,6%
4199	95,7%	95,7%	2.438.983	4.515.148	6.954.131	15,8%	15,1%
4200	0,0%	0,0%	160.000	0	160.000	0,4%	0,0%
4201	100,0%	100,0%	400.000	45.000	445.000	1,0%	1,0%
4203	75,5%	75,5%	2.207.462	1.465.545	3.673.007	8,4%	6,3%
5018	0,0%	0,0%	400.000	400.000	800.000	1,8%	0,0%
TOTAL			24.116.445	19.855.549	43.971.994 (2)	100%	54,4% (3)

FONTE: SIGGO/DISCOVERER – 21/01/2013

(1) P= VA / VA_T (2) VA_T – Valor Acumulado Total (3) IE – Indicativo de Eficácia do Conjunto das Ações

O indicativo aponta para eficácia abaixo do previsto, considerando como 80% o valor mínimo esperado para eficácia dentro do previsto.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003390-

As Ações 3213 – IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO e 5018 – IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DA POLÍTICA DO CONHECIMENTO foram classificadas no SAG/SIGGo como "concluídas". No entanto, as informações constantes nos campos "etapas realizadas" indicam que as "etapas previstas" dessas Ações ainda não foram realizadas. Dessa forma, tiveram seus percentuais de execução avaliados, pela equipe de auditoria, em 0%.

A Ação 3936 – REVITALIZAÇÃO DA TORRE DE TV, apesar de ser a quarta em percentual de realização física, contribuiu com maior peso para o cálculo do IE, em razão de ser a primeira em Valor Acumulado.

No extremo oposto, a Ação 4201 – MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO, apesar de ser a primeira em percentual de realização física, teve contribuição irrelevante para o cálculo do IE, uma vez que apresentou 1% do total do Valor Acumulado.

Com 0% de realização física, 62% das ações que integram o Programa Temático não contribuíram para o resultado do IE.

Para avaliação da eficácia, não se utilizaram os indicadores "Propostas deliberadas pelo Condetur/DF" e "Quantidade de Servidores Efetivos na Setur/DF", tendo em vista que os resultados alcançados em 2012 não foram registrados no Relatório Indicadores de Desempenho por Programa de Governo, do Módulo Planos Plurianuais do Governo – PPA/SIGGo, conforme consulta em 07/03/2013.

SPL FROC 039 /2013 Folha Nº 003390-Verso

III.2 – ANÁLISE DA EFICIÊNCIA

Apresenta-se a seguir a análise das Ações selecionadas para medir a eficiência do Programa Temático TURISMO, conforme disposto no Item II – ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA.

Ressalte-se que houve, por parte da Secretaria de Turismo, atraso excessivo no cumprimento dos prazos estabelecidos pela equipe de auditoria para prestação das informações solicitadas, em que pese terem sido expedidos ofícios desta Controladoria reiterando a importância do atendimento desses prazos. Dessa forma, ficou comprometido o aprofundamento da análise da eficiência do Programa Temático Turismo, tendo em vista a exiguidade do tempo para análise e reavaliações para a conclusão dos trabalhos.

AÇÃO 3936 – REVITALIZAÇÃO DA TORRE DE TV

A Setur informou que, por decisão do Governo, as obras de revitalização da Torre de TV são de responsabilidade da Novacap, com recursos provenientes do Convênio NUTRA/PROJU Nº 72/2011 celebrado com a Terracap, com interveniência da Secretaria de Obras – SO.

Segundo o relatório de atividades da SO, especificamente em relação à revitalização da Torre de TV com recursos do mencionado Convênio, encontravam-se em andamento, em 2012, a construção de duas casas de máquinas, a instalação de quatro escadas rolantes e de dois elevadores elétricos e as obras de interligação da referida Torre à Feira de Artesanato.

Porém, parte das obras de revitalização da Torre de TV não está inserida nesse Convênio. As seguintes atividades estão a cargo da Setur: revitalização do mezanino e substituição das placas de sinalização turística e interpretativa do monumento. No entanto não foram realizadas em 2012, visto que se encontravam, nesse exercício, em fase de elaboração de projeto.

Relativamente às obras de responsabilidade da Novacap, observou-se que foram executadas, com recursos da Terracap, no Orçamento de Investimentos e que, segundo o Demonstrativo da Execução Físico–Financeira por Programa de Trabalho em Nível de Projeto–SAG/SIGGo, as etapas estavam em andamento normal.

No entanto, não há como avaliar a eficiência dessa Ação, tendo em vista que:

- 57% da Despesa Autorizada estava prevista para ser executada pela Setur;
- não houve execução orçamentária dos recursos dessa Ação por parte da Setur;
- a interligação da plataforma superior e inferior da Torre de TV com a Feira de Artesanato, por meio do Convênio NUTRA/PROJU Nº 72/2011 também está sendo executada com recursos da Ação 1110 do Programa 6208 – DESENVOLVIMENTO URBANO.

SEL PROC 039 /2013 Folha Nº 00339

AÇÃO 4090 – APOIO A EVENTOS

Embora não tenha sido inicialmente selecionada pela equipe, considerou-se importante analisar as despesas realizadas com recursos dessa Ação, tendo em vista a pertinência dos eventos financiados, em relação aos objetivos do Programa Temático.

Por meio da Portaria Conjunta nº 01, de 23/02/2012, houve descentralização de créditos orçamentários da Secretaria de Turismo para a Secretaria de Cultura com o objetivo de apoiar a realização do projeto "Canto Brilho Tikmu'um no Limite do Fértil" sobre o povo indígena Maxakali. Porém, esses recursos foram utilizados na contratação de grupos artísticos para participarem dos eventos "Ação Cultural Contra o Trabalho Escravo" (Processos nºs 150.001.461/2012 e 150.001.462/2012) e "39ª Quermesse do Templo Budista de Brasília" (Processo nº 150.002.213/2012) e do Seminário "Perspectivas e Democratização nos Espaços Museais" (Processo nº 150.001.516/2012).

SEI/GDF 039 /2013 Folha Nº 0003741 - Versão 1

TABELA 8 – DETALHAMENTO DOS GASTOS RELATIVOS À DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITOS R$1,00

PROJETO	GRUPO ARTÍSTICO	VALOR (R$)
AÇÃO CULTURAL CONTRA O TRABALHO ESCRAVO	GRUPO TEATRAL ADEILTON LIMA	2.000,00
AÇÃO CULTURAL CONTRA O TRABALHO ESCRAVO	CIA BONECO E RISO	6.000,00
I SEMINÁRIO DEMOCRATIZAÇÃO NOS ESPAÇOS MUSEAIS	BANDA BRAZILIAN BLUES BAND	15.000,00
39ª QUERMESSE DO TEMPLO BUDISTA DE BRASÍLIA	GRUPO "PATUBATÊ	25.000,00
TOTAL		**48.000,00**

FONTE: OFÍCIO Nº116 /2012-SPPC/SECULT.

Além disso, não foi comprovada pela Secretaria de Cultura a realização do projeto sobre o povo indígena Maxakali.

Relativamente aos citados processos, foram identificadas as seguintes irregularidades:

NÃO COMPROVAÇÃO DA PERTINÊNCIA DOS EVENTOS OBJETOS DESSES PROCESSOS COM O FOMENTO AO TURISMO NO DISTRITO FEDERAL

A Secretaria de Cultura informou que a pertinência do evento "Ação Cultural Contra o Trabalho Escravo" com o fomento ao turismo local deu-se pela "*promoção da cultura local por meio do turismo, por divulgar expressões culturais da cidade em ambiente onde se encontravam representantes de várias entidades sindicais, associações do terceiro setor e representantes dos poderes legislativo e executivo das unidades federativas e do Distrito Federal*".

Quanto ao Seminário "Perspectiva e Democratização nos Espaços Museais", a SeCult informou que é clara a estratégia de fortalecer o fomento ao turismo pelo tema do evento.

Apesar de as atividades de expressão cultural estarem inseridas na Política Nacional de Turismo, conforme inciso VII, art. 5º da Lei nº 11.771/2008, não estão evidenciadas nos processos examinados, assim como nas respostas encaminhadas pela SeCult, como esses eventos contribuiriam para atrair turistas para o Distrito Federal ou para prolongar seu tempo de permanência, tendo em vista não terem sido devidamente comprovados nos autos a dimensão desses atrativos: o público alvo atingido e a divulgação na mídia. Por exemplo, segundo o Relatório da Gerente do Centro Cultural Três Poderes, a apresentação da banda Brazilian Blues Band no Seminário "Perspectiva e Democratização nos Espaços Museais" reuniu público de aproximadamente 60 pessoas.

Acrescente-se que o Tribunal de Contas do DF, por meio do item II, letra b, da Decisão nº 5.259/2012[1], determinou à Secretaria de Cultura que demonstrasse adequadamente o custo-benefício da contratação, individualizado, por artista, e a existência de interesse público devidamente justificado.

NÃO COMPROVAÇÃO DA REALIZAÇÃO DE EXAUSTIVA PESQUISA DE PREÇOS DE MERCADO

A Secretaria de Cultura não demonstrou a realização de exaustiva pesquisa de mercado, com o intuito de comparar o cachê cobrado pelos artistas contratados por meio desses processos com outras apresentações em condições semelhantes àquelas em que ocorreram esses eventos, contrariando os termos do Parecer Normativo nº 393/2008–PROCAD/PGDF. A Secretaria limitou-se a informar que os valores pagos aos artistas contratados foram comprovados por meio das notas fiscais e de cópias de contratos constantes dos autos.

Aliás, a respeito dessa forma de comprovação, o Tribunal de Contas do DF, por meio da Decisão nº 5.259/2012, item II, letra a, determinou a essa Secretaria que, doravante, na contratação de profissionais do setor artístico, para realização de shows e eventos culturais, justifique os preços contratados comparando-se o cachê cobrado por aquele artista com outras apresentações em condições semelhantes àquelas em que se dará o evento, não se mostrando

SFL PROC 039 /2013 Folha Nº 003392

[1] Referente ao Processo nº 38.757/2010, publicada no DODF nº 207, de 11/10/2012, p. 27

aceitável, para esse mister, que a justificativa seja feita pelo próprio artista mediante cópias de contratos anteriores.

De igual forma, não se demonstrou que a referida pesquisa incluiu: tanto o preço cobrado em eventos particulares como em eventos custeados por verba pública; preços cobrados por artistas de semelhante consagração na crítica especializada ou opinião pública; número de pessoas envolvidas na realização desses eventos; duração desses eventos.

Também foi custeado com recursos dessa Ação o evento "Corpus Christi", realizado pela Arquidiocese de Brasília, em 07/06/2012 (Processo nº 510.000.295/2012).

O exame do mencionado Processo revela transferência dos recursos à Obras de Assistência e Serviço Social da Arquidiocese de Brasília – OASSAB sem que tenha havido autorização de liquidação da despesa e do seu pagamento por parte do Ordenador de Despesa da Secretaria de Turismo, conforme caput dos arts. 59 e 63 do Decreto nº 32.598/2010.

Diante do exposto, constata-se que não foi eficiente a utilização dos recursos destinados à Ação 4090.

AÇÃO 4199 – PROMOÇÃO LOCAL, NACIONAL E INTERNACIONAL DO TURISMO

A Secretaria de Turismo, por meio do documento denominado "Mapeamento de Ações Orçamentárias", listou 11 atividades a serem implementadas no exercício de 2012, a fim de desenvolver o turismo no Distrito Federal a partir do fomento e promoção de produtos e serviços com articulação entre o poder público e o setor privado:

1. Promover a inclusão da produção local associada ao turismo no destino, roteiros e equipamentos turísticos;
2. Divulgar e apoiar a comercialização;
3. Realizar eventos para divulgação da legislação turística e para mobilização e sensibilização com fins de cadastramento dos prestadores de serviços turísticos;
4. Realizar ações conjuntas para sensibilizar as entidades e associações do Cadastur;
5. Realizar ações de promoção;
6. Integrar, capacitar e divulgar campanhas e eventos especiais;
7. Elaborar ações de relações públicas;

8. Construir plano de mídia;
9. Criar identidade visual;
10. Maximizar os canais de comunicação de relacionamento e redes (redes sociais, portal institucional, portal de promoção de destino);
11. Fortalecer a rede de relacionamento para os diversos públicos.

A seguir, algumas considerações a respeito dessas atividades:

PROMOVER A INCLUSÃO DA PRODUÇÃO LOCAL ASSOCIADA AO TURISMO NO DESTINO, ROTEIROS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS E DIVULGAR E APOIAR A COMERCIALIZAÇÃO

A Setur informou que considera produção associada ao turismo qualquer produção artesanal, industrial ou agropecuária que detenha atributos naturais ou culturais de uma determinada localidade ou região capazes de agregar valor aos produtos turísticos. Informou ainda que segue as orientações da Coordenação Geral de Produtos Associados ao Turismo/Departamento de Qualificação e Certificação e de Produção Associada ao Turismo/Ministério do Turismo – Mtur.

Na análise quanto aos critérios de seleção dos produtos associados ao turismo a terem sua produção, divulgação e comercialização fomentadas, a Secretaria de Turismo informou que inicialmente faz uso de cadastro de associações ou cooperativas de artesãos ou produtores agroindustriais ou de artesãos individuais da própria Setur, da Secretaria de Trabalho – Setrab ou da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do DF – Emater. Os artesãos devem possuir carteira emitida pela Setrab e os produtos devem estar de acordo com o tema do evento, devem ser produzidos em Brasília e devem ter características que remetam ao destino com atributos naturais ou culturais.

Contudo, a Setur não informou quais os produtos associados ao turismo terão sua produção, divulgação e comercialização fomentadas, nem os critérios a serem aplicados na seleção desses trabalhos.

Além disso, a Secretaria não apresentou convênio vigente em 2012 destinado a fomentar os produtos associados ao turismo. Informou apenas a respeito do Convênio nº 01/2010, celebrado entre a então Brasiliatur e o Instituto Cultural e Educacional do Paraguaçu, com vigência encerrada em 30/09/2010, cujo objeto era fortalecer as atividades relacionadas à produção associada ao turismo contribuindo para o fortalecimento do Polo Cultural da Vila Planalto.

SPL PROC 039/2013 Folha Nº 003393

Observou-se também que a Secretaria ainda não possui plano de fomento dos produtos associados ao turismo que terão sua produção, divulgação e comercialização apoiadas. No entanto, a Setur apresentou os seguintes projetos:

- Proposta de Convênio com o Mtur nº 10075/2012 – elaboração de catálogo de Produção Associada ao Turismo, que servirá de ferramenta para a promoção e o apoio à comercialização dos seus produtos, entre outros benefícios;
- Proposta de Convênio com o Mtur – aguardando abertura do SICONV, visando capacitação da Produção Associada no Distrito Federal;
- Projeto do SEBRAE – tem por objeto o fomento à produção associada ao turismo do DF.

Posteriormente às informações prestadas pela Secretaria de Turismo, constatou-se a celebração em 30/11/2012 do Convênio nº 775335/2012, entre a Setur e o Ministério do Turismo, no valor global de R$393.863,00, objetivando a elaboração e a produção do "Catálogo da Produção Associada ao Turismo do Distrito Federal".

Portanto, tendo em vista as informações prestadas pela Setur, não houve no ano de 2012 a promoção da inclusão da produção local associada ao turismo no destino, roteiros e equipamentos turísticos, nem sua divulgação e comercialização.

REALIZAR EVENTOS PARA DIVULGAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TURÍSTICA E PARA MOBILIZAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO COM FINS DE CADASTRAMENTO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS TURÍSTICOS E REALIZAR AÇÕES CONJUNTAS PARA SENSIBILIZAR AS ENTIDADES E ASSOCIAÇÕES DO CADASTUR

Consoante informações extraídas da página eletrônica do Ministério do Turismo, diversas ações foram criadas para colaborar com o crescimento do potencial turístico no Brasil. Dentre elas, o Cadastur, cujo objetivo é cadastrar todos os prestadores de serviços turísticos legalmente constituídos e em operação. A análise da documentação e homologação do cadastro e consequente disponibilização do certificado, no caso do Distrito Federal, são realizadas pela Secretaria de Turismo.

Segundo a Setur, o Cadastur tem função de disseminar aos prestadores de serviços de turismo informações sobre legislação turística e atividades que acontecem no setor, como por exemplo, cursos de qualificação. Além disso, os dados dos prestadores de

SFL. PROC 037 /2013 Folha Nº 0033973 Ass.

serviços podem ser acessados por turistas para que saibam que estão contratando serviços certificados, legalizados e fiscalizados pelo Ministério do Turismo e pela Setur.

A Secretaria informou sobre a existência de Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2010 com o Ministério do Turismo, que tem como objeto a conjugação de esforços dos partícipes para dar continuidade às ações de descentralização das atribuições do Mtur por meio do Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, visando executar o Programa de Normatização do Turismo, no tocante às funções de cadastramento, controle e fiscalização dos prestadores de serviços turísticos e de suas empresas, empreendimentos e equipamentos, na forma do art. 44 da Lei nº 11.771/2008, *in verbis*:

> Art. 44. O Ministério do Turismo poderá delegar competência para o exercício de atividades e atribuições específicas estabelecidas nesta Lei a órgãos e entidades da administração pública, inclusive de demais esferas federativas, em especial das funções relativas ao cadastramento, classificação e fiscalização dos prestadores de serviços turísticos, assim como a aplicação de penalidades e arrecadação de receitas.

A Setur informou que, em 2012, foram realizadas as seguintes ações conjuntas com vistas a sensibilizar as entidades e associações cadastradas no Cadastur:

- Mobilização dos prestadores de serviços turísticos em parceria com o Banco do Brasil, a Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste e o Banco Regional de Brasília para Oficina do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO Turismo;
- Seminário "Facilidades do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) e Cadastur", realizado na Administração Regional de Brazlândia, em conjunto com o Banco do Brasil e a Superintendência de Desenvolvimento do Centro Oeste.

De acordo com informações obtidas no endereço eletrônico do Centro de Excelência em Turismo – CET/UnB[2] e da Administração Regional de Brazlândia[3], nesses eventos, voltados a empresários, empreendedores e agentes do setor turístico, foram realizadas palestras com vistas a prestar esclarecimentos sobre o FCO e sobre a importância da regulamentação das atividades turísticas. Representante da Setur fez breve síntese sobre o Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos, o Cadastur.

SPL PROC 039/2013 Folha Nº 003394

---

[2] http://www.cet.unb.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2080:nova-oficina-abordara-o-fco-para-o-turismo&catid=34&Itemid=111

[3] http://www.brazlandia.df.gov.br/noticias/item/2151-semin%C3%A1rio-%E2%80%9Cfacilidades-do-fco-e-cadastur%E2%80%9D.html

Também foi informado pela Secretaria que no ano de 2012 participou de evento reunindo operadores turísticos de países como Itália, Portugal e Espanha, visando à promoção, inclusão e ampliação da oferta do destino Brasília em seus catálogos. Nessa ocasião, dentre outras ações, a Setur apresentou o Sistema Cadastur como um cadastro de empresas regularizadas que compõem a cadeia produtiva do turismo e foi distribuído material publicitário destinado aos prestadores de serviços turísticos.

Assim, identificou-se a realização de apenas três eventos ao longo de todo ano de 2012, com objetivo de divulgar a legislação turística, para mobilização e sensibilização com fins de cadastramento dos prestadores de serviços turísticos.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003394 - Verso

REALIZAR AÇÕES DE PROMOÇÃO

Segundo a Setur, o planejamento acerca dos eventos que a Secretaria irá participar ou apoiar é feito anualmente com base no calendário de eventos do Governo do Distrito Federal, levando em conta aqueles promovidos prioritariamente pelas Secretarias de Turismo, de Cultura e de Esporte. Outros ingressam posteriormente ao calendário por demandas dos demais órgãos do GDF ou do Governo Federal.

Para definir a participação nos eventos, a Setur informou que considera o porte, a abrangência, o interesse público, a possibilidade de promover e de divulgar as potencialidades de Brasília, bem como se é possível fomentar e desenvolver o turismo local alimentando a cadeia produtiva do turismo.

De acordo com essa Secretaria, esse planejamento é baseado na análise minuciosa efetuada por seus técnicos sobre a potencialidade dos mercados em que ocorrem eventos, incluindo público alvo, possibilidade de negócios e de captação de eventos.

Além disso, esclareceu que tem como fonte de consulta, pesquisas realizadas nos Centros de Atendimento ao Turista – CATs, Instituto Brasileiro de Turismo – Embratur, Ministério do Turismo – MTur, Associação Brasileira de Agências de Viagens – ABAV, Serviço brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, Fundação Getulio Vargas – FGV e *International Congress and Convention Association* – ICCA.

A Secretaria de Turismo informou também que as participações em eventos têm como propósito incentivar operadores e agentes de turismo a comercializarem o destino Brasília. Assim, visa alcançar os turistas nacionais e internacionais, bem como o *trade* do turismo (operadores, agentes de viagens, restaurantes, receptivo, atrativos culturais, locadoras

de carros, instituições de ensino voltadas para o turismo, hotelaria, guias, organizadores de eventos), jornalistas locais, nacionais e internacionais, comércio, táxis, profissionais do turismo e toda a cadeia produtiva.

Em complemento às informações prestadas, essa Secretaria esclareceu que tem como meta promover "um novo olhar sobre Brasília". Esse propósito é fruto do resultado de pesquisa que demonstra a necessidade de mudança na forma como os brasilienses e os brasileiros veem a cidade.

Para que seus servidores participassem de eventos destinados à promoção do turismo no DF, a Setur gastou, até 06/12/2012, R$265.522,81 com despesas de diárias nacionais e internacionais, e R$133.295,96 com passagens aéreas, totalizando R$398.818,77.

Observa-se que, de acordo com as informações prestadas por essa Secretaria, as ações de fomento ao turismo para o Distrito Federal se concentraram especialmente na participação dos servidores da Setur em eventos nacionais e internacionais.

Quando da análise dos processos relativos aos eventos de que essa Secretaria participou, observou-se inexistência de relatórios circunstanciados, detalhando, por exemplo: motivação da participação no evento, público alvo, localização do evento, resultado almejado a curto, médio e longo prazos, expositores, contatos efetivados, resultados alcançados, quantidade de visitantes e disseminação das informações sobre ideias inovadoras e experiências bem sucedidas no setor.

Em face disso conclui-se que as ações de fomento ao turismo no Distrito Federal estão adstritas a participações em Feiras, Festivais e Exposições de Turismo, nacionais e internacionais, havendo expectativa de que esse trabalho venha divulgar os produtos e serviços disponíveis em Brasília por meio dos materiais distribuídos e de participações em coletivas de imprensa ocorridas nesses eventos, aumentando a atratividade do turismo para o Distrito Federal.

Contudo, os resultados do trabalho de promoção do turismo no DF não podem ser mensurados imediatamente, pois, segundo a Setur, os efeitos de toda a evolução do segmento turístico no DF serão apurados por meio do Observatório do Turismo, que se encontra em construção.

Além disso, em análise ao Processo nº 510.000.137/2012, que trata da participação da Setur na 21ª edição do Brazil National Tourism Mart – BNTM, observou-se que não há comprovação, mediante pesquisa de preços, da compatibilidade dos valores

SL FOLHA Nº 00395

contratados com os praticados no mercado, em cumprimento ao disposto no inciso III, parágrafo único, art. 26 da Lei nº 8.666/1993 e nos termos do item II, letra "a" da Decisão nº 6.938/2001 – TCDF.

A Setur alegou que não realizou pesquisa de preços, em razão da exclusividade da Fundação Comissão de Turismo Integrado do Nordeste para realizar a 21ª edição do Brazil National Tourism Mart – BNTM. Tal argumentação está em desacordo com a Decisão nº 6.938/2001 – TCDF e o Acórdão TCU nº 1.782/2010 – Plenário, considerando que essa despesa foi efetuada por dispensa de licitação, com base no art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/1993. Por meio do referido acórdão, o Tribunal de Contas da União determinou à Companhia Docas do Espírito Santo – CODESA que fizesse constar dos processos de contratação direta, inclusive por meio de licitação com base no art. 24, incisos I e II, da Lei nº 8.666/1993, pesquisa de preços de mercado, no número mínimo de três cotações válidas, elaborados por empresas do ramo, com identificação do servidor responsável pela consulta, conforme iterativa jurisprudência daquele Tribunal.

De outra forma, mesmo nos casos de inexigibilidade de licitação é indispensável constar dos autos a comprovação do cumprimento das exigências constantes do art. 26 da Lei nº 8.666/1993, em especial a comprovação de que os valores a serem pagos estão de acordo com os praticados no mercado, conforme exemplificado no Parecer nº 1.198/2012–PROCAD/PGDF, que trata da participação da Setur na Feira de Turismo das Américas – ABAV/2012, Processo nº 510.001.205/2012.

Corroborando esse entendimento, a Procuradoria Administrativa/PGDF disciplina, consoante o Parecer nº 810/2011–PROCAD/PGDF, relativo ao exame da participação da Setur na Feira das Américas – ABAV 2011, Processo nº 510.000.368/2011:

> Sob a responsabilidade da autoridade competente, a aceitação dos preços exige justificativa detalhada, como quer o art. 26, parágrafo único da Lei n. 8.666/1993, acompanhada de orçamentos colhidos pela própria Administração Pública, inclusive em Atas de Registro de Preços ou licitações públicas anteriores, além de comparativos com os preços pagos por particulares e por outras entidades públicas no próprio evento, a fim de averiguar se estão compatíveis com os de mercado.

Também se observou a realização dos seguintes eventos no ano de 2012, utilizando-se recursos da Ação 4199:

TABELA 9 – EVENTOS REALIZADOS COM RECURSOS DA AÇÃO 4199 EM 2012 **R$1,00**

EVENTO	ORGANIZADORES	PROCESSO	VALOR (R$)
ETAPA MUNDIAL DE VÔLEI DE PRAIA	CBV	510.000.136/2012 (SETUR)	946.741,40
		220.000.158/2012 (SESP)	973.427,58
		SUBTOTAL	1.920.168,98
IX BRASÍLIA MOTO CAPITAL	TOP SPEED CLUB	510.000.460/2012 (SETUR)	97.560,00

FONTE: SIAC/SIGGO

Quanto à ETAPA MUNDIAL DE VÔLEI DE PRAIA, constatou-se do exame do Processo nº 510.000.136/2012 (Setur), que não foi atendido o Parecer nº 258/2012–PROCAD/PGDF, tendo em vista que não houve a análise individual, item a item:

- da compatibilidade, da necessidade e da conveniência das despesas constantes do plano de trabalho do evento;
- da compatibilidade dessas despesas com os valores de mercado.

Em relação ao Processo nº 220.000.158/2012 (Sesp), o Parecer nº 258/2012–PROCAD/PGDF foi atendido parcialmente, tendo em vista que não foi realizada a análise da necessidade e da compatibilidade dessas despesas com o evento.

Além disso, as Secretarias de Turismo e de Esportes não informaram os custos unitários e totais dos itens que não constam do plano de trabalho do evento e que seriam unicamente de responsabilidade da CBV, de forma a demonstrar que não foi custeado unicamente com recursos públicos, conforme recomendado no Parecer da PROCAD/PGDF.

Quanto ao evento IX BRASÍLIA MOTO CAPITAL, ocorrido nos dias 25 a 29/06/2012, observaram-se, em visita realizada em 28/07/2012, as seguintes irregularidades em relação às ações de divulgação previstas no projeto básico anexado às fls. 2 a 8 do Processo nº 510.000.460/2012:

- ausência de inserção da logomarca do GDF no fundo do palco;
- ausência de stand na entrada do evento caracterizado exclusivamente com a marca do GDF;
- inexistência de balão inflável com a logomarca do GDF;
- inexistência de stand da Setur, dentro da área do evento, para informações turísticas e divulgação da cidade.

A Setur justificou-se, informando que não foi possível providenciar a inserção da marca do GDF em todo o material promocional do evento tendo em vista que o empenho

SEM. PROC. 039 /2013 Folha Nº 00304

da despesa ocorreu apenas em 24/07/2012. Ao analisar os autos, observou-se que o Processo foi encaminhado à Procuradoria Geral do DF para exame e parecer em 26/06/2012, tendo sido devolvido somente em 17/07/2012, "para conhecimento e adoção das providências cabíveis".

Essa Secretaria informou ainda que houve a divulgação do evento em outros tipos de mídias internas e externas, possibilitando o atingimento dos objetivos dessa Ação.

De fato, verificou-se que houve:

- inserção da logomarca do GDF nos panfletos, cartazes, camisetas promocionais e banners do evento;
- publicação da logomarca do GDF em banner no site do evento;
- confecção de *clipping* de matérias veiculadas na imprensa;
- produção de releases para veículos de comunicação;
- inserção de vinheta do GDF nos telões do palco;
- realização de citações diárias do GDF como apoiador do evento;
- *city tour* motociclístico com guia cedido pela Setur.

Outro fato importante a se destacar quanto à utilização dos recursos dessa Ação, é a contratação de empresa de turismo, categoria receptivo, para prestação de serviços de guias de turismo, por meio do Contrato nº 03/2012, no valor de R$79.500,00, a fim de suprir as demandas de turismo do DF (Processo nº 510.000.009/2011).

O exame desse Processo originou a Constatação de Auditoria nº 01/2013–DIFIP/CONEP/CONT/STC, contendo os seguintes pontos, que serão objeto de auditoria de conformidade da Controladoria-Geral/STC:

- ausência de planilhas de custos;
- Projeto Básico deficiente;
- pesquisa de preços inadequada;
- indícios de contratação antieconômica;
- interferência direta da executora do contrato quanto à contratação dos guias de turismo e na utilização desses guias;
- ausência de análise prévia pela Seplan;
- valor contratado superior em 16% ao do menor valor de pesquisa de preços.

SFL PROC 039 /2013 Folha Nº 003396 - Verso

Assim, verificou-se que os recursos empregados para a execução da Ação foram superiores ao de mercado, o que compromete a eficiência da Ação 4199.

INTEGRAR, CAPACITAR E DIVULGAR CAMPANHAS E EVENTOS ESPECIAIS E ELABORAR AÇÕES DE RELAÇÕES PÚBLICAS

A Setur esclareceu que o planejamento para campanhas e eventos especiais engloba ações como:

a) *trade* apoiando e estimulando a realização de *famtour* (*familiarization tours*, que se constitui em viagens de agentes ou operadores para conhecer os atrativos e equipamentos disponíveis em Brasília), receptivo ao Comitê da *Fédération Internationale de Football Association* – FIFA e jornalistas de diversas procedências do Brasil e exterior;

b) articulação junto ao SEBRAE para participação de 10 empresários no evento Cidade Anfitriã – Copa 2014 no Chile;

c) coordenação de *famtour* e *press trip* (viagens de jornalistas para conhecer os atrativos e equipamentos disponíveis em Brasília) de Portugal, Espanha e Itália, fruto do Convênio com a EMBRATUR;

d) promoção de ações semanais na Torre Digital do Distrito Federal e realização de workshop com operadores e agentes de viagens em Porto e Lisboa.

Como exemplo dessa atividade, a Setur cita ação de *merchandising* realizada pela Secretaria de Publicidade Institucional – SEPI em três datas diferentes, nos meses de abril a maio/2012, apresentando os atrativos da capital no Programa "Mais Você", da Rede Globo [4].

No tocante à avaliação dos resultados obtidos com a implementação das campanhas de divulgação do turismo no DF e com a realização dos eventos especiais, a Setur informa, com base em pesquisas efetuadas pela EMBRATUR, pelo MTur e pela Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária – Infraero, que houve incremento no quantitativo de turistas que desembarcam em Brasília.

SRL PROC 039 /2013 Folha Nº 003377

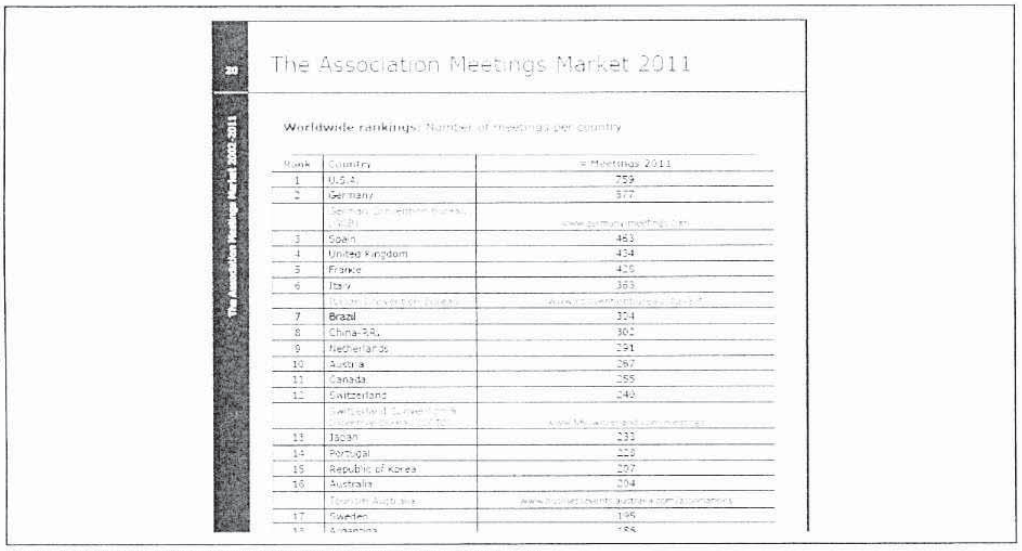
[4] http://globotv.globo.com/rede-globo/mais-voce/v/mais-voce-comemora-aniversario-de-brasilia/1958136 e http://globotv.globo.com/rede-globo/mais-voce/v/julio-rocha-descobre-as-maravilhas-gastronomicas-de-brasilia/1963289

De acordo com levantamento realizado pela Infraero, localizado no endereço eletrônico do MTur[5], Brasília apresentou, em relação aos desembarques de passageiros em aeroportos entre 2011 e 2012: variação positiva de 16,04% nos internacionais e variação negativa de 0,63% nos nacionais. Em termos absolutos, ocupa o 3º lugar em números de desembarques, antecedida apenas por São Paulo e Rio de Janeiro.

Outro parâmetro utilizado para essa avaliação, segundo a Secretaria de Turismo, é o aumento no número de eventos internacionais realizados em Brasília, pois, consoante essa Secretaria, a Capital Federal passou para o 7º lugar no ranking mundial como sede de eventos internacionais. No entanto, constatou-se que essa informação não corresponde aos registros no endereço eletrônico do *International Congress and Convention Association* – ICCA, que aponta o Brasil como 7º colocado entre os países e Brasília como 161ª colocada entre as cidades, conforme demonstrado na Figura 2 e na Figura 3 a seguir:

SEI 53500.039742/2013 Folha Nº 00397-Verso

FIGURA 2 – RANKING MUNDIAL/2011: NÚMERO DE EVENTOS POR PAÍSES



The Association Meetings Market 2011

Worldwide rankings: Number of meetings per country

Rank	Country	# Meetings 2011
1	U.S.A.	759
2	Germany	577
	German Convention Bureau (GCB)	www.germany-meeting.com
3	Spain	463
4	United Kingdom	434
5	France	426
6	Italy	363
	Italian Convention Bureau	www.it.emdepartures.com/it-it
7	Brazil	334
8	China-PR.	302
9	Netherlands	291
10	Austria	267
11	Canada	255
12	Switzerland	242
	Switzerland Convention & Incentive Bureau (SCIB)	www.MySwitzerland.com/meetings
13	Japan	233
14	Portugal	228
15	Republic of Korea	207
16	Australia	204
	Tourism Australia	www.businessevents.australia.com/conventions
17	Sweden	196
18	Argentina	186

FONTE: HTTP://WWW.ICCAWORLD.COM/DCPS/DOC.CFM?DOCID=1520, P. 20

[5] http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/estatisticas_indicadores/desembarques_internacionais/ e http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/estatisticas_indicadores/desembarques_domesticos/

FIGURA 3 – RANKING MUNDIAL/2011: NÚMERO DE EVENTOS POR CIDADES

The Association Meetings Market 2011

Worldwide rankings: Number of meetings per city (continued)

Rank	City	# Meetings 2011
140	Accra	15
	Cambridge	15
	Hangzhou	15
	Heidelberg	15
	Lucerne	15
	Malmo	15
	Merida	15
	Ottawa, ON	15
	Punta del Este	15
	Xian (Sian)	15
150	Antwerp	14
	Belfast	14
	Birmingham	14
	Cologne	14
	[illegible]	[illegible]
	Delft	14
	Funchal, Madeira	14
	Hyderabad	14
	Kobe	14
	Leuven	14
	Mar del Plata	14
160	Bar M, AB	13
	Brasilia, DF	13
	Doha	13
	Duesseldorf	13
	Elche	13
	Florianopolis, SC	13
	Houston, TX	13
	[illegible]	13

FONTE. HTTP://WWW.ICCAWORLD.COM/DCPS/DOC.CFM?DOCID=1520, P. 34

O Portal "*Business Travel Magazine*" não faz referência a Brasília entre as dez primeiras colocadas em número de eventos na América, conforme Figura 4.

FIGURA 4 – RANKING DAS AMÉRICAS/2011 – NÚMERO DE EVENTOS POR CIDADES

ICCA 2011 = "TOP 10" AMÉRICAS

RANKING	CIDADE	Nº de EVENTOS
1º	Buenos Aires	94
2º	Rio de Janeiro	69
3º	São Paulo	60
4º	Vancouver	55
5º	Cidade do México	51
6º	Washington	51
7º	Montreal	50
8º	Santiago	49
9º	Bogotá/Boston	44
10º	Lima/Toronto	44

Fonte: ICCA

FONTE: HTTP://WWW.BUSINESSTRAVEL.COM.BR/HOTNEWS_DESC.PHP?COD=22349

SRL PROC 009 /2013 Folha Nº 0033/98

Segundo registros do ICCA, Brasília ocupava, em 2011, posição intermediária entre as cidades que realizam eventos internacionais. No entanto a ausência de estatísticas para o ano de 2012, nos órgãos oficiais de turismo, no ICCA e no *Business Travel Magazine*, não permite afirmar se houve melhora na classificação da capital federal quanto à realização desses eventos.

Em relação ao número de desembarques de passageiros em aeroportos, a Capital Federal ocupa posição de destaque entre as cidades brasileiras, sendo antecedida apenas por São Paulo e Rio de Janeiro. Entretanto, não há elementos que permitam correlacionar as variações verificadas nos desembarques domésticos e internacionais à qualidade das campanhas, eventos e ações de relações públicas desenvolvidas pela Setur.

Assim, os resultados relacionados às atividades de integrar, capacitar e divulgar campanhas e eventos especiais e de elaborar ações de relações públicas, ocorridas em 2012, não podem ser mensurados imediatamente, uma vez que seus efeitos somente poderão ser medidos a médio e a longo prazo.

SEI/GDF - CONT - 0000003 - Folha Nº 000003 - Versão 1.0

CONSTRUIR PLANO DE MÍDIA

De acordo com resposta apresentada pela Setur, foram realizadas três campanhas de divulgação do destino Brasília: "Vem Viver Brasília", "Aniversário de Brasília" e "Torre Digital".

A Secretaria encaminhou somente o plano de mídia relativo à campanha "Vem Viver Brasília". Todavia, não consta documento formal da Setur autorizando a realização desse plano, nem evidenciando sua relação com a campanha citada.

Além disso, não consta desse plano de mídia, entre outros elementos pertinentes:

- situação de Brasília em relação aos demais destinos turísticos regionais e nacionais;
- descrição de pesquisas que possam ajudar no desenvolvimento desse plano, indicando tendências, atitudes do público alvo em relação ao destino Brasília;
- análise dos destinos turísticos regionais e nacionais concorrentes;
- por que e para quem a campanha será direcionada;
- veículos de divulgação escolhidas, com as devidas justificativas;
- período de realização das campanhas;
- orçamento.

Logo, o único plano de mídia encaminhado pela Setur apresenta falhas que comprometem sua qualidade. Além disso, a Secretaria não disponibilizou à equipe de auditoria os planos relativos às demais campanhas realizadas em 2012.

CRIAR IDENTIDADE VISUAL

Segundo o Blog "Vem Viver Brasilia"[6], da Secretaria de Turismo, existem no Distrito Federal oito roteiros: Arquitetônico, Arte e Entretenimento, Cívico, Ecológico, Esporte e Lazer, Gastronômico, Jurídico e Religioso. Na busca de criar uma identidade visual, associou-se a cada um deles uma imagem da cidade.

A Setur informa que essas imagens são selecionadas a partir de pesquisas e percepções em feiras onde são identificados os atrativos que chamam mais atenção do público. Estudo da Universidade de Brasília aponta os mais conhecidos pelos turistas que visitam a capital: Catedral, Praça dos Três Poderes, Palácio da Alvorada, Torre de TV, Palácio do Planalto, Congresso Nacional, Ponte JK, Museu da República, Parque da Cidade, Teatro Nacional, Catetinho e Ermida Dom Bosco.

Para a seleção dessas imagens, a Secretaria de Turismo baseia-se em pesquisas do MTur e nos seguintes aspectos, entre outros: monumentos mais visitados; acessibilidade; facilidade de deslocamento; potencialidade para captação de negócios e eventos; infraestrutura; relação com os segmentos prioritários (Cívico, Arquitetônico, Negócios e Eventos); valorização de produtos locais (artesanato); manifestações culturais e religiosas; gastronomia; souvenir.

Dessa forma, observa-se que os roteiros da cidade estão caracterizados por imagens de pontos turísticos a eles relacionados.

MAXIMIZAR OS CANAIS DE COMUNICAÇÃO DE RELACIONAMENTO E REDES (REDES SOCIAIS, PORTAL INSTITUCIONAL, PORTAL DE PROMOÇÃO DE DESTINO) E FORTALECER A REDE DE RELACIONAMENTO PARA OS DIVERSOS PÚBLICOS

Observou-se que a Setur dispõe do blog "Vem Viver Brasília" para divulgar roteiros e eventos que acontecem na cidade. Interessados se cadastram para receberem

[6] http://vemviverbrasilia.com.br/

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003399

diariamente informações do blog. Além disso, possui link para as redes sociais "facebook" e "twitter". Ressalte-se que as informações constantes nesse blog não são disponibilizadas em outros idiomas, apenas em português.

FIGURA 5 – PÁGINA INICIAL DO BLOG "VEM VIVER BRASÍLIA"

FONTE: HTTP://VEMVIVERBRASILIA.COM.BR/

Com o intuito de proporcionar um ambiente de interação entre os vários órgãos públicos que promovem visitas guiadas às suas dependências ou contribuem para o turismo cívico em Brasília, existe o blog do Workshop de Visitação Institucional [7], constituído pelo Grupo de Visitação Institucional Integrado em Brasília – VIIBRA, do qual a Setur faz parte. Em consulta realizada em 11/03/2013 constatou-se que a última atualização constante no blog data de março de 2012.

Assim, tendo em vista as deficiências relativas à execução da Ação 4199 – PROMOÇÃO LOCAL, NACIONAL DO TURISMO, opina-se pela sua ineficiência.

[7] http://visitebsb.wordpress.com/

AÇÃO 4200 – SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO TURISTA

De acordo com o documento "Mapeamento de Ações Orçamentárias", da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento/Seplan, preenchido pela Setur, a Ação SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO TURISTA tem como descrição: "*criar uma comunicação de maior compreensão no atendimento ao turista com a facilidade da interação por meio do seu próprio idioma, quer seja escrito ou falado*".

Ainda conforme esse "Mapeamento", a implementação dessa Ação ocorrerá da seguinte maneira:

- Implantar e oferecer atendimento aos turistas em outros idiomas por meio de ouvidoria e mídias diversas;
- Disponibilizar, em outros idiomas, as informações contidas nas mídias eletrônicas;
- Oferecer, nos CATs, os serviços de atendimento ao turista em outros idiomas.

A seguir, algumas considerações a respeito desses itens:

IMPLANTAR E OFERECER ATENDIMENTO AOS TURISTAS EM OUTROS IDIOMAS ATRAVÉS DE OUVIDORIA E MÍDIAS DIVERSAS

Constatou-se que a Setur produz materiais de divulgação dos produtos turísticos do DF, apresentados nos idiomas especificados na Tabela 10:

TABELA 10 – MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DOS PRODUTOS TURÍSTICOS PRODUZIDOS PELA SETUR – IDIOMAS

PUBLICAÇÕES	IDIOMA		
	PORTUGUÊS	INGLÊS	ESPANHOL
BRASÍLIA	X	-	-
BRASÍLIA ARQUITETÔNICA	X	-	-
BRASÍLIA EVENTOS	X	-	-
BRASÍLIA LAZER E DIVERSÃO	X	-	-
BRASÍLIA MUITO MAIS DO QUE VOCÊ IMAGINA	X	X	X
BRASÍLIA PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE (EDIÇÃO EM VÁRIOS IDIOMAS)	X	X	X
BRASÍLIA PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE (EDIÇÃO SOMENTE EM PORTUGUÊS)	X	-	-
BRASÍLIA: SEDE DA ABERTURA DA COPA DAS CONFEDERAÇÕES DA FIFA BRASIL 2013	X	X	-
BRASÍLIA: SEDE DA COPA DO MUNDO DA FIFA BRASIL 2014	X	X	-
CARTÕES POSTAIS *	X	-	-

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003400

TABELA 10 – MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DOS PRODUTOS TURÍSTICOS PRODUZIDOS PELA SETUR – IDIOMAS

PUBLICAÇÕES	IDIOMA		
	PORTUGUÊS	INGLÊS	ESPANHOL
CONHEÇA BRASÍLIA, A CAPITAL DE TODOS OS BRASILEIROS... E DA COPA TAMBÉM	X	X	-
FOLDER INFORMATIVO – TORRE DIGITAL	X	-	-
MAPA BRASÍLIA MUITO MAIS DO QUE VOCÊ IMAGINA	X	X	X
MAPA CONHEÇA BRASÍLIA	X	-	-
ROTEIROS INTEGRADOS "BRASÍLIA, PIRENÓPOLIS, PANTANAL E CHAPADA DOS VEADEIROS"	X	X	X

FONTE: OFÍCIO Nº 399/2012-GAB/SETUR, DE 29/08/2012.

* Brasília – Eventos Corporativos; Brasília – Eventos Esportivos; Catetinho; Congresso Nacional; Igrejinha; Palácio do Itamaraty; Parque da Cidade; Ponte Juscelino Kubitschek; Sociais e Culturais; Torre Digital

SEI/GDF 009 /2013 Folha nº 0000452 Assinatura

Segundo essa Tabela, mais da metade dos materiais de divulgação não foi traduzida para outros idiomas.

Constatou-se ainda que consta na página eletrônica da Setur link para a Ouvidoria dessa Secretaria[8], em que são disponibilizadas as perguntas frequentes sobre o turismo no Distrito Federal, porém somente no idioma português.

DISPONIBILIZAR, EM OUTROS IDIOMAS, AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NAS MÍDIAS ELETRÔNICAS

Na intenção de atender democraticamente aos diversos públicos, a Setur esclareceu que solicitou formalmente à Subsecretaria de Articulação Social e Novas Mídias/Secretaria de Comunicação Social providências para tradução, para os idiomas inglês e espanhol, das informações constantes na sua página na web e no blog "Vem Viver Brasília".

No entanto, essas informações continuam não sendo apresentadas em outros idiomas.

OFERECER, NOS CATS, OS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO TURISTA EM OUTROS IDIOMAS

O Distrito Federal conta com sete unidades de Centro de Atendimento ao Turista – CAT em atividade, localizadas nos seguintes endereços:

[8] http://www.setur.df.gov.br/ouvidoria.html

1. Rodoviária Interestadual de Brasília;
2. Casa de Chá da Praça dos Três Poderes;
3. Setor Hoteleiro Sul – Quadra 3;
4. Setor Hoteleiro Norte – Quadra 2;
5. Setor Hoteleiro Norte – Quadra 5;
6. Torre de TV Digital;
7. Aeroporto Internacional de Brasília.

Nas visitas aos CATs, observou-se que os atendimentos, inclusive em idiomas estrangeiros, são satisfatórios.

Verificou-se que a Setur dispõe, nos CATs, de materiais de divulgação dos produtos turísticos do DF, produzidos por essa Secretaria. No entanto, constatou-se que esses materiais não ficam visíveis aos turistas que visitam esses Centros. Nos balcões de atendimentos ficam expostos apenas materiais publicitários de empresas privadas. Segundo a Setur, essas empresas são devidamente cadastradas no Cadastur, e esse material publicitário é de relevância ao trabalho prestado.

Também se observou a carência, nos CATs visitados, de materiais de divulgação dos produtos turísticos do DF produzidos por essa Secretaria:

TABELA 11 – PUBLICAÇÕES EM FALTA NOS CATS VISITADOS PELA EQUIPE DE AUDITORIA

PUBLICAÇÕES EM FALTA NOS CATS	SHN QD 2	SHN QD 5	SHS QD 3	AEROPORTO	PRAÇA DOS TRÊS PODERES
BRASÍLIA	X	X	X	X	-
BRASÍLIA ARQUITETÔNICA	-	-	-	X	X
BRASÍLIA EVENTOS	X	X	X	X	X
BRASÍLIA LAZER E DIVERSÃO	X	-	X	X	X
BRASÍLIA MUITO MAIS DO QUE VOCÊ IMAGINA	X	X	X	X *	X
BRASÍLIA PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE	X	X	X	X	X
BRASÍLIA: SEDE DA ABERTURA DA COPA DAS CONFEDERAÇÕES DA FIFA BRASIL 2013	X	-	X	X	X
BRASÍLIA: SEDE DA COPA DO MUNDO DA FIFA BRASIL 2014	X	X	X	X	X
CARTÕES POSTAIS: CATETINHO, CONGRESSO NACIONAL, ETC.	X	X	-	X	X
FOLDER INFORMATIVO – TORRE DIGITAL	X	X	X	X	X
MAPA BRASÍLIA MUITO MAIS DO QUE VOCÊ IMAGINA	X	X	-	X	X
ROTEIROS INTEGRADOS	X	-	-	X	X

FONTE: CONSTATAÇÕES DA EQUIPE DE AUDITORIA EM VISITAS REALIZADAS EM 07 E 14/09/2012.
* A publicação "BRASÍLIA MUITO MAIS DO QUE VOCÊ IMAGINA" está disponível no CAT do Aeroporto somente para consulta.

Os atendentes não souberam precisar o tempo que essas publicações estão em falta nos CATs e esclareceram que a reposição não é feita rotineiramente.

O serviço de atendimento aos turistas nos CATs é realizado por empregados da empresa BRASFORT Administração e Serviços Ltda., CNPJ 36770857/0001-38, por meio do Contrato de Prestação de Serviços nº 28/2011, cujo objeto é fornecimento de mão de obra destinada aos serviços administrativos e atividades auxiliares da Secretaria de Turismo, no valor de R$4.911.244,80, com vigência até 16/05/2013 (Processo nº 510.000.158/2011).

Quando da análise desse Processo, verificaram-se falhas e impropriedades nesse Contrato. Em face disso, emitiu-se a Solicitação de Ação Corretiva – SAC nº 08/2012– DIFIP/CONEP/CONT/STC, encaminhada à Secretaria de Turismo, com as seguintes constatações:

I. Ausência de verificação de adequação da demanda desses serviços às especificações constantes do Edital e do respectivo Termo de Referência a que está atrelada a Ata de Registro de Preços aderida;

II. Ausência de estimativa do impacto orçamentário-financeiro da despesa;

III. Opção pela terceirização de mão de obra sem estar devidamente comprovada a existência ou não, no quadro de pessoal da administração pública, de cargo ou emprego que resguarde a atribuição a ser desempenhada pelo profissional ou pela empresa contratada;

IV. Pagamento de horas não trabalhadas;

V. Horários de trabalho em desacordo com o Termo de Referência;

VI. Prorrogação contratual sem estudos;

VII. Terceirização com características de subordinação, habitualidade e pessoalidade.

Concedeu-se prazo até 26/04/2013 para que a Setur atenda as recomendações constantes na SAC.

Na Tabela 12 a seguir, demonstra-se a quantidade de atendimentos, em cada um dos CATs, entre julho e dezembro de 2011 e em 2012, a média diária, e a variação da média mensal de atendimentos realizados em 2012 em relação a 2011, proporcionalemente.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003401 - Verso

TABELA 12 – QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS REALIZADOS NOS CATS, EM 2011 E 2012

CATs	ATENDIMENTOS EM 2011			ATENDIMENTOS EM 2012			VARIAÇÃO DA MÉDIA MENSAL 2012 / 2011
	QTD. ANUAL JUL A DEZ	MÉDIA MENSAL	MÉDIA DIÁRIA	QTD. ANUAL JAN A DEZ	MÉDIA MENSAL	MÉDIA DIÁRIA	
	(A)	(B = A / 6)	(C = B / 30)	(D)	(E = D / 12)	(F = E / 30)	(G = (E - B) / B)
AEROPORTO	4.352	725	24	7.940	662	22	-9%
RODOVIÁRIA INTERESTADUAL	1.113	186	6	3.362	280	9	51%
PRAÇA DOS TRÊS PODERES	2.681	447	15	5.705	475	16	6%
SHN – QD. 2	688	115	4	1.354	113	4	-2%
SHN – QD. 5	691	115	4	2.636	220	7	91%
SHS – QD 3	569	95	3	1.598	133	4	40%
TOTAL	10.094	1.682	56	22.595	1.883	63	12%

FONTE–GERÊNCIA DE RECEPTIVO / DIRETORIA DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO TURISTA / SUMEV / SETUR, EM 27/02/2013

Os dados da Tabela 12 demostram que as maiores médias mensais e diárias de atendimento se referem aos CATs situados no Aeroporto e na Praça dos Três Poderes. Esse fato é compatível com o turismo em Brasília, visto que o avião é o principal meio de transporte utilizado para se chegar à cidade, enquanto que a referida Praça está entre os principais atrativos turísticos.

No entanto, o quantitativo de atendimentos mensais no CAT do Aeroporto representa somente 1,2% do número de desembarques nacionais e internacionais de passageiros no Distrito Federal.

Além disso, os outros CATs apresentam média de atendimento por dia que pode ser avaliada como baixa, conforme demonstrado a seguir.

Na Rodoviária Interestadual de Brasília, observou-se que, em média, há seis atendentes na somatória dos turnos de trabalho. Nos Setores Hoteleiros Sul e Norte, na soma desses turnos, verificou-se que essa média é de quatro atendentes. Dessa forma, de acordo com a Tabela 12, a média de atendimentos por funcionários nesses centros é inferior a dois por dia.

Esse resultado negativo possivelmente se deve a:

- incompatibilidade do horário de funcionamento dos CATs com o dos turistas, conforme observado no Processo nº 510.000.158/2011, objeto da SAC nº 08/2012–DIFIP/CONEP/CONT/STC;

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003402

- inexistência ou insuficiência de placas que indiquem a localização dos CATs;
- divulgação precária ou inexistente sobre os CATs nas recepções dos hotéis e demais agentes do *trade* do turismo do Distrito Federal (operadores, agentes de viagens, restaurantes, receptivo, atrativos culturais, locadoras de carros, instituições de ensino voltadas para o turismo, guias, organizadores de eventos).

Saliente-se que os dados sobre os atendimentos nos CATs em 2011 e 2012 somente foram encaminhados pela Setur em dezembro de 2012 e fevereiro de 2013, respectivamente, o que impossibilitou o aprofundamento dos exames sobre esses Centros, em razão do prazo para o envio desse Relatório ao Tribunal de Contas do DF. Assim, cabe à Secretaria de Turismo avaliar as razões do número baixo de atendimento nesses Centros.

Portanto, em razão das irregularidades apontadas neste item, conclui-se pela ineficiência desta Ação.

SEI/GDF 039 /2013 Folha nº 00402-

AÇÃO 4203 – FOMENTO À ELABORAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS TURÍSTICOS

A Secretaria de Turismo apresentou atividades a serem implementadas no exercício de 2012, a fim de fomentar a elaboração de novos produtos e serviços turísticos, otimizar a utilização da oferta e promover novos produtos:

- Fomentar a elaboração de novos produtos e serviços, com foco na segmentação e em novos nichos de mercado;
- Identificar e promover novos produtos, serviços e equipamentos turísticos.
- Promover ações integradas para a estruturação e desenvolvimento dos seguimentos turísticos (âncora e complementares);
- Apoiar a elaboração, divulgação e comercialização dos roteiros turísticos;
- Fortalecer os roteiros e demais atividades complementares;
- Promover apoio técnico, financeiro, econômico e institucional para projetos que tenham interface com a atividade turística;
- Promover a gestão descentralizada do Turismo do DF.
- Articular, entre diferentes esferas de governo e entre os setores públicos e privados com vistas aos roteiros integrados;
- Promover a roteirização turística.

A seguir, algumas considerações a respeito desses itens:

FOMENTAR A ELABORAÇÃO DE NOVOS PRODUTOS E SERVIÇOS, COM FOCO NA SEGMENTAÇÃO E EM NOVOS NICHOS DE MERCADO E IDENTIFICAR E PROMOVER NOVOS PRODUTOS, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS

A Setur informou que foram identificados quatro novos nichos de mercado:

TERCEIRA IDADE – vem crescendo ao longo dos últimos anos no mercado turístico e tem sido alvo de projetos específicos do Ministério do Turismo, como o Programa "Viaja Mais Melhor Idade" (em reformulação) devido a sua representatividade e crescimento populacional, assim como pelos benefícios que o turismo proporciona a este nicho no que diz respeito ao equilíbrio físico e social. Além disso, seus representantes possuem tanto renda quanto tempo disponível para viajar e conhecer outras culturas, sendo um público alvo para o desenvolvimento do turismo cultural local, por suas características peculiares e por sua ligação com o patrimônio histórico;

LGBT (LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E TRANSGÊNEROS) – destinado ao público homossexual, vem ganhando cada vez mais espaço no mercado por se tratar, em sua grande maioria, de solteiros, do sexo masculino, sem filhos, geralmente pertencente às classes A ou B, exigentes e que gastam mais e permanecem por mais tempo nos destinos do que os demais turistas, de acordo com pesquisas realizadas. Segundo a Organização Mundial de Turismo – OMT, esse público representa 10% do fluxo mundial anual de visitantes e 15% da despesa total realizada no turismo vem deste nicho. Tem merecido atenção especial do Ministério do Turismo e da EMBRATUR, por meio do Plano "Aquarela", como nicho especial para a promoção turística. Nesse sentido a EMBRATUR apoiou, em abril de 2012, a realização, pela *International Gay and Lesbian Tourism Association* – IGLTA, do maior evento LGBT no mundo, que pela primeira vez aconteceu em um país da América do Sul, na cidade de Florianópolis (SC);

RELIGIOSO – Tem como motivação fundamental a fé, estando ligado também ao calendário e a acontecimentos religiosos. Levantamento do Ministério do Turismo revelou que, só em 2010, a fé foi responsável pela ida de 6,6milhões de brasileiros até outros estados, representando 3,6% das 186milhões de viagens domésticas registradas. Por outro lado, o Brasil recebeu 250mil fiéis de outros países, o que representa 0,5% dos 5,1milhões de turistas estrangeiros registrados no ano. Brasília vem atraindo número considerável de visitantes, em razão da quantidade de templos religiosos, por exemplo, o da Legião da Boa Vontade e o do Vale do Amanhecer, e de eventos religiosos tradicionais, como a Via Sacra em Planaltina e o

SEI/GDF - 0039703 - Folha

Encontro da Mãe com o Filho, que acontece no Santuário Menino Jesus de Praga, em Brazlândia;

ESPORTES – Com o advento dos megaeventos como a Copa do Mundo de 2014, a atenção das pessoas interessadas em esportes e viagens tem se voltado para o Brasil. Além disso, o golfe possui atualmente relação bem próxima com o turismo. O Bureau Brasileiro de Golfe, que congrega os campos de golfe de turismo, hotéis com campos de golfe, operadoras turísticas, companhias aéreas e empresas prestadoras de serviços neste setor, tem uma proposta para fomentar o desenvolvimento desse nicho de mercado, expressa no seguinte convite: "Que tal conhecer o Brasil jogando golfe?" Nesse sentido, Brasília pode ser mais um dos destinos a integrar essa rota, uma vez que possui um Clube de Golfe que já recebe visitantes para prática desse esporte enquanto atividade de lazer ou competição.

Segundo a Setur, a identificação desses nichos não foi baseada em estudos científicos, sendo o resultado retirado de amostras e de tendências mercadológicas observadas em Brasília.

Explanou ainda que o Observatório do Turismo comprovará se os dados observados e apresentados poderão, depois de moldados, estabelecer formas estatísticas que corroborem a identificação desses nichos.

PROMOVER AÇÕES INTEGRADAS PARA A ESTRUTURAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS SEGMENTOS TURÍSTICOS (ÂNCORA E COMPLEMENTARES)

Consoante a Setur, a segmentação de setores do turismo segue critérios demográficos, geográficos, sociais e econômicos, além de componentes de personalidade, estilo de vida e análise do comportamento face ao produto. Sua base teórica fundamenta-se no Plano Nacional do Turismo, no Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores, ambos do Ministério do Turismo, e no Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável dessa Secretaria.

A definição de segmentos permite focar esforços no destino e em estratégias de divulgação e de captação baseadas nas vantagens competitivas do Distrito Federal, visto tratar-se da capital do país, sede dos poderes da República, e oferecer vasta infraestrutura básica e turística.

Visando orientar os esforços e direcionar investimentos, a Secretaria definiu seus segmentos em prioritários e complementares, conforme tabela a seguir:

TABELA 13 – SEGMENTAÇÃO DOS SETORES DO TURISMO LOCAL

SEGMENTO PRIORITÁRIO	SEGMENTO COMPLEMENTAR	
NEGÓCIOS E EVENTOS	RURAL	NÁUTICO
CÍVICO	ECOTURISMO	GASTRONÔMICO
ARQUITETÔNICO	AVENTURA	LGBT
	MÍSTICO	MELHOR IDADE

FONTE: SETUR/DF

Ainda segundo essa Secretaria, o estudo de roteirização por segmentos complementares aguarda os resultados do Observatório do Turismo para que sejam direcionados recursos, evitando-se desperdícios.

A respeito dos segmentos prioritários, a Setur informou que procura fortalecer os roteiros já existentes por meio da distribuição de material dos produtos turísticos inerentes ao DF em feiras e eventos. Além disso, realiza reuniões com Associação Brasiliense de Turismo de Receptivo – ABARE sobre o roteiro de Arquitetura.

Também informou sobre a celebração de Projeto de Cooperação Técnica Internacional intitulado "Patrimônio e Turismo em Brasília", com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – Unesco (Processo nº 510.000.472/2011), nos termos do Decreto Federal nº 5.151/2004, tendo por objeto a promoção do *"reconhecimento, no âmbito local, nacional e internacional, assim como a qualificação de Brasília como um destino turístico à altura de sua condição de Patrimônio Mundial, abordando, de forma equilibrada, seus valores cívicos e simbólicos e a diversidade sociocultural e ambiental de seu território"*.

A respeito desse Projeto de Cooperação Técnica, constatou-se que não há projeto básico indicando a necessidade da contratação de entidade para esse fim.

Constatou-se ainda que, em desacordo ao disposto no §1º do art. 31 do Decreto nº 32.598/2010, o referido Projeto de Cooperação foi assinado sem estar devidamente comprovado que os recursos estavam previstos na LOA/DF. Segundo o despacho à fl. 242, havia em 24/07/2012 disponibilidade orçamentária nos Programas de Trabalho 23.695.6230.3213.0001, 23.695.6230.4199.0001 e 23.695.6230.4203.0001, no valor total de R$400.000,00. No entanto, consta à fl. 286 que o montante a ser utilizado no ano de 2012 seria de R$2.000.000,00.

Verificou-se ainda que esse Projeto de Cooperação foi assinado sem atender integralmente as recomendações contidas no Parecer nº 589/2012–PROCAD/PGDF, pois não

GDF PROCAD 039 /2013 Folha Nº 003404

foram enumerados os critérios quantitativos e qualitativos para os serviços de consultoria, viagens e diárias. Além disso, no citado Projeto não há proibição expressa de aquisição de bens e serviços comuns e de alocação de pessoal para executar tarefas administrativas próprias de servidores e agentes públicos.

Observou-se que o mencionado asjuste também utilizou recursos das Ações 3213 – IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICA DE TURISMO e 4199 – PROMOÇÃO LOCAL, NACIONAL E INTERNACIONAL DO TURISMO.

APOIAR A ELABORAÇÃO, DIVULGAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS ROTEIROS TURÍSTICOS

Com vistas a apoiar a elaboração, divulgação e comercialização dos roteiros turísticos, a Secretaria de Turismo informou que participou dos seguintes eventos, em 2012:

- 18º Workshop & Trade Show CVC/2012, em São Paulo/SP – contato com várias operadoras do Brasil, apresentando os roteiros turísticos de Brasília e a mostra da produção associada ao turismo do DF;
- 22º Centro Oeste Tur – Salão de Negócios Turísticos/2012, em Goiânia/GO;
- 18º BNT Mercosul/2012 – Bolsa de Negócios Turísticos do Mercosul, em Santa Catarina;
- Bolsa Turismo Lisboa – BTL/2012:
  - apresentação do destino Brasília para 20 operadores e hotéis a convite da Master Operadora em Porto/Portugal e em Lisboa/Portugal;
  - preparação junto com a operadora INATEL para XV Encontro de Turismo Sênior/Melhor Idade, a ser realizado em Brasília, em 2013;
  - negociação com a TAP, a fim de incluir publicação sobre Brasília na revista UP, distribuída nos voos dessa companhia aérea.
- Encontro do Setor do Turismo do Centro-Oeste Linha de Crédito – FCO Turismo/2012, em Mato Grosso do Sul.

FORTALECER OS ROTEIROS E DEMAIS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Segundo a Setur, o fortalecimento dos roteiros existentes consiste em:

- dotar de infraestrutura os atrativos dos roteiros já existentes;
- promover e divulgar para o mercado esses roteiros;

- mobilizar, sensibilizar e capacitar comunidade e *trade* de turismo;
- revigorar o processo de governança com vistorias, levantamentos, acompanhamentos e assessoria;
- fazer ou reorganizar o zoneamento ambiental.

Também relacionou as medidas que estão sendo implementadas para o fortalecimento dos roteiros existentes:

- Observatório do Turismo (levantamento, acompanhamento);
- projeto de sinalização nos atrativos;
- capacitação de mão obra;
- capacitação do *trade*;
- promoção e divulgação dos roteiros em feiras nacionais e internacionais;
- mobilização e capacitação dos operadores.

PROMOVER APOIO TÉCNICO, FINANCEIRO, ECONÔMICO E INSTITUCIONAL PARA PROJETOS QUE TENHAM INTERFACE COM A ATIVIDADE TURÍSTICA

A Setur informou que:

- não oferece apoio técnico, financeiro, econômico e institucional diretamente a pessoas físicas;
- não proporciona apoio financeiro a instituições com fins lucrativos;
- pode dar apoio técnico, financeiro, econômico ou institucional às entidades que estejam de acordo com os critérios estabelecidos na Instrução Normativa–CGDF nº 01/2005;
- o Formulário de Avaliação de Projetos, contendo os critérios e pontuações a serem utilizados na seleção de propostas, está em processo de revisão e normatização.

Ressalte-se que a ausência de norma estabelecendo critérios para se conceder qualquer tipo de beneficio público pode levar a concessão de benefício do interesse particular em detrimento do interesse público.

A respeito do apoio a projetos com interface com a atividade turística, a Secretaria de Turismo promoveu em 18/09/2012 encontro intitulado "Orientações para

SRL PROC 039 /2013 Folha Nº 003495

Projetos de Interesse Mútuo – Celebração de Convênios", com o objetivo de esclarecer os pontos da legislação vigente a respeito da autonomia dessa unidade para celebrar convênios com instituições públicas ou privadas em prol da realização de ações estratégicas e do desenvolvimento de atividades de interesse mútuo. Segundo a Setur, o referido encontro abordou a Instrução Normativa–CGDF nº 01/2005; a Portaria Interministerial nº 507/2011; a execução, fiscalização e prestação de contas; a atuação da Procuradoria Geral do DF; o Plano Estratégico e o fluxograma da Setur; os roteiros de projetos; os critérios para avaliação de projetos; os aspectos de análises de projetos; a elaboração de pareceres; as emendas parlamentares.

A Setur informou que dois projetos foram apoiados em 2012: Etapa Mundial de Vôlei de Praia (Processo nº 510.000.136/2012) e Corpus Christi (Processo nº 510.000.295/2012). No entanto, esses projetos não foram realizados com recursos da Ação 4203 – FOMENTO À ELABORAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS TURÍSTICOS. Foram utilizados recursos das Ações 4199 – PROMOÇÃO LOCAL, NACIONAL E INTERNACIONAL DO TURISMO e 4090 – APOIO A EVENTOS, respectivamente.

SPL PROC 039/2013 Folha Nº 003405- Verso

PROMOVER A GESTÃO DESCENTRALIZADA DO TURISMO DO DF

A Setur esclareceu que a "Política de Gestão Descentralizada" é um modelo de gestão pública descentralizada e participativa, integrando as diversas instâncias da gestão pública e da iniciativa privada, por meio da criação de ambientes de reflexão, discussão e definição das diretrizes gerais para o desenvolvimento da atividade turística do País.

Informou que, para a operacionalização do modelo de gestão descentralizada no DF, segue o mesmo modelo do Ministério do Turismo, com a criação de um conselho com participação de entidades do poder público e do setor produtivo.

Ressaltou que a efetividade da gestão descentralizada é medida por meio de indicadores de monitoramento do Planejamento Estratégico Institucional – PEI da Setur, bem como por meio do índice de competitividade dos destinos indutores, aferido anualmente pelo Ministério do Turismo.

Dessa forma, apresentou o "Índice de Competitividade do Turismo Nacional – 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional – Brasília, relativamente ao ano de 2011". Porém, em consulta realizada em 11/03/2013, constatou-se que ainda não há resultados para 2012.

ARTICULAR, ENTRE DIFERENTES ESFERAS DE GOVERNO E ENTRE OS SETORES PÚBLICOS E PRIVADOS COM VISTAS AOS ROTEIROS INTEGRADOS

Segundo a Setur, o Ministério do Turismo recomendou às cidades sedes da Copa do Mundo de 2014 que trabalhassem roteiros integrados com destinos indutores próximos que não foram escolhidos como sedes. Dessa forma, foram realizadas reuniões com as Secretarias de Turismo Municipais de Goiânia, Caldas Novas, Pirenópolis e Alto Paraíso, e com a Secretaria Estadual de Goiás, com o objetivo de fortalecer os roteiros existentes e iniciar a formatação de outros. De acordo com a Secretaria de Turismo, ainda está em fase de elaboração o Acordo de Cooperação Técnica com as devidas obrigações de cada parceiro.

Verificou-se existência de material de divulgação intitulado "Roteiros Integrados – Brasília, Pirenópolis, Pantanal e Chapada dos Veadeiros", nos idiomas português, inglês e espanhol, com breve descrição desses destinos e sugestão de roteiros turísticos integrados.

Também se identificou a existência do programa "Brasil Central Tur – Turismo no Coração do País"[9], criado pelo Ministério da Integração Nacional, por meio da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco, em parceria com as instituições de turismo de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e do Distrito Federal, com o objetivo de divulgar dezoito destinos do Centro-Oeste.

PROMOVER A ROTEIRIZAÇÃO TURÍSTICA

A Setur informou que dividiu os setores de turismo em dois segmentos, conforme demonstrado na Tabela 13:

1. Prioritários: negócios e eventos, cívico e arquitetônico;
2. Complementares: rural, ecoturismo, aventura, místico, náutico, gastronômico, LGBT e Melhor Idade.

Esclareceu que o estudo de roteirização por segmentos complementares aguarda os resultados do Observatório do Turismo para que sejam direcionados recursos e para que não haja desperdícios.

[9] http://www.brasilcentraltur.com/pt-br

SFC PROC 039 /2013 Folha Nº 003/06

Em relação aos segmentos prioritários, além de fortalecer os roteiros já existentes, a Setur tem feito reuniões com a Associação Brasiliense de Turismo de Receptivo – Abrare sobre o roteiro de arquitetura.

De todo o exposto em relação à Ação 4203 – FOMENTO À ELABORAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS TURÍSTICOS, conclui-se por sua ineficiência, em razão das falhas detectadas quando do exame do Projeto de Cooperação Técnica celebrado com a Unesco.

AÇÃO 5018 – IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DA POLÍTICA DO CONHECIMENTO

Em que pese esta Ação não estar dentre as selecionadas à luz dos critérios da materialidade, da criticidade e da relevância operacional, insertos no Item II – ABRANGÊNCIA E METODOLOGIA, decidiu-se por examinar a contratação do Centro de Excelência em Turismo por meio da Fundação Universidade de Brasília, Contrato nº 34/2011, no valor de R$1.548.727,00 (Processo nº 510.000.343/2011), em razão de os resultados desse Contrato impactarem na execução de diversas Ações que integram o Programa Temático TURISMO.

O objeto desse Contrato é a elaboração de estudos, pesquisas e indicadores de gestão, além de criação de sistema de informações organizadas para subsidiar a construção e a implantação do Observatório do Turismo do Distrito Federal.

O exame desse Processo originou a Constatação de Auditoria nº 04/2012–DIFIP/CONEP/CONT/STC, contendo os seguintes pontos, que serão objeto de auditoria de conformidade dessa Unidade:

- Contratação sem a prévia elaboração do Projeto Básico;
- Alteração contratual por autoridade incompetente;
- Ausência de publicidade dos critérios de julgamento;
- Ausência de publicidade do resultado do certame;
- Adjudicação à margem do tipo de menor preço;
- Parcialidade na contratação;
- Alteração de proposta comercial após o julgamento das mesmas;
- Execução de despesa sem a correspondente disponibilidade orçamentária.

Dessa forma, os pontos levantados nessa Constatação de Auditoria comprometem a eficiência de Ações que integram esse Programa Temático.

SPL PROC 039/2013 Folha Nº 003406 – Verso

IV – CONCLUSÃO

Avalia-se que o Programa Temático 6230 – TURISMO apresentou eficácia abaixo do previsto.

Avalia-se a gestão governamental como ineficiente, tendo em vista as irregularidades apresentadas neste Relatório, em especial os pontos levantados nas Constatações de Auditoria nºs 04/2012 e 01/2013–DIFIP/CONEP/CONT/STC e na Solicitação de Ação Corretiva nº 08/2012–DIFIP/CONEP/CONT/STC.

Não houve como aferir a efetividade da gestão, uma vez que os resultados das ações implementadas pela Setur, a fim de fomentar o turismo no Distrito Federal, serão conhecidos a médio e a longo prazos.

SFL FISC 059 /2013 Folha Nº 003407

PARTE III – MONITORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES CONT/STC – EXERCÍCIO 2011

A Diretoria de Fiscalização dos Planos e Programas de Governo – DIFIP e a Diretoria de Fiscalização das Ações de Governo – DIFIS, com a colaboração da Diretoria de Auditoria de Atos de Pessoal – DIAPE, da Controladoria-Geral/STC, realizaram auditorias com vistas a elaborar relatórios que compuseram a Prestação de Contas Anual do Governador do Distrito Federal, relativa ao exercício de 2011.

O objetivo do monitoramento é acompanhar as implementações das recomendações contidas nos relatórios elaborados pelas equipes de auditoria da Controladoria-Geral – CONT. A seguir são apresentadas informações relacionadas ao monitoramento das recomendações.

SRL PROC 039/2013 Folha Nº 003407 - Visto

Fizeram parte da PCA GOV/2011 os relatórios previstos nos incisos I a V do art. 80 da Lei Orgânica do Distrito Federal, no Regimento Interno do TCDF e na Instrução Normativa TCU nº 63/2010, dispostos na tabela a seguir:

TABELA 1 – RELATÓRIOS ELABORADOS PELA CONTROLADORIA/STC PARA COMPOR A PCA GOV

LEGISLAÇÃO	CONTEÚDO DOS RELATÓRIOS
LODF ART. 80, I	**CUMPRIMENTO DE METAS** – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL, NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E NOS ORÇAMENTOS
LODF ART. 80, III	**DEFERIMENTO DE VANTAGENS – ATIVOS** – CONTROLE DO DEFERIMENTO DE VANTAGENS E CÁLCULO DAS PARCELAS REMUNERATÓRIAS DOS SERVIDORES INTEGRANTES DAS CARREIRAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO GOVERNO DO DF
LODF ART. 80, III	**DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS** – CONTROLE DO DEFERIMENTO DE VANTAGENS E CÁLCULO DAS PARCELAS REMUNERATÓRIAS DOS SERVIDORES INATIVOS DO PODER EXECUTIVO DO DF
LODF ART. 80, IV	**CONTROLE DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO, AVAIS E HAVERES DO DF** – CONTROLE DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO, AVAIS E GARANTIAS, BEM COMO DOS DIREITOS E HAVERES DO DF
LODF ART. 80, V	**RENÚNCIAS DE RECEITAS** – AVALIAÇÃO DA RELAÇÃO DE CUSTO E BENEFÍCIO DAS RENÚNCIAS DE RECEITAS E DOS INCENTIVOS, REMISSÕES, PARCELAMENTOS DE DÍVIDAS, ANISTIAS, ISENÇÕES, SUBSÍDIOS, BENEFÍCIOS E AFINS DE NATUREZA FINANCEIRA, TRIBUTÁRIA, CREDITÍCIA E OUTROS
RI TCDF	**CRIAÇÃO E EXPANSÃO** – INFORMAÇÃO SOBRE OS DEMONSTRATIVOS DAS DESPESAS CRIADAS OU AUMENTADAS NA FORMA DOS ARTS. 16 E 17 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000, COM INDICAÇÃO, CONFORME O CASO, DA NATUREZA E DOS RESPECTIVOS MONTANTES, E INFORMAÇÃO SOBRE O CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS PELA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL PARA GASTOS DESSA NATUREZA
IN 63/10 TCU	**MANIFESTAÇÃO SOBRE FCDF** – MANIFESTAÇÃO DA CONTROLADORIA-GERAL DO DF QUANTO À EXECUÇÃO FÍSICA, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA E PATRIMONIAL DO FUNDO CONSTITUCIONAL DO DISTRITO FEDERAL – FCDF: CBMDF, PMDF, PCDF, SEE E SES

Com o objetivo de elaborar o relatório sobre a avaliação dos resultados quanto à eficiência, eficácia e efetividade da gestão governamental, por programa de governo, referente ao exercício de 2011, foram avaliados 25% dos programas de governo existentes no Plano Plurianual 2007/2011.

TABELA 2 – RESULTADO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO RELATIVO A 2011

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	RESULTADO DA AVALIAÇÃO		
		EFICÁCIA	EFICIÊNCIA	EFETIVIDADE
0098	INFRAESTRUTURA A SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO	ABAIXO DO PREVISTO	NÃO EFICIENTE	NÃO EFETIVO
0122	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	MUITO ABAIXO PREVISTO	EFICIENTE	EFETIVO
0124	ESGOTAMENTO SANITÁRIO	ABAIXO DO PREVISTO	EFICIENTE	EFETIVO
0138	APOIO AO EDUCANDO	AVALIAÇÃO PREJUDICADA	ABAIXO DO PREVISTO	AVALIAÇÃO PREJUDICADA
0164	ESCOLA DE TODOS NÓS	MUITO ABAIXO PREVISTO	NÃO EFICIENTE	NÃO EFETIVO
0169	PROMOÇÃO COMUNITÁRIA	ABAIXO DO PREVISTO	NÃO EFICIENTE	NÃO EFETIVO
0214	MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SUS/DF	ABAIXO DO PREVISTO	BAIXA EFICIÊNCIA	BAIXA EFETIVIDADE
0550	COMBATE À OCUPAÇÃO IRREGULAR DO SOLO	ABAIXO DO PREVISTO	NÃO MENSURADA	NÃO MENSURADA
1100	DESENVOLVIMENTO DOS AGRONEGÓCIOS	ABAIXO DO PREVISTO	NÃO EFICIENTE	NÃO MENSURADA
1200	DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL	MUITO ABAIXO PREVISTO	INEFICIENTE	NÃO EFETIVO
1300	DIFUSÃO E PROMOÇÃO CULTURAL	ABAIXO DO PREVISTO	ABAIXO DO PREVISTO	AVALIAÇÃO PREJUDICADA
1315	ACESSIBILIDADE: DIREITO DE TODOS	ABAIXO DO PREVISTO	NÃO EFICIENTE	NÃO EFETIVO
1318	REVITALIZAÇÃO DA CIDADE DE BRASÍLIA	MUITO ABAIXO PREVISTO	NÃO EFICIENTE	NÃO EFETIVO
1461	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	ABAIXO DO PREVISTO	NÃO EFICIENTE	NÃO EFETIVO
1462	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	ABAIXO DO PREVISTO	NÃO EFICIENTE	NÃO EFETIVO
1700	HEMOTECNOLOGIA	ABAIXO DO PREVISTO	EFICIENTE	EFETIVO
1750	VIDA MELHOR	ABAIXO DO PREVISTO	NÃO EFICIENTE	NÃO EFETIVO
2418	ASSISTÊNCIA À SAÚDE MENTAL	ABAIXO DO PREVISTO	BAIXA EFICIÊNCIA	BAIXA EFETIVIDADE
2600	SEGURANÇA EM AÇÃO	ABAIXO DO PREVISTO	NÃO MENSURADA	EFETIVO
3200	DIVULGAÇÃO OFICIAL	ABAIXO DO PREVISTO	NÃO MENSURADA	NÃO MENSURADA
4000	ESPORTE: MENTE E CORPO EM EQUILÍBRIO	DENTRO DO PREVISTO	NÃO MENSURADA	EFETIVO

As fragilidades observadas no decorrer dos trabalhos de auditoria foram objeto de 581 recomendações, encaminhadas, por meio de ofícios do então Secretário de Estado de Transparência e Controle do DF, para 94 Unidades Orçamentárias, com vistas à regularização ou à melhoria da gestão.

A tabela a seguir retrata, por Unidade Orçamentária, a quantidade de recomendações relativas aos Relatórios produzidos pela Controladoria/STC, de que tratam os inc. III a V e §4º da LODF e a IN nº 63/2010 TCU, que compuseram a Prestação de Contas Anual do Governador do Distrito Federal, referente ao exercício de 2011:

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003403

TABELA 3 – QUANTIDADE DE RECOMENDAÇÕES RELATIVAS AOS RELATÓRIOS PRODUZIDOS PELA CONTROLADORIA-GERAL/STC – EXERCÍCIO DE 2011, POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	RELATÓRIO	QTD. DE RECOMENDAÇÕES
AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS E SANEAMENTO DO DF – ADASA/DF	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DO DF – AGEFIS/DF	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – ATIVOS	6
	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
ARQUIVO PÚBLICO DO DF – ARPDF	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DF – CBMDF	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	2
	MANIFESTAÇÃO SOBRE FCDF: CBMDF E ASSISTÊNCIA MÉDICA/CBMDF	7
CENTRO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DO DF – CEAJUR	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – ATIVOS	2
	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
CENTRAL DE ABASTECIMENTO DO DF – CEASA	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DF – CODEPLAN	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DF – CODHAB/DF	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DF – METRÔ-DF	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA – TERRACAP	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DF – DER	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DF – DETRAN	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – EMATER	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA DO DF – FAP	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
FUNDAÇÃO DE ENSINO E PESQUISA EM CIÊNCIAS DA SAÚDE – FEPECS	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLILA – FHB	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLILA – FJZB	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO DO DF – FUNAP	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
GABINETE DA VICE-GOVERNADORIA DO DF – GVG	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS – BRASÍLIA AMBIENTAL	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES DO DF – INAS	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DF – IPREV	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA – JBB	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
POLÍCIA CIVIL DO DF – PCDF	MANIFESTAÇÃO SOBRE FCDF: PCDF	8
	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
POLÍCIA MILITAR DO DF – PMDF	MANIFESTAÇÃO SOBRE FCDF: PMDF E DSAP/PMDF	6
	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	2
PROCURADORIA-GERAL DO DF – PGDF	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – ATIVOS	1
	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
	CONTROLE DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO, AVAIS E HAVERES DO DF	1

SEL PROC 039 /2013 Folha nº 000[illegible]

TABELA 3 – QUANTIDADE DE RECOMENDAÇÕES RELATIVAS AOS RELATÓRIOS PRODUZIDOS PELA CONTROLADORIA-GERAL/STC – EXERCÍCIO DE 2011, POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	RELATÓRIO	QTD. DE RECOMENDAÇÕES
REGIÕES ADMINISTRATIVAS I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI, XXII, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXVIII, XXIX, XXX E XXXI	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	124
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO DF – SEAP	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – ATIVOS	4
	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
	RENÚNCIAS DE RECEITAS	2
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DO DF – SEAGRI	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – ATIVOS	3
	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
SECRETARIA DE ESTADO DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DO DF – SEAE	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO DF – SECTI	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO DF – SCS	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA DO DF – SECRI	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO DF – SEC	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – ATIVOS	3
	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	6
SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL DO DF – SEDEC	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DF – SDE	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA DO DF – SEDEST	RENÚNCIAS DE RECEITAS	2
	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – ATIVOS	1
	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DF – SEE	MANIFESTAÇÃO SOBRE FCDF - SEE	1
	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	5
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE DO DF – SESP	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO, REGULARIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO DO DF – SEDHAB	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO DF – SEF	CONTROLE DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO, AVAIS E HAVERES DO DF	5
	RENÚNCIAS DE RECEITAS	4
	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DF – SEG	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – ATIVOS	6
	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA DO DF – SEJUS	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – ATIVOS	2
	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS DO DF – SEMARH	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
SECRETARIA DE ESTADO DA MICRO E PEQUENA EMPRESA E ECONOMIA SOLIDÁRIA DO DF – SEMPES	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS – SO	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
SECRETARIA DE ESTADO DA ORDEM PÚBLICA E SOCIAL DO DF – SEOPS	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
SECRETARIA DE ESTADO DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL DO DF – SEPI	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO DO DF – SEPLAN	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – ATIVOS	2

GDF PRODF 09/2013 Folha Nº 002409

TABELA 3 – QUANTIDADE DE RECOMENDAÇÕES RELATIVAS AOS RELATÓRIOS PRODUZIDOS PELA CONTROLADORIA-GERAL/STC – EXERCÍCIO DE 2011, POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	RELATÓRIO	QTD. DE RECOMENDAÇÕES
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DF – SES	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
	MANIFESTAÇÃO SOBRE FCDF: SES	1
	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – ATIVOS	3
	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF – SSP	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO DO DF – SETRAB	RENÚNCIAS DE RECEITAS	4
	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES DO DF – ST	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DO DF – SETUR	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – ATIVOS	2
	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA – SLU	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA – ASB	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA – TCB	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
TRANSPORTE URBANO DO DF – DFTRANS	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – ATIVOS	1
	DEFERIMENTO DE VANTAGENS – INATIVOS	4
TOTAL DE RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NOS RELATÓRIOS (INC. III A V E §4º DO ART. 80 – LODF)		432

A tabela a seguir demonstra, também por Unidade Orçamentária, a quantidade de recomendações relativas aos Programas de Governo avaliados em 2011, quanto à eficiência, eficácia e efetividade, e cujas recomendações foram monitoradas em 2012:

TABELA 4 – QUANTIDADE DE RECOMENDAÇÕES RELATIVAS A CADA PROGRAMA DE GOVERNO AVALIADO NO EXERCÍCIO DE 2011, POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PROGRAMA DE GOVERNO AVALIADO	QTD. DE RECOMENDAÇÕES
COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DF – CAESB	0122 – ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1
	0124 – ESGOTAMENTO SANITÁRIO	1
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DF – CODHAB/DF	0550 – COMBATE À OCUPAÇÃO IRREGULAR DO SOLO	2
	1200 – DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL	3
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP	1315 – ACESSIBILIDADE: DIREITO DE TODOS	1
	1318 – REVITALIZAÇÃO DA CIDADE DE BRASÍLIA	1
EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – EMATER	1100 – DESENVOLVIMENTO DOS AGRONEGÓCIOS	2
FUNDAÇÃO HEMOCENTRO DE BRASÍLIA – FHB	1700 – HEMOTECNOLOGIA	3
FUNDO DE AVAL DO DF – FADF	1100 – DESENVOLVIMENTO DOS AGRONEGÓCIOS	1
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO DF – FDR	1100 – DESENVOLVIMENTO DOS AGRONEGÓCIOS	1
FUNDO DE MODERNIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E REEQUIPAMENTO DA POLÍCIA MILITAR DO DF – FUNCPM	2600 – SEGURANÇA EM AÇÃO	1

TABELA 4 – QUANTIDADE DE RECOMENDAÇÕES RELATIVAS A CADA PROGRAMA DE GOVERNO AVALIADO NO EXERCÍCIO DE 2011, POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PROGRAMA DE GOVERNO AVALIADO	QTD. DE RECOMENDAÇÕES
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO DISTRITO FEDERAL – FUNDURB	1315 – ACESSIBILIDADE: DIREITO DE TODOS	2
POLÍCIA CIVIL DO DF – PCDF	2600 – SEGURANÇA EM AÇÃO	1
POLÍCIA MILITAR DO DF – PMDF	2600 – SEGURANÇA EM AÇÃO	1
REGIÕES ADMINISTRATIVAS I, II, III, VIII, IX, X, XI, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI, XXII, XXIII, XXIV, XXV, XXVI, XXVII, XXVIII, XXIX, XXX E XXXI	1315 – ACESSIBILIDADE: DIREITO DE TODOS	26
REGIÃO ADMINISTRATIVA IV – BRAZLÂNDIA	1100 – DESENVOLVIMENTO DOS AGRONEGÓCIOS	1
	1315 – ACESSIBILIDADE: DIREITO DE TODOS	1
REGIÃO ADMINISTRATIVA V – SOBRADINHO	1100 – DESENVOLVIMENTO DOS AGRONEGÓCIOS	1
	1315 – ACESSIBILIDADE: DIREITO DE TODOS	1
REGIÃO ADMINISTRATIVA VI – PLANALTINA	0169 – PROMOÇÃO COMUNITÁRIA	1
	1100 – DESENVOLVIMENTO DOS AGRONEGÓCIOS	1
	1315 – ACESSIBILIDADE: DIREITO DE TODOS	1
REGIÃO ADMINISTRATIVA VII – PARANOÁ	1100 – DESENVOLVIMENTO DOS AGRONEGÓCIOS	1
	1315 – ACESSIBILIDADE: DIREITO DE TODOS	1
REGIÃO ADMINISTRATIVA XIV – SÃO SEBASTIÃO	1100 – DESENVOLVIMENTO DOS AGRONEGÓCIOS	1
	1315 – ACESSIBILIDADE: DIREITO DE TODOS	1
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DO DF – SEAGRI	1100 – DESENVOLVIMENTO DOS AGRONEGÓCIOS	2
	1750 – VIDA MELHOR	1
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO DF – SECTI	1318 – REVITALIZAÇÃO DA CIDADE DE BRASÍLIA	2
SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO DF – SCS	3200 – DIVULGAÇÃO OFICIAL	1
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DO DF – SEC	1300 – DIFUSÃO E PROMOÇÃO CULTURAL	7
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DF – SDE	1100 – DESENVOLVIMENTO DOS AGRONEGÓCIOS	1
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA DO DF – SEDEST	1461 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	10
	1462 – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	14
	1750 – VIDA MELHOR	2
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DF – SEE	0138 – APOIO AO EDUCANDO	13
	0164 – ESCOLA DE TODOS NÓS	6
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE DO DF – SESP	4000 – ESPORTE: MENTE E CORPO EM EQUILÍBRIO	1
SECRETARIA DE ESTADO DE HABITAÇÃO, REGULARIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO DO DF – SEDHAB	0550 – COMBATE À OCUPAÇÃO IRREGULAR DO SOLO	1
	1318 – REVITALIZAÇÃO DA CIDADE DE BRASÍLIA	1
SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO DO DF – SEG	3200 – DIVULGAÇÃO OFICIAL	1
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA DO DF – SEJUS	0169 – PROMOÇÃO COMUNITÁRIA	1
SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS – SO	0098 – ESTRUTURA A SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO	3
	0124 – ESGOTAMENTO SANITÁRIO	1
	0169 – PROMOÇÃO COMUNITÁRIA	3
	1318 – REVITALIZAÇÃO DA CIDADE DE BRASÍLIA	2

SCL FSQC 039 /2013 Folha Nº 00210

TABELA 4 – QUANTIDADE DE RECOMENDAÇÕES RELATIVAS A CADA PROGRAMA DE GOVERNO AVALIADO NO EXERCÍCIO DE 2011, POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	PROGRAMA DE GOVERNO AVALIADO	QTD. DE RECOMENDAÇÕES
	1200 – DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL	2
SECRETARIA DE ESTADO DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL DO DF – SEPI	3200 – DIVULGAÇÃO OFICIAL	1
	0214 – MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO SUS	5
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DF – SES	1700 – HEMOTECNOLOGIA	2
	2418 – ASSISTÊNCIA À SAÚDE MENTAL	7
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DF – SSP	2600 – SEGURANÇA EM AÇÃO	1
TOTAL DE RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NOS RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS (ART. 80, INC. I, LODF)		149

Os trabalhos de auditoria operacional com vistas ao monitoramento, realizados em atendimento às determinações contidas nas Ordens de Serviço nºs 126, 324 e 350/2012– Controladoria-Geral/STC, evidenciaram o seguinte resultado quanto às Unidades que apresentaram respostas relativas às recomendações:

TABELA 5 – RESULTADO QUANTO AO ENCAMINHAMENTO DE RESPOSTAS POR PARTE DAS UNIDADES QUE RECEBERAM OS RELATÓRIOS DA PCA GOV/2011

SITUAÇÃO QUANTO AO ATENDIMENTO	QTD. DE UNIDADES	PERCENTUAL (%)
ATENDERAM DE IMEDIATO (APÓS ENCAMINHAMENTO DO 1º OFÍCIO)	27	29
ATENDERAM APÓS REITERAÇÃO (APÓS ENCAMINHAMENTO DO 2º OFÍCIO)	55	58
NÃO ATENDERAM	12	13
TOTAL	94	100

Os dados da Tabela anterior demonstram que 29% das Unidades que receberam relatórios contendo recomendações a serem observadas e/ou providências a serem adotadas enviaram respostas quanto às recomendações no primeiro prazo concedido pela STC, 58% somente se manifestaram após reiteração, e 13% não apresentaram nenhuma manifestação, mesmo após o encaminhamento de ofício reiterando as solicitações anteriores.

Estando contextualizados os trabalhos preliminares, considerou-se de maior importância a serem relatadas as análises das recomendações destinadas a apurações de responsabilidades ou de possíveis prejuízos ao erário, cujas sínteses são apresentadas a seguir.

III.1 – Monitoramento: Análises das Recomendações, por amostra

Relatório nº 03/2012–DIFIS/CONEP/CONT/STC

Objeto da auditoria: FCDF (UG: CBMDF)

Recomendação ao CBMDF	Informação da Unidade sobre as providências adotadas
A.6) Instaurar procedimento administrativo para apuração de responsabilidades pelo descumprimento de normativo legal, conforme o subitem anterior, bem como pelo descumprimento de outros dispositivos legais, tais como o art. 60 da Lei nº 4.320/1964 e o art. 50, inc. II e III da LRF, consoante o disposto no art. 58, inc. II da Lei nº 8.443/1992 (LO – TCU) c/c art. 167, inc. III, letra "b" da Resolução nº 38/1990 (RI – TCDF); inclusive, instaurar tomada de contas especial, caso reste caracterizada a ocorrência de prejuízos ao erário.	Consoante Ofício nº 023/2013–AUDIT/CTROL/CBMDF, de 27/02/2013, foi informado que: *"[...] por meio do Memorando nº 250/2012 da Controladoria/CBMDF, de 17/10/2012, foi solicitada à Corregedoria/CBMDF as providências administrativas necessárias para se apurar as responsabilidades pelo descumprimento dos normativos legais. Tais providências foram adotadas, culminando na instauração da Sindicância nº 284/2012, conforme publicação no Boletim Reservado nº 51, de 28/12/2012 (cópia anexa), a qual tem data para conclusão para o dia 05/03/2013"*

Em atenção à recomendação supra, a Unidade de Auditoria/CBMDF informou que o procedimento de apuração já foi concluído pela Comissão de Sindicância; no entanto, ainda não foi apreciado pelas instâncias superiores. Inclusive, a mencionada Unidade não apresentou a conclusão do relatório.

Dessa forma, resta pendente a avaliação quanto ao resultado da apuração.

Relatório nº 04/2012–DIFIS/CONEP/CONT/STC

Objeto da auditoria: FCDF (UG: PCDF)

Recomendação à PCDF	Informação da Unidade sobre as providências adotadas
A.3) Em referência ao Contrato nº 22/1999, firmado entre a PCDF e a empresa São Martinho Imobiliária e Participações, com vigência no período de 11/11/1999 até 10/11/2012, referente à locação de imóvel, adotar os seguintes procedimentos: A.3.1) Rever a repactuação feita para o contrato, considerando que o reajuste concedido a partir de 11/11/2011, o qual alcançou o percentual de 112,92%, não encontra amparo legal, por não se tratar das hipóteses previstas na letra d, inc. II, art. 65 da Lei nº 8.666/1993, e, ainda, considerando que o mesmo vem sendo reajustado anualmente; A.3.2) Instaurar Tomada de Contas Especial, caso reste caracterizada a ocorrência de prejuízos ao erário, bem como processo administrativo de apuração de responsabilidades, se for o caso; A.3.3) Observar o disposto no art. 57, inc. II, da Lei de Licitações, no que se refere ao prazo de duração dos contratos, bem como adotar os procedimentos necessários em tempo hábil para a futura "renovação do contrato", se for o caso, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração pública, devendo serem cumpridos todos os requisitos legais. Processo do Contrato nº 052-001.439/1999	Por meio do Ofício nº 038/2013–ASS/DAG, de 25/02/2013, e respectivas cópias e documento anexos, foi afirmado que o valor do contrato, após a repactuação datada de 17/11/2012, permanece bem inferior ao valor de mercado. *"Ficou, portanto, demonstrada notória vantajosidade para Administração [...]. Acrescento que a contratada solicitou, em 31/08/2011, equilíbrio econômico-financeiro do contrato [...]. Frise-se [...] que a continuidade contratual, deveu-se a extrema necessidade da Polícia Civil do Distrito Federal em permanecer no local e ainda em virtude dos elevados custos de sua transferência para outro imóvel, especialmente, no deslocamento dos equipamentos utilizados pela Coordenação de Inteligência e Estratégia [...]".* Quanto à duração do contrato, foi firmado entendimento pela aplicação do contido no §3º do inc. I do art. 62 da Lei nº 8.666/1993. *"[...] Referida norma não determina que os contratos ali mencionados devam submeter-se ao disposto no art. 57 daquele dispositivo legal, que cuida da fixação dos prazos de vigência dos contratos administrativos. Portanto, excluí os contratos de locação de imóvel, não impedindo a administração de alugar imóvel por prazo superior ao do art. 57 inc. II, da Lei 8.666/1993".* No que se refere à instauração de Tomada de Contas Especial, *"[...] inobstante não se vislumbrar, em tese, a ocorrência de prejuízos ao Erário, foi determinado por este Departamento de Administração Geral, instauração do competente procedimento apuratório junto à Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial [...]".*

Recomendação à PCDF	Informação da Unidade sobre as providências adotadas
A.5) Estabelecer metas físicas a serem atingidas com os recursos do FCDF, para possibilitar melhor gerenciamento, aplicação e execução dos mesmos, bem como dar continuidade ao desenvolvimento dos indicadores institucionais, objetivando atender o disposto na Portaria TCU nº 277, de 07/12/2010, c/c Parte A, Item 2, do Anexo II da DN TCU nº 107, de 27/10/2010; e	Está em tramitação o processo nº 052.001.627/2012 alusivo à contratação de empresa especializada na elaboração do Plano Estratégico da PCDF, com base na metodologia Balanced Scorecard – BSC, o qual contempla a implementação do Projeto de Concepção dos Indicadores de Desempenho. Tal processo aguarda apresentação de propostas técnico-comerciais por parte de instituições.

Da análise das respostas encaminhadas pela PCDF, depreende-se que a necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro foi motivada pela duração prolongada do ajuste, uma vez que o prazo de vigência do mesmo deveria estar limitado a 60 meses, findando o qual pudessem ser adotados, inequivocamente, todos os procedimentos com vistas à obtenção e/ou confirmação de proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Questiona-se, portanto, a manutenção de contrato por prazo superior ao estabelecido no art. 57, inc. II, da Lei de Licitações, ou seja, o mesmo contrato já está em vigência por mais de 13 anos.

Nesse sentido, não assiste razão ao entendimento de que "*o disposto no art. 62, §3º, inc. I, da Lei nº 8.666/1993, expressamente afasta a norma do art. 57 nos casos em que a Administração Pública é locatária*", considerando inclusive, o disposto no art. 61 c/c 62 dessa mesma lei, conforme a seguir:

> Art. 61. Todo contrato deve mencionar os nomes das partes e os de seus representantes, a finalidade, o ato que autorizou a sua lavratura, o número do processo da licitação, da dispensa ou da inexigibilidade, **a sujeição dos contratantes às normas desta Lei** e às cláusulas contratuais.
>
> Art. 62: [...]
>
> §3° Aplica-se o disposto nos arts. 55 e 58 a 61 desta Lei e demais normas gerais, no que couber:
>
> I - aos contratos de seguro, de financiamento, **de locação em que o Poder Público seja locatário**, e aos demais cujo conteúdo seja regido, predominantemente, por norma de direito privado;
>
> (Grifou-se)

Inclusive, quanto à aplicação das regras previstas na Lei 8.245/1991 para os contratos de locação, é importante salientar o disposto no item I, Ementa, do Parecer PGDF nº 156/2007–PROCAD:

> I – A Administração Pública pode celebrar contratos regidos por normas predominantemente de direito privado, mas, sempre, assumirá posição de supremacia, [...], já que as potestades são da essência dos contratos administrativos. As regras dos princípios privatistas se aplicam aos contratos firmados pela Administração Pública de forma supletiva. Assim, quando a Administração celebra contrato de locação de imóvel como locatária deve aplicar, em primeiro lugar, as regras e princípios de Direito Público e, esgotadas, buscar balizas nas regras e nos princípios de Direito Privado compatíveis com as regras de Direito Público.

Por fim, destaca-se que há impedimentos às prorrogações sucessivas, por prazo superior ao delimitado pela norma, conforme já apresentado em orientações e pareceres diversos no âmbito da Administração Pública, a exemplo dos seguintes:

1. Lei nº 8.666/1993:

> Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:
>
> [...]
>
> II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua **duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos** com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, **limitada a sessenta meses**; (Redação dada pela Lei nº 9.648/1998)
>
> §4º **Em caráter excepcional**, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inc. II do caput deste artigo **poderá ser prorrogado por até doze meses**. (Incluído pela Lei nº 9.648/1998)
>
> (Grifou-se)

2. Parecer PGDF nº 156/2007–PROCAD (item II da Ementa):

> II – Nesse diapasão, ainda que se admita a prorrogação do contrato de locação por prazo superior ao do exercício financeiro, **não se pode permitir a incidência do parágrafo único do art. 56 da Lei nº 8.245/1991, que autoriza a indeterminação do prazo do contrato de locação** e tampouco sua prorrogação "tácita", uma vez que tal dispositivo legal de cunho privatístico é absolutamente incompatível com as regras publicistas dos arts. 57, §3º e 60, parágrafo único, da Lei de Licitações, que anunciam normas de nodal importância no âmbito do Direito Administrativo, segundo as quais **não se podem eternizar contratos firmados com a Administração Pública** [...].
>
> (Grifou-se)

Por todo o exposto, observa-se que pela Lei de Licitações, excepcionalmente, o prazo de duração do contrato pode estender-se no máximo a 72 meses, ou 6 anos. E, não sendo aplicável o disposto na Lei nº 8.245/1991, encontra-se irregular a situação do Contrato nº 22/1999, firmado entre a PCDF e a empresa São Martinho Imobiliária e Participações.

Por oportuno, ressalta-se que os procedimentos para a locação de imóveis por órgãos da Administração Direta e Indireta do Distrito Federal foram normatizados por meio do Decreto nº 33.788, de 13/07/2012, os quais se aplicam, inclusive, para os contratos já existentes, conforme o disposto no art. 3º, §1º desse normativo.

Acrescente-se que foi instaurado o processo administrativo nº 480-000.355/2012, em 27/06/2012, por meio do qual a COGER/STC oficiou à Corregedoria-Geral da PCDF sobre a necessidade de instaurar procedimento disciplinar para apurar as possíveis irregularidade e responsabilidades, bem como foi informado, por meio do Ofício nº 038/2013–Ass/DAG/PCDF, de 25/02/2013, sobre a instauração de processo de

Sq. PCDF 039 /2013 Folha nº 00342

Tomada de Contas Especial. Assim, aguarda-se a conclusão dos respectivos procedimentos apuratórios.

Diante de todo o exposto, continua o monitoramento das seguintes situações: (a) a regularização de contrato mantido por tempo superior ao permitido pela Lei de Licitações; (b) as informações sobre a TCE instaurada pelo Departamento Geral de Administração/PCDF, junto à CPTCE daquela Unidade; e (c) a apresentação das metas físicas relativas à aplicação dos recursos do FCDF.

Relatório nº 08/2012–DIFIS/CONEP/CONT/STC

Objeto da auditoria: Deferimento de Vantagens – Ativos (UG: SEAGRI)

Recomendação à Seagri	Informação da Unidade sobre as providências adotadas
B.1) adotar os procedimentos administrativos para que os servidores da especialidade medicina, de matrículas n.º 101.086-7 e 107.087-5, relacionados no item 3.6 deste relatório, façam a imediata devolução dos valores recebidos a maior e, também, instaure Procedimento Administrativo Disciplinar para apurar a responsabilidade de quem fez o lançamento irregular. E se houve boa fé por parte dos servidores que receberam os valores indevidos	Por meio do Ofício nº 27/2013–SUAG/SEAGRI-DF, de 22/02/2013, e respectivas cópias anexas, consta a informação de que foram instauradas duas sindicâncias, objetos dos processos nºs 070.001.544/2012 e 070.001.545/2012. Em ambas, conforme consta nas conclusões dos Relatórios Finais, a Comissão Permanente de Sindicância sugeriu o arquivamento do processo, nos termos do art. 215 da LC 840/2011, *"[...] por não ter encontrado no processo nenhuma prova de cometimento de falta funcional por parte de nenhum servidor envolvido no caso"*. Junto com as cópias encaminhadas dos Relatórios Finais, constam cópias de despachos da Comissão citada, por meio dos quais os processos foram encaminhados ao Secretário de Estado Adjunto da SEAGRI *"[...] para conhecimento e julgamento, na forma prevista no art. 255, alínea "b", da Lei Complementar nº 840/2.011[...]"*. Em complemento, foi informado que os processos citados estão na PGDF, porém não foi esclarecido o motivo de estarem naquele órgão.

Dessa forma, constata-se que não houve menção quanto aos resultados dos julgamentos das sindicâncias, bem como não foi informado se foram feitas as devoluções dos valores recebidos a maior pelos servidores, razão pela qual ainda se faz necessária a coleta de informações adicionais para a conclusão a respeito da recomendação feita pela Controladoria-Geral.

Relatório nº 13/2012–DIFIP/CONEP/CONT/STC

Objeto da Auditoria: Programa 1318 – Revitalização da Cidade de Brasília (UG: SECTI)

Recomendação à Secti	Informação da Unidade sobre as providências adotadas
D.1 Apurar a responsabilidade e o possível prejuízo ao Erário em decorrência da elevação de custo e prazo motivado pela falta de definições em tempo hábil. D.2) Proceder à instauração de procedimento administrativo, objetivando a apuração das possíveis responsabilidades de quem deu causa ao atraso e à morosidade no andamento da obra de reforma do Planetário, em razão da falta de definições em tempo hábil quanto à aquisição ou modernização do projetor.	A Unidade encaminhou o Ofício nº 53/2013 – SUAG/SECTI, de 26/02/2013, e respectiva cópia anexa, informando que por meio da Portaria nº 21, de 26/02/2013, foi instaurada Comissão de Sindicância, objetivando a apuração das possíveis responsabilidades de quem deu causa ao atraso e à morosidade no andamento da obra de reforma do Planetário.

Diante da manifestação da Unidade, verifica-se a necessidade de monitorar o resultado das apurações feitas por meio do processo nº 290-000.046/2013, relativo à sindicância instaurada em atendimento às recomendações desta Controladoria-Geral.

Por outro lado, constata-se que o mesmo assunto já está sendo conduzido pelo TCDF por meio do processo nº 3009/1999, conforme relatado nesta mesma peça, no item relativo à Secretaria de Estado de obras.

RELATÓRIO Nº 14/2012–DIFIP/CONEP/CONT/STC

OBJETO DA AUDITORIA: PROGRAMA 1461 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (UG: SEDEST)

RECOMENDAÇÃO À SEDEST	INFORMAÇÃO DA UNIDADE SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
A.9) INSTAURAR PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAR AS RESPONSABILIDADES PELA CONTRATAÇÃO IRREGULAR DO INSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO RACIONAL DO TRABALHO – IDORT POR DISPENSA DE LICITAÇÃO (LEI COMPLEMENTAR Nº 75/93 ART.6, INC. VII B); E A.10) ADOTAR OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A APURAÇÃO DOS POSSÍVEIS PREJUÍZOS CAUSADOS AO ERÁRIO DO DISTRITO FEDERAL, CONSIDERANDO A DESPROPORCIONALIDADE ENTRE O VALOR CONTRATADO (R$8,3 MILHÕES) E O SERVIÇO EFETIVAMENTE PRESTADO PELO INSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO RACIONAL DO TRABALHO – IDORT, CONFORME INFORMAÇÕES CONTIDAS NO PROCESSO Nº 380.000.788/2011.	CONSOANTE O OFÍCIO Nº 11/2013–CONINT/SEDEST, DE 05/03/2013, E RESPECTIVAS CÓPIAS INSERIDAS EM 5 ANEXOS, FORAM APRESENTADAS CÓPIAS DE DOCUMENTOS DEFENDENDO A LEGALIDADE E A ECONOMICIDADE DA CONTRATAÇÃO E, ASSIM, FOI CONSIDERADA INSUBSISTENTE A RECOMENDAÇÃO QUANTO À INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E, TAMBÉM, NÃO FORAM ADOTADOS PROCEDIMENTOS PARA APURAÇÃO DOS POSSÍVEIS PREJUÍZOS CAUSADOS AO ERÁRIO DO DF. ENTRE AS CÓPIAS, CONSTA A DA DECISÃO Nº 6670/2012 E DO RELATÓRIO DE INSPEÇÃO Nº 2.2028.12, AMBOS DO TCDF E RELATIVOS À CONTRATAÇÃO DO IDORT PELA SEDEST. NA CONCLUSÃO DO CITADO RELATÓRIO, CONSTA QUE *"A JUNTADA DAS PLANILHAS COM OS DETALHAMENTOS DOS CUSTOS UNITÁRIOS EVIDENCIOU QUE A PROPOSTA APRESENTADA PELO IDORT ERA A MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO".*

A par das informações apresentadas, considera-se que as recomendações foram atendidas pela Unidade, e, considerando que a contratação do Instituto de Organização Racional do Trabalho – IDORT já está sendo examinada no âmbito do TCDF, por meio do processo nº 29.663/2011, não se vislumbra a necessidade de acompanhamento adicional quanto ao objeto das mencionadas recomendações.

RELATÓRIO Nº 15/2012–DIFIP/CONEP/CONT/STC

OBJETO DA AUDITORIA: PROGRAMA 1462 – PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL (UG: SEDEST)

RECOMENDAÇÃO À SEDEST	INFORMAÇÃO DA UNIDADE SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
A.5) APURAR A RESPONSABILIDADE DOS SERVIDORES DO ABRIGO REENCONTRO – ABRIRE PELA OMISSÃO DO DEVER DE PROTEÇÃO, REFERENTE À PERMANÊNCIA DE MENOR VITIMADO DE ABUSO SEXUAL JUNTO AO AGRESSOR, CONTRARIANDO A LEI Nº 8.069/1990 – ECA, ARTS. 95, 97 §1º, 191 E 194;	ACERCA DA RECOMENDAÇÃO DO ITEM A.5 FOI INFORMADO PELA DIRETORA DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO, CONSOANTE E-MAIL DE 06/03/2013 ACOSTADO AO OFÍCIO Nº 13/2013 – CONINT/SEDEST: *"ATÉ A PRESENTE DATA NÃO FOI IDENTIFICADO DOCUMENTO ACERCA DA SITUAÇÃO DE ABUSO SEXUAL ENTRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, NA CASA LAR DO GUARÁ, APRESENTADA NO RELATÓRIO Nº 15/2012-DIFIP/CONEP/CONT/STC. ESTA DIRETORIA CONSULTOU RAPIDAMENTE A COORDENAÇÃO DA UNAC, QUE NÃO OCUPAVA ESSA FUNÇÃO À ÉPOCA, BEM COMO OS ARQUIVOS DA DISA. OCORRE QUE O RELATÓRIO SUPRACITADO DISPÕE DE INFORMAÇÕES INSUFICIENTES PARA A REALIZAÇÃO DE UMA PESQUISA MAIS APROFUNDADA, FALTANDO O NOME DOS ENVOLVIDOS (APRESENTA APENA AS INICIAIS DE UMA DAS SUPOSTAS VÍTIMAS). ASSIM, NECESSITA-SE DE UM MAIOR TEMPO PARA LEVANTAR OS DADOS SOLICITADOS"*

DFL PROC 039 /2013 Folha nº 00243

Recomendação a Sedest	Informação da Unidade sobre as providências adotadas
A.7) Apurar, no que couber, a responsabilidade dos servidores da Secretaria e da Empresa Nutriz pelos fatos registrados em livros e relatórios, que apontam de modo sistemático e por vários anos, a qualidade duvidosa da alimentação fornecida no Abrire e Casas Lar, o que contraria, sobretudo, a Lei nº 8.069/1990-ECA, art. 94, inc. VIII;	Quanto à Recomendação A.7, foi informado por meio do Ofício nº 11/2013–CONINT/SEDEST, de 05/03/2013, e respectivas cópias inseridas em 5 anexos, que em agosto de 2011, foi aplicada penalidade de advertência à empresa O Universitário Restaurante, Indústria, Comércio e Agropecuária Ltda (Gran Nutriz). Em junho de 2011, havia sido aplicada multa à empresa. Também, foram apresentados históricos de tramitação de dois processos (380.001.528/2012 e 380.000.400/2012), nos quais constam que os autos tratam de aplicação de penalidade à empresa citada. Não há menção quanto ao estágio das apurações.

Diante das informações apresentadas pela SEDEST, consideram-se parcialmente cumpridas as recomendações mencionadas acima, considerando que ainda estão sendo levantados os dados acerca dos fatos ocorridos no Abrigo Reencontro.

Quanto à recomendação para apuração de responsabilidades dos servidores da Secretaria e da Empresa Nutriz, ainda restam pendentes a apresentação dos resultados das apurações levadas a efeito por meio dos processos nºs 380-001.528/2012 e 380-000.400/2012.

Relatório nº 05/2012–DIFIP/CONEP/CONT/STC

Objeto da Auditoria: Programa 0164 – Escola de Todos Nós (UG: SEE)

Recomendação à SEE	Informação da Unidade sobre as providências adotadas
A.1) Apurar a responsabilidade, bem como os possíveis danos ao erário, pela execução do Subtítulo 4340 da Ação 3276 com as seguintes irregularidades: - ausência de estudo técnico prévio das condições necessárias para a construção das coberturas das quadras poliesportivas em locais inadequados, a exemplo do CAIC de Santa Maria, EC 17 e EC 22 no Gama; e - construção de quadras poliesportivas fora do padrão adotado pela Diretoria de Obras.	De acordo com o Ofício nº 24/2013-SAD/SEDF, de 27/02/2013: *"A apuração de responsabilidade, bem como os possíveis danos ao erário [...] será apurado nos autos do processo nº 080-008.431/2012"* Foi informado que o processo se encontrava na Gerência de Procedimentos Disciplinares para instauração do procedimento administrativo.

Consoante as informações apresentadas, deve-se aguardar e monitorar o resultado das apurações de que trata o processo nº 080-008.431/2012.

Relatório nº 06/2012–DIFIS/CONEP/CONT/STC

Objeto da Auditoria: FCDF (UG: SEE)

Recomendação à SEE	Informação da Unidade sobre as providências adotadas
A.1) Elaborar Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, de modo a atender o disposto no Anexo II à Decisão Normativa TCU nº 117, de 19/10/2011, conforme a seguir: Relatório sobre as auditorias planejadas e realizadas pela unidade de auditoria interna da entidade jurisdicionada, caso exista em sua estrutura, no exercício de referência do relatório de gestão, contemplando, no mínimo, um dos seguintes aspectos: A) Escopo das auditorias realizadas; B) Demonstração da execução do plano de auditoria;	Consoante informações prestadas por Mensagem em meio eletrônico da Chefe Interina da UCI/SEEDF, consta que: *"Foram realizadas auditorias com o fim de verificar efetividade dos programas executados por esta pasta na área finalística. Assim foram realizadas inspeções nas instituições de ensino conforme demonstrado nas tabelas anexas. Ressaltamos que os documentos e relatórios serão enviados posteriormente".*

RECOMENDAÇÃO À SEE	INFORMAÇÃO DA UNIDADE SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
c) RESULTADOS E PROVIDÊNCIAS ADOTADAS A PARTIR DAS CONSTATAÇÕES FEITAS PELAS AUDITORIAS; E d) JUSTIFICATIVAS, SE FOR O CASO, PARA O NÃO CUMPRIMENTO DAS METAS DE FISCALIZAÇÃO PREVISTAS. (GRIFOU-SE)	E, DE ACORDO COM OFÍCIO Nº 24/2013-SAD/SEDF, DE 27/02/2013, CONSTA A INFORMAÇÃO DE QUE: *"NO QUE TANGE AO ITEM 2. (DA SA 22/2013), ENCAMINHAMOS ANEXOS OS RELATÓRIOS DAS AUDITORIAS REALIZADAS PELA EQUIPE DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO/GERÊNCIA DE INSPEÇÃO, BEM COMO RELATÓRIOS DO MONITORAMENTO DAS SUGESTÕES EXARADAS"*

Após análise das informações, conclui-se que os documentos apresentados não atenderam à recomendação supra, posto que apenas foram encaminhadas cópias de quatro relatórios de inspeções internas, realizadas pela Unidade de Controle Interno/SEDF, e cópias de quatro planilhas de acompanhamentos, relativos a inspeções realizadas em instituições de ensino, objetivando atender à SA nº 76/2012-DIFIS/CONEP/CONT.

Dessa forma, a recomendação supra ainda permaneceu pendente de cumprimento por parte da Secretaria de Estado de Educação.

RELATÓRIO Nº 13/2012–DIFIP/CONEP/CONT/STC

OBJETO DA AUDITORIA: PROGRAMA 1318 – REVITALIZAÇÃO DA CIDADE DE BRASÍLIA (UG: SO)

RECOMENDAÇÃO À SO	INFORMAÇÃO DA UNIDADE SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS
C.1) PROCEDER A INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, OBJETIVANDO A APURAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES, QUANTO AO ATRASO E MOROSIDADE NO ANDAMENTO DA OBRA DE REFORMA DO PLANETÁRIO E À CONTRATAÇÃO DA MESMA EMPRESA INCUMBIDA DA REFORMA PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO PREVISTOS INICIALMENTE, SEM O DEVIDO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, TAIS COMO AS BUILT, LAUDO E PROJETO DE REFORÇO ESTRUTURAL. C.2) ADOTAR OS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A INSTAURAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL, SEM PREJUÍZO DO DEVIDO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, OBJETIVANDO A APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADES PELO PREJUÍZO AO ERÁRIO EM DECORRÊNCIA DA ELEVAÇÃO DE CUSTO E PRAZO NA REFORMA DO PLANETÁRIO, MOTIVADA PELA FALTA DOS SERVIÇOS (AS BUILT, LAUDO E PROJETO DE REFORÇO ESTRUTURAL) NECESSÁRIOS PARA O BOM ANDAMENTO DA OBRA E POR TER IMPEDIDO A COMPETIÇÃO AO CONTRATAR A MESMA EMPRESA INCUMBIDA DA REFORMA, SEM O DEVIDO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO;	POR MEIO DO OFÍCIO Nº 77/2013–SUAG/SO, DE 21/02/2013, E RESPECTIVA MÍDIA ANEXA, FORAM PRESTADAS AS INFORMAÇÕES A SEGUIR:. FOI INSTAURADA SINDICÂNCIA, OBJETO DO PROCESSO Nº 110.000.264/2012. A COMISSÃO DESIGNADA, CONCLUIU, EM SEU RELATÓRIO, QUE: *"[...] A MATÉRIA [...] ESTÁ SOB AMPLO DOMÍNIO E COMANDO DO TCDF, SENDO, EM NOSSO MODESTO ENTENDIMENTO, S.M.J., PRECIPITADA QUALQUER AÇÃO PARALELA DESTA COMISSÃO, PARA AVERIGUAR AQUILO QUE O TCDF ESTÁ AINDA APURANDO.* *[...]* *ISTO POSTO, ENTENDEMOS PELO ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS DESTA COMISSÃO, DEVENDO-SE AGUARDAR AS CONCLUSÕES DO E. TCDF A RESPEITO DA MATÉRIA EM QUESTÃO, BEM COMO O ARQUIVAMENTO DO PRESENTE PROCESSO, NOS TERMOS DO INC. I, DO ART. 215, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 840/2011.[...]"* O SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS ACOLHEU A PROPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA E DETERMINOU O ARQUIVAMENTO DO PROCESSO, POR MEIO DA PORTARIA Nº 65, DE 15/08/2012. *"[...] DIANTE DA CONCLUSÃO E DAS ALEGAÇÕES APRESENTADAS PELA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA NÃO FOI SOLICITADA INSTAURAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAL ATÉ A PRESENTE DATA".*

Diante das informações apresentadas, conclui-se que a Secretaria de Obras cumpriu a recomendação quanto à instauração de procedimento de apuração de responsabilidade.

Destaca-se que o mesmo assunto já está sendo conduzido pelo TCDF por meio do Processo nº 3009/1999, cuja última Decisão exarada foi a de nº 1326, de 29/03/2012. Portanto, não se vislumbra a necessidade de nenhum acompanhamento adicional, no que se refere ao monitoramento das recomendações à SO, relativas ao Programa 1318 – Revitalização da Cidade de Brasília.

SEI - GDF PROC 039 /2013 Folha Nº 00324

PARTE IV – CONCLUSÕES

IV.1 – MONITORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES – PCA GOV 2011

Ressalta-se que os trabalhos de auditoria operacional, destinados ao monitoramento das recomendações efetuadas por meio dos relatórios que integram a PCA GOV, ainda não alcançaram integralmente os objetivos propostos, especialmente no que tange à melhoria da execução das ações governamentais e dos assuntos inerentes aos demais relatórios que compõem a Prestação de Contas Anual do Governador.

No entanto, os resultados obtidos nessa fase inicial foram considerados satisfatórios, posto que o monitoramento também objetiva contribuir para a redução das constantes ressalvas apresentadas nas Prestações de Contas Anuais do Governador do Distrito Federal.

SPL FROC 039 /2013 Folha Nº 003414 Verso

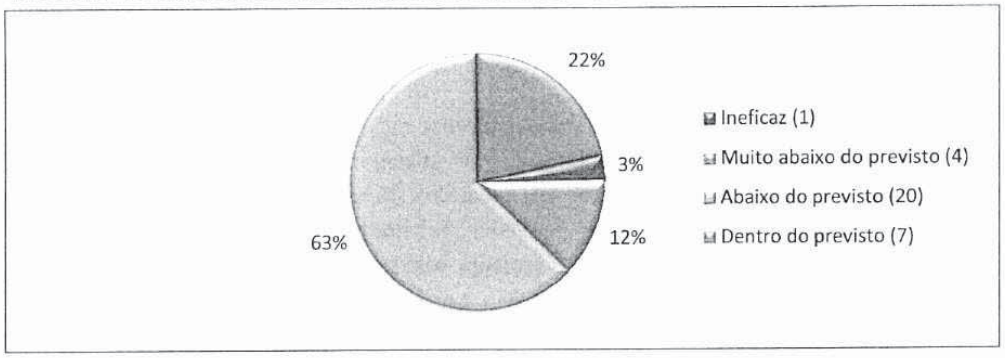
IV.2 – AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICIÊNCIA E EFICÁCIA, POR PROGRAMA DE GOVERNO

A avaliação quanto à eficiência e eficácia contemplou, em 2012, uma amostra de 13 Programas Temáticos, desdobrados em 32 Objetivos Específicos. A particularidade do exercício em questão deu-se pela adoção de um modelo de Plano-Plurianual aplicado no planejamento de médio prazo do Governo do Distrito Federal.

Verificou-se que o novo modelo foi introduzido sem que os sistemas governamentais fossem atualizados para refletir a nova estrutura, em especial, a divisão dos Programas Temáticos em Objetivos Específicos. Observou-se também que, por ocasião da elaboração do PPA 2012/2015, os gestores públicos ainda não haviam absorvido satisfatoriamente a nova concepção do Plano, o que resultou em diferentes entendimentos na alocação das Ações Orçamentárias, em Programas Temáticos ou nos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

Dentre os 32 Objetivos Específicos selecionados em 2012, sete tiveram avaliação de eficácia dentro do previsto, conforme apresentado na Figura 1.

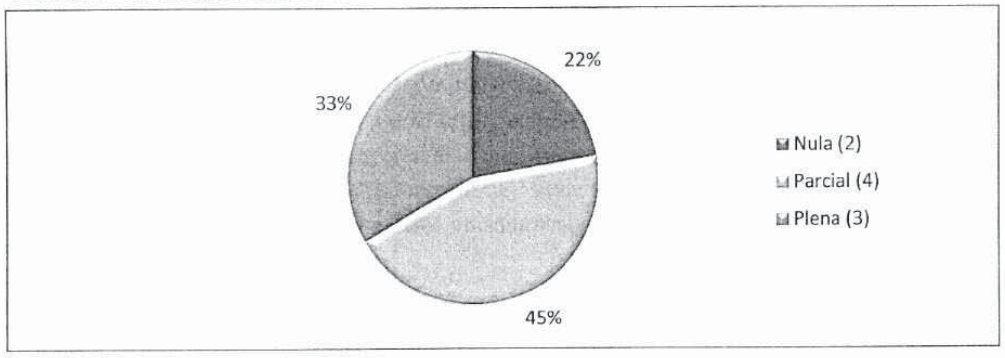
FIGURA 1 – AVALIAÇÃO DE EFICÁCIA DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS



Para os 20 Objetivos Específicos em que foi possível emitir opinião sobre a eficiência, apenas um (5%) teve avaliação positiva, sendo que os outros 19 (95%) foram considerados ineficientes.

Devido à mudança na metodologia de construção dos Indicadores de Desempenho a avaliação da efetividade foi possível apenas para nove Objetivos Específicos, dentre os quais três (33,3%) foram considerados plenamente efetivos, conforme apresentado na Figura 2.

FIGURA 2 – AVALIAÇÃO DE EFETIVIDADE DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS



Fato que merece destaque diz respeito à falta de coerência de determinados indicadores do PPA e seus índices, muitos deles apresentando valores incompatíveis ou composição inadequada, dificultando assim a aferição do desempenho dos Programas.

Constatou-se, ainda, a ocorrência de situações com potencial para distorcer as avaliações efetuadas no Indicativo de Eficácia e nas avaliações de eficiência e efetividade,

SFL PROC 039 /2013 Folha Nº 003415

dentre as quais enfatiza-se: preenchimento incorreto do SAG, consideração de recursos ainda não disponibilizados como "Despesa Autorizada", contingenciamento orçamentário e morosidade para apuração e publicação de superávit de fontes do exercício anterior.

Por outro lado, alguns fatos verificados contribuíram para o comprometimento do alcance dos objetivos propostos nos Programas selecionados, tais como: insuficiência de ações para atender, de forma plena, os objetivos dos Programas; falta de integração entre órgãos co-executores; morosidade em processos licitatórios, tanto nas Unidades Gestoras quanto na Central de Compras do DF; projetos básicos deficientes; e também, como já mencionado, o contingenciamento orçamentário e a morosidade para apuração e publicação de superávit de fontes de recursos do exercício anterior.

Visando solucionar os problemas encontrados, serão encaminhadas recomendações às Unidades executoras, com o intuito de aperfeiçoar a concepção de novos programas e o desenvolvimento daqueles avaliados ou em avaliação.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003415-Verso

IV.3 – Cumprimento das diretrizes, objetivos e metas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e dos orçamentos

A análise da compatibilidade dos instrumentos da ação governamental, PPA, LDO e LOA, permitiu constatar o não cumprimento do planejamento de médio prazo, bem como das prioridades estabelecidas para o exercício de 2012.

A avaliação sobre o alcance dos objetivos e metas estabelecidas não pôde ser feita de forma direta, uma vez que os sistemas disponíveis no GDF não permitem a aferição e consolidação dos índices alcançados para os indicadores e para a realização física associada às Ações incluídas nos Programas de Governo. No entanto, a execução orçamentário-financeira combinada com o estágio das etapas cadastradas no SAG possibilitam uma avaliação indireta sobre os resultados pretendidos.

Verificou-se que a execução financeira associada aos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos, para todos os Programas de Governo, foi de 73,8% da Despesa Autorizada para o exercício de 2012. No entanto, entende-se que para avaliação do cumprimento de objetivos e metas devam ser considerados apenas os Programas Temáticos, para os quais verificou-se que esse percentual foi de 65,1% para as Esferas Fiscal e da Seguridade Social e de 61,5% para a Esfera de Investimento. Esses números indicam que a ação governamental não foi capaz de transformar uma parcela significativa dos recursos disponibilizados, em bens e serviços de caráter finalístico para a sociedade, comprometendo

assim o atingimento dos objetivos e metas estabelecidos nos Instrumentos de Ação Governamental.

Observou-se que as prioridades estabelecidas na LDO tiveram execuções orçamentária, financeira e física em níveis inferiores aos encontrados para todo o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. O percentual da Despesa Autorizada empenhada foi de 72,5% para os Programas Temáticos desenvolvidos no referido Orçamento, enquanto que, quando considerados apenas os Subtítulos Prioritários esse percentual foi de 48,3%.

Em relação à execução física, verificou-se um maior percentual de Etapas concluídas ou em andamento normal, e menor de etapas canceladas ou não iniciadas, 69% e 30% respectivamente, do orçamento geral, quando comparados às etapas relacionadas aos Subtítulos Prioritários, com 51% de etapas concluídas ou em andamento normal e 38% canceladas ou não iniciadas.

Por fim, entende-se que o planejamento governamental é atividade complexa que precisa, continuamente, evoluir em suas estratégias no sentido de melhorar a gestão dos recursos públicos. Nesse contexto, os processos de controle, monitoramento, avaliação e ações corretivas devem ser constantemente aperfeiçoados, visando à simplificação, objetividade e acessibilidade das informações geradas nesse ciclo.

SPL PROC 039 /2013 Folha Nº 003416

Controladoria-Geral – CONT
Ed. Anexo do Palácio do Buriti, 14º andar, sala 1401 – CEP 70075-900 – Brasília/DF
Fone: (61) 2108-3301 – Fax: (61) 2108-3302